

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JANINE BENDOROVICZ TREVISAN

A ATUAÇÃO POLÍTICA PENTECOSTAL EM CONFRONTO COM O
MOVIMENTO LGBT NO BRASIL REDEMOCRATIZADO.

Porto Alegre, 2015.

Janine Bendorovicz Trevisan

A ATUAÇÃO POLÍTICA PENTECOSTAL EM CONFRONTO COM O
MOVIMENTO LGBT NO BRASIL REDEMOCRATIZADO.

Versão final da Tese apresentada como requisito parcial para a qualificação no curso de doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka

Porto Alegre, 2015.

Ficha Catalográfica

T814a Trevisan, Janine Bendorovicz

A atuação política pentecostal em confronto com o movimento
LGBT no Brasil redemocratizado / Janine Bendorovicz Trevisan .
– 2015.

250 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka.

1. Pentecostais na política. 2. Sociologia da Religião. 3. Movimento
LGBT. I. Sobottka, Emil Albert. II. Título.

JANINE BENDOROVICZ TREVISAN

A ATUAÇÃO POLÍTICA PENTECOSTAL EM CONFRONTO COM O
MOVIMENTO LGBT NO BRASIL REDEMOCRATIZADO.

Versão final da Tese apresentada como requisito parcial para a qualificação no curso de doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 31 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Mariano - USP

Prof. Dr. Ari Pedro Oro - UFRGS

Prof. Dr. Émerson Alessandro Giumbelli - UFRGS

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka - Orientador

Porto Alegre
2015

Para Amanda e Manuela, com amor.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de formação acadêmica.

À Rosane Andrade, secretária do Programa de Pós Graduação, pela dedicação e disponibilidade com que sempre me auxiliou e orientou nas questões administrativas do curso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa concedida para meus estudos no Brasil e no Canadá, durante o estágio de doutorado.

Ao Ricardo Mariano pela generosidade, dedicação, paciência e empenho com que me acolheu, introduziu e orientou no campo de estudos da Sociologia da Religião. Agradeço por todo aprendizado, motivação, conversas, escutas e orientações, presenciais e virtuais. E também pela leitura criteriosa e as contribuições e sugestões para o texto da qualificação.

Ao Emil pelo respeito, paciência e assertividade com que me recebeu e conduziu para que eu conseguisse concluir essa etapa de minha formação.

Ao Peter Beyer pelo afetuoso acolhimento em meu período de estudos na Universidade de Ottawa, pelas conversas, indicações de leitura, pela preocupação e interesse demonstrados por minha pesquisa e pelas sempre relevantes e instigantes dicas e sugestões ao meu trabalho. Da mesma forma, agradeço a Heather Shipley e Lori Beaman por tão bem me receberem e incluírem nas atividades e discussões do *Religion and Diversity Project*.

À Kathleen, Patrick e suas filhas Hannah e Ceilidh pela calorosa receptividade oferecida a mim e minha família quando chegamos ao rigoroso inverno canadense para o meu estágio de doutorado. Sem nos conhecer e sem esperar nada em troca, nos acolheram, auxiliaram e tornaram-se grandes amigos, que levo para a vida.

Ao Émerson Giumbelli, pelas contribuições na qualificação, pela disponibilidade em participar da banca final e por tantas outras trocas e conversas em eventos acadêmicos.

Ao Ari Oro, pelas contribuições para o texto na qualificação e pela disponibilidade em participar da banca final desta tese.

A todos os colegas, amigos e amigas que fiz durante o curso de doutorado, na Puc e em outras universidades e que, mesmo sem saber, contribuíram de alguma forma para minha formação acadêmica, me motivando a seguir superando as dificuldades ao longo do caminho. Em especial, ao André Girardi, Vagner Vargas, Carolina Rispoli, Jair Cordeiro, Fernanda Bestetti, Mariana Ramos, Marcio Hoff e todos os demais colegas do CBPD, pela parceria, convivência, conversas e sugestões ao meu trabalho.

A todas as pessoas que, de alguma forma, intermediaram o meu contato com possíveis entrevistados para essa pesquisa. Em especial, meu agradecimento para, Julia Genro, Saulo Baptista e Tatiane Duarte.

A todos os parlamentares, assessores e assessoras que cederam parte do seu tempo para me receber em seus locais de trabalho em Brasília e que, mesmo sem me conhecer, confiaram-me valiosas informações. O compromisso com o anonimato de suas identidades me impede de agradecê-los nominalmente. Sem eles, a realização desse trabalho não teria sido possível.

À Sílvia, Guilherme e Lucélia pelo auxílio na transcrição das entrevistas.

Aos colegas, alunos e direção do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Bento Gonçalves, por compreenderem a necessidade de minha dedicação para finalização dessa tese nas importantíssimas últimas semanas.

À minha super amiga e irmã do coração Ana Cristina Ostermann, pela mais profunda e sincera amizade, pelo carinho e respeito em todos os momentos, por estar sempre ao meu lado, mesmo em silêncio, mesmo à distância, sempre interessada e preocupada comigo e com o andamento da tese. Agradeço pelas leituras atentas ao texto, pelas sugestões e incansáveis ponderações. Por me ajudar de todas as formas possíveis para que essa tese alcançasse seu fim e por acreditar, na maior parte das vezes mais do que eu mesma, na minha capacidade intelectual e analítica.

A tantos amigos e amigas que compreenderam o momento *ermitão* que a escrita acadêmica nos impõe. Em especial, Ângela Schröder, Veridiana Strack, Claudia Meine, Melissa Ferraz, Nuria Gonçalves e Vanessa Kuyven, pela sempre disponibilidade em conversar e buscar alternativas para superar as contornáveis dificuldades da vida.

À minha grande família, sempre acolhedora e compreensiva por minhas tantas ausências neste período do doutorado. Impossível nomear a todos.

A meus pais, Ary e Olga, e minha irmã Aline, por sempre estarem ao meu lado, compreendendo o momento e sempre, sempre, sempre tentando encontrar alguma maneira de ajudar, mesmo quando a única ajuda possível fosse simplesmente o distanciamento. Obrigada por acreditarem em mim e por serem pessoas tão altruístas. O exemplo de vocês me inspira.

Ao Edson, pela parceria de duas décadas, pelas conversas, leituras, críticas e sugestões ao texto da tese. E por estar sempre ao meu lado, especialmente durante o último ano de redação desta tese, mesmo que a milhares de quilômetros de distância.

Às minhas filhas Amanda e Manuela, por serem as meninas maravilhosas que são, por compreenderem minha ausência e meu distanciamento. Por demonstrarem, com tão pouca idade, tanta maturidade, independência e discernimento, me enchendo sempre de muito orgulho. Por me ensinarem, motivarem e inspirarem a ser um pouco melhor a cada dia. A vocês duas dedico esta tese.

RESUMO

A modernidade retirou a centralidade da religião da vida social e política e a instauração da república no Brasil em 1889 separou juridicamente a Igreja Católica Romana do Estado Brasileiro. Ainda assim, igrejas e grupos religiosos mantêm a reivindicação pela sua atuação na definição de leis e políticas públicas junto ao Estado Brasileiro. Com o fim da ditadura militar na década de 1980, a crescente participação política de diferentes grupos sociais e a expansão demográfica dos evangélicos pentecostais, esse grupo passa a participar da política partidária elegendo parlamentares e mobilizando apoio a candidaturas ao cargo maior da nação.

O objetivo dessa tese consistiu em mapear a atuação dos pentecostais na política partidária brasileira no período de 2003 a 2014. Para tanto foram analisados materiais de imprensa, internet, bem como entrevistas gravadas com parlamentares e assessores no interior do Congresso Nacional. Os resultados sugerem que os parlamentares pentecostais buscam transportar suas doutrinas religiosas para o conjunto da população brasileira através da proposição de alteração na legislação referente às questões comportamentais. Os discursos em torno da justificação/defesa ou da recusa da relação da religião com a política possuem, no seu fundo, uma disputa em torno da reivindicação por um modelo de família cristã tradicional (heterossexual).

A luta para impedir a criminalização da homofobia revelou uma bandeira importante do grupo no período investigado, especialmente com a argumentação de que a aprovação dessa lei poderia criminalizar suas pregações e condenações bíblicas contra a homossexualidade, restringindo assim sua liberdade religiosa e de expressão. Nesse sentido, a discursividade encontrada na década de 1980, período de inserção pentecostal na política, é retomada e ressemantizada assumindo o movimento LGBT como possível limitador de sua liberdade de expressão.

Palavras chave: Pentecostais na política; Sociologia da Religião; Movimento LGBT.

ABSTRACT

Modernity has taken the centrality of religion from social and political life. The establishment of the republic in 1889 legally separated the Roman Catholic Church from the Brazilian State. Still, churches and religious groups maintain a claim for his role in the definition of public laws and policies in the Brazilian State. With the end of military dictatorship in the 1980s and the increasing political participation of different social groups and also the population growth of Pentecostals, this group became part of party politics and elected parliamentarians. They also mobilize support for presidential candidates.

The objective of this thesis was to map the performance of the Pentecostals in Brazilian party politics from 2003 to 2014. For that purpose, press materials, internet, as well as interviews recorded with parliamentarians and advisors within the National Congress were analyzed. The results suggest that Pentecostal parliamentarians seek to transport their religious doctrines to the Brazilian population as a whole by proposing changes in legislation regarding behavioral issues. The discourses about justification/defense or rejection of the relationship between religion and politics have, in their essence, a dispute over the claim for a traditional (heterosexual) model of Christian family.

The struggle to reject the criminalization of homophobia revealed an important issue for the group during the period under investigation, especially considering the argument that approving this law could criminalize their biblical preaching and condemnation against homosexuality, thereby restricting their freedom of religion and expression. In this sense, the discourses found in the 1980s, a period of Pentecostal insertion in politics, is resignified assuming the LGBT movement as a constrainer for its freedom of expression.

Key words: Pentecostals in politics; Sociology of Religion, LGBT Movement.

LISTA DE SIGLAS

AD – Assembleia de Deus

AGLBT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

BANCADA BBB – Boi, Bala e Bíblia

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CIMED – Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil

CIP – Congregação Israelita Paulista

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção do Direito Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CPESP – Conselho de Pastores do Estado de São Paulo

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

EPJ – Evangélicos Pela Justiça

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

GBLT – Gays, Bissexuais, Lésbicas e Transgêneros

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

JORNAL IHU ON-LINE – Jornal Instituto Humanitas Unisinos On-line

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT - Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais

MEP – Movimento Evangélico Progressista

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PNDH3 – 3º Plano Nacional de Direitos Humanos

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE PARTIDOS POLÍTICOS

DEM - DEMOCRATAS

PCB- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

PCdoB - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PEN - PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PL – PARTIDO LIBERAL

PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PMN - PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

PMR – PARTIDO MUNICIPALISTA RENOVADOR

PP - PARTIDO PROGRESSISTA

PPB – PARTIDO PACIFISTA LIBERAL

PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

PR - PARTIDO DA REPÚBLICA

PRB - PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

PRN – PARTIDODA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

PRONA – PARTIDO DA REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL

PROS - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL

PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSC - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PSOL - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PST – PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES

PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PTC - PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO

PTdoB - PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL

PTN - PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

PTR- PARTIDO TRABALHISTA REFORMADOR

PV - PARTIDO VERDE

SD - SOLIDARIEDADE

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	9
LISTA DE PARTIDOS POLÍTICOS	11
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	26
1.1 Trajetória pessoal	26
1.2 Trajetória acadêmica	27
1.3 O Doutorado e a tese	29
1.3.1 Familiarização com o tema	30
1.3.2 Conhecendo os templos evangélicos em Porto Alegre	32
1.3.3 Os pedidos por votos e a discursividade política no interior dos templos	34
1.3.4 O trabalho de campo em Brasília	36
CAPÍTULO 2: O CAMPO EVANGÉLICO ENCONTRA O CAMPO POLÍTICO	50
2.1 Evangélicos no Brasil: Pentecostais e históricos	50
2.1.1 Pentecostalismo no Brasil	55
2.1.2 Os evangélicos “fundamentalistas” no Brasil	63
2.1.3 Ingresso pentecostal na política	67
CAPÍTULO 3: O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E OS PENTECOSTAIS COMO NOVOS ATORES POLÍTICOS NA CONSTITUINTE DE 1986	72
3.1 O sistema eleitoral brasileiro	73
3.1.1 O Partido Social Cristão (PSC)	81
3.1.2. O Partido Republicano Brasileiro (PRB)	83
3.2 Pentecostais como novos atores políticos	87

3.2.1 <i>Os evangélicos pentecostais durante a elaboração da nova Constituição</i>	101
3.2.2 <i>Avaliação atual da participação pentecostal na Constituinte</i>	105
CAPÍTULO 4: PENTECOSTAIS, MOVIMENTO LGBT E O PARTIDO DOS TRABALHADORES,	114
4.1 Os evangélicos, o movimento LGBT e o Partido dos Trabalhadores	116
4.1.1 <i>Da Constituinte às eleições presidenciais de 2002</i>	116
4.1.2 <i>Pentecostais e movimento LGBT na gestão Lula (2003-2010)</i>	127
CAPÍTULO 5: A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: HISTÓRIA, PROJETOS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO	135
5.1 Os cultos e a criação da Frente Parlamentar Evangélica	135
5.2 Composição e perfil da Frente Parlamentar Evangélica	141
5.3. A 54ª legislatura da FPE	146
5.3 Estrutura e Funcionamento da FPE	150
CAPÍTULO 6 – EMBATES ENTRE EVANGÉLICOS E LGBT/FEMINISTAS NO INTERIOR DO CONGRESSO NACIONAL	158
6.1 Alguns embates: o controverso caso do PLC 122/2006	158
6.1.1 <i>Os primórdios do PLC 122/2006</i>	159
6.1.2 <i>A Aprovação do PLC 122/2006 na Câmara dos Deputados</i>	160
6.1.3 <i>Embates no Senado: “Aqui o PLC 122/2006 não passa”</i>	163
6.2 Motivações e temores: desconstrução de valores?	177
6.3 Estratégias do movimento LGBT: O caso do Peixe de Tróia.	184
6.4 As Jornadas em defesa da vida e da família	188
6.5 Mobilização e força política da Frente Parlamentar Evangélica	192
CONCLUSÕES	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211

ANEXO A: CARTA DE SILAS MALAFAIA	221
ANEXO B: PANFLETO IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	222
ANEXO C – CARTA AOS EVANGÉLICOS – CAMPANHA DE LULA 2002	223
ANEXO D - Cidadania GLBT - Construindo um Brasil sem homofobia, por Julian Rodrigues	224
ANEXO E: COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 52ª LEGISLATURA (2003-2006)	226
ANEXO F: COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 53ª LEGISLATURA (2007-2010)	229
ANEXO G: COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 54ª LEGISLATURA (2011-2014)	231
ANEXO H: COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 55ª LEGISLATURA (2015-2018)	234
ANEXO I: MATERIAIS XVII PARADA LIVRE E VII MARCHA LÉSBICA – PORTO ALEGRE 2013.	238
ANEXO J:	239
ANEXO K:	240
ANEXO L: Jornal do Senado: Brasília, quinta-feira, 21 de novembro de 2013	241
ANEXO M:	243
ANEXO N: PROGRAMAÇÃO ENCONTRO NACIONAL DE LIDERANÇAS EVANGÉLICAS	244
ANEXO O: MENSAGEM DA DILMA	246
APÊNDICE 1: ENTREVISTAS REALIZADAS	247
APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PARLAMENTARES (ADAPTADOS A CADA CASO)	249

INTRODUÇÃO

O período de redemocratização brasileira iniciado na década de 1980 abre espaço para diferentes movimentos sociais reivindicarem suas demandas. De um lado, o segmento pentecostal organiza-se para participar da política partidária através da eleição de parlamentares constituintes. A circulação dos pentecostais pelos campos político e religioso, como bem demonstram Vital e Lopez (2013), empodera suas lideranças que, sustentadas pelos discursos dos direitos e da democracia passam a reivindicar um lugar legítimo no espaço público para legislar segundo seus valores cristãos. Nesse cenário, suas lutas confrontam-se diretamente com as de outros movimentos sociais, em especial o feminista e o LGBT. Por trás das demandas desse segmento religioso está uma ideia de controle¹ de costumes e comportamentos segundo determinados valores morais. Essa reivindicação se amplia para além do que seria a pregação moral para os fiéis membros de suas igrejas para alcançar o conjunto da população brasileira, através da inclusão das restrições impostas por suas doutrinas na legislação brasileira.

No outro lado e simultaneamente, o movimento LGBT conquista espaço em sua luta por políticas de saúde, especialmente na prevenção e combate à AIDS e passa a reivindicar também maior visibilidade e a garantia

¹ O conceito de controle social é inicialmente apresentado por Durkheim (1987) para garantir a coesão social; depois é reapropriado por estudiosos da Escola de Chicago, que o utilizam para expressar mecanismos de cooperação e coesão voluntárias. Posteriormente, Foucault (1999) o emprega para a ideia de controle disciplinar.

de seus direitos civis na nova Constituição. Junto com o movimento feminista, tem algumas de suas demandas acolhidas por parlamentares dos partidos de esquerda (especialmente PT, PCdoB, PV, mais tarde PSOL). Nesse período, de modo geral, essas pautas são periféricas dentro desses partidos, que aceitam suas reivindicações mas não as tornam prioritárias de seus programas de governo. Mais do que tudo, a luta desses movimentos constitui-se como uma luta pela garantia de seus direitos civis e pela possibilidade de autonomia individual, para a prática de suas escolhas no campo comportamental.

É nesse cenário maior que a presente pesquisa se instaura. Esta tese investiga a atuação política de alguns segmentos evangélicos, suas demandas e pautas políticas e sua relação com as reivindicações do movimento LGBT no espaço político democrático brasileiro. Mais especificamente, este estudo tem como objetivo maior analisar a atuação política dos pentecostais no cenário democrático brasileiro nacional buscando demonstrar o trabalho da Frente Parlamentar Evangélica, tanto no interior do Congresso Nacional como nas ações que empreende para fora do Congresso Nacional, a defesa de seus projetos e os embates com as demandas pela conquista de direitos civis por parte da população LGBT.

Importa investigar a forma como esse segmento religioso justifica sua atuação na esfera pública, argumentando atuar na defesa da sociedade que estaria constantemente sendo atacada e ameaçada por estratégias de desconstrução social por parte do movimento LGBT. A reivindicação dessa atuação vem acompanhada da defesa de um sentido de laicidade que pressupõe a participação política de cidadãos religiosos. Em contraposição estaria o chamado estado “laicista”, defensor de uma “filosofia humanista ateuista” que, na visão deste grupo religioso, não representaria a sociedade brasileira majoritariamente cristã. Em contrapartida, lideranças de movimentos sociais acusam os políticos pentecostais que, pela sua forma de atuação, estariam desrespeitando o princípio republicano e constitucional da laicidade do estado brasileiro.

Para fins deste estudo, laicidade não é entendida como um conceito sociológico pré-definido, mas como uma categoria nativa em disputa no espaço

público brasileiro que, dado o caráter polissêmico com que é acionada, acaba defendida por grupos opositores (Mariano, 2011; Oro, 2011a), que se acusam mutuamente de não respeitar o estado laico.

O sociólogo mexicano Roberto Blancarte (2008b: 19) define a laicidade como “um regime social de convivência, cujas instituições políticas estão legitimadas principalmente pela soberania popular e já não mais por elementos religiosos”. Mas o que é a soberania popular, senão o respeito à vontade do povo em respeito ao bem comum? E como pensá-la quando o próprio povo mostra-se religioso, quando o próprio cidadão é crente? Como definir os limites entre a imposição da liderança de uma igreja e a sua representação legítima de cidadãos crentes? Para Blancarte,

a laicidade, assim como a democracia, é mais um processo do que uma forma fixa ou acabada em forma definitiva. Da mesma forma que não existe um estado absolutamente democrático, também não existe um sistema político total e definitivamente laico. (Blancarte, 2008b: 20)

A socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger (2009) define o estado laico como aquele em que “as autoridades religiosas não fazem parte da regulação da vida pública, e que a elaboração do Direito é responsabilidade apenas do poder público”, o que impediria as instituições religiosas de orientar seus fiéis a práticas e comportamentos contrários às leis. Conforme demonstra Machado (2012b: 82), no caso do Brasil a pressão das igrejas e a intensa participação de lideranças religiosas no poder público revelam as dificuldades de implementação desses princípios. Não pretendo, no entanto, colocar nesta tese, nenhum conceito de laicidade à prova, mas sim trazê-los em perspectiva, observando e analisando suas disputas por sentido e legitimidade no espaço público.

A abordagem analítica a partir da qual a pesquisa foi realizada privilegia a investigação dos embates entre os integrantes da Frente Parlamentar Evangélica e as lideranças políticas que defendem a conquista dos direitos da população LGBT como foco principal de análise.

No que tange ao objeto de estudo, as análises foram realizadas considerando o período temporal de 2003 a 2014. Nesse período, é relevante

destacar o apoio evangélico oferecido aos governos federais do PT, desde a composição, em 2003, de sua base aliada por muitos partidos com representantes importantes do segmento evangélico pentecostal em estudo até o rompimento de parte desses apoiadores no período que precede o pleito eleitoral em 2014. Além disso, a institucionalização da Frente Parlamentar Evangélica como um bloco de pressão/interesse (Baptista, 2009) junto ao governo federal e, ao mesmo tempo, o avanço nas conquistas de direitos pela população LGBT.

A metodologia empregada na investigação incluiu, além da revisão bibliográfica sobre o tema, dois momentos de incursão a campo em Brasília para observação e coleta de material empírico no Congresso Nacional.

O primeiro momento ocorreu no início de dezembro de 2012, quando permaneci por cinco dias percorrendo o interior do Congresso Nacional, observando os debates que ocorriam em comissões e reuniões internas, visitando gabinetes de parlamentares, conversando e entrevistando assessores e parlamentares.

O segundo momento aconteceu um ano depois, compreendendo desta vez duas semanas entre o final de novembro e o início de dezembro de 2013. Nesta segunda ocasião, além de acompanhar uma importante sessão na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal acerca do projeto de criminalização da homofobia (PLC 122/2006)², de realizar entrevistas com assessores, parlamentares e funcionários da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, pude também participar de duas comemorações ao dia do Evangélico, feriado distrital, na data de 30/11.

² Antes de uma lei ser aprovada no Congresso Nacional e ir à sanção presidencial, os projetos de lei passam pela avaliação nas duas casas: Câmara dos Deputados e Senado Federal. Quando ainda estão em análise sem ter sido aprovados em plenário recebem apenas o prefixo PL (Projeto de Lei) antes da numeração que os identifica. Quando são aprovados no plenário de uma das casas, devendo ir para apreciação da outra, recebem o prefixo PLC (Projeto de Lei aprovado na Câmara) ou PLS (Projeto de Lei aprovado do Senado) seguido de nova numeração com o ano correspondente à aprovação. No caso do PLC 122/2006, significa que foi aprovado na Câmara em 2006, sendo encaminhado para apreciação no Senado, onde permaneceu até ser apensado às proposições de alteração do Código Penal em final de 2013.

A primeira delas foi o Encontro Nacional de Lideranças Evangélicas, realizado na Câmara dos Deputados nos dias 28 e 29 de novembro de 2013. Além de palestras nesses dois dias, o evento foi finalizado no sábado, 30/11, na sede da Igreja Sara Nossa Terra com ato de lançamento de pré-candidatos às eleições de 2014 seguido de almoço comemorativo ao dia do Evangélico. A segunda comemoração que acompanhei foi o *Festival Promessas*, uma sequência de apresentações musicais do gênero gospel, realizada na noite de 30/11, em palco montado no gramado em frente à Esplanada dos Ministérios. Esse festival foi gravado ao vivo e posteriormente transmitido pela Rede Globo de Televisão. Em razão da minha participação no Encontro Nacional de Lideranças Evangélicas que acabara de finalizar, recebi credencial para adentrar o espaço VIP do evento, onde pude observar, com maior proximidade, a participação de lideranças políticas evangélicas.

Ao final desses dois momentos, havia reunido um total de vinte e nove entrevistas e uma série de observações dos embates internos entre lideranças pentecostais e políticas defensoras dos movimentos LGBT. Além disso, somam-se outras quatro entrevistas que realizei em Porto Alegre com lideranças políticas, totalizando assim trinta e três entrevistas³.

A literatura brasileira sobre ativismo político pentecostal é extensa. Há um conjunto importante de estudos que destaca o crescimento da influência do poder religioso no campo político (Baptista, 2009; Freston, 1993; Mariano, 1999 e 2009; Cerveira, 2003; Machado, 2012a; Oro, 2006a; Pierucci, 1996) e da instrumentalização recíproca entre religião e política (Oro e Mariano, 2010; Burity, 2001; Oro, 2006b; Duarte, 2011; Machado, 2012b). Além disso, alguns estudos demonstram a ênfase no ativismo corporativista que leva práticas, discursos e estratégias pertencentes ao campo religioso pentecostal (Mariano, 2009) para o interior do campo político, como no caso da batalha espiritual entre o bem e o mal (Oro, 2003). A atuação política pentecostal, segundo Baptista (2009) e Burity (2001), se realiza de forma corporativa, com eficácia e efetividade muitas vezes maior que alguns partidos políticos, demonstrando

³ Conforme listagem no Apêndice 1

que a fidelidade partidária não se sobrepõe à fidelidade religiosa. Ao contrário, para os parlamentares evangélicos que analiso neste estudo, os partidos políticos exercem papel central ao dar voz e guarida política às suas reivindicações religiosas. A contrapartida que recebem vem através da sua capacidade eleitoral.

Alguns estudos (e.g. Oro, 2003 e Oro, 2011b) sugerem a contribuição da atuação evangélica para a democracia brasileira, na medida em que estaria oportunizando a participação política de setores da sociedade que, de outra forma, permaneceriam alheios à participação política. Em estudo anterior (Trevisan, 2013), demonstro como a Frente Parlamentar Evangélica desloca-se do seu espaço político institucional do Congresso Nacional para a realização de eventos com lideranças religiosas em diversos estados brasileiros. Nesses eventos, as lideranças políticas e também religiosas municiam os pastores e outras lideranças religiosas com argumentos políticos e jurídicos para a inclusão de suas doutrinas na legislação brasileira. Essa participação, motivada pelas lideranças políticas religiosas, no entanto, não reverte, segundo Campos (2005a), em valorização do sistema institucional político partidário nem mesmo de ideologias políticas.

Diversos estudos (Casanova, 2006; Gauchet, 2004; Ranquetat, 2012; Burity, 2011; Mouffe, 1999 e 2006; Bobbio, 1999, entre outros) defendem que, em se tratando de uma democracia, todos os grupos devem ter espaço e possibilidade de participação política para a reivindicação de seus interesses específicos. Contudo, Mariano (2012) destaca a tendência preponderante na sociologia contemporânea de um princípio secularista que considera a exclusão da religião da esfera pública como condição necessária para a democracia. Conforme Gorski & Altinordu (2008), pluralismo religioso, secularismo e democracia andariam necessariamente juntos, justamente porque, segundo Blancarte (2008b: 30), legisladores e funcionários públicos precisariam “respeitar a vontade da maioria e, ao mesmo tempo, proteger os direitos das minorias”. É justamente no caso da reivindicação de minorias sexuais por seus direitos civis que a participação democrática de lideranças religiosas começa a atuar, buscando institucionalizar politicamente suas

doutrinas religiosas, através da proposição de alteração na legislação em vigor. Vale lembrar que ambos os grupos (minorias sexuais e minorias religiosas) são minorias populacionais e representativas politicamente que atuam como forças representantes de parcelas da sociedade com menor ou maior aceitação moral em determinadas pautas que defendem. Trata-se de uma luta no campo político, como diria Bourdieu (1998), e as correlações das forças conjunturais em jogo a cada embate.

Há ainda um grande conjunto de estudos que analisa a influência pentecostal nas eleições presidenciais, estaduais e legislativas em diversos contextos. Destacam-se nesse grupo os trabalhos de Freston (1994); Procópio (2012); Bandini (2004); Bohn (2004 e 2007); Burity e Machado (2005); Conrado (2000); Cerveira (2003); Machado (2006 e 2012c); Mariano e Pierucci (2006); Oro e Mariano (2010); Oro (2004 e 2006b); e Tadvald (2010), entre outros, que demonstram, em especial, a crescente instrumentalização mútua entre o campo religioso e o campo político, e o processo através do qual as reivindicações religiosas são acionadas, junto aos fiéis, para solicitar apoio ou rejeição aos candidatos nos pleitos eleitorais. Da parte dos candidatos, esses estudos evidenciam a crescente necessidade de se adequar e responder a pautas religiosas para não se inviabilizar eleitoralmente (Burity, 2001).

Outro conjunto de pesquisas focaliza os debates em torno da laicidade do estado (Blancarte, 2003, 2008a e 2008b e 2011); Giumbelli (2008, 2013a); Oro (2007 e 2011a); Mariano (2003 e 2011); Willaime (2011); Bauberot (2011); Montero (2013 e 2009), da regulação do religioso nas sociedades modernas (Giumbelli, 2013b) e da religião na esfera pública (Montero, 2011). Embora tais estudos não sejam necessariamente nem somente sobre a atuação pentecostal, grande parte dessas investigações traz casos envolvendo os pentecostais para ilustrar o argumento da influência crescente desse segmento e, ao fazer isso, evidenciam a importância que o tema recebe por parte dos analistas sociais.

Vale ainda mencionar os estudos sobre evangélicos e homossexualidade, entre os quais se destacam Machado e Piccolo (2010); Machado (2006 e 2013); Natividade (2013) e Natividade e Oliveira (2009) e

Vital e Lopes (2013). De modo geral, esses estudos expõem os dilemas e os desafios das democracias modernas que convivem com a ampliação jurídica dos direitos civis de minorias sexuais e, ao mesmo tempo, com o recrudescimento de grupos religiosos na esfera pública, onde atuam politicamente para implementar suas normas para a sociedade como um todo, bem como para evitar a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos de grupos LGBT e feministas.

Esta tese está organizada em seis capítulos. O primeiro discorre acerca da trajetória metodológica da construção desta pesquisa, desde os processos de minha aproximação com o extenso campo de estudos da Sociologia da Religião, o projeto inicial, a coleta de dados e as reflexões teóricas e empíricas que resultaram no processo de redação final da tese. Trata-se de um capítulo metodológico que busca também contextualizar o processo de elaboração e as modificações do projeto de pesquisa sofridas ao longo de sua elaboração.

O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre a caracterização dos sujeitos dessa pesquisa: evangélicos pentecostais que atuam no campo político brasileiro enquanto atores sociais protagonistas do fenômeno social analisado nesta tese. Considerando a heterogeneidade interna do segmento pentecostal, o objetivo deste capítulo, portanto, consiste em retratar o grupo investigado, diferenciando-o dos demais evangélicos – especialmente daqueles chamados históricos ou de missão –, destacando suas especificidades e as limitações das classificações que poderiam caracterizá-los tanto no campo religioso quanto no campo político. Em se tratando de buscar o recorte empírico do grupo investigado mais em razão da sua atuação política do que do seu pertencimento religioso, essa diferenciação precisa ser realizada com cautela e consciência de que qualquer agrupamento que se apresente pode se mostrar inadequado para generalizações. De qualquer forma, feita essa ressalva, o capítulo apresenta um histórico do surgimento e expansão do segmento no país e aponta tendências semelhantes para formas de atuação política entre um determinado perfil de pentecostais.

No terceiro capítulo desta tese, descrevo o sistema político eleitoral brasileiro como forma de compreender que a eleição desses religiosos é

viabilizada por conta do sistema político representativo adotado pelo Código Eleitoral Brasileiro. Além disso, investigo a inserção política dos pentecostais que assumem o protagonismo político religioso no cenário de redemocratização da década de 1980.

O quarto capítulo investiga a relação entre pentecostais e movimento LGBT com o Partido dos Trabalhadores. Analiso inicialmente a mudança de postura dos pentecostais em relação ao candidato Luís Ignácio Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores que, de demônios, passam a aliados. Por outro lado, o movimento LGBT começa a conquistar direitos, movidos por projetos de parlamentares petistas e pelo próprio governo federal, que são combatidos pelos pentecostais. O resultado não é imediato, mas reverte em acirradas disputas nos anos seguintes, tanto dentro do Congresso Nacional quanto nos pleitos presidenciais, estaduais e municipais.

O quinto capítulo analisa a atuação dos pentecostais no Congresso Nacional. Neste momento faço uso de dados documentais coletados da imprensa jornalística, documentos oficiais, observações no Congresso e dados gerados a partir de entrevistas realizadas com assessores e parlamentares, tanto religiosos como seus opositores, em dois momentos de incursão a Brasília. Discorro sobre a formação, estrutura e funcionamento da Frente Parlamentar Evangélica, suas estratégias de atuação, o perfil dos parlamentares e os embates com seus oponentes. Procuro, enfim, apresentar os bastidores do Congresso Nacional no intuito de clarificar o entendimento para o surgimento das pautas, cobranças, alianças e acordos que são realizados entre parlamentares e lideranças evangélicas, bem como as articulações e ações da Frente Parlamentar Evangélica para dentro e para fora do Congresso Nacional, através da realização das chamadas “Jornadas Nacionais em Defesa da Vida e da Família” (apresentadas no capítulo 6)

No último capítulo investigo as disputas em torno dos projetos de criminalização da homofobia (PLC 122/2006) e do Estatuto da Família (PL 6583/2013). Além disso, fazem parte da investigação as ações das lideranças, parlamentares e assessores pentecostais em resistência à implementação das

ações decorrentes da diretriz do III Plano Nacional de Direitos Humanos, no que diz respeito à “desconstrução da heteronormatividade”.

As conclusões demonstram o crescimento político da atuação evangélica no Congresso Nacional. Além disso, indica que os discursos em torno da justificação/defesa ou da recusa da relação da religião com a política possuem, no seu fundo, uma disputa em torno da reivindicação por um espaço de visibilidade e atuação política que clama por um controle social e moral na coletividade, por um lado e, de outro, uma reivindicação por autonomia dos indivíduos na sociedade brasileira moderna.

CAPÍTULO 1: PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar o percurso metodológico que resultou na pesquisa e na redação desta tese que ora se apresenta.

1.1 Trajetória pessoal

Desde criança⁴, sempre acompanhei a religião com certa distância. Embora meu pai tenha frequentado, em sua adolescência, seminário para padres e minha mãe tenha estudado em colégio interno de freiras, tais experiências em suas vidas representaram possibilidades de sair do ambiente rural interiorano em que viviam para viabilizar um sonho de estudar. Nenhum dos dois jamais demonstrou vocação ou mesmo identidade religiosa. Sempre foram pessoas pragmáticas, buscando oportunidades no ensino formal para mudar de vida. Assim, mudaram-se para a capital, onde nossa família cresceu longe de influências religiosas institucionais. Embora católicos nominais, não frequentavam a igreja aos domingos nem mesmo realizavam qualquer outra atividade religiosa. Cumpriam apenas os rituais da igreja Católica, por meio dos quais haviam sido socializados: casamento, batizado, eucaristia, funerais, etc. Assim, minha experiência religiosa limitava-se a esses rituais e a acompanhar minhas avós materna e paterna em suas rezas quando ia visitá-las no interior.

⁴ Segundo Silva (2000), os pesquisadores possuem suas idiossincrasias e não estão imunes às relações pessoais nas situações de pesquisa. É necessário, por isso, ter certo grau de vigilância sobre minha condição de pesquisadora não dissociada da minha trajetória pessoal.

Ainda assim, minhas avós não costumavam frequentar as missas dominicais. Preferiam escutar a missa pelo rádio e rezar em casa. Participavam dos círculos de oração da comunidade e, vez ou outra, quando eu estava visitando-as, chegava uma vizinha trazendo a imagem de Nossa Senhora Aparecida que deveria permanecer na residência por 24 horas e, depois, ser levada até a moradia de outro vizinho. Nessas ocasiões, rezávamos todos juntos e depois de a vizinha ir embora, a imagem ali permanecia e fazíamos algumas orações junto à Santa em momentos específicos.

Esporadicamente, algum parente me levava à missa, evento em que eu, como criança criada sem experiência cotidiana religiosa, sentia-me desconfortável, sem saber ao certo porque precisava repetir aquelas palavras, sentar, levantar, rezar, louvar. A curiosidade pelo ritual da comunhão, no entanto, me levou a não questionar quando meus pais resolveram que eu frequentaria as aulas de catequese na igreja próxima a minha casa com vistas à preparação para a Primeira Eucaristia. A naturalidade com que o assunto era trazido por muitos colegas de aula também contribuiu para que eu cumprisse este ritual sem maiores questionamentos. Com o passar dos anos, me distanciei (ainda mais) de qualquer prática religiosa. Na adolescência, não participei da preparação para o Crisma, decisão que não foi contestada por minha família. Na visão de meus pais, eu já havia cumprido o mínimo necessário e não estávamos sob influência de lideranças religiosas que pudessem me conduzir a outra decisão.

1.2 Trajetória acadêmica

Ao ingressar no Curso de Ciências Sociais, comecei a perceber, especialmente através dos estudos clássicos de Émile Durkheim e Max Weber, o quanto a religião podia ser influente na vida de muitas pessoas e mesmo de comunidades inteiras. Mais do que isso, compreendi o papel da religião na constituição das sociedades modernas ocidentais. Ainda assim, em razão de minha trajetória pessoal tão distanciada, aproximei-me de outras temáticas, especialmente às ligadas aos estudos sociológicos e antropológicos na área da

infância e da adolescência, bem como aos estudos da sociologia do trabalho infantil.

Naquela época, em meados dos anos 1990, se meu contato com a religiosidade católica limitava-se a lembranças esparsas de minha infância, meu conhecimento das religiosidades evangélicas era ainda mais restrito, tanto no âmbito acadêmico quanto profissional ou social. Conhecia pouquíssimas pessoas praticantes dessas religiosidades e as avaliações que a mim chegavam por pessoas conhecidas era recheada de preconceitos e estereótipos. Na mídia, falava-se do crescimento neopentecostal, especialmente pela Igreja Universal do Reino de Deus, da compra da Rede Record de televisão por seu fundador, o Bispo Edir Macedo, de sua prisão em 1992 e do episódio que ficou conhecido como “chute na santa”, em 1995. No entanto, minha trajetória acadêmica seguia outro rumo.

Durante meu mestrado, realizado na área dos estudos da análise do discurso no início dos anos 2000, empreendi um estudo sobre a constituição discursiva da identidade italiana a partir da categoria do trabalho em uma comunidade de imigração italiana recente (chegados no Brasil na década de 1950) no interior do Rio Grande do Sul. Ainda que a religiosidade católica tenha se manifestado como relevante na constituição identitária desse grupo, na época, priorizei outros aspectos e não dediquei a devida importância às análises do aspecto religioso que, certamente, teriam contribuído para um entendimento mais completo do fenômeno que estudava. Uma década se passou entre a finalização do mestrado e o meu ingresso no doutorado.

Nesse ínterim, foi a partir de uma experiência profissional com projeto social direcionado a jovens em situação de vulnerabilidade social que desenvolvi durante cinco anos antes de ingressar no doutorado, que voltei meu olhar para a compreensão da importância da religiosidade, especialmente a evangélica, como referência fundamental em alguns grupos sociais. Nesse período, de meados da primeira década do século XXI, os evangélicos no Brasil já haviam se multiplicado demograficamente e estavam cada vez mais atuantes no cenário político nacional. Em razão do projeto social com o qual eu trabalhava, participava muitas vezes de eventos que reuniam lideranças dos

movimentos em defesa dos direitos da infância e da adolescência, tanto em Porto Alegre, como regional ou nacionalmente. Nessas ocasiões, a presença de lideranças católicas era constante, mas fui percebendo o crescimento da influência também de lideranças evangélicas.

Durante o ano eleitoral de 2010, a influência da atuação política pentecostal no Congresso Nacional ganhou destaque no pleito presidencial, forçando a então candidata Dilma Rousseff (PT) a firmar acordos com esse grupo religioso por conta das acusações que estava sofrendo de que era favorável à descriminalização do aborto. A ênfase e o espaço que tal polêmica recebeu na campanha eleitoral trouxe à tona conflitos, embates e disputas que estavam presentes no interior do Congresso Nacional e que se acirraram durante o governo Lula, mas que até então estavam pouco evidentes ao grande público. Era na realidade apenas a ponta de um profundo *iceberg*.

1.3 O Doutorado e a tese

No momento de meu ingresso no doutorado em Ciências Sociais no início de 2011, me vejo diante da oportunidade de trabalhar com um projeto de pesquisa que pretendia investigar justamente a relação entre religião e política nos pleitos presidenciais depois da redemocratização do país na década de 1980. A oferta para desenvolver esse projeto foi por mim recebida com uma imbricação de sentimentos de curiosidade, receio e euforia. O projeto parecia interessantíssimo e, se por um lado, era um grande desafio, na medida em que eu iria me aventurar por um campo de estudos completamente novo, por outro era também uma instigante oportunidade de alargar meus conhecimentos em uma área fundante das Ciências Sociais, como a Sociologia da Religião.

Assim, iniciei em 2011 esse longo percurso que culmina nesta tese, mas que não se encerra com ela. Desde o início o desafio foi grande, mas com a orientação segura de profissionais qualificados na área, o projeto foi se tornando viável.

1.3.1 Familiarização com o tema

Em razão da minha pouca experiência e conhecimento na área da Sociologia da Religião, priorizei a leitura de trabalhos anteriores e o início da coleta de material de imprensa da forma como previsto inicialmente. Os trabalhos de Paul Freston (1993), Saulo Baptista (2009) e Ricardo Mariano (1999 e 2000) foram fundamentais para a iniciação nessa área de conhecimentos.

Com relação à familiarização com o campo empírico, em um primeiro momento, realizei levantamento no jornal *Folha de São Paulo* e na revista *Veja* sobre o que havia sido publicado a respeito da participação ou do envolvimento de lideranças pentecostais nas eleições presidenciais. A busca ocorreu nas páginas eletrônicas oficiais dos referidos veículos de comunicação utilizando as seguintes palavras-chave, repetidamente, em cada um dos anos eleitorais: “eleições e religião”; “evangélicos e eleições”, “liberdade religiosa”; “disputa presidencial e evangélicos”. Além disso, a busca específica em cada ano eleitoral adicionava os nomes dos principais candidatos junto ao termo “evangélico” ou “pentecostal”; ou, ainda, o nome das principais denominações – Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Batista⁵-- juntamente com o termo “eleições”.

Essa investigação resultou em uma imensidão de dados brutos que foram então depurados por meio de leitura e análise minuciosa. O resultado dessa segunda fase (i.e. de leituras e análises minuciosas) foi um conjunto de informações cronológicas sobre as disputas e apoios envolvendo a relação entre as lideranças pentecostais e as candidaturas à presidente da República do Brasil. Como a maior parte dos acervos eletrônicos dos jornais e revistas pesquisados inicia no ano de 1994 ou mesmo depois disso, as informações referentes às eleições de 1989 foram, em grande parte, retiradas de outros

⁵ Embora a Convenção Batista, principal órgão colegiado das igrejas Batistas no Brasil tenha por hábito não oficializar apoio a nenhum candidato, diversos dos seus pastores o fazem e, além disso, essa denominação reúne o segundo maior número de parlamentares no Congresso Nacional, distribuídos em diversos partidos e atrás somente da Assembleia de Deus. Por essas razões, foi incluída nas buscas específicas por notícias de apoio a candidatos.

estudos já documentados (Mariano e Pierucci, 1996 e Freston, 1993) bem como de consultas às edições da revista *Veja* no período, disponíveis no acervo da biblioteca da PUCRS.

Esse levantamento revelou também os principais atores envolvidos nesse processo, como coordenadores de campanha e políticos que se destacaram na articulação entre os candidatos e os grupos religiosos como as próprias lideranças evangélicas que mais se envolveram nas demandas e negociações, além de entidades eclesiais que foram importantes em cada momento histórico. As buscas revelaram também os principais projetos de lei em discussão no Congresso que mobilizaram os evangélicos a favor ou contra sua votação, bem como seus propositores e defensores.

A análise de todos esses dados documentais permitiu vislumbrar um cenário de disputas e negociações. Uma vez tendo identificado os principais atores envolvidos, foi possível buscar maiores informações sobre cada um deles, sua participação e envolvimento em cada uma das eleições presidenciais.

A pesquisa documental foi em si bastante frutífera no sentido de que permitiu encontrar muitos dos discursos parlamentares e gravações de audiências públicas no próprio site do Congresso Nacional. Além disso, há uma série de entrevistas, matérias e toda a cobertura jornalística das eleições anteriores disponíveis através dos acervos dos jornais e revistas de circulação nacional. Uma infinidade de websites e páginas específicas das comunidades envolvidas estiveram crescentemente disponíveis através das redes sociais na internet.

Organizar todo esse material, no entanto, e produzir a partir dele uma tese de doutorado assemelhava-se à montagem de um gigantesco quebra-cabeça. Já no segundo ano do curso, minha ainda restrita familiaridade com a área de estudos me levava a ampliar cada vez mais o escopo da pesquisa, ao invés de focar em um aspecto específico. Desejava ler tudo que já fora publicado e buscar compreender todos os processos nos quais esses atores políticos estavam envolvidos.

Na realidade, eu estava experienciando duas dificuldades de ordem prática. A primeira delas advinha do fato de que minha trajetória pessoal era muito distante de qualquer experiência religiosa e, por isso, eu sentia necessidade de conhecer mais de perto, de preferência presencialmente, para além da leitura de textos acadêmicos e jornalísticos, o grupo que me propunha a investigar. Segundo Gilberto Velho (1994: 126), “o que vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido”. Naquele momento, os pentecostais já me eram familiares, mas ainda assim, estranhos, e eu precisava torná-los conhecidos, em um processo de aproximação e, depois, no distanciamento requerido pela investigação.

A segunda dificuldade resultava do fato de que minha experiência acadêmica anterior, pautada sempre na análise de um grupo específico, e com o qual eu tinha, em alguma medida, oportunidade de conviver, interagir, conversar, entrevistar, dificultava então uma pesquisa pautada apenas em dados documentais. Eu sentia falta do trabalho de campo, que parecia necessário especialmente para compreender os bastidores do fenômeno estudado, ou seja, aquilo que somente a observação presencial e a vivência junto aos sujeitos da pesquisa permitem apreender.

1.3.2 Conhecendo os templos evangélicos em Porto Alegre

Com o intuito de sanar tais dificuldades, assumi duas posturas. A primeira me levou ao interior dos templos evangélicos em Porto Alegre. Assim, durante o segundo semestre de 2012, na tentativa de compreender melhor a lógica de pensamento e crenças dos grupos pentecostais, passei a frequentar cultos de diferentes denominações na cidade de Porto Alegre. Procurei templos e celebrações com maior fluxo de fiéis, na tentativa de preservar meu anonimato no meio da multidão. O objetivo da incursão naquele momento era melhor compreender a lógica de funcionamento das igrejas cuja inserção na política eu estava analisando. Assim, em algumas igrejas menores, procurei o pastor e me apresentei como pesquisadora. Em outras, dada a imensa quantidade de frequentadores, eu apenas acompanhava os cultos sem me identificar. No total, participei de dezenas de cultos das seguintes

denominações: *Igreja Universal do Reino de Deus*, *Igreja Mundial do Poder de Deus*, *Igreja Internacional da Graça de Deus*, *Assembleia de Deus - Ministério da Restauração*, *Igreja O Brasil para Cristo*, *Igreja Deus é Amor*. Procurei acompanhar mais de um culto em cada denominação, buscando cobrir a diversidade⁶ de pautas semanais de cada uma.

Algumas igrejas pentecostais como a *Igreja Universal do Reino de Deus*, a *Igreja Internacional da Graça de Deus*, a *Igreja Mundial do Poder de Deus* e a *Igreja Deus é Amor* facilitaram minha incursão neste sentido por conta do tamanho de seus templos e pela quantidade de frequentadores. Já em denominações menores, como da *Assembleia de Deus*, por exemplo, tal discricção foi impossível. Já na entrada do templo, minha presença era percebida e olhares curiosos logo tentavam compreender quem eu era, o que buscava ali, se havia sido indicada por alguém ou enviada pelo “Espírito Santo”, como algumas vezes louvaram ao saber que eu estava ali por conta própria. Quando isso acontecia, mesmo depois de minha apresentação como pesquisadora, a tentativa de conversão era constante. Cometi algumas gafes, como sentar-me no lado do templo destinado aos homens, evidenciando para aquele grupo nativo, meu não pertencimento e desconhecimento de suas práticas e valores.

Como estávamos em pleno ano eleitoral (eleições municipais para prefeito e vereadores em 2012), tive a oportunidade de presenciar o que Oro (2003) e outros pesquisadores já haviam mencionado: os pedidos por votos nos cultos. Em algumas igrejas de forma mais direta, com menção ou mesmo apresentação de candidatos; noutras de forma mais sutil, outras apenas indicando o chamado *voto consciente*. Há ainda casos como da *Congregação*

⁶ Algumas igrejas como a Universal do Reino de Deus, por exemplo, possuem uma pauta bem específica: nas segundas-feiras, tratam de problemas financeiros, nas terças, de problemas emocionais e sentimentos ruins; nas quartas, de problemas espirituais; nas quintas, de problemas familiares; nas sextas, as sessões de descarrego e libertação; aos sábados, os problemas amorosos e, aos domingos, as concentrações de fé e milagres (conforme folheto no anexo B.)

*Cristã do Brasil*⁷ e a *Igreja Deus é Amor*, que permanecem avessas à participação política e, portanto, não tocam no assunto. São exceções à regra que vêm se confirmando desde a década de 1980, com a crescente participação de lideranças e fiéis pentecostais na política partidária brasileira (Freston, 1994; Mariano, 1999 e 2009).

1.3.3 Os pedidos por votos e a discursividade política no interior dos templos

Dentre as igrejas pentecostais observadas, percebi em grande parte delas, a orientação do voto de seus fiéis, esperando assim, eleger seus representantes especialmente no caso das eleições proporcionais. O reflexo de seus esforços é visível nas urnas e dentro das Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. Ainda que alguns estudos, como o de Maria das Dores Machado (2006), possam indicar que os fiéis pentecostais não são tão conservadores quanto suas lideranças o desejam, o crescimento das chamadas “bancadas evangélicas” é evidenciado nos pleitos proporcionais em todo o país (Machado, 2006; Tadvald, 2006).

Nesse momento de minha investigação, chamou minha atenção o fato de que, mais relevante do que pedidos por voto consciente ou por voto em determinado candidato pareciam ser as justificativas apontadas para a necessidade de se eleger representantes do segmento, de se colocar nos espaços de legislativo e executivo de poder, os chamados “servos de Deus”. Especialmente nas igrejas neopentecostais – *IURD, Internacional da Graça de Deus, Mundial do Poder de Deus, Renascer em Cristo*, mas também nas pentecostais da segunda geração como a *Igreja do Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo* e até mesmo em alguns eventos maiores das chamadas pentecostais clássicas como as vigílias da *Assembleia de Deus*, era recorrente

⁷ Note-se que, desde 2010, há uma parlamentar eleita pertencente a essa denominação – Bruna Furlan (PSDB/SP). Apesar das minhas investidas nas duas ocasiões em que estive em Brasília, não foi possível entrevistar a ela ou algum de seus assessores. Bruna Furlan é a mais jovem deputada federal no Congresso Nacional e foi reeleita em 2014, tendo obtido 178.606 votos no estado de São Paulo.

o discurso em defesa da família tradicional, que estaria ameaçada por movimentos influenciados pelo demônio na política.

Além disso, em algumas situações o pastor falava dos perigos em manter no Congresso e nas casas legislativas “deputados que servem ao demônio, que permitem a apologia à pornografia e à pedofilia nos materiais distribuídos para as crianças nas escolas”, numa alusiva referência ao episódio de distribuição de materiais do programa “Escola sem Homofobia”⁸, que ganhou as manchetes no início de 2011 e ficou conhecido como “kit gay” ou “kit anti homofobia”. Em outras situações, o pastor alertava para o perigo que a sociedade e a família brasileira estariam correndo “agora que os gays vão querer até casar e constituir família”, em referência à decisão do Supremo Tribunal Federal para reconhecer a união estável de casais homossexuais, realizada em maio de 2011.

Mariano (2009) ressalta a ênfase discursiva, por parte dos parlamentares e lideranças evangélicas, na potencialização de suas ações para a moralização da política. O trabalho de Oro (2003) indica que a Igreja Universal do Reino de Deus se percebe como a “reserva moral da sociedade”. Ainda que alguns eventos, especialmente o que ficou conhecido como “máfia das ambulâncias” ou “escândalo das sanguessugas”, tenham ferido o orgulho moral dos evangélicos (Mariano, 2009) e assim deslegitimado de certa forma essa reivindicação de moralidade (Mariano, Hoff e Dantas, 2006), os discursos que observei no interior dos templos religiosos, indicavam que isso não mais afetava as “pregações políticas” pelos pastores dentro das igrejas.

A recorrência dessas vozes, que atacavam diretamente o movimento LGBT e as reivindicações de seus direitos civis, especialmente no que tange ao projeto de criminalização da homofobia (PLC 122/2006), às diretrizes do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), lançado pelo governo federal em 2009 e às ações oriundas do Plano Brasil sem Homofobia, de 2004,

⁸ Para informações sobre o Programa, consultar: <http://acervo.novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>

conduziram meu olhar de pesquisadora para o embate dos pentecostais com este grupo defensor dos direitos LGBT. Nesse aspecto, os trabalhos de Machado e Piccollo (2010), Natividade (2010 e 2013), e Natividade e Oliveira (2009) alargaram meu olhar sobre o fenômeno e me provocaram a permanecer atenta às disputas contracenadas pelos pentecostais, por um lado e pelos defensores dos direitos LGBT, de outro. Além disso, os estudos de Machado (2013) e Vital e Lopes (2013) vêm mostrando o acirramento desse embate.

1.3.4 O trabalho de campo em Brasília

Nesse período da pesquisa, já possuía um volume considerável de dados documentais coletados, além das informações e impressões obtidas através da observação dos cultos e conversas com pastores e fiéis. O que eu não percebia naquele momento era que outro interesse de pesquisa estava já se instalando à frente do projeto inicial de mapear a atuação política dos pentecostais nas eleições presidenciais no Brasil redemocratizado. Àquela época, eu entendia que, mesmo de posse de todo esse material, precisava ainda conhecer pessoalmente e conversar com algumas das pessoas “em carne e osso” que, de alguma forma, já me eram conhecidas por sua atuação parlamentar e/ou eclesiástica, além de outras totalmente desconhecidas, mas nem por isso menos importantes. Era hora de viajar a Brasília com o intuito de observar mais de perto esse mundo político cada vez mais cobiçado pelos pentecostais.

A pesquisa de campo em Brasília⁹ foi realizada em dois períodos: durante uma semana em dezembro de 2012¹⁰ e por duas semanas em novembro/dezembro de 2013, e permitiu, assim, uma maior aproximação com

⁹ No total foram realizadas 33 entrevistas: 17 com parlamentares, 14 com assessores e duas com ex-parlamentares, conforme Apêndice 1.

¹⁰ Durante pesquisa de campo realizada no Congresso Nacional no período de 3 a 7/12/2012, realizei 13 entrevistas, sete com deputados da Frente Parlamentar Evangélica e seis com assessores de deputados e senadores. Entre os deputados, há representantes dos partidos PSC, PRB, PTB, PSDB, PV E PP e das denominações evangélicas *Assembleia de Deus*, *IURD*, *Igreja do Evangelho Quadrangular*, *Nova Vida*, *Sarando a Terra Ferida* e *O Brasil para Cristo*, além de um católico. Entre os assessores, os entrevistados declararam as seguintes pertencências denominacionais: Igreja do Evangelho Quadrangular (1); Católico (1); Candomblé (1); Batista (1); Ateu (2).

o universo investigado. Além das entrevistas que realizei, foi também possível percorrer o interior do Congresso Nacional, perceber sua dinâmica de funcionamento, a participação dos atores nos diferentes espaços e a disputa política no jogo democrático em pleno funcionamento. Nesse período, pude presenciar debates nas Comissões Parlamentares, defesas de projetos, as argumentações, as manobras regimentais, as manifestações externas organizadas em cada sessão, os lobbies junto aos parlamentares. Participei de eventos com lideranças evangélicas dentro do Congresso e, ao mesmo tempo, sua migração para dentro da igreja. Em evento comemorativo ao dia do Evangélico, em 30 de novembro de 2013, presenciei, inclusive, a indicação de pré-candidatos ao pleito de 2014.

1.3.4.1 Preparação para o campo

Como forma de me aproximar do universo que eu pretendia entrevistar em Brasília, adotei a seguinte estratégia: entre os meses de outubro e novembro de 2012, após realizar um levantamento sobre todos os parlamentares evangélicos no Congresso Nacional, passei a contatá-los através de seus assessores no intuito de conseguir agendar uma entrevista. Após enviar e-mail aos 76 parlamentares evangélicos em exercício naquele período, passei a telefonar para os gabinetes, confirmar o recebimento dos e-mails, reenviar para aqueles que não conseguiam localizar minha mensagem em meio a tantas recebidas diariamente. Muitos assessores, nesse momento, solicitaram o envio das perguntas da entrevista. Explicava então que, em razão da natureza de minha pesquisa, não possuía um questionário fechado, mas sim um roteiro¹¹ com questões amplas e que, na entrevista seriam exploradas de maneira flexível. Enviei esse roteiro previamente a todos os assessores que o solicitaram.

Entre todos os parlamentares contatados, a deputada federal do PSDB/RJ, Andreia Zito foi a única que respondeu pessoalmente, agendando prontamente a entrevista. Outros o fizeram através de seus assessores, mas a

¹¹ Esse roteiro encontra-se no Apêndice 2.

combinação na maior parte das vezes não pôde ser cumprida. Meu desconhecimento da estrutura de funcionamento do Congresso Nacional resultou em uma série de esforços que mais tarde se mostraram praticamente em vão. Machado (2006) relata dificuldades semelhantes às que enfrentei quando cheguei no Congresso com poucos dias para entrevistar uma série de parlamentares que, no final, não conseguiam cumprir as agendas combinadas previamente.

A agenda dos parlamentares, especialmente nas terças, quartas e quintas-feiras, além de sobrecarregada, é também atribulada e muito dinâmica. Há diversos compromissos, reuniões, plenárias que surgem na hora, outras que se estendem além do horário previsto. Como exemplo, menciono o caso de um parlamentar que, certa feita, agendou entrevista comigo para às 17h de uma quarta-feira, acabou retornando ao seu gabinete somente às 20h30min, às 21h me recebeu, mas logo precisou interromper a entrevista para voltar ao plenário para mais uma votação e depois retornou para a conclusão da entrevista. Naquele dia saí do Congresso às 23h30min.

1.3.4.2 Dois momentos em Brasília

Em minha primeira incursão à Brasília, optei por chegar à cidade no domingo para me ambientar e estar cedo no Congresso na segunda-feira pela manhã, ainda que soubesse que não haveriam parlamentares para eu entrevistar nesse período. Aproveitei a manhã de segunda-feira para visitar pessoalmente cada um dos gabinetes, conversar com os assessores, deixar uma carta de apresentação e reiterar minha intenção de entrevistar o parlamentar. Nesse turno, os assessores estão preparando sua semana de trabalho e, como as atividades parlamentares só iniciam na terça-feira, é um momento propício para conversar com mais tranquilidade. Nesse primeiro dia recebi diversas promessas de contatos e muitas instruções para retornar ao gabinete em data e horário especificamente determinados. Algumas vezes pude coincidentemente chegar ao gabinete no horário exato em que um deputado estava disponível para me receber. Destaco o caso da deputada Iara Bernardi (PT/SP), autora do PLC 122/2006 que, ao ouvir de seu gabinete, a

explicação de minha pesquisa à secretária, logo se apresentou dizendo: “eu falo, entra aqui comigo”.

Em tantas outras vezes, os horários combinados não funcionavam, na medida em que surgia outra demanda mais importante para o parlamentar atender. Então seus funcionários anotavam meu telefone e eu saía com a promessa de ser chamada tão logo quanto possível. Ao final da semana consegui retornar a Porto Alegre tendo realizado 13 entrevistas, sendo sete com deputados federais e seis com assessores. Algumas entrevistas não puderam ser realizadas em razão da colisão de horários, ou seja, eu era chamada exatamente no momento em que estava no meio de outra entrevista e, ao finalizá-la e retornar a ligação, o parlamentar já não estava mais disponível.

Em função das especificidades percebidas nessa primeira incursão a campo, minha segunda visita a Brasília, um ano depois, foi planejada de maneira diversa. Já sabia que era, não apenas desnecessário, mas principalmente, perda de tempo, qualquer tentativa de agendamento anterior. Os parlamentares e seus assessores estariam em seus locais de trabalho, seguindo suas rotinas atribuladas e seus agendamentos de compromissos seriam realizados na semana em vigor, com antecedência de algumas horas ou mesmo sem antecedência alguma. Assim, conseguir um horário com eles é, e foi, na verdade, muito mais uma questão de sorte, persistência e de contar com o contato correto para sensibilização do que resultante de planejamento e articulação anterior.

Dentre todas as pessoas com quem conversei e entrevistei, um ator social a ser destacado é o assessor. Nessa categoria, incluo os assessores parlamentares, tanto de deputados federais quanto de senadores, assessores de bancada de partido, assessores de comissões e de Frentes Parlamentares, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal. Assim como no caso dos parlamentares, busquei contatar não somente os assessores de parlamentares religiosos, mas também aqueles de parlamentares com projetos que se opõem às proposições dos religiosos, como autores e relatores de projetos em benefício sobretudo dos direitos LGBT e de mulheres. Mais do que

uma simples porta de entrada ao parlamentar, as conversas com assessores mostraram-se extremamente frutíferas e informativas.

Diferente dos parlamentares que, muitas vezes trazem um discurso preparado e pronto, até mesmo repetido inúmeras vezes, os assessores dispõem de mais tempo (estão em seus gabinetes de segunda a sexta-feira), menos compromissos e, acima de tudo, menor preocupação com as informações que estão prestando¹². Os assessores, de fato, trazem os bastidores das articulações, das negociações que estão vendo e acompanhando. Além disso, compõem a própria história viva do Congresso Nacional. Muitos deles trabalham no Congresso há dez, quinze, até vinte anos e já passaram por diversos gabinetes de diferentes parlamentares, ao contrário dos próprios parlamentares que em geral exercem seus mandatos de quatro anos e depois vão embora. Alguns se reelegem, é fato, mas poucos conseguem manter-se continuamente no interior do Congresso Nacional por tanto tempo quanto os assessores da Casa¹³. Além disso, muitos parlamentares são indicados para cargos no âmbito executivo em seus estados ou mesmo no âmbito federal e se afastam da atividade legislativa antes do final de seu mandato.

Com os assessores era possível agendar um horário de entrevista e vê-la sendo cumprida. Por conta de sua atividade, envolvimento com diferentes parlamentares e projetos dentro do Congresso e, sobretudo pela perenidade de

¹² Claramente essa preocupação existe também entre assessores e só foi minimizada na medida em que consegui a confiança deles no sentido de garantir que seus nomes não seriam mencionados na pesquisa. Por esse motivo, todos eles são citados anonimamente, através de nomes fictícios. No apêndice 1 desta tese, estão relacionados os locais de trabalho dos assessores. Para não incorrer em possíveis identificações, ao citar seus depoimentos, opto por não descrever seu perfil nem local de trabalho, mesmo compreendendo que essa informação poderia, em algumas situações, facilitar o entendimento do argumento proposto.

¹³ Dentre os parlamentares evangélicos que estão no Congresso há bastante tempo, destaco o caso de Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Em mandato desde 1983, Arolde esteve em alguns momentos licenciado para assumir cargo de Secretário no Estado do Rio de Janeiro, mas é talvez um dos deputados federais evangélicos a mais tempo em exercício parlamentar. Há também o caso de Benedita da Silva (PT/RJ) que também foi deputada federal constituinte em 1986 e, desde então tem se mantido como deputada federal ou senadora com exceção do período em que foi vice-governadora, governadora do estado do Rio de Janeiro, ministra de Assistência Social do governo Lula e secretária do estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Apesar das tentativas, no entanto, não foi possível conseguir um espaço na agenda de Benedita da Silva para a realização de entrevista.

sua função, os assessores têm informações não encontradas nos depoimentos dos parlamentares nem nos editoriais e noticiários de jornais.

Além dos assessores parlamentares, tive a oportunidade de entrevistar também funcionários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em razão da solicitação de alguns em manter seu anonimato, ofereço a eles o mesmo tratamento dispensado aos assessores, sem identificá-los. Destaco particularmente o caso de uma funcionária desta Secretaria que quando cheguei para entrevistá-la e pedi para gravar, respondeu: “pode gravar, mas eu não vou falar tudo”. Diante disso, quando percebi que ela estava evitando fornecer determinadas informações em razão da presença do gravador, tranquilizei-a de que seu nome não seria mencionado e desliguei o gravador, o que garantiu a ela mais conforto para falar e a mim, mais detalhes para lembrar posteriormente.

Na primeira incursão a campo, pude entrevistar seis assessores (e conversar com outros tantos) e sete parlamentares. Logo no primeiro dia, uma segunda-feira, fui recebida por um assessor que é membro da *Igreja Batista* e já atuou como assessor para assuntos religiosos junto ao governo. Atualmente, e também na época da entrevista, esse cargo já não mais existia e ele possuía outras funções na assessoria. Seu contato foi passado por um conhecido comum e sua disponibilidade para me auxiliar e me introduzir nesse meio político foi de extrema importância. Através dele, pude realizar outros contatos e, especialmente, obter informações preciosas dos bastidores do Congresso Nacional e das campanhas eleitorais.

Outra indicação de uma conhecida comum em Porto Alegre me levou a uma assessora (ateia) do partido do governo que também foi de extrema importância no sentido de suprir informações de bastidores. Em meu último dia em Brasília, uma sexta-feira que havia pré-julgado como improdutiva, pude conversar longamente com uma assessora (pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular) da Frente Parlamentar Evangélica que me concedeu nada menos do que cinco horas de entrevista gravada. Graças ao vínculo estabelecido com ela, detentora de uma vasta rede de relações, pude garantir, em minha segunda visita a Brasília um ano depois, a entrevista com outros

parlamentares, assessores e, inclusive, a participação em um evento de lideranças evangélicas realizado em um dos auditórios do Congresso Nacional.

Nesse segundo momento em Brasília, um ano após o primeiro, planejei permanecer por duas semanas no Congresso, em vez de uma e, já familiarizada com o funcionamento do Congresso Nacional, procurei não somente entrevistar parlamentares e assessores, como também participar de eventos relevantes. Assim, presenciei algumas reuniões e plenárias importantes, como a reunião da Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal cuja pauta era a votação do PLC 122/2006¹⁴, tratando da criminalização da homofobia. Tal reunião envolveu manifestantes LGBT em defesa da votação do projeto, além de parlamentares e militantes católicos¹⁵ e evangélicos, pedindo seu apensamento¹⁶ a uma proposta do Código Penal.

Além disso, acompanhei reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, sob a presidência do deputado Pastor Marco Feliciano. Em uma das reuniões, a pauta principal era a discussão de um requerimento do parlamentar João Campos para a instauração de uma CPI do Aborto. Além deste parlamentar estavam presentes uma representante do Ministério da Saúde e o coordenador da *Comissão Diocesana em Defesa da Vida e Movimento Legislação e Vida da Diocese de Taubaté*. Presentes no Plenário, os mesmos grupos de manifestantes católicos e evangélicos encontrados na reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal¹⁷.

¹⁴ Trata-se do projeto que prevê a criminalização da homofobia e que acabou tornando-se importante na análise do embate entre pentecostais e o movimento LGBT. Será melhor detalhado no capítulo 6 desta tese.

¹⁵ Importante destacar a presença de membros do Organização Católica Instituto *Plínio Correa de Oliveira* (<http://ipco.org.br/ipco/>) nos dois momentos.

¹⁶ Dentro do Congresso Nacional, o processo de apensação consiste em “Tramitação em conjunto. Propostas semelhantes são apensadas ao projeto mais antigo. Se um dos projetos semelhantes já tiver sido aprovado pelo Senado, este encabeça a lista, tendo prioridade sobre os da Câmara. O relator dá um parecer único, mas precisa se pronunciar sobre todos. Quando aprova mais de um projeto apensado, o relator faz um substitutivo ao projeto original. O relator pode também recomendar a aprovação de um projeto apensado e a rejeição dos demais.” Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/69896.html>

¹⁷ Essa reunião aconteceu no mesmo dia da votação do PLC 122/2006 no Senado (esta de manhã); a outra de tarde.

Outro evento de extrema relevância do qual pude participar nesses dias foi o *Encontro Nacional de Lideranças Evangélicas*¹⁸, que ocorreu no auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional durante dois dias inteiros. Na ocasião, a programação incluía palestras de parlamentares, assessores, pastores, um professor de escola pública, um desembargador e um padre, além de depoimentos diversos incluindo o de uma pastora evangélica indígena.

Diversas dificuldades e situações inusitadas se interpuseram nessa minha trajetória em campo. Talvez a maior dificuldade tenha sido lidar com as expectativas de meus entrevistados com relação ao meu (não) pertencimento religioso. Especialmente quando já estava minimamente conhecida, ou quando era vista nos cultos¹⁹ das quartas-feiras, inevitavelmente eu era questionada: “a qual igreja evangélica você pertence?” A resposta de eu não ser evangélica era recebida com surpresa e demandava uma série de explicações acerca das minhas (não) convicções religiosas e de meu interesse pelo tema para evitar que eu fosse confundida com uma jornalista ávida por um escândalo qualquer envolvendo um parlamentar religioso. Além desse risco, havia, a partir desse momento, um “monitoramento” maior acerca das informações que me eram concedidas. Por outro lado, nos momentos em que eu estava face a face com parlamentares e assessores evangélicos e, ao mesmo tempo, com parlamentares e assessores defensores dos direitos feministas ou LGBT, como no caso da audiência para a CPI do aborto ou na reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado cuja pauta era a votação do PLC 122/2006, sentia-me pressionada, na medida em que, de alguma forma, ambos os grupos esperavam qualquer movimento meu que indicasse um posicionamento a seu favor.

1.3.4.3 Duas limitações para o tema inicialmente proposto

Durante o período da realização da pesquisa de campo, nos dois momentos em que estive em Brasília, ainda que eu buscasse manter o foco da

¹⁸ Conforme folheto disponível no Anexo N.

¹⁹ Refiro-me aos cultos promovidos pela Frente Parlamentar Evangélica no interior do Congresso Nacional todas as quartas-feiras às 8h30min.

pesquisa previamente definido como as estratégias e apoios estabelecidos entre candidatos e religiosos nas diferentes eleições presidenciais, buscando investigar sobre os bastidores das campanhas segundo a visão dos entrevistados, deparei-me com duas limitações de ordem prática. A primeira refere-se aos próprios conhecimentos dos entrevistados a respeito do assunto. Apesar de ter entrevistado muitos assessores que trabalham dentro do Congresso Nacional há mais de 10 ou até de 15 anos, não havia nenhum que estivesse lá desde 1989, ainda que pelo menos quatro deles relatasse atuar no movimento (religioso ou social) desde a década de 1980. Mas o fato é que ainda assim, não possuíam informações do período inicial da minha investigação. No máximo conseguiam, com alguma insistência minha, pensar sobre o evento que não vivenciaram no passado, mas acompanharam à distância, pelos jornais.

Pesquisas importantes (Freston, 1993; Pierucci, 1996; Mariano e Pierucci 1996; Pierucci e Prandi, 1996, entre outros) demonstraram a atuação pentecostal na política nacional no período da Constituinte de 1986 e nas eleições presidenciais de 1989 e 1994. No entanto, poucos que não vivenciaram este fenômeno demonstram conhecimento a ponto de poder relatá-lo. O único entrevistado que me concedeu detalhes da atuação pentecostal durante a década de 1980 foi o Constituinte Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Sobre as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 eu obtive muito poucas informações. Restavam os estudos já feitos e a pesquisa documental coletada.

Já sobre as eleições de 2002 em diante, mas especialmente a de 2010, os depoimentos eram mais acessíveis. Todos os entrevistados viveram esse momento, estavam lá, participaram das negociações, ou assistiram aos acordos sendo feitos. A assessora Daniela (pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular), da Frente Parlamentar Evangélica, atuou na campanha de Marina Silva (PV) em 2010 e contou detalhes sobre sua campanha, bem como sua interpretação dos motivos que levaram Dilma Rousseff (PT) ao segundo

turno. Além disso, a assessora revelou detalhes dos bastidores das ações que culminaram com o acordo²⁰ realizado entre Dilma Rousseff e os evangélicos. O assessor Gabriel, evangélico da Igreja Batista e vinculado a parlamentares petistas conta que auxiliou na campanha de Dilma junto a parlamentares evangélicos do PT, e como defenderam Dilma das acusações sobre as questões relativas ao aborto (entre outras) que surgiram na campanha. Pelo menos dois assessores petistas revelaram vergonha pelo espaço que as questões relacionadas aos direitos humanos perderam em nome dos acordos realizados (ateia), de que “você começa a ceder um espaço que depois você não reconquista”, embora tenha sido vocalizado enquanto falávamos da eleição presidencial de 2010, revela um sentimento mais amplo, de lamento pela perda de direitos conquistados que não diz respeito apenas às eleições presidenciais. Outros assessores e também parlamentares teceram comentários acerca dos eventos que interrelacionam o campo político e o religioso no pleito presidencial de 2010. Ainda assim, tais considerações são insuficientes para construir uma tese sobre todas as eleições presidenciais. E apesar de dispor de alguns detalhes de bastidores ainda não conhecidos na literatura que investigou o fenômeno, do ponto de vista analítico, eu pouco poderia acrescentar às análises já realizadas.

A segunda limitação de ordem prática em relação à análise que buscava empreender é que, com algumas poucas exceções, não fosse o meu esforço em trazer o tema das eleições presidenciais à discussão, em geral as entrevistas seguiam outro rumo. Os entrevistados evangélicos tendiam a falar da necessidade de sua atuação para a defesa dos valores morais da família brasileira que estariam ameaçados por uma “filosofia humanista ateuista” que buscava desconstruir os valores morais. Na linha de frente dessa ação de desconstrução estariam os “ativistas homossexuais”, com estratégias bem

²⁰ Trata-se do acordo realizado entre Dilma Rousseff e um grupo de lideranças evangélicas e que resultou no documento disponível no Anexo O. Nele a candidata Dilma assume uma série de compromissos com as pautas dos evangélicos, com relação ao aborto e ao PLC 122/2006, entre outros.

definidas. Tal ameaça de destruição da família e dos valores morais colocaria o segmento evangélico e seus parlamentares em condição defensiva.

1.3.4.4 O embate entre evangélicos e movimento LGBT se mostra evidente

A editora Central Gospel, de propriedade do Pastor Silas Malafaia, acabara de lançar a tradução do livro “A Estratégia”, do reverendo americano Louis Sheldon. Nesse livro, lançado em 2005 nos Estados Unidos, o autor e fundador da organização norte americana *Coalizão dos Valores Tradicionais*, divulgava o que acredita ser “o plano dos homossexuais para transformar a sociedade”. Silas Malafaia vocaliza o conteúdo do livro e o divulga, através de carta²¹ enviada aos fiéis de sua igreja, datada de 22 de abril de 2012, solicitando oferta em troca do livro e clamando pela importância de se conhecer a “real intenção do movimento gay”. Quase de maneira imediata, diversas lideranças políticas evangélicas passam a vocalizar esse discurso que também ecoava aquele proferido pelo ativista cristão Julio Severo²², através do seu livro “O movimento homossexual”, de 1998.

No interior do Congresso Nacional, o debate em torno do PLC 122/2006, que propunha a criminalização da homofobia, acirrava os ânimos entre lideranças evangélicas, que se opunham de maneira veemente, e aquelas defensoras do projeto, que tentavam aprová-lo de todas as formas. Silas Malafaia participou de algumas audiências públicas sobre o tema no interior do Congresso Nacional, organizou a “Manifestação Pacífica em favor da família, da liberdade de expressão, liberdade religiosa e abaixo o PL 122”²³ e subsidiou os parlamentares evangélicos com argumentos que eram a mim repetidos nas entrevistas realizadas. Além disso, o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3), promulgado pelo presidente Lula em 2009,

²¹ Disponível no Anexo A.

²² Julio Severo é brasileiro, mas vive nos Estados Unidos, de onde mantém sua página na internet (<http://juliosevero.blogspot.com.br/>). Através da rede social Facebook, é possível identificar a relação de proximidade e troca de informações entre Julio Severo e alguns assessores que entrevistei. Seu livro “O movimento homossexual”, de 1998, é disponibilizado gratuitamente em sua página pessoal em formato pdf, onde denuncia também as táticas do movimento homossexual para mudar a sociedade.

²³ Conforme panfleto – ver Anexo K.

definia, entre outras, a seguinte diretriz, vinculada ao “Objetivo estratégico V - Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero”:

d) Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade.

Essa orientação para a desconstrução da heteronormatividade era apregoada pelos parlamentares e assessores evangélicos entrevistados como um risco gravíssimo, um mal que deveria ser imediatamente extirpado. O já referido *Encontro Nacional de Lideranças Evangélicas*, realizado no interior do Congresso Nacional no período em que estive em Brasília às vésperas do dia do Evangélico, em novembro de 2013, trazia uma palestra específica sobre a liberdade de expressão ameaçada pelo *PLC 122/2006*, e outra sobre os riscos para a família brasileira através da desconstrução da heteronormatividade que, segundo os evangélicos, o governo impunha à sociedade brasileira por meio de diferentes ações com o mesmo objetivo, o de destruir a família brasileira. Uma dessas ações estaria partindo do Ministério da Educação através da distribuição de livros didáticos nas escolas públicas²⁴ com conteúdo direcionado, segundo sua interpretação, à propagação da homossexualidade.

Os assessores, parlamentares e funcionários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que entrevistei de modo geral conduziam sua argumentação sobre a força política crescente, especialmente desde 2006, da Frente Parlamentar Evangélica, que estaria conseguindo “obstruir votações importantes” nos casos de projetos que fossem contra seus princípios morais religiosos. Acusavam esses parlamentares de desrespeitarem o princípio constitucional da laicidade do estado e de terem escolhido os homossexuais como seus inimigos, além de disseminar o que denominaram de “tática do terror” e de “pânico moral”. Para esses entrevistados, não são todos os evangélicos que agem assim. Os que o fazem, no entanto, são denominados por eles de “fundamentalistas” e “nazireligiosos”.

²⁴ Sobre essa ação cabe destacar o blog “De olho no livro didático”, mantido pelo professor evangélico Orley Silva, palestrante nesse evento. Endereço do blog: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/>

Segundo Miskolci (2007:112), o conceito de pânico moral “permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social”. Para Goode e Bem-Yehuda (2003), a ideia de pânico moral estaria associada ao consenso dentro de um grupo com relação a outro grupo que estaria ameaçando a sociedade e a ordem moral. Assim, o grupo ameaçado tenderia a concordar e agir no sentido de enfrentar o perigo. Esse enfrentamento, justificado como um ato de defesa levaria, segundo Miskolci (2007:112) ao “fortalecimento do aparato de controle social, novas leis ou até mesmo maior e mais intensa hostilidade e condenação pública a determinado estilo de vida”. Como veremos no decorrer dessa tese, ao acusar o movimento LGBT de impor uma “ditadura gay” ou de agir visando a “desconstrução dos valores morais através de comportamentos que estariam destruindo a família tradicional”, os pentecostais estão propagando o que Miskolci (2007) e Goode e Bem-Yehuda (2003) definiram como pânico moral.

Durante minha segunda incursão a Brasília, tive a oportunidade de acompanhar uma das sessões da Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal em que o PLC 122/2006 poderia ter ido a votação. A análise desse evento, realizada no sexto capítulo desta tese, e seus desdobramentos nos permitem perceber o clima de “guerra” entre os dois grupos presentes no interior do Congresso Nacional. É sobre isso que trato nesta tese.

A análise dos embates entre pentecostais e movimentos feministas e LGBT no período das eleições presidenciais permitiu evidenciar esse conflito para um conjunto maior de pessoas. Se em 2010, a religião invadiu o cenário eleitoral através das acusações de que a candidata Dilma Rousseff fosse favorável à descriminalização do aborto, em 2014, foi a criminalização da homofobia e a legalização do casamento homoafetivo que ganharam visibilidade. No entanto, ao invés de mostrar a influência desse segmento religioso nas disputas entre presidentiáveis, essa tese busca demonstrar que o que aparece nas campanhas é apenas a ponta de um *iceberg* bem mais profundo que, neste caso, está solidificado no interior do Congresso Nacional. Tratarei, portanto, mais dos embates entre o segmento religioso e as lideranças defensoras dos direitos LGBT do que da influência do segmento evangélico

sobre as eleições presidenciais. O foco mudou, e as eleições presidenciais de 2002, 2010 e 2014 tornaram-se mais um cenário entre outros em que disputas internas ganham visibilidade maior e, por isso mesmo, podem afetar os rumos das lutas de ambos os grupos.

CAPÍTULO 2: O CAMPO EVANGÉLICO ENCONTRA O CAMPO POLÍTICO

Essa tese versa sobre o segmento evangélico pentecostal, e sua participação na política nacional desde a década de 1980 quando o Brasil ingressa em um novo período democrático após vinte anos de ditadura militar. Este capítulo possui dois objetivos. Em primeiro lugar, identificar o grupo investigado para, em seguida, analisar sua entrada na política. Compreendendo a heterogeneidade do segmento evangélico no Brasil, inicio apresentando as especificidades do grupo aqui analisado e a maneira como este se distingue dos demais evangélicos que também participam da política brasileira.

É sobre a caracterização desse grupo enquanto ator social protagonista no fenômeno social analisado nesta tese que discorro inicialmente, buscando retratar o grupo investigado, diferenciando-o dos demais evangélicos, especialmente daqueles chamados históricos ou de missão, destacando suas especificidades e as limitações das classificações que poderiam caracterizá-los tanto no campo religioso quanto no campo político. Para melhor compreendê-los, explico de que maneira esse segmento religioso surge no Brasil, como se expande e, especialmente, como adentra na política partidária durante o período de abertura política da década de 1980.

2.1 Evangélicos no Brasil: Pentecostais e históricos

Para falar em evangélicos, é preciso considerar um segmento que se

constrói na diversidade desde sua origem. A reforma protestante iniciada por Lutero no século XVI dispara o início de um longo processo que ainda se estende por todo o mundo ocidental, constituído por cisões e reinterpretações teológicas. O sociólogo da religião David Martin (1990) define três classificações ao analisar a história do protestantismo mundial: a puritana, a metodista e a pentecostal. No Brasil, país de larga tradição Católica, onde esta igreja goza de status oficial junto ao Estado até a promulgação da primeira Constituição Republicana em 1891, o segmento evangélico vem crescendo exponencialmente, liderado pela expansão das igrejas pentecostais nas últimas décadas, como demonstra o trabalho de Mariano (2000).

Ao pensarmos no Brasil historicamente católico poderíamos estranhar tamanha influência de grupos religiosos minoritários na política. Mas uma breve análise dos dados dos Censos Demográficos nas últimas décadas, conforme tabela 1, a seguir, revela o crescimento evangélico, especialmente pentecostal, assim como a diminuição de católicos, possibilitando a compreensão de que o ativismo político não está isolado, mas acompanhado pelo crescimento demográfico e também pela inserção midiática cada vez maior desse segmento (Mariano, 1999).

Cabe salientar que previsões demográficas estimam o crescimento ainda maior desse segmento, juntamente com o declínio do catolicismo no Brasil. Segundo previsões do IBGE²⁵, se mantido o atual ritmo de crescimento pentecostal, até 2030 o Brasil terá menos de 50% da população católica e até 2040 o percentual de católicos deve aproximar-se ainda mais do de evangélicos. As principais motivações para essa mudança incluem as conversões, resultado do intenso proselitismo desses grupos e, demograficamente, o grande número de mulheres evangélicas em idade reprodutiva em um segmento populacional com maior taxa de fecundidade, indicando o nascimento de pessoas que poderão seguir a religião materna.

²⁵ Fonte: <http://oglobo.globo.com/brasil/demografo-diz-que-ate-2030-catolicos-devem-ser-menos-de-50-5362149>

Tabela 1: Identificação da população brasileira segundo sua religião (%)

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Católicos	93,7	93,1	91,1	89,2	83,3	73,8	64,6
Evangélicos	3,4	4,0	5,8	6,6	9,0	15,4	22,2
Sem religião	0,5	0,5	0,8	1,6	4,8	7,3	8

Fonte: IBGE, Censos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

De acordo com dados do Censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui cerca de 200 milhões de habitantes, sendo 42,3 milhões de evangélicos (22,2%). Em 1991, vinte anos antes, eram apenas 9% de evangélicos. Se o percentual de cristãos, unindo católicos e evangélicos, não diminuiu tanto, já que somavam 92,3% em 1991 e 86,8% em 2010, é notável o crescimento da diversidade interna a esse grupo, na medida em que a diminuição de católicos deu lugar, primordialmente, a um aumento no número de evangélicos. Dentre os evangélicos, a pulverização também é crescente, especialmente entre os pentecostais das mais diversas denominações. Assim, importa salientar que de forma alguma esse crescimento representa um grupo homogêneo considerando as próprias interpretações sobre o agir e o pensar referentes à crescente pluralização da religiosidade no Brasil.

Dois fenômenos são apontados pelos especialistas como principais responsáveis pela visível transformação do campo religioso brasileiro, acentuada desde a década de 1980. Já em 1999, Decol apontava que a queda da hegemonia católica vem acompanhada do crescimento expressivo de dois grupos: o segmento evangélico, especialmente na sua vertente pentecostal, e os declaradamente sem religião.

Conforme analisa Mariano (2013: 119), no período de 30 anos compreendido entre 1980 e 2010, o índice de católicos diminuiu 24,6 pontos percentuais, passando de 89,2% para 64,6% da população brasileira. Os evangélicos aumentaram 15,6 pontos percentuais, passando de 6,6% para 22,2% da população e os sem religião aumentaram 6,5 pontos, passando de 1,6% em 1980 para 8% da população brasileira em 2010.

Dentre os evangélicos, chama a atenção dos pesquisadores o aumento do grupo chamado de evangélicos sem denominação, não determinados ou, como define Novaes (2013), os evangélicos “genéricos”. O agrupamento de tal contingente, de 9,2 milhões de fiéis em 2010, representando 4,8% da população brasileira, gera discussões acerca da metodologia empregada pelo IBGE na coleta dos dados. Isto porque o IBGE utiliza uma questão aberta²⁶ para a coleta desta informação, devendo o recenseador anotar a resposta fornecida pelo entrevistado sem maiores questionamentos. Clara Mafra (2013: 17) questiona: “seria o agente censitário ou o respondente quem ficou satisfeito com a resposta genérica de ‘evangélico?’” Ao analisar esse contingente juntamente com os demais dados oferecidos pelo Censo, a autora sugere que parte desse grupo pode ser composta por evangélicos circulantes entre diferentes denominações, com vínculos congregacionais frouxos e recebendo influência da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)²⁷, de forma ramificada e virtual em todo o campo evangélico.

Giumbelli (2013c) menciona o fortalecimento dessa categoria genérica, sugerindo que se antes o crente precisava identificar sua denominação, agora parece bastar o termo genérico *evangélico*. Mariz (2013) refere a campanhas políticas e eventos interdenominacionais como momentos de construção de uma “identidade evangélica única”. Lideranças religiosas e políticas muitas vezes reivindicam atuar em nome de toda uma categoria genérica, não

²⁶ Segundo Decol (1999), somente na coleta de 1970 o IBGE utilizou-se de seis categorias excludentes (católica romana, evangélica, espírita, outra religião, sem religião e sem declaração) como opções de resposta para a questão acerca da identidade religiosa da população. Em todas as demais coletas, o respondente possuía a prerrogativa de oferecer sua resposta que deveria ser acatada pelo recenseador e, posteriormente, categorizada pelos analistas.

²⁷ No período de 2000 a 2010 a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) sofreu uma queda de 10,8%, representando uma diminuição de cerca de 228 mil fiéis declaradamente pertencentes à denominação. Em 2000, o Censo divulgou um total de 2.101.884 fiéis contra 1.873.243 em 2010. Diversos pesquisadores da religião (Mariano, 2013; Mafra, 2013; entre outros) acreditam que pelo menos parte desse enorme contingente de 9 milhões de evangélicos que não declararam pertencimento denominacional podem de fato ser fiéis da IURD ou ainda de outras denominações mas que, no momento da entrevista, declararam-se apenas evangélicos. Para uma interpretação mais aprofundada dos dados do Censo 2010 relativamente ao crescimento das categorias de evangélicos não determinados e dos sem religião, ver Dossiê específico divulgado pela Revista Debates do NER em 2013: Censo 2010, Laicidade e Religiosidades populares.

somente de evangélicos, mas de cristãos. Para Novaes (2013), o fenômeno que ficou conhecido como “Evangélicos não determinados” expressa continuidades e mudanças na lógica do “pertencimento evangélico”²⁸. Segundo a autora,

Ser evangélico no Brasil sempre esteve ligado à frequência e à assiduidade às atividades religiosas; mas para a atual geração juvenil, há outras formas de garantir frequência e assiduidade: pode-se ‘baixar’ cultos e louvores a qualquer hora do dia ou da noite, o que pode vir a modificar também a lógica do pertencimento denominacional. (Novaes, 2013: 113)

Essa postura no âmbito religioso também pode ser vista no campo político. Como ressalta Novaes,

Da mesma forma que esta geração reinventa formas de participação pública fora (e dentro) dos lugares usuais da política (sindicatos, partidos, movimentos organizados), sua ‘vida religiosa’ e seus ‘pertencimentos’ precisam ser compreendidos na intersecção entre territórios e redes. (Novaes, 2013: 113)

Ainda que o campo religioso brasileiro esteja sofrendo transformações acentuadas desde a década de 1980, é fundamental ter em mente que

De 1980 para cá, portanto, prosperou a diversificação da pertença religiosa e da religiosidade no Brasil, mas se manteve praticamente intocado seu caráter esmagadoramente cristão. (Mariano, 2013: 119)

Mariano (2013) destaca que, ainda que a soma entre católicos e evangélicos tenha diminuído 2,4 pontos percentuais no período de 2000 a 2010, a maioria cristã ainda agrega em 2010 86,8% da população, revelando as dificuldades de expansão enfrentadas pelas religiões não cristãs e a consequente ainda restrita diversidade religiosa fora do cristianismo.

Em entrevista ao jornal IHU On-Line, Pierre Sanchis (2012) afirma que os dados sobre religião divulgados no Censo de 2010 revelam um cenário de “pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e suas escolhas”. Interessante pensar esse cenário no que diz respeito à situação de emergência do indivíduo e suas escolhas. Em um contexto de modernidade e secularização, a individualização aparece como valor preponderante e a

²⁸ A socióloga britânica Grace Davie (2006) discute acerca do que denominou como “believing without belonging” (acreditar sem pertencer), destacando a ruptura dos vínculos institucionais entre os crentes na Inglaterra.

pertença religiosa mostra-se cada vez mais como uma escolha individual, uma opção entre tantas outras, conforme definiu Taylor (2010) em sua célebre obra *Uma era secular*. Assim, é pertinente pensar no modo como as religiões pentecostais lidam, ao mesmo tempo, com a reivindicação de uma maior regulação social, por parte do Estado, no que diz respeito à vida privada e costumes: aborto, casamento civil de casais homoafetivos, etc em contraposição à autonomia reivindicada não somente por esses grupos feministas e LGBT, mas por seus próprios fiéis.

A análise dos dados demográficos sobre religião nos sugere refletir sobre a hipótese de que, apesar da heterogeneidade interna ao campo religioso, parece haver no campo político uma intencionalidade de empoderamento dos evangélicos como força política ou grupo de pressão. Ao longo desta tese, persigo tal questão buscando verificar sua pertinência ou não.

2.1.1 Pentecostalismo no Brasil

Nesta seção descrevo, sumariamente, as características do pentecostalismo²⁹ brasileiro e suas origens norte-americanas. O movimento³⁰, originário dos Estados Unidos no início do século XX logo migra para outros países chegando ao Brasil através dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren e do italiano Luis Francescon. Berg e Vingren estabelecem-se em Belém do Pará, onde são recebidos pelos batistas³¹ da cidade e, em 1911 fundam a igreja Assembleia de Deus, hoje maior denominação evangélica do país. Já o italiano Luis Francescon estabelece-se no bairro do Brás em São Paulo tendo como interesse levar a mensagem pentecostal aos imigrantes

²⁹ As raízes do pentecostalismo são descritas no Novo Testamento, no Ato dos Apóstolos, capítulo 2. Cinquenta dias depois da ressurreição de Jesus, o Espírito Santo empoderou seus apóstolos e seguidores para “falar em línguas” (que lhes eram desconhecidas), fenômeno que ficou conhecido como glossolalia e, através delas, curar enfermos e realizar outros milagres concedidos pelo Espírito Santo. (Miller, 2013)

³⁰ Para maiores detalhes sobre o surgimento desse movimento nos Estados Unidos, ver Campos (2005b) e Miller (2013)

³¹ Sobre a relação dos batistas com os pentecostais recém chegados em Belém, ver Rolim (1994).

italianos da cidade. É recebido por lideranças presbiterianas do Brás e assim funda a primeira igreja pentecostal no Brasil, a Congregação Cristã, em 1910³².

Ao discorrer sobre o pentecostalismo no Brasil, Rolim (1994) revela que tanto os missionários suecos que fundaram a Assembleia de Deus em Belém quanto o italiano que fundou a Congregação Cristã em São Paulo, eram estrangeiros convertidos ao pentecostalismo em solo norte-americano e vieram ao Brasil trazendo apenas sua experiência religiosa sem demonstrar interesse pelos problemas sociais e políticos da população que buscavam converter. Assim, não se envolviam nas questões sociais e políticas da época naquele local em que se instalaram. O pensamento de Rolim (1994) encontra eco no universo evangélico que, através das palavras do deputado federal da Assembleia de Deus Zequinha Marinho (PSC/PA) apresenta sua releitura do passado no presente. Assim, o aparente desprezo dos primeiros missionários pelas aflições materiais dos brasileiros é justificado pelo deputado diante de sua suposta impossibilidade de participação política:

Isso é uma questão histórica, né, cultural, a Assembleia de Deus ela foi fundada no Brasil por dois suecos, né, Daniel Berg e Gunnar Vingren. O quê que ocorre? Estrangeiro não pode ficar se metendo em problemas políticos no país onde está atuando. Um missionário não pode ficar ali senão logo ele vai arrumar uma bela confusão. Então a igreja nasceu orientada pra não trabalhar as questões de política. Essa questão da cidadania era em parte anulada em função disto, correto?

Rolim (1994) relata o desinteresse dos missionários pelos problemas materiais dos brasileiros, dedicados apenas à leitura e difusão da Bíblia e dos trabalhos espirituais. Discorre também sobre o proselitismo junto a comunidades pobres e periféricas junto aos grandes centros urbanos, onde os serviços católicos pouco chegavam. Assim o pentecostalismo expandia-se nas periferias e nos estratos mais pobres da população, que eram atraídos pela oportunidade de maior participação eclesial, inclusive no sentido de pregação, considerando a definição do caráter elitista da igreja católica definida pelo autor.

³² Para detalhamento histórico da fundação das igrejas Assembleia de Deus em 1911 em Belém do Pará e Congregação Cristã em 1910 em São Paulo, ver Rolim (1994).

Rolim (1994) relata ainda que a distância geográfica e social das igrejas católicas, bem como a pouca abertura à participação pelos estratos mais pobres da população favorece, nesse período, a aproximação desses segmentos sociais com os missionários pentecostais. Afinal, ao contrário das igrejas católicas, onde é somente o padre que conduz a homilia, cabendo aos fiéis apenas rezarem e comungarem, as novas igrejas pentecostais abrem espaço para os novos membros darem seus depoimentos, pregarem, conduzirem cânticos e orações.

Além disso, Rolim (1994) argumenta que as igrejas pentecostais instalam-se nas periferias dos centros urbanos e assim, próximas dos seus fiéis que também se sentem, muitas vezes, pouco à vontade para compartilhar o mesmo espaço que a elite 'bem vestida' e frequentadora das missas católicas dominicais. Ainda assim, muitos pentecostais convertidos, sentem-se marginalizados e constrangidos a identificarem-se como evangélicos, o que também os afastava dos debates políticos do país. Segundo Baptista (2009: 150) "essas iniciativas pentecostais tinham um sentido sectário e avesso ao envolvimento na política".

Ainda que com algumas semelhanças, é preciso frisar, com apoio de Rolim (1994) e Mariano (1999) que o pentecostalismo no Brasil desde seu início, nunca foi homogêneo. Ao contrário, divergências internas remetem ao seu princípio e os casos diversos de atuação e expansão das duas primeiras igrejas pentecostais em solo brasileiro retratadas por Rolim (1994) ilustram bem uma diversidade iniciada e que tenderia a se ampliar ainda mais nas décadas seguintes.

Para efeitos dessa tese, cabe ressaltar que, quando falamos em evangélicos na política, em bancada evangélica ou, mais precisamente em Frente Parlamentar Evangélica, estamos lidando com um grupo fortemente heterogêneo. Como define Mariano (1999: 10)

O termo evangélico, na América Latina, recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista), como as

pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus, etc)

Devo salientar, no entanto, que o grupo aqui investigado, como será demonstrado a seguir, ainda que bastante heterogêneo, segue uma linha específica de pensamento que os leva a trabalharem conjuntamente no terreno político, o que demonstra sua proximidade política e religiosa.

Mariano (1999) classifica o pentecostalismo em três vertentes: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo. O termo *clássico* é relativamente consensual para classificar as duas primeiras igrejas fundadas no país, a saber, a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil, em que pese suas diferenças teológicas e eclesiais, estratégias proselitistas e formas de inserção e atuação no mundo social. Como salienta Mariano (1999), o termo *clássico* tem sido também utilizado para diferenciar as igrejas pentecostais do início do século, das chamadas igrejas *renovadas* ou *carismáticas*, surgidas a partir da década de 1960. De 1910 a 1950, segundo Mariano (1999), o pentecostalismo clássico é dominante no Brasil. As duas igrejas que o representam, apesar das diferenças têm em comum a composição

majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela igreja Católica, (...) caracterizam-se por um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior. Hoje seu perfil social mudou parcialmente. Embora continuem a abrigar sobretudo as camadas pobres e pouco escolarizadas, também contam com setores de classe média, profissionais liberais e empresários.(Mariano, 1999: 29)

Essa mudança no perfil social indicada por Mariano (1999) e comprovada a partir dos dados dos Censos de 2000 e 2010 vem acompanhada de uma intencionalidade de crescimento dos evangélicos que busca ampliar seus espaços de poder e representação social.

Para o sociólogo Ricardo Mariano as duas igrejas pentecostais clássicas tomaram rumos bem diversos nas últimas décadas. Enquanto a Congregação

Cristã tem sofrido pequenas transformações na área dos costumes e composição social, a Assembleia de Deus,

Mostra-se mais flexível e disposta a acompanhar certas mudanças que estão se processando no movimento pentecostal e (...) na sociedade. Seu deliberado ingresso na política partidária e na TV, em busca de poder, visibilidade pública e respeitabilidade social, ao lado de outras transformações internas, sinaliza de modo irrefutável sua tendência à acomodação social, à dessectarização. (Mariano, 1999: 30)

É a partir da segunda metade do século XX, então, que as classificações tornam-se mais difusas. Mariano (1999) marca o início da chamada segunda onda do pentecostalismo brasileiro a partir da entrada da Igreja do Evangelho Quadrangular³³ no início dos anos 1950 na cidade de São Paulo. Seu diferencial foi introduzir o chamado evangelismo de massas centrado na cura divina e, para tanto, utilizavam a difusão de sua mensagem através do rádio, até então considerado pelas igrejas pentecostais clássicas como diabólico e mundano. Além disso, a utilização do chamado evangelismo itinerante através de grandes concentrações evangelísticas em praças públicas, ginásios de esportes, campos de futebol.

É nesse contexto que vem ao Brasil, já na década de 1970 o evangelista batista, natural do estado americano da Carolina do Norte, Billy Graham, que exerce forte influência sobre o pastor batista Nilson do Amaral Fanini e o deputado federal Arolde de Oliveira (PSD/RJ) e, por extensão, à grande parte do segmento evangélico pentecostal. Este parlamentar batista, em entrevista concedida em dezembro de 2013 relata sobre as Cruzadas Evangelísticas³⁴ realizadas por Billy Graham no Brasil nesse período:

Batista, Billy Graham, é um grande pregador, ele era supra batista. Ele reuniu, lotou o Maracanã em 1975, inclusive a igreja Católica deu apoio também, até porque era uma mensagem né, pela família, sempre defendendo a família. Aí depois, nesse período toda a

³³ De acordo com Mariano (1999) e Campos (2011), a fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular em São Paulo no início dos anos 1950 foi precedida pelo movimento denominado “Cruzada Nacional de Evangelização”.

³⁴ As referidas cruzadas evangelísticas são eventos evangélicos de massa que Billy Graham organizava em diversos países desde 1948, geralmente em estádios, parques e outros locais públicos. Estima-se que as pregações de Billy Graham em 185 países já tenham atingido cerca de 215 milhões de pessoas. Fonte: <http://billygraham.org>.

liderança, todas as denominações evangélicas da época, as mais fortes, que era a Assembleia de Deus do campo do Madureira e enfim, as principais lideranças se reuniram em torno de uma proposta de evangelismo e tinha o pastor Nilson do Amaral Fanini, que era o grande evangelista brasileiro.³⁵

Essas grandes manifestações ganham visibilidade na imprensa, dividem opiniões e promovem a fragmentação denominacional do pentecostalismo no país. Diversas novas igrejas pentecostais surgem nesse período, sendo as principais as paulistas - Igreja do Evangelho Quadrangular em 1951, *Brasil para Cristo* em 1955 e *Deus é Amor* em 1962, além da mineira *Casa da Bênção* em 1964. O foco desse movimento, não somente no Brasil, mas em nível mundial, está na promessa do dom da cura divina.

Mariano (1999) destaca que a ênfase na cura divina, no entanto, apesar de marcar a segunda fase do pentecostalismo brasileiro, já estava presente no pentecostalismo clássico. O fato de que os missionários que se estabeleceram no Brasil e que fundaram tanto as igrejas do chamado pentecostalismo clássico - *Assembleia de Deus* em Belém do Pará e *Congregação Cristã* em São Paulo, quanto a *Igreja do Evangelho Quadrangular* da segunda fase, terem recebido influência do mesmo ministério de William Durham em Chicago, nos Estados Unidos é fundamental para identificar a importância da utilização deste dom da cura divina nas igrejas dos dois períodos.

Mariano (1999: 32) sustenta que a distinção entre esses dois momentos é menos teológica e mais evangelística e focada nas ênfases doutrinárias próprias. Assim, o autor denomina esse novo período de *deuteropentecostalismo*, justificando a escolha do radical *deutero* em razão do seu sentido etimológico que expressa a ideia de segundo, ou segunda vez.

A terceira fase do pentecostalismo brasileiro, denominada de *neopentecostal* surge na década de 1970 no contexto do Rio de Janeiro. As principais igrejas desse momento são as cariocas *Igreja Universal do Reino de Deus* (1977), *Internacional da Graça de Deus* (1980) e *Igreja Cristo Vive* (1986). Além dessas, a *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra*, fundada em

³⁵ Depoimento retirado de entrevista gravada, concedida em dezembro de 2013.

Goiás em 1976, e as paulistas *Comunidade da Graça* (1979) e *Renascer em Cristo* (1986) também se destacam no cenário que se pulveriza em diversas denominações Brasil afora neste período. Em que pese as diferentes categorizações dos estudiosos do pentecostalismo no Brasil nesta terceira fase denominada de *neopentecostalismo*, cabe salientar o caráter distintivo dos momentos anteriores, que, segundo Mariano (1999) caracteriza as igrejas que se enquadram nessa categoria. Para o autor, a principal distinção do *neopentecostalismo* com relação ao pentecostalismo clássico e ao *deuteropentecostalismo* refere-se ao seu caráter de afirmação no mundo, à ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano:

Quanto menos sectária e ascética e quanto mais liberal e tendente a investir em atividades extra-igreja (empresárias, políticas, culturais, assistenciais), sobretudo naquelas tradicionalmente rejeitadas ou reprovadas pelo pentecostalismo clássico, mais próxima tal hipotética igreja estará do espírito, do ethos e do modo de ser das componentes da vertente *neopentecostal*. (Mariano, 1999: 37)

Importante notar o processo de *neopentecostalização* pelo qual, segundo Mariano e outros estudiosos, diversas igrejas inicialmente pertencentes às fases do *deuteropentecostalismo* e mesmo do *pentecostalismo clássico* poderiam estar vivenciando ou vir a sofrer influência. Elemento importante do *neopentecostalismo* que será útil para refletir acerca da prática dos políticos religiosos em estudo nesta tese consiste na pregação da guerra espiritual, como definiu Mariano,

no sentido da exacerbação dessa cosmologia acentuadamente dualista, fundamentada na crença de que, na atualidade, vivemos e participamos de uma empedernida guerra cósmica entre Deus e Diabo pelo domínio da humanidade. (Mariano, 1999: 44)

Como argumenta Mariano, amparado por Kepel (1991) essa perspectiva teológica pressupõe uma concepção de recristianização da sociedade através da participação político-partidária e pela mídia eletrônica.

Na distinção entre evangélicos históricos ou protestantes e pentecostais, cabe destacar o caso das igrejas históricas renovadas, com forte influência pentecostal, como é o caso de batistas e metodistas renovados. Segundo Mariano,

Renovadas são igrejas dissidentes de denominações protestantes

tradicionais que adotam teologia pentecostal, incluindo, conforme as idiossincrasias do pastor local, várias das inovações teológicas identificadas com o neopentecostalismo. (Mariano, 1999: 48)

Em 1999, o sociólogo Ricardo Mariano já previa a crescente pentecostalização do protestantismo, o que tenderia a tornar cada vez menos perceptíveis as diferenças e distinções entre os grupos religiosos. Campos (2011) afirma que, desde a segunda onda do pentecostalismo no Brasil, iniciado na década de 1950, intensifica-se uma vigorosa penetração do pentecostalismo no interior do protestantismo histórico, à custa da crença de algumas lideranças de que o reavivamento proposto a partir das práticas pentecostais poderia devolver-lhes a retomada dos fiéis que vinham se deslocando para essas denominações. Aconteceu então que a partir das igrejas protestantes históricas, novas denominações surgiram, agravando ao invés de minimizar as tensões internas ao segmento. Essas denominações hoje conhecidas como igrejas renovadas, carregam traços importantes do pentecostalismo e também se aproximam politicamente dos pentecostais investigados nesta tese.

Há ainda o movimento conhecido como Renovação Carismática da Igreja Católica que também se aproxima politicamente desses religiosos. O que estou querendo destacar aqui é que, mais do que uma definição teológica que classifique e aproxime pentecostais, neopentecostais, carismáticos ou históricos renovados, o que vale observar é a proximidade política desses religiosos para a atuação conjunta na política brasileira. Se teologicamente, as divergências internas ao movimento evangélico são notáveis, politicamente também há que se ter muita cautela analítica para observar as heterogeneidades, divergências e aproximações entre esses grupos religiosos. A pretensa unidade de voto buscada por suas lideranças nem sempre acontece da forma alardeada, ainda que nos principais temas morais que os unem no Congresso Nacional em geral haja pouca variação.

Aspecto importante que analiso no terceiro capítulo desta tese diz respeito, não ao apoio político que os membros da Frente Parlamentar Evangélica recebem dos seus membros “menos fundamentalistas”, mas especialmente no seu silenciamento para os enfrentamentos realizados. É

sobre esse grupo, denominado por seus oponentes de “fundamentalistas”, que discorro na próxima seção.

2.1.2 Os evangélicos “fundamentalistas” no Brasil

A pesquisa de campo revelou uma acusação de que parte considerável dos políticos evangélicos seria “fundamentalista”. Entendo a necessidade de maior análise sobre esse termo e seu significado.

O termo *fundamentalismo* surge nos Estados Unidos no início do século XX quando um grupo de evangélicos conservadores (vinculados ao *The Bible Institute of Los Angeles*) publica uma série de 90 artigos em doze volumes, intitulada *The Fundamentals: Testimony to the truth*. De acordo com Eisenstadt (1999), estas publicações e o conseqüente surgimento do fundamentalismo podem ser considerados como uma reação à modernidade e à crescente secularização da sociedade moderna ocidental. Campos (2013) aponta a modernidade, o crescimento das cidades e a conseqüente industrialização e urbanização de cidades estadunidenses como Chicago, Boston e Nova Iorque, bem como da canadense Toronto, como as principais condições materiais para o surgimento do movimento fundamentalista. Nessas condições, inúmeras reuniões, retiros e Conferências foram realizadas, destacando-se a Conferência Bíblica de Niágara em 1895 que, segundo Campos (2013), deflagrou posições oficialmente contrárias a qualquer “nova interpretação” do texto bíblico e emitiu o documento que pode ser tomado como a certidão de nascimento do fundamentalismo onde constava

a) a absoluta inerrância do texto sagrado; b) a reafirmação da divindade de Cristo; c) o fato de que Cristo nasceu de uma virgem; d) a redenção universal garantida pela morte e ressurreição de Cristo; e) ressurreição da carne e a certeza da segunda vinda de Cristo. (PACE e STEFANI, 2002: 28)

Segundo Marsden, a palavra *fundamentalista* foi usada pela primeira vez em 1920 para descrever

esta coalizão de protestantes conservadores militantes que estavam tentando preservar o estatuto protestante reavivado do século XIX. O termo foi cunhado por um editor batista conservador, Curtis Lee Laws, para designar seu partido na batalha na Convenção Batista do Norte (a maior denominação batista do Norte). Defender os

“fundamentos” significava estar disposto a lutar por certas doutrinas fundamentais que os liberais negavam. As listas a seu respeito variavam, mas usualmente incluíam a crença na inerrância da Bíblia, o nascimento virginal de Jesus, a autenticidade de seus milagres, expiação do pecado pela morte de Cristo, ressurreição de Jesus e sua segunda vinda. (MARS DEN, 1990: 182-183)

Campos (2013) destaca o caráter polissêmico que o termo vem assumindo, especialmente desde a década de 1970. E o entende assim,

não somente por catalogar movimentos religiosos de natureza diferente, mas também por qualificar fenômenos que ocorrem fora do campo religioso – como na economia ou política, por exemplo, a configurar a laicização de um qualificativo religioso. (CAMPOS, 2013: 125)

De acordo com Tailche (2012:17), “o ‘pensamento fundamentalista’, que se manifesta de diferentes maneiras, é um pensamento violento com objetivo de dominação”. Para o autor, a violência aplicada serve para a dominação e é colocada em nome de se fazer ‘o bem’ para todos. Desse modo, o pensamento fundamentalista, sendo de base religiosa ou não, poderia levar ao confronto na sua expressão mais violenta na medida em que

O pensamento fundamentalista elimina a possibilidade de diálogo, não somente por recusar essa ferramenta para entender o outro e suas diferentes verdades, mas também por tentar impor sua verdade em toda parte como a única que deve ser seguida. (Tailche, 2012: 24)

Além disso, é importante destacar também o silenciamento do outro como um ato de violência. A acusação de que alguns parlamentares evangélicos, que denomino aqui de “núcleo duro” da Frente Parlamentar Evangélica, seriam fundamentalistas, parte de seus mais ferrenhos opositores e que os identificam como intransigentes no que se refere à defesa das suas interpretações teológicas da Bíblia e na imposição e conseqüente transposição de tais preceitos para a legislação brasileira.

Feitas essas considerações conceituais e levando em conta a heterogeneidade interna ao segmento evangélico, parece possível, no entanto, distinguir dois grupos situados ideologicamente em pólos opostos. Mesmo admitindo diferenças no seu interior, estes dois grupos, podem se unir em determinados momentos, como aconteceu por exemplo, durante a campanha presidencial de 2010. Trata-se, de um lado, do grupo geralmente chamado de

fundamentalista por seus opositores. Este grupo reúne o deputado federal pastor Marco Feliciano (PSC/SP), o senador Magno Malta (PR/ES), o deputado federal João Campos (PSDB/GO) e outras lideranças e parlamentares evangélicos. Em síntese, é o que poderíamos chamar de *núcleo duro* da Frente Parlamentar Evangélica. O pastor Silas Malafaia, ainda que não seja parlamentar, junta-se a esse grupo por conta de seus posicionamentos e apoios políticos.

Ainda que estivessem compondo a base de apoio ao governo petista na primeira gestão de Dilma Rousseff, identifiquei características nesse grupo que podem os aproximar do movimento denominado nos Estados Unidos de *direita cristã* (Finguerut, 2009 e Pereira, 2009). Segundo Finguerut (2009: 113), o movimento que se consolidou como direita cristã nos Estados Unidos caracterizando-se tanto como de caráter religioso e conservador como político “caminhou de uma condição de outsider nos anos de 1970 para uma das forças políticas mais bem organizadas e influentes (...) no limiar do século XXI”.

O autor garante que a direita cristã foi “despertada pelo medo, pela incerteza política e pela sua certeza moral íntima” (Finguerut, 1999: 114), de forma semelhante ao que trouxe os pentecostais para a atuação política no caso brasileiro. Além disso, cita como marco inicial de sua trajetória as polêmicas em torno de uma histórica decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em 1973 em um caso sobre o aborto, que teria sido precursor das futuras decisões a favor da descriminalização da prática em diversos estados norte americanos. Outro evento que marca a aproximação da direita cristã estadunidense com os pentecostais estudados nesta tese diz respeito à acusação da “estratégia gay”, ou o “plano dos homossexuais para transformar a sociedade”, revelando o que consideram como risco moral para a sociedade. Segundo o deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) divulgou na rede social *Twitter*, em 20 de janeiro de 2013:

Depois da união civil virá a adoção de crianças por parceiros gays, a extinção das palavras pai e mãe, a destruição da família. (...) Precisamos nos organizar e falar sobre esse tema nas igrejas, comunidades, convenções e escolas, NÃO À DITADURA GAY.

A fala de Feliciano, neste caso, ecoa essa acusação, que tem origem em um movimento altamente conservador nos Estados Unidos. Em 2005, o reverendo presbiteriano Louis Sheldon, fundador e presidente da organização *Coalizão dos Valores Tradicionais* nos Estados Unidos, publica em um livro³⁶ o que acredita ser as estratégias de um movimento organizado pelas lideranças dos homossexuais para destruir a sociedade e os valores morais cristãos, vocalizando naquele contexto as denúncias dos representantes da *direita cristã* em relação às conquistas de direitos por parte do movimento LGBT. A tradução deste livro chega ao Brasil em 2012 pela editora Central Gospel, pertencente ao pastor Silas Malafaia, justamente em um momento em que o debate sobre as conquistas de direitos para a população LGBT está bastante acirrada colocando em lados opostos políticos pentecostais e lideranças LGBT, como podemos verificar através dos depoimentos a seguir:

Estamos perdendo um espaço que a gente tinha conquistado, isso tá recrudescendo, tá endurecendo, muito por conta de um discurso de ódio que tem sido propagado por essa comunidade nazi-religiosa. Então é assim, a comunidade LGBT sabe que são eles o nosso calcanhar de Aquiles, que são eles os nossos inimigos se nós tivermos que também elencar um inimigo.³⁷

e a gente vem lutando, PLC 122 a gente vem lutando, em nenhum momento somos a favor de violência. Agora também não podemos ser tratados como violentos por discordarmos, uma coisa é a violência física. “Ah, mas você não concorda, é ditadura religiosa.” Ditadura está sendo do outro lado, querem impor que a sociedade se dobre. (Deputado Pastor Eurico, PSB/PE)

Os embates em torno dos projetos de lei para a criminalização da homofobia (PLC 122/2006) e da criação do Estatuto da Família (PL 6583/2013 de autoria do deputado assembleiano Anderson Ferreira, do Partido da República do estado de Pernambuco), que prevê a restrição àquelas famílias compostas por casais heterossexuais, em contraposição à proposta do Estatuto das Famílias (PL 674/2007), que prevê o reconhecimento de diversas composições familiares, ilustram essa tensão. O detalhamento dos embates

³⁶ Publicado em português em 2012 pela editora Central Gospel, de propriedade do pastor Silas Malafaia, líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

³⁷ Depoimento de assessora transexual, em entrevista concedida em dezembro de 2013.

entre movimento LGBT e lideranças pentecostais envolvendo esses e outros projetos será realizado nos capítulos quinto e sexto desta tese.

Para fins da investigação desta tese, privilegiarei a análise desse grupo, reconhecido então por seus oponentes como “fundamentalistas religiosos”. Importante destacar essa categoria como nativa, utilizada por seus adversários políticos e nunca reconhecida como legítima pelos que assim são chamados. Ao contrário, tal grupo tende a se auto intitular como “conservadores sim, fundamentalistas, reacionários, não”. Além disso, parece relevante notar o recorrente argumento entre o grupo de que estão obedecendo ao chamado da sociedade:

engana-se quem pensa que a sociedade brasileira é aquilo que a mídia coloca. A mídia coloca como se a sociedade brasileira fosse pós-moderna. A sociedade brasileira é conservadora. Não é o João Campos que é conservador, não são os evangélicos que são conservadores. A sociedade brasileira é conservadora. (Deputado João Campos, PSDB/GO)³⁸

2.1.3 Ingresso pentecostal na política

Ainda que não se possa afirmar com segurança que todos os políticos evangélicos desse grupo tenham ingressado na política a partir de uma demanda do segmento religioso ao qual pertence, de modo geral, a grande maioria assim o fez, sendo então essa trajetória perseguida na tese, do religioso que, por demanda do segmento, tenha ingressado na política institucional. Tais políticos se aproximam do que foi definido por Campos (2005a) como “políticos de Cristo”, termo cunhado por este autor para caracterizar aqueles políticos eleitos através da intermediação das igrejas evangélicas no Brasil redemocratizado, especialmente moldados pela Igreja Universal do Reino de Deus, mas não somente desta denominação, que surgiam impulsionados por um ideal de que

os candidatos evangélicos são pessoas *escolhidas* e não indicadas. São homens e mulheres de Deus, *com Jesus Cristo no coração*. Cheias do Espírito Santo. Gente que irá assumir cargos públicos para servir e não para ser servido. E que *jamais participarão de atos*

³⁸ Depoimento fornecido em entrevista realizada em dezembro de 2013.

desabonadores [e que deverão] oferecer as populações *algo novo* em matéria de representação popular.³⁹

Campos (2005a) denominou de “políticos de Cristo” a esses políticos evangélicos, majoritariamente pentecostais que se elegem a partir de uma legitimação baseada na “escolha divina”, intermediada pela Igreja. Esses políticos formam as chamadas “bancadas evangélicas” que se elegem não somente no Congresso Nacional, mas se espalham pelas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e que nutrem o sonho de eleger um presidente evangélico.

O deputado federal João Campos (PSDB/GO), ex-presidente da Frente Parlamentar Evangélica relata como se tornou candidato a deputado federal, indicado pela Igreja Assembleia de Deus, mas também apoiado pelo segmento policial, em uma demonstração da união que em muitos casos se realiza entre o segmento religioso e o policial⁴⁰:

eu fui assim como que convocado, muito mais pelas lideranças evangélicas do que pelas lideranças policiais, (...) “é você tem um perfil, nós precisamos de alguém, tal e tal” então eu acabei assumindo a candidatura e não tinha nenhuma experiência de política partidária, nunca tinha coordenado a campanha de ninguém, nunca tinha sido candidato, etc, não tinha dinheiro, não tinha financiamento. (...) a cúpula da igreja, entendia que a igreja, não como igreja, mas como segmento social organizado, deveria ter e tinha legitimidade para ter uma representação política. E aí me chamaram, a cúpula da igreja em nível de estado, mas também estava presente a liderança nacional, representada pelo bispo Manoel Ferreira que era o presidente da Comissão Nacional. E disseram “olha, nós achamos que você tem perfil, etc, nós temos esse projeto, achamos que chegou o momento de Goiás, o segmento evangélico em Goiás, a igreja AD ter uma representação e tal, e achamos que você tem vocação, que você tem perfil, você tem preparo pra isso, tem aptidão e tal”. Eu disse “muito obrigado, não quero não, estou noutra, estou bem na minha carreira, etc, etc”. “não, você não entendeu, o projeto não é seu, nós precisamos de você para representar um projeto”. O diálogo avançou, e aí a partir disso as lideranças policiais do estado, elas acharam ótimo, sempre entendiam que se fosse só o segmento policial, não tinha como botar

³⁹ *Folha Universal*, 7.7.96. In: Campos, 2006, com grifos do autor.

⁴⁰ No interior do congresso Nacional, é bastante comum a aliança entre os representantes dos evangélicos e dos policiais, as denominadas “bancadas da Bala e da Bíblia”, como acusa o deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), em artigo na revista Carta Capital: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-fundamentalistas-a-biblia-e-o-direito-a-assassinar-5047.html>

um projeto dessa dimensão, mas tendo um parceiro da dimensão da igreja, o projeto certamente seria viabilizado. Se entusiasmarem, né, e aí a coisa começou a andar. (Deputado João Campos, PSDB/GO)

O deputado federal Hidekazu Takayama (PSC/PR) também relata sobre sua chamada para proteger a igreja no Congresso Nacional:

mas eu tenho votos, quando eu digo família, eu tenho voto dos católicos e dos evangélicos de uma maneira geral e me tornei vereador, depois quando eu pensei em abandonar a política, então a minha convenção entendeu que eu poderia ser útil aqui, vamos dizer na vigília, na defesa das leis, de leis que poderiam prejudicar a igreja, se nós não tivermos parlamentares aqui, podem enfiar goela abaixo uma legislação perniciosa (Deputado Takayama, PSC/PR)

A contraposição que Campos (2005a) faz com aqueles que denominou de “políticos evangélicos” é relevante para distingui-los dos demais evangélicos atuantes no Congresso Nacional. Os políticos evangélicos seriam em grande medida protestantes históricos, em geral vinculados a setores progressistas da sociedade, já atuantes durante todo o século XX, ainda que pouco representativos do segmento evangélico. Em geral são compostos por intelectuais e lideranças políticas e religiosas denominadas de “progressistas”. Parte desse grupo liderou, durante a campanha presidencial de 2014, a campanha *Evangélicos com Dilma*⁴¹, em contrapartida aos ataques que a candidata à reeleição vinha sofrendo de evangélicos pertencentes ao outro grupo, que a apoiaram em 2010, mas depois romperam por acreditar que Dilma não teria cumprido com o acordo⁴² firmado naquela ocasião.

Pertencem a esse grupo os movimentos *Evangélicos pela Justiça (EPJ)*, o *Movimento Evangélico Progressista (MEP)* e o *Grupo Fale*⁴³, que vêm liderando, desde as eleições municipais de 2012, a campanha *Contra o voto do cajado*⁴⁴. Ainda que estes movimentos não estejam sendo protagonizados

⁴¹ A campanha *Evangélicos com Dilma*, surgiu na campanha presidencial de 2014 e foi constituída por evangélicos progressistas, em sua maioria, de igrejas históricas. O grupo lançou manifesto de apoio à reeleição de Dilma Rousseff (PT) e criou um perfil na rede social Facebook, onde lançou, cotidianamente, vídeos buscando divulgar os benefícios do governo anterior.

⁴² O resultado desse acordo está referido na Mensagem da Dilma, disponível no Anexo O.

⁴³ <http://redefale.blogspot.com.br/2014/09/voto-de-cajado-o-escandalo-da-politica.html>

⁴⁴ Trata-se de uma campanha promovida pela Rede FALE, uma organização evangélica, que critica a instrumentalização religiosa da política e o direcionamento de votos ou mesmo

diretamente por nenhum parlamentar ou mesmo partido político, muitos de seus membros possuem relação bastante próxima com o PT ou, pelo menos, com partidos de esquerda. Importante destacar que o grupo FALE, quando lança a campanha “Contra o voto do Cajado” parece direcionar tal campanha justamente ao outro grupo, dos “fundamentalistas” que pedem votos em cultos e em nome de Deus. No entanto, suas lideranças apoiam abertamente em 2014, nas redes sociais (Facebook e Twitter), a candidata à reeleição Dilma Rousseff, suscitando a reflexão sobre a amplitude do que pode ser entendido como *voto do cajado*.

Há ainda a se destacar um movimento de reivindicação de voz em nome de uma maioria cristã, o que colocaria católicos e evangélicos juntos em contraposição aos demais cidadãos não cristãos. No entanto, essa maioria cristã também é bastante diversificada e, portanto, não pode ser considerada como um bloco coeso. Por ora é pertinente salientar os movimentos protagonizados pelo grupo acusado como “fundamentalista” na utilização, quando lhes convém, do status de minoria religiosa, perseguida, ou, na outra ponta, de maioria cristã. Como exemplos das duas utilizações podemos citar o caso dos protestos contra a posse do deputado pastor Marco Feliciano enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em 2013 que, na ocasião, declarou-se discriminado por pertencer a essa minoria religiosa. Utilizou-se inclusive desse argumento para justificar sua legitimidade para assumir tal posto em uma Comissão que tem por prerrogativa representar e lutar pelos direitos humanos de segmentos minoritários. O caso específico envolvendo a indicação do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados e sua respectiva gestão no ano de 2013, no entanto, não estão explorados nesta tese.

Como exemplo do recurso discursivo em nome de uma maioria cristã, podemos citar as situações em que o pastor Silas Malafaia, liderança

indicação de candidatos, por parte de lideranças religiosas. Para maiores informações, consultar: <http://redefale.blogspot.com.br/2014/09/voto-de-cajado-o-escandalo-da-politica.html>

importante da Assembleia de Deus Vitória em Cristo no Rio de Janeiro clama sua condição de maioria cristã para falar dos riscos que a sociedade brasileira cristã estaria correndo por conta da ação dos movimentos homossexuais que estariam tentando “acabar com a liberdade de expressão”.

Evangélicos e católicos: somos maioria absoluta no país!

Em nenhum estado democrático de direito, minoria vai cercear maioria, em nenhum, e a partir de agora é assim, quem tentar mexer com liberdade de expressão e liberdade religiosa vai ter que se haver com a gente. (Silas Malafaia, em manifestação na frente do Congresso Nacional em 01/06/2011.)

No próximo capítulo apresentarei as características do sistema político eleitoral brasileiro que permite a viabilização das candidaturas e eleição de segmentos pentecostais a partir da década de 1980.

CAPÍTULO 3: O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E OS PENTECOSTAIS COMO NOVOS ATORES POLÍTICOS NA CONSTITUINTE DE 1986

Em que pese a fala constante com que buscam justificar sua atuação política, de que “o estado é laico mas a sociedade é cristã”, vale destacar que a eleição de representantes de segmentos religiosos no Brasil possui dois elementos que precisam ser considerados. O primeiro deles vem sendo amplamente explorado pela literatura (Oro, 2003; Mariano; 2009; Freston, 1994; Baptista, 2009, entre outros) e envolve questões discutidas nesta tese. Está relacionado ao interesse desse segmento religioso de se fazer representar politicamente. O segundo diz respeito à possibilidade oferecida pelo sistema político brasileiro.

Embora a representação de segmentos minoritários da população possa consistir em uma das características esperadas em um estado democrático, nem sempre o sistema político em vigor assim o permite. Discuto aqui brevemente as implicações dessas opções considerando que, mesmo que esse elemento possa configurar secundário para a análise estabelecida nesta investigação, nem por isso ele deixa de ser fundamental para compreender como esse processo se efetiva. Afinal, de nada adiantaria os religiosos se organizarem politicamente e mobilizarem seus fiéis para o voto se o sistema político fosse organizado de outra maneira. Para compreender melhor esse processo, inicio este capítulo com uma breve caracterização do sistema político eleitoral brasileiro que permite a eleição de representantes de segmentos específicos como o evangélico.

3.1 O sistema eleitoral brasileiro

Impulsionada pelos fatores políticos conjunturais que serão apresentados na última seção deste capítulo, a entrada pentecostal na política ou na vida parlamentar, desde a década de 1980, foi facilitada pelo sistema político brasileiro em vigor e pela conjuntura social. O sistema político brasileiro é aberto à participação eleitoral de grupos minoritários, religiosos ou não, especialmente pelo fato de possuir partidos (em grande medida) frágeis (Peres, 2005) e pouco ideológicos e um sistema eleitoral em que a unidade de votação é um Estado inteiro, aumentando as chances de eleição de uma minoria geograficamente dispersa.

A conjuntura social e política desde a redemocratização iniciada na década de 1980 também é favorável. O sistema bipartidário do regime militar cede lugar ao multipartidarismo. Diversos movimentos sociais organizam-se em torno dos novos partidos políticos que surgem ou reaparecem no cenário político. Entre eles está em grande medida o segmento evangélico, mas não somente, orientados pelas lideranças da Assembleia de Deus que desponta com grandes mobilizações internas para justificar sua entrada no cenário político. As motivações que propalam esse segmento rumo à participação política, que os fazem mudar um pensamento tido como sectário e avesso à participação política para dar lugar a outro que busca inserir-se nas disputas eleitorais e na elaboração de projetos e política públicas são tratadas na próxima seção e novamente trazidas à discussão na medida em que se mostram relevantes.

Para compreender, no entanto, a participação e força política crescente desses grupos minoritários no jogo político brasileiro, é preciso entender as regras definidas pelo Código Eleitoral Brasileiro que possibilita a representatividade que alcançam. De acordo com a legislação eleitoral brasileira⁴⁵, para existir legalmente, um partido político precisa registrar-se com o total de 500 mil assinaturas junto ao Supremo Tribunal Eleitoral. Para ter direito a eleger um deputado federal, o partido precisa alcançar o mínimo de

⁴⁵ Fonte: Código Eleitoral. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14737.htm

3% dos votos na Câmara dos Deputados, distribuídos por pelo menos cinco estados, com o mínimo de 2% em cada um deles. Preenchendo essas regras, o partido fica apto a competir por um assento na Câmara dos Deputados, tanto sozinho ou em coligação, baseado no sistema representativo proporcional. O partido apresenta uma lista aberta⁴⁶ de candidatos, sem definir ordem de preferência. O sistema eleitoral de lista aberta é dedicado a eleger representantes legislativos, como deputados e vereadores. As cadeiras conquistadas pelos partidos são ocupadas pelos candidatos mais votados de uma lista. Outra possibilidade são as coligações entre partidos que funcionam como uma lista única, onde os mais votados, independentemente do partido, elegem-se (Nicolau, 2006). Esse dispositivo aumenta as chances eleitorais de minorias geograficamente dispersas, como os grupos religiosos de segmentos pentecostais, objeto desta tese.

Cada cidadão tem a opção de votar em um candidato ou partido/coligação. O voto é obrigatório para todos os cidadãos com idade entre 18 e 69 anos. Após a eleição, o Tribunal Superior Eleitoral calcula o coeficiente eleitoral, excluindo os votos brancos e nulos. Após o cálculo, todos os candidatos do mesmo partido ou coligação são somados para determinar o número de assentos que cada partido/coligação terá direito. As vagas de cada partido/coligação são distribuídas para aqueles candidatos que obtiveram as maiores votações individualmente.

É justamente essa particularidade do sistema proporcional com lista aberta, vigente no Brasil, que possibilita a eleição dos parlamentares evangélicos. Isso porque eles conseguem se eleger com os votos de eleitores que se identificam com suas propostas mesmo que dispersos geograficamente

⁴⁶ Os estudos sobre o sistema de lista aberta no Brasil, de modo geral procuram compreender a formação das preferências eleitorais: podem ser exploradas sobre o ponto de vista da atuação parlamentar, bem como das decisões legislativas. Estas investigações procuram compreender como as regras do jogo influenciam o comportamento político dos deputados. Diversos autores, ancorados na teoria da escolha racional, atribuem às práticas clientelistas (pork-barrel) um reforço na estratégia parlamentar, que por sua vez resultaria em deputados mais ambiciosos (Ames, 1995, 2001; Carey e Shugart, 1995; Figueiredo e Limongi, 2002; Leoni, Pereira e Rennó, 2007; Samuels, 2003; Snyder e Samuels, 2001), o que causaria impacto em suas carreiras políticas. (Madeira, 2006; Pereira e Rennó, 2007).

dentro do mesmo estado da federação. O sistema distrital, diferentemente, delimitaria uma região geográfica que poderia não concentrar número suficiente de eleitores de um segmento e a lista fechada privilegiaria os escolhidos pelo partido. O deputado federal Arolde de Oliveira (PSD/RJ) defende o sistema proporcional representativo vigente e denuncia que acredita haver um projeto de desconstrução social que, para inibir a eleição dos evangélicos, estaria propondo modificações no sistema político através da reforma política.

Uma das propostas da reforma política é o voto em lista ou então o voto distrital porque dentro desse conjunto de desconstruções, os ideólogos da desconstrução perceberam que os evangélicos são a cidadela mais forte da resistência e para desmontar isso nada melhor do que o voto em lista ou o voto distrital, porque se fizer aí o voto em lista a gente não consegue, um ou outro por acaso vai conseguir se eleger porque vai entrar numa lista que quem vai decidir é o presidente, é o dono do partido, percebeu? E se for voto distrital, a mesma coisa, porque dentro do distrito a eleição é majoritária, e quem decide quem são os candidatos são os partidos, quer dizer tira toda a nossa, fortalece o partido e tira o poder proporcional do segmento. Então eu acredito que hoje o voto melhor para a sociedade dentro dos parlamentos seja aqui, sejam Assembleias Legislativas, sejam as Câmaras de Vereadores é esse voto que nós temos, o voto proporcional. É o que melhor representa.

Como veremos adiante nesta tese, os parlamentares evangélicos, como bem definiu Arolde de Oliveira, posicionam-se contra a reforma política, especialmente no que se refere a mudanças que possam limitar sua eleição e participação política.

Apesar do grande número de partidos com representação no Congresso Nacional, desde 1994 dois partidos principais (PT e PSDB) vêm polarizando as eleições majoritárias para a presidência da república. No âmbito legislativo, no entanto, desde as eleições de 1986, o número de partidos que consegue eleger candidatos tem crescido a cada pleito. Naquela ocasião, doze partidos garantiram vaga na Câmara dos Deputados. Em 1990 foram dezoito partidos, em 2002, dezenove, em 2006 vinte e um; em 2010, vinte e dois e, em 2014,

vinte e oito partidos elegeram pelo menos um candidato à Câmara dos Deputados⁴⁷.

Com relação aos pleitos presidenciais, o quadro a seguir apresenta os dois principais candidatos com os respectivos partidos que os apoiam, em cada uma das disputas.

Quadro 1: Principais candidaturas e apoios partidários nos pleitos presidenciais de 1989 a 2014.

1989	Lula (PT)	Collor (PRN)
	PT, PSB, PCdoB	PRN, PSC, PTR, PST
1994	Lula (PT)	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
	PT, PPS, PSB, PC do B, PV	PSDB, PFL, PTB
1998	Lula (PT)	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
	PT, PDT, PSB, PC do B, PCB	PSDB, PFL, PPB, PTB, PSD
2002	Lula (PT)	José Serra (PSDB)
	PT, PL, PMN, PCB, PC do B)	PSDB, PMDB, PFL
2006	Lula (PT)	Geraldo Alckmin (PSDB)
	PT, PMDB, PRB, PC do B	PSDB, PFL, PPS
2010	Dilma (PT)	José Serra (PSDB)
	PT, PMDB, PDT, PC do B, PSB, PR, PRB, PSC, PTC, PTN	PSDB, DEM, PPS, PMN, PT do B
2014	Dilma (PT)	Aécio Neves (PSDB)
	PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS, PC do B	PSDB, SD, PMN, PEN, PTN, PTC, DEM, PT do B, PTB

Fonte: Composição própria a partir de dados oficiais coletados nas páginas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

Importa salientar que nos pleitos presidenciais de 1989, 1994 e 1998, a candidatura do Partido dos Trabalhadores concentrava suas coligações somente com partidos vinculados a correntes de esquerda no espectro ideológico partidário. Tal tendência muda visivelmente a partir do pleito de 2002, quando o Partido dos Trabalhadores amplia sua base de apoio para outros partidos de corrente ideológica de centro e direita. Juntamente com essa ampliação, vieram os apoios das lideranças e políticos evangélicos que, desde

⁴⁷ Fonte: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>

1989 demonizavam⁴⁸ a candidatura de Luis Ignácio Lula da Silva (Freston, 1994; Mariano, 1999; Mariano, 2009; Oro e Mariano, 2010)

Ainda que deputados estaduais e federais possam ser eleitos com votos de segmentos opositores aos grupos religiosos, como no caso de feministas e homossexuais⁴⁹, defensores da descriminalização do aborto e do casamento homoafetivo, por exemplo, a atividade parlamentar dos representantes desses grupos pode ser dificultada na medida em que os parlamentares religiosos colocam efetivas resistências internas para a aprovação dos projetos cujas bandeiras possibilitaram a eleição pelos votos de uma parcela minoritária. Além disso, assessores entrevistados revelam o caso de parlamentares que não se reelegeram porque defendiam projetos considerados polêmicos, como aqueles que previam direitos civis à população LGBT e, especialmente o caso do PLC 122/2006, que previa a criminalização da homofobia e, após intensos embates que serão apresentados mais adiante nesta tese, foi apensado ao projeto de reformulação do Código Penal.

Nas eleições majoritárias à Presidência da República, a necessidade de negociação e formação de alianças com segmentos opostos surge ainda no período da campanha eleitoral. É nesse momento que representantes dos mais diversos movimentos vão buscar o comprometimento dos candidatos com relação às suas reivindicações. Sendo eleito, o governante passa a receber a cobrança das promessas firmadas durante a campanha eleitoral.

Importante frisar que o Brasil adota o sistema político conhecido como *presidencialismo de coalizão*. Cientistas políticos explicam os efeitos desse

⁴⁸ A demonização, pelos pentecostais, do Partido dos Trabalhadores e da candidatura de Lula nas eleições de 1989, 1994 e 1998 tem sido amplamente mencionada pelos pesquisadores da relação entre religião e política. Caberia destacar os trabalhos de Freston (1994), Mariano (1999 e 2009), Pierucci, 1996; Baptista, 2009, Oro e Mariano (2010), entre outros.

⁴⁹ Uma rápida análise na composição do perfil dos parlamentares eleitos para o Congresso Nacional revela que tanto o movimento feminista quanto o movimento homossexual não possuem representantes na proporção de sua população. A deputada federal Iara Bernardi (PT/SP) em entrevista concedida em 2013 define que “isso não dá voto, pelo contrário, tira”. Outra assessora entrevistada (ateia) também confirma que o “movimento LGBT não consegue eleger seus representantes, porque não tem dinheiro para campanha” e também porque “o movimento está escondido, nos guetos”. Além disso, outro assessor entrevistado (católico) confirma que “o movimento é muito dividido, há muitas organizações (...) e o movimento não consegue lançar e sustentar um candidato”.

sistema para a democracia brasileira. Inicialmente o termo foi cunhado pelo cientista político Sérgio Abranches, para quem

O Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o 'presidencialismo imperial', organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei (...) 'presidencialismo de coalizão' (...) É um sistema caracterizado pela instabilidade, de alto risco e cuja sustentação baseia-se, quase exclusivamente, no desempenho corrente do governo e na sua disposição de respeitar estritamente os pontos ideológicos ou programáticos considerados inegociáveis, os quais nem sempre são explícita e coerentemente fixados na fase de formação da coalizão" (Abranches, 1988: 22-27).

Sérgio Abranches (1988) retrata um sistema presidencialista com poder parlamentar distribuído entre vários partidos, levando o presidente eleito a firmar alianças que seriam mais comuns no sistema parlamentarista. Assim, é preciso construir alianças com os diferentes partidos no sentido de estabelecer uma maioria que venha a formar a base de sustentação do governo. Justamente por reunir partidos e lideranças com orientações políticas diversas, a coalizão revela forte disputa interna e contradições nas ações realizadas quando comparado com o programa inicial do governo eleito. Deste modo abrigando uma pluralidade de interesses heterogêneos, o sistema é descrito pelo autor como um *dilema institucional brasileiro*. A idéia de dilema vem do fato de que, diferente do sistema parlamentarista, no presidencialismo, a legitimação ao cargo máximo da nação vem através do voto direto. No entanto, isso não torna o governo independente. Ao contrário, ele precisa construir uma maioria de apoio no Congresso para poder governar. O Congresso por sua vez, ainda que tenha poder para influenciar na condução do governo, não possui força política o suficiente para conduzir o governo como deseje. Ou seja, os dois poderes são interdependentes.

De acordo com o cientista político inglês Timothy Power (2011), o presidencialismo de coalizão não é exclusividade do sistema brasileiro na medida em que governos de coalizão são encontrados em 78% dos países que adotam o sistema parlamentarista e 66% dos países presidencialistas. No caso brasileiro, a pesquisa de Power (2011) demonstra que a maioria dos parlamentares, apesar de apoiar o sistema, o associa com práticas negativas como o clientelismo, corrupção, rotatividade partidária, morosidade nas

decisões e até mesmo incerteza quanto ao resultado das urnas, na medida em que o eleitor escolhe o presidente mas não prevê as alianças que serão formadas e que caracterizarão o futuro governo. Para Power,

essa mistura entre atitudes positivas e negativas em relação à governança coalizacional ecoa o veredito dado por Kurt Weyland em sua recente avaliação do regime político brasileiro como um todo: 'a crescente sustentabilidade de uma democracia de baixa qualidade no Brasil'. (Power, 2011: 25.)

Diferentemente da conceitualização proposta por Abranches (1988) que pontua diversos fatores institucionais promotores de risco de instabilidade política entre o executivo e o legislativo através desse sistema, autores como Figueiredo e Limongi (1999; 2003) e Santos (2003) sugerem que o Brasil consolidou um sistema político que, a exemplo do parlamentarismo, garantiria ao executivo um domínio sobre a agenda do parlamento. Segundo Moisés (2011),

Os constituintes de 1987-88 decidiram manter as prerrogativas outorgadas ao presidente da República pelo regime autoritário de 1964- 1985 no que tange ao direito de iniciar legislação. A exemplo do antigo decreto-lei, eles institucionalizaram o poder exclusivo do executivo de emitir medidas provisórias capazes de alterar de imediato o status quo; confirmaram a prerrogativa unilateral dos presidentes de introduzir legislação tributária e o orçamento da união e, no mesmo sentido, ampliaram a sua competência quanto à organização administrativa do Estado, as decisões sobre os efetivos das forças armadas e as medidas de política externa, como tratados internacionais. Em poucas palavras, as análises mostraram que os presidentes brasileiros podem iniciar com exclusividade legislação em áreas específicas e forçar unilateralmente a sua apreciação pelo legislativo, utilizando-se para isso tanto de prerrogativas constitucionais – pedidos de urgência na votação de matérias do seu interesse ou emissão de medidas provisórias com força de lei -, como de procedimentos regimentais que centralizaram o processo de tomada de decisões no Congresso Nacional em mãos das mesas diretoras e do Colégio de Líderes. Os presidentes podem, assim, impedir que eventuais minorias parlamentares venham a se constituir em veto-players capazes de dificultar ou bloquear as suas iniciativas. Além disso, o executivo tem em mãos, além da distribuição de cargos aos partidos que formam a sua base de apoio, a liberação das emendas individuais dos parlamentares apresentadas quando da aprovação do orçamento federal (Abranches, 1988; Amorim Neto, 2006; Santos, 2003). (Moisés, 2011: 8-9)

Figueiredo e Limongi (2003) revelam a eficiência do sistema em impor restrições à atuação especificamente legislativa dos parlamentares, limitando

assim a sua eficácia institucional. Segundo os autores, o Congresso Nacional teria amarrado as próprias mãos, ao aceitar uma configuração institucional que delega a iniciativa e o poder de agenda ao executivo. Ainda assim, os autores afirmam que os parlamentares podem ou não aprovar as iniciativas dos governos. Moisés (2011), no entanto, sugere que desde a Constituinte o que mais tem acontecido é o Congresso desempenhar um papel mais reativo ao invés de propositivo. E as poucas iniciativas que lançam limitam-se a poucas políticas distributivistas, localistas e simbólicas, em grande parte incapazes de alterar o sistema vigente ou de introduzir políticas públicas relevantes. Em razão disso, diagnostica um processo de “encarceramento ou travamento” do parlamento, comprometendo parte de sua autonomia e capacidade de ação (Santos, 2003). Para Moisés,

A supremacia do executivo sobre o parlamento tem sido tão grande, após a democratização, que acabou por transformá-lo – e não o Congresso Nacional – no grande legislador no Brasil. (Moisés, 2011: 8)

O autor defende ainda que essa delegação da maioria legislativa ao executivo

traduz as expectativas do contingente majoritário dos eleitores, mas as minorias – como as eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010 demonstraram – podem somar perto de 50% dos eleitores; assim, a pluralidade de interesses que constitui as sociedades complexas implica em que, quando os governos majoritários não incluem as preferências das minorias em suas iniciativas, alguns setores da sociedade têm de apoiar-se – afora ações na esfera do poder judiciário – nas instituições de representação para expressar as suas preferências a respeito das políticas públicas relevantes, mesmo se essas não corresponderem aos objetivos ou à vontade imediata do executivo. (Moisés, 2011: 10)

Considerando esses fatores, o autor sustenta a democracia representativa brasileira como de baixa qualidade no sentido de o poder legislativo possuir menos autonomia para de fato exercer as funções de representação da sociedade, bem como a fiscalização e controle do poder executivo. Nesse aspecto, destaca-se de extrema importância para os parlamentares evangélicos aqui estudados, a aproximação e alianças com o executivo no sentido de garantir que a presidência da república esteja

comprometida com a implementação de políticas públicas afinadas aos interesses desse segmento social.

Com relação à filiação partidária desses parlamentares evangélicos, há dois partidos que merecem destaque na medida em que concentram grande número de evangélicos e assim, nos auxiliam a compreender a atividade religiosa na política democrática brasileira. Trata-se do PSC (Partido Social Cristão) e do PRB (Partido Republicano Brasileiro), os quais apresento brevemente a seguir.

3.1.1 O Partido Social Cristão (PSC)

O Partido Social Cristão (PSC) é criado em 1985 e obtém seu registro definitivo em 1990, quando elege o governador do estado de Alagoas - Geraldo Bulhões. Inspirado pelos ideais do ex vice-presidente da república Pedro Aleixo⁵⁰, o PSC nasce

sustentado na Doutrina Social Cristã, inspirado nos valores e propósitos do Cristianismo, em busca de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O Cristianismo, mais do que uma religião, representa para o PSC um estado de espírito que não segrega, não exclui nem discrimina. Aceita a todos, independentemente de credo, cor, raça, ideologia, sexo, condição social, política, econômica ou financeira.⁵¹

Já em 1989, o PSC integra a coligação que elege Fernando Collor de Mello pelo PRN (Partido da Renovação Nacional) como presidente do Brasil, contra o candidato Luiz Ignácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores). Desde as eleições de 2002, o PSC tem representado em sua sigla parte importante dos parlamentares que compõem a Frente Parlamentar Evangélica. Para a assessora Daniela (membro da Igreja do Evangelho Quadrangular) da Frente Parlamentar Evangélica, “o PSC nasceu para abrigar esse povo”. Segundo ela, embora a maioria dos partidos considere a objeção

⁵⁰ Pedro Aleixo foi constituinte em 1934, apoiador do golpe que instituiu o Estado Novo em 1937 e um dos fundadores da UDN (União Democrática Nacional). Liderança civil no golpe de 1964, filiou-se à Arena e se tornou ministro da Educação e Cultura no governo Castelo Branco em 1966 e vice-presidente da República na gestão de Artur Costa e Silva, no período de 1967 a 1969. Apesar desse histórico autoritário, é lembrado como idealizador do PSC e como um dos brasileiros que “tinham o objetivo de contribuir para a consolidação da democracia no Brasil”. Fonte: site PSC: <http://psc.org.br/partido-social-cristao/historico.html>

⁵¹ Segundo site oficial, disponível em : <http://psc.org.br/partido-social-cristao/historico.html>

de consciência e outros fatores religiosos para liberar os parlamentares em votações específicas como no caso de aborto, há casos de parlamentares que se sentiram prejudicados em seus partidos. Interessante notar que os exemplos fornecidos pela assessora envolvem o caso de dois parlamentares que saíram do PT depois de terem sido punidos por votarem em projetos contra o aborto, descumprindo uma orientação partidária, e que não migraram para o PSC e sim para o PV. A assessora Daniela (IEQ) explica, nestes casos, a escolha pelo PV:

Quando os dois saem do PT, eles não têm lógica dos dois ir pra um partido de direita Janine. Não tem lógica porque eles... o Henrique Afonso construiu a sua vida em cima dessa questão, como é que ele vai pro PSDB, como é que vai pra um partido de direita? Seria rasgar toda a história dele, aí ele pega um partido de esquerda. Qual o que tem mais a ver com a vida dele? Henrique Afonso também é ambientalista, Henrique Afonso defende questão indígena, Henrique Afonso é do Acre. Então ele viu que o melhor partido era o PV. E ele teve a garantia, porque vai ele e Marina junto pro PV, e o Bassuma. Eles tiveram a garantia: “venham”. E aí foi um monte de pastor, de que haveria uma reformulação no estatuto do partido, e que inclusive a questão da droga seria retirada, a questão do aborto, é o partido deixaria o pessoal livre. Foi uma enganação, eles não fizeram isso e por isso é que Marina sai do PV.

Interessante notar esse movimento de parlamentares religiosos em direção ao PV (Partido Verde), na expectativa de que esse partido os acolhesse e legitimasse suas demandas, na medida em que o Partido Verde traz em seu eixo programático⁵² a descriminalização do uso de drogas e do aborto.

Em 2002, o PSC elege sete deputados federais, sendo quatro deles da *Assembleia de Deus*; em 2006 são dezenove deputados eleitos, oito evangélicos, sendo seis da *Assembleia de Deus*, um *Batista* e um da *Igreja do Evangelho Quadrangular*. Nas eleições de 2010, o PSC integra a coligação que sustenta a candidata do PT, Dilma Rousseff como presidente do país, elege dezessete parlamentares, sendo onze deles evangélicos, oito da *Assembleia de Deus*, um da *Igreja do Evangelho Quadrangular*, um Presbiteriano e um da

⁵² Conforme programa disponível em: http://pv.org.br/wp-content/uploads/2016/06/programa_web.pdf

Igreja Renascer. Nas eleições de 2014, o PSC rompe com a presidenta Dilma e lança candidatura própria à presidência da república, o Pastor Everaldo Pereira, membro e pastor da *Assembleia de Deus Ministério de Madureira* e que obtém 0,75% dos votos válidos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para a atual legislatura, iniciada em fevereiro de 2015, o PSC elege treze parlamentares, sendo nove destes evangélicos e seis pertencentes à *Assembleia de Deus*, dois *Batistas* e um da *Igreja Mundial do Poder de Deus*. Ainda que o PSC não abrigue somente parlamentares evangélicos, é notável a presença desse segmento no interior da agremiação, especialmente de políticos vinculados à igreja *Assembleia de Deus*, a maior⁵³ denominação pentecostal do país.

3.1.2. O Partido Republicano Brasileiro (PRB)

O Partido Republicano Brasileiro (PRB) é criado em 2005 por lideranças políticas ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus. Antes disso, parte das suas lideranças pertencia ao Partido Liberal (PL) e depois ao PMR (Partido Municipalista Renovador). As lideranças dessa denominação religiosa são as primeiras a apoiar formalmente o candidato à presidência da república pelo PT, Luís Inácio Lula da Silva, no segundo turno de 2002, que contava com José Alencar, na época filiado ao Partido Liberal, como candidato a vice. Em agosto de 2005 o Partido Municipalista Renovador recebe seu registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral. Em setembro do mesmo ano, o vice-presidente da república José Alencar, declaradamente católico, filia-se à denominação, já conhecida como sendo o “partido da *Universal*”⁵⁴. No mês seguinte, a convenção do partido aprova a sugestão de José Alencar para a troca do nome do partido para Partido Republicano Brasileiro (PRB). Em seu primeiro pleito

⁵³ Segundo dados do Censo demográfico 2010, divulgado pelo IBGE em 2012, um total de 12.314.410 brasileiros se declararam fiéis da Assembleia de Deus, o que não significa que uma única denominação ou liderança exerça influência direta sobre esse conjunto da população como um todo. Como apontam diversos pesquisadores da área (CITAR), a Assembleia de Deus é heterogênea em seu interior, abrigoando muitas vezes grupos concorrentes nos campos político e religioso.

⁵⁴ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3009200502.htm>.

federal, um ano depois, o partido comemora a eleição de José Alencar como vice presidente da república, bem como a eleição do senador do estado do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella e do deputado federal, também deste estado, Leo Vivas, ambos membros da *Igreja Universal do Reino de Deus*.

Durante a legislatura 2007-2010 outros oito parlamentares membros da *Igreja Universal do Reino de Deus* migram⁵⁵ para o Partido Republicano Brasileiro, de modo que a bancada do partido termina sua legislatura com nove deputados federais, todos eles evangélicos, sendo sete da *Igreja Universal do Reino de Deus*, um da *Metodista Wesleyana* e um da *Assembleia de Deus Ministério Madureira*.

No pleito de 2010 são eleitos oito parlamentares pelo partido, todos evangélicos da *Igreja Universal do Reino de Deus*, com exceção de um que pertence à *Assembleia de Deus*. Outros sete deputados federais vinculados à *IURD* assumem como suplentes no decorrer da legislatura ou migram de partido totalizando, assim, quatorze⁵⁶ deputados federais ao final de 2010.

Nas eleições de 2014, o Partido Republicano Brasileiro revela-se o partido que mais cresce, conquistando vinte e um assentos na Câmara dos Deputados, sendo o oitavo partido mais bem votado, com 4.423.993 dos votos válidos. Com tal resultado, o PRB abandona a categoria dos partidos “nanicos” e se consagra como um partido de porte médio. Do total de parlamentares eleitos, pelo menos dezessete são evangélicos, quatorze da *Igreja Universal do Reino de Deus*, dois da *Assembleia de Deus* e um da *Congregação Cristã*. Quanto aos outros quatro, um é o declaradamente católico ex-apresentador da

⁵⁵ Em 1994, Freston já mencionava a tendência de nomadismo partidário ente os pentecostais. No entanto, após essa migração, o PRB tem demonstrado a lealdade partidária de seus membros pertencentes à *IURD*, o que indica muito mais uma lealdade religiosa do que partidária.

⁵⁶ O número total de quatorze parlamentares foi obtido em consulta ao site da Câmara dos Deputados no endereço http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=54&Partido=PRB&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, no entanto, informa um total de dez parlamentares que teriam finalizado o mandato pelo PRB ao final da legislatura em 2014, o que representaria um crescimento de 110% na bancada eleita para a legislatura 2015-2019. (Fonte: DIAP, Radiografia do Novo Congresso – Legislatura de 2015 a 2019).

Record de Televisão, Celso Russomano (SP) e três não têm sua religião identificada. Ainda que a maioria dos seus parlamentares seja pertencente à *Igreja Universal do Reino de Deus*, há alguns poucos parlamentares não pertencentes a essa denominação.

Por esta razão muitas vezes argumenta-se contra as acusações de que o PRB seria de fato um partido desta igreja. No entanto, um ponto importante a se considerar é que desde a criação do partido em 2005, todos os parlamentares pertencentes à *Igreja Universal do Reino de Deus* estão filiados ao PRB, com exceção feita somente a dois parlamentares que, nas eleições de 2006 elegeam-se, um pelo PR e outro pelo PTB⁵⁷. As eleições de 2010 e 2014, portanto, não elegeam nenhum parlamentar membro da *Igreja Universal* que não fosse do PRB. Tal situação, no entanto, longe de significar um fator favorável a qualquer caracterização de fidelidade partidária, parece muito mais, um fator de fidelidade religiosa.

O caso desses dois partidos revela que, embora não possamos defini-los como ‘partidos evangélicos’, é fato que concentram as duas maiores participações de religiosos no Congresso Nacional. A pesquisa de campo revela que a ideia de se ter um partido que possa congregar todos ou, pelo menos, boa parte dos parlamentares evangélicos que, assim, ficariam livres de orientações partidárias que vez ou outra os coloca em contraposição aos seus valores morais cristãos, é recorrente entre os componentes da Frente Parlamentar Evangélica, gerando muitas vezes, controvérsias entre eles, como atesta o deputado gaúcho da *Assembleia de Deus*, Ronaldo Nogueira (PTB/RS):

Existem alguns deputados dessa base da Frente que até pensam, defendem a tese de que todos os deputados da Frente sejam todos do mesmo partido. Eu sou contra isso, porque daí você vai caracterizar que o segmento, a igreja tem um partido. A igreja não deve ter partido. A igreja ela deve continuar na sua missão bíblica, que é a de pregar o evangelho, ensinar todas as coisas que Jesus mandou né, e batizando em nome do pai, do filho e do Espírito Santo. Essa é a missão da igreja, se a igreja fizer isso ela já está

⁵⁷ Trata-se de Davi Alves da Silva Junior (PR/MA) e do teólogo e apresentador de televisão Paulo Roberto (PTB/RS). Os dois não se reelegem na candidatura seguinte.

contribuindo com a sociedade. (...) Se a igreja tem um partido, ela deixa de ser olhada como igreja. Me parece que ela perde o respeito, né. (...) Então eu sou contra a igreja ter partido político e estou combatendo dentro da Frente.

Baptista (2009) também destaca esse debate entre os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica, e a preferência pela não criação de um partido evangélico. Para o autor,

a presença nos diversos partidos tem-se constituído em estratégia para ampliar a capilaridade dos evangélicos no Parlamento, facilitando a conquista dos objetivos da Frente. (Baptista, 2009: 303)

Essa estratégia apontada por Baptista (2009) não ocorre de modo deliberado e evidente, mas como algo que, analiticamente, podemos verificar acontecer.

Mais comum parece ser a tese de que a divergência partidária não interfere no funcionamento das ações da Frente Parlamentar Evangélica. Alguns parlamentares entrevistados por mim assim manifestam-se:

E hoje nós somos um segmento importante aqui dentro. Só tem dois partidos políticos que tem mais deputados do que a Frente Parlamentar Evangélica. É claro que nós, como somos da Frente, é suprapartidário. Politicamente nós tratamos as coisas do nosso partido mas politicamente o que interfere nas nossas questões de foro íntimo, nós somos evangélicos, trabalhamos juntos, você percebeu então? Nesse tipo de tema, que são os nossos valores, que é a vida, a família, todos os nossos valores cristãos. Isso é mais forte do que os valores partidários. Então por isso que a gente segura muita coisa, enfim, que está acontecendo aqui (Deputado federal Arolde de Oliveira - PSD/RJ)

eu estou com o partido até que não fira meus princípios. Então na hora que a decisão do partido é ir pelo norte e o princípio meu é sul, o partido vai pelo norte e eu pelo sul. O partido vê, bota pra fora, faz o que quiser. É inegociável, não negocio princípios. (Deputado federal Pastor Eurico - PSB/PE)

Levando em conta as regras do sistema político eleitoral apresentadas, na próxima seção explanarei sobre o contexto como os pentecostais inserem-se na política partidária na década de 1980, caracterizando-se como os “Políticos de Cristo” tal como denominado por Campos (2005a) ou, ainda, como “fundamentalistas”, tais como acusados por seus oponentes.

3.2 Pentecostais como novos atores políticos

O período da abertura política do país na década de 1980 marca efetivamente a entrada dos pentecostais no cenário político. Segundo Gonçalves (1990: 82), o jornal da igreja *Assembleia de Deus*, o *Mensageiro da Paz*, em edição no ano de 1978 já defendia: “crente vota em crente”. Neste ano, porém, as candidaturas de evangélicos ainda eram restritas. Nas eleições de 1982, a *Assembleia de Deus*, precursora do ativismo político pentecostal de 1986, ainda não havia aberto a participação de suas lideranças. A edição de maio de 1981 do jornal da Assembleia de Deus, *O Mensageiro da Paz*, noticiava que a *Convenção Geral da Assembleia de Deus* decidira que o ‘ministro titular que desejasse exercer a política partidária deveria se licenciar das atividades pastorais’, demonstrando uma atitude perante o ativismo político entre os pastores completamente diferente do projeto eclesialístico de quatro anos mais tarde (Freston, 1994: 41).

O início da mudança passa a ser notado nas eleições de 1982, mas ainda de forma tímida. Neste ano, o pastor batista Nilson do Amaral Fanini⁵⁸ lidera a campanha, entre evangélicos, do recém-fundado Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena, no Rio de Janeiro. Evento relevante neste cenário é a concentração política organizada por Fanini no estádio do Maracanã onde, homenageando o presidente militar João Batista Figueiredo, lança o também batista e ex-militar Arolde de Oliveira como candidato a deputado federal. As articulações de Fanini rendem o mandato de Arolde de Oliveira e a concessão de um canal de televisão no Rio de Janeiro que ele recebe do governo após as eleições (Freston, 1994:40). Mas essa articulação toda possuía origem na década anterior sob influência do já citado evangelista batista estadunidense Billy Graham.

⁵⁸ Nilson do Amaral Fanini foi presidente da Convenção Batista Brasileira por 14 vezes e presidente da Aliança Batista Mundial no período de 2000 a 2005. Foi proprietário da TV Rio no período de 1987 a 1992, quando esta foi comprada pela Record. Importante liderança batista, cursou a Escola Superior de Guerra em 1981 junto com Arolde de Oliveira, a quem influenciou diretamente, tanto no campo religioso quanto político.

Freston (1994) garante que o recém-inaugurado PDS (Partido Democrático Social) não era o único partido a lançar candidatos protestantes nas eleições de 1982, mas que “todo o leque de partidos apresentou candidatos protestantes”, lançando uma tendência que viria a se intensificar nos anos seguintes. Segundo o autor, houve até mesmo um candidato petista a deputado estadual em São Paulo, que usou o slogan ‘trabalhador pentecostal vota em trabalhador pentecostal’. No entanto, é somente em 1986 que as igrejas pentecostais começam de fato a oficializar candidatos. A candidatura de Arolde de Oliveira em 1982, segundo o próprio político, não foi projeto da *igreja Batista*⁵⁹, mas um desejo próprio que, segundo ele, não possuía relação com sua atividade religiosa.

Após 21 anos de ditadura militar, o contexto social na década de 1980 oportuniza espaço de reivindicações para novos atores políticos que passam a exigir a redação de uma nova carta Constitucional que pudesse conduzir o país nos rumos da democracia que se pretendia instaurar. Logo no início do governo Sarney, em 1985, esse debate fez-se presente. Quando o presidente José Sarney convoca a Constituinte, cria também a Comissão de Estudos Constitucionais, que viria a ser presidida pelo constitucionalista Afonso Arinos com o intuito de elaborar um Anteprojeto Constitucional. Na ocasião, centenas de evangélicos se mobilizam para a indicação de nomes na sua composição. Depois de muito debate e negociações, referendado pela *Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil*, o reverendo presbiteriano Guilhermino Cunha, pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, é nomeado pelo Presidente da República e participa dessa comissão na condição de evangélico. (Sylvestre, 1986: 28)

Neste período de redemocratização do Brasil caracterizado pela efervescência de movimentos sociais de diversos setores da sociedade, até então limitados pela ditadura militar, vigente desde o golpe de 1964, diferentes grupos sociais, antes silenciados e/ou inexistentes, passam a se organizar e

⁵⁹Na *igreja Batista*, segundo entrevista realizada em dezembro de 2013 com assessor (Batista) de bancada pertencente a esta denominação “não existe a partidarização, apoios a candidatos”.

manifestar em busca da garantia de seus direitos. As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986 escolhem os parlamentares para redigir a nova Constituição Federal e é nela que os diferentes segmentos sociais buscam ter seus direitos assegurados. Também por essa razão, diferentes grupos, até então distantes das cadeiras legislativas, como os evangélicos pentecostais, constroem suas representações.

Nesse contexto de redemocratização, grupos religiosos, especialmente não católicos, passam a reivindicar seu espaço, lutando pela maior aplicação de fato, do já formalmente cedido pedido por liberdade religiosa.

O já identificado crescimento demográfico da população pentecostal brasileira acompanha sua inserção na política partidária especialmente a partir das eleições para a Constituinte em 1986 (Pierucci, 1996; Freston, 1993, Mariano e Pierucci, 1996), quando os evangélicos abandonam o lema *Crente não se mete em política* (Sylvestre, 1986; Pierucci, 1996; Freston, 1993 e Mariano, 2009 e 2011) e passam a adotar o slogan: *irmão vota em irmão*.

Baptista (2009) afirma que, a partir de meados dos anos 1980, inaugura-se, entre os pentecostais, a “era das candidaturas oficiais”. A bancada evangélica passa a ser reconhecida pela imprensa, depois de ter eleito para a Assembleia Nacional Constituinte em 1986, 32⁶⁰ parlamentares evangélicos, 18 deles pentecostais (Pierucci, 1996). Uma das principais motivações das lideranças pentecostais para essa mudança de atitude e pensamento, de acordo com Freston (1993), estava relacionada ao seu próprio crescimento demográfico, juntamente com o desejo de defesa de seus interesses religiosos, entre eles o combate a qualquer movimento pela descriminalização do aborto e pela regulamentação da união civil homoafetiva e outros direitos civis a este grupo social.

O temor, amplamente disseminado (Mariano e Pierucci, 1996) de que a Igreja Católica poderia retomar seus privilégios junto ao Estado, a suposta ameaça à liberdade religiosa e a luta por seus interesses institucionais e pela

⁶⁰ No entanto, dois parlamentares assumiram depois como suplentes, totalizando assim, 34 assentos na Constituinte.

moralidade cristã tradicionalista (Mariano, 2009 e 2011) também compõem a justificativa para seu repentino ativismo político. Além disso, ameaças relacionadas aos perigos advindos da possibilidade de descriminalização do aborto, da liberalização do consumo de drogas e da regulamentação da união civil de homossexuais são apresentadas com a necessidade de serem combatidas em nome da preservação da moral cristã, da família e da manutenção dos bons costumes.

Conforme Freston (1994), a motivação de lideranças pentecostais para o ingresso na política relaciona-se especialmente com a preocupação com a liberdade religiosa⁶¹ e os direitos que se poderiam conquistar a partir dela.

Assim, através da participação na Constituinte, as lideranças pentecostais buscam fazer valer a sua voz, ampliando seus valores para uma maior parte da população brasileira. Temem, ou, ao menos, alegam temer que a nova Constituição beneficie a Igreja Católica ameaçando a sua liberdade religiosa, juridicamente existente desde o advento da República em 1889, mas ainda reivindicada em razão da consolidação do pluralismo religioso no Brasil⁶². Como demonstra Mariano (2011: 249), “a concorrência entre católicos e evangélicos (antes restrita ao campo religioso) migrou para as esferas midiática e política”.

No entanto, com relação às reivindicações morais, católicos e evangélicos parecem estar juntos. Conforme Mariano (2011), os católicos embora com estratégia política diversa – não participam diretamente da política através da eleição de suas lideranças⁶³, mas através da pressão que estas exercem sobre parlamentares e dirigentes políticos – também lutam para que a

⁶¹ Vale salientar que enquanto as lideranças pentecostais clamam por liberdade religiosa para si, há uma série de estudos comprovando a intolerância religiosa desse segmento, especialmente das igrejas neopentecostais, para com o campo religioso afro-brasileiro. Ver textos compilados por Silva (2007)

⁶² A liberdade religiosa alcançada, que possibilita o pluralismo religioso no Brasil, surge como resultado de intensa disputa entre diferentes grupos religiosos (especialmente espíritas e praticantes das religiões afro-brasileiras e, posteriormente os pentecostais) e os católicos, conforme demonstrado por Giumbelli (2002) e Montero (2006).

⁶³ O número de católicos que se tornaram candidatos a cargos eletivos aumenta a partir da década de 1990, conforme Mariano (2011), especialmente impulsionados pela ameaça pentecostal, dado o crescente número de parlamentares pentecostais a cada legislatura.

nova legislação não libere direitos sexuais e reprodutivos, nem atente contra a “moral e os bons costumes”.

Considerando o contexto exposto, é possível concordar com Freston (1994: 41) no sentido de considerar a Constituinte de 1986 como “o estopim para a politização pentecostal.” Fato marcante desse momento é a defesa da participação política, por parte de vários líderes da *Assembleia de Deus*, durante Convenção Geral realizada no município de Anápolis, Goiânia, em 1985. Nessa ocasião, lideranças religiosas aprovam a convocação de um encontro nacional em Brasília, contando com a presença de todos os presidentes das Convenções Estaduais e mais um representante de cada estado. Freston (1994: 42,43) expõe o processo pelo qual as Convenções Estaduais da *Assembleia de Deus* são realizadas nesse período e como a importância da participação política vai ganhando força, respaldando o lançamento de candidaturas oficiais da igreja.

O jornal de maior circulação dessa denominação, *O Mensageiro da Paz*, começa a falar de política em quase todos os números. (Freston, 1994: 43). O pedido para que a *Assembleia de Deus* se envolva, enquanto instituição, na política do país vem também de políticos evangélicos de outras denominações, como de Iris Rezende⁶⁴ e do batista Daso Coimbra⁶⁵, evidenciando a organização de um projeto político evangélico maior, não somente de uma igreja.

Em novembro de 1985, a ordem dos ministros Batistas do Rio de Janeiro promove, no templo da *Igreja Batista do Méier*, um seminário intitulado ‘Os evangélicos e a Constituinte’, com ampla repercussão no âmbito daquela denominação (Sylvestre, 1986: 28). Mesmo considerando a ampliação das

⁶⁴ Membro da Igreja Cristã Evangélica e então Governador de Goiás no período de 1983 a 1986.

⁶⁵ Daso Coimbra exerceu sete mandatos consecutivos (1963-1991) na Câmara dos Deputados. Antes de se eleger deputado federal, foi deputado estadual no estado do Rio de Janeiro por duas vezes (1955-1963). Integrou os quadros dos partidos PP, PTB, PSD, Arena, PMDB e PRN.

Fonte:

http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103839&tipo=0

participações para além da *Assembleia de Deus*, bem como a heterogeneidade e diversidade interna dessa denominação que agrega o maior número de evangélicos do país, é relevante destacar o protagonismo dessa denominação desde o início do processo até os dias atuais.

Além disso, outro ator importante, ainda antes das eleições, é Josué Sylvestre, liderança da *Assembleia de Deus* e assessor do Senado, que lança o já mencionado livro *Irmão vota em irmão* (1986), buscando persuadir as igrejas, suas lideranças e fiéis a entrarem de vez na política partidária do país. Para isso, utiliza-se de passagens bíblicas e argumentos de que ‘política não é pecado’ e de que “para um político evangélico ser usado por Deus, é necessário primeiro que os crentes votem nele” (Sylvestre, 1986: 37). Seu apelo parece em consonância com o espírito do movimento pentecostal da época, e surte efeito.

Já na apresentação do livro de Josué Sylvestre, Esaú de Carvalho defende que:

Não sabemos quem serão os Constituintes brasileiros, que irão dar ao país uma Constituição nova. Sem saber quais os constituintes, não sabemos como será essa nova constituição. Mas se soubermos ter nela setenta ou oitenta evangélicos, a nossa confiança será grande. Graças a essa preocupação foi que recebemos de Josué Sylvestre esta fonte de benção para nos conscientizarmos de que ‘irmão vota em irmão’. (apresentação de Esaú de Carvalho in: Sylvestre, 1986: 24)

Saliente-se a pretensão, já nesse período, de eleição de setenta a oitenta deputados evangélicos, cifra que será alcançada dezesseis anos depois, no pleito de 2002.

Um elemento importante é o imaginário criado em torno da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) como um momento em que seria possível reescrever o Brasil, ou pelo menos impedir que outros o reescrevessem. A Constituinte é vista como um tempo diferente. Esaú de Carvalho, ao apresentar o livro de Sylvestre, define que

o tempo agora é de falar. Depois de elaborada, pela Assembleia Nacional Constituinte, a nova Constituição Brasileira, então já não será mais tempo de falar e sim tempo de obedecer. Boa ou má, a nova Carta Magna terá de ser obedecida, segundo mesmo os preceitos do Evangelho, que nos submete às autoridades

constituídas e às leis da sociedade em que vivemos. É importante não deixar passar calados o tempo de falar. (apresentação de Esaú de Carvalho in: Sylvestre, 1986: 25)

De fato, a Assembleia Nacional Constituinte, conforme também afirmou Freston (1994: 65), mobilizou muitas 'minorias' e os pentecostais tinham consciência disso. Além disso, começaram a manifestar o desejo de uma representatividade no Congresso equivalente à sua composição demográfica. Conforme Sylvestre:

A comunidade negra está ativíssima, os índios estão se arregimentando; os homossexuais têm seus candidatos; a Legião da boa Vontade; os comunistas; os direitistas; espíritas e umbandistas; até os adeptos do herético 'reverendo Moon' estão se organizando para financiar e apoiar a eleição de parlamentares comprometidos com suas doutrinas ou interesses. Todos estão preocupados com as eleições para a Constituinte, pois sabem que esse é um momento decisivo para os destinos da nacionalidade e, por consequência, de grave importância para a definição do espaço de cada segmento da sociedade no contexto geral da Nação. (...) Numa constituinte livre e democrática, o normal, o desejável, o necessário até, é a representação proporcional de todas as tendências de pensamento e de comportamento existentes no país. (...) Se 18% da população são de evangélicos e protestantes, é natural que seus representantes à Constituinte sejam proporcionais a esse contingente (Sylvestre, 1986: 33-34)

Esse desejo por uma representação parlamentar equivalente à sua população demográfica se mantém ao longo das legislaturas vindouras e, até o presente momento, não chegou a se concretizar. No entanto, eles não se vêem apenas como mais um grupo no cenário político democrático buscando seu espaço. A consciência do crescimento numérico, conforme Freston (1994:65) se ampara em uma releitura da Bíblia. A justificativa anterior ao apoliticismo passa a dar lugar à necessidade de se valorizar a participação política. A expressão bíblica: 'E o Senhor te porá por cabeça e não por cauda' passa a ser utilizada para justificar a vontade divina. (Mensageiro da Paz: março de 1985).

O esforço maior nesse momento acontece no sentido de sensibilizar os pastores e demais lideranças evangélicas sobre sua responsabilidade para com a participação política, conforme expressou Sylvestre:

Pastores do Brasil, em nome de Jesus Cristo, despertem para a realidade da conjuntura nacional; não deixem seus rebanhos sem uma orientação segura, coerente, oportuna e bíblica. (Sylvestre, 1986: 83)

Sylvestre (1986: 35) divide os pastores e lideranças evangélicas do país em três grupos segundo suas atitudes em relação à política: o primeiro reúne aqueles que, segundo ele, possuem conscientização realista e disposição para apoiar candidaturas evangélicas. O segundo, para ele o “maior contingente, é formado por pessoas simples, sem boa formação teológica e sem base cultural, cujo comportamento é de indiferença e até de combate a qualquer tomada de posição política por parte dos evangélicos. São os que, ingenuamente, afirmam que política é pecado, ‘é coisa do Diabo’, e o crente que se candidata a postos eletivos ou participa de atividades partidárias está a um passo do desvio da fé e não está agradando a Deus.” (Sylvestre, 1986: 35). O terceiro tipo descrito por Sylvestre reúne aqueles pastores e lideranças que votam nos “amigos do Evangelho”, ou “amigos da causa”.

A maioria destes, no entanto, é formada por políticos malandros, as chamadas ‘raposas’ que, às vésperas das eleições começam a aparecer nas igrejas evangélicas e nos gabinetes pastorais, oferecendo ajudas e vantagens em troca dos votos dos crentes. (Sylvestre, 1986: 55)

O clamor de Sylvestre é também direcionado às mulheres e jovens: “Participemos todos desse mutirão nacional” (Sylvestre, 1986: 85). Esse novo espírito de participação parecia mesmo estar espalhando-se por vários setores do segmento evangélico do país. Comitês Evangélicos Pró-Constituinte são organizados em vários estados da federação. Em Brasília é instalado o GEAP ‘Grupo Evangélico de Ação Política’, que funciona como um núcleo promocional de seminários, conferências e outros estudos sobre os problemas nacionais (Sylvestre, 1986: 29). Além disso, jornais evangélicos de circulação nacional como o *Mensageiro da Paz*, *Ultimato*, *O jornal Batista* e *O Estandarte* publicam comentários e notícias sobre o tema.

Diversos acadêmicos (Freston, 1993, Mariano, 2009, Pierucci, 1996) demonstram a explicação do envolvimento evangélico utilizando a ideia de uma suposta ameaça⁶⁶ à liberdade religiosa. Além disso, surgem indícios do que

⁶⁶ Sobre descrições da discriminação sofrida pelos evangélicos ver Sylvestre (1986: 42)

poderia estar sendo idealizado como um projeto coletivo de poder político. Segundo Sylvestre,

Para que sejamos ouvidos e respeitados, para que a discriminação contra os evangélicos declarada ou disfarçada mas sempre odiosa e injusta seja eliminada, só há um caminho prático: a eleição de irmãos nossos para todos os postos eletivos. (...) No dia 15 de novembro próximo, poderemos começar a ser cabeça neste país. Basta multiplicar o número de deputados estaduais que temos atualmente. (Sylvestre, 1986: 43-44)

Entrevista com o pastor José Wellington Bezerra da Costa realizada por Paul Freston para sua pesquisa de doutorado traz explicações para a 'perseguição religiosa' que os pentecostais acreditavam sofrer e que, segundo ele, impulsiona sua entrada na política. Paul Freston explica que a tão reivindicada liberdade religiosa, na verdade, para muitos líderes evangélicos significa mais do que o simples direito de existir num estado laico. Os chefes da Assembleia de Deus alegam que seus membros são vítimas de discriminação. Referem-se não mais aos "abusos individuais do passado, mas sim, do tratamento desigual como comunidade". E revelam um disputa por espaço com os católicos:

os evangélicos não são consultados pelo governo em decisões realmente importantes, como o é a CNBB; há poucas capelanias evangélicas nas forças Armadas; imagens ainda são entronizadas em repartições públicas; os recursos públicos vão desproporcionalmente para 'grupos religiosos pretensamente majoritários'. (Sylvestre, 1986: 41-44)

Segundo Freston (1994: 66-67), as lideranças pentecostais utilizaram a suposta ameaça de sua liberdade religiosa para iniciar uma disputa por espaço na religião civil: "Tendo chegado quase à igualdade de praticantes, a religião evangélica (e sobretudo o pentecostalismo) agora exige igualdade de *status* na vida pública." Tal igualdade diz respeito à captação de recursos públicos, concessões de emissoras de rádio e televisão, além do próprio espaço político também. Lideranças da denominação falam da 'ameaça à família' que a sociedade brasileira estaria sofrendo. Como já mencionado, haveriam tentativas, dizia-se, de incluir na nova Constituição a legalização do aborto, das drogas e do casamento homossexual. Era, de fato, o prenúncio da reivindicação por controle social na área do comportamento e dos costumes

que as lideranças religiosas já exerciam com seus fiéis, transposta para o conjunto da população brasileira. Essa reivindicação vem sendo construída ao longo das décadas seguintes de modo a hoje se verificar a disputa no cenário nacional, especialmente tendo os movimentos LGBT e feministas como adversários políticos.

Freston também reitera o movimento pentecostal de entrada na política como um ato de defesa cultural. Ortiz (1988: 130), lembra que “a televisão penetrou em todas as classes sociais”. Acompanhando essa expansão, o regime militar introduz a censura artística. Quando a abertura política relaxa a censura, o impacto sobre os costumes poderia ser grande. Assim, as lideranças da *Assembleia de Deus* encarnam a percepção de uma ameaça cultural e o desejo de ter legisladores que priorizassem esse enfrentamento. (Freston, 1994: 67).

Como veremos nos próximos capítulos desta tese, é justamente em nome dessa ameaça aos valores da família tradicional e da moralidade cristã, que os políticos pentecostais vêm justificando sua atuação, reivindicando a aprovação de projetos de lei que regulamente alguns aspectos de esferas privadas dos costumes e dos comportamentos individuais. A defesa da família tradicional, o combate à homossexualidade e seus direitos civis, os direitos reprodutivos das mulheres, o combate ao aborto, são temas que unem esse grupo e os movem a justificar suas práticas políticas. Para defenderem-se da acusação de “fundamentalistas” religiosos, buscam embasar suas proposições em interpretações jurídicas da Constituição Federal.

É importante destacar, portanto, que esse movimento político já vinha sendo gestado há algum tempo. Josué Sylvestre, uma das principais lideranças da Assembleia de Deus no período da Constituinte, destaca a “necessária participação dos evangélicos para a solução de problemas brasileiros”:

Venho falando sobre o assunto deste livro há muitos anos; desde quando, ainda na juventude, em atividades de liderança estudantil, como presidente de entidades a nível municipal, estadual e nacional, estudando os problemas da Nação e percorrendo o Brasil em todas as direções, entendi o quanto os evangélicos podem contribuir para a solução dos problemas brasileiros. (Sylvestre, 1986: 27)

Essa contribuição, mencionada por Sylvestre quando busca sensibilizar as lideranças evangélicas para a participação política na Constituinte, é reforçada pelos políticos evangélicos que justificam a atuação política para a resolução dos problemas que afligem a nação brasileira. O deputado federal Zequinha Marinho (PSC-PA) defende que a igreja evangélica possui uma missão no Brasil, mas ainda não acordou para tal. Ao que parece, um projeto político baseado em uma cosmogonia, em um mundo sobrenatural, diferentemente dos partidos convencionais que defendem questões morais e religiosas mas em uma perspectiva secular. Segundo ele, é preciso ter uma visão

mais panorâmica da coisa. Tem um versículo da Bíblia que diz: “Jesus disse: Vós sois o sal da terra.” Pra quê que serve o sal? sal serve pra duas coisas: uma coisa é temperar, a outra é pra preservar, né. Então o sal além de dar o tempero ele preserva. O quê que a sociedade está nessa situação se tem tanto sal, não é? A igreja do tamanho que ela é hoje, do tamanho que ela é com o poder que ela tem, com a estrutura que ela tem se ela tivesse um treco chamado visão de missão, era rápido. Era aí em dez, quinze anos você tinha um país completamente diferente. Mas Deus é o dono da igreja, a hora que ele quiser que a igreja enxergue vai fazer enxergar. Talvez alguns enxergam hoje, mas outros não enxergam, né. Se a grande liderança, a “nata” enxergasse e tivesse um compromisso, era rapidinho. Seria rapidinho, dez anos, quinze anos você teria um perfil de sociedade completamente diferente. Porque a igreja é grande!⁶⁷

De acordo com o deputado, a igreja tem força, mas não tem visão e depende de Deus para fazê-la enxergar. Então Deus ainda não teria decidido agir para resolver, através da Igreja, os problemas sociais do Brasil. Ao ser questionado sobre por quê Deus ainda não teria feito a Igreja perceber as saídas para os problemas brasileiros, o deputado afirma que “Deus não age enquanto a sociedade não estiver pronta”.

Como veremos no quinto capítulo desta tese, a Frente Parlamentar Evangélica defende a vigilância dentro do Congresso Nacional como sua função primordial. Além disso, definem também como parte da sua contribuição

⁶⁷ Entrevista realizada com o deputado federal Zequinha Marinho (PSC/PA), concedida em dezembro de 2012.

fundamental para a sociedade brasileira, a formação política externa ao Congresso, através das *Jornadas Nacionais em Defesa da vida e da família*⁶⁸.

Parece inegável a afirmação de Freston no sentido de que as eleições de 1986 marcam a mudança da “face política do protestantismo brasileiro”. Como demonstra o autor

o leque de denominações, estabilizado entre 6 e 8 há duas décadas, amplia-se para 10 nas eleições de 1982, saltando para 14 na legislatura 1987-1991. A AD vai de um para 13 parlamentares, se distanciando de todas as demais igrejas. Os batistas vêm depois, bem à frente dos outros históricos. A IPB desaparece por completo nas eleições de 1990, após 40 anos de representação contínua no Congresso. A Igreja Universal do Reino de Deus, com pouco mais de uma década de existência, sobe para o terceiro lugar.” (Freston, 1994: 45)

Se podemos tomar a *Assembleia de Deus* como a igreja pentecostal precursora⁶⁹ dessa participação pentecostal na política partidária, é também necessário salientar que ela não esteve sozinha. Quase que de maneira imediata, a *Igreja do Evangelho Quadrangular* segue o exemplo da *Assembleia de Deus*, e sua convenção de 1985 decide também apresentar candidatos oficiais à Constituinte de 1986. Em entrevista a mim concedida em dezembro de 2012, o deputado federal Josué Bengston, presidente da *Igreja do Evangelho Quadrangular* no Pará, confirma a dinâmica dessa denominação para a escolha dos seus candidatos oficiais a cada eleição. Segundo ele:

Em todo o Brasil a gente procura se organizar, mas onde nós estamos mais avançados é no Pará que o povo todo participa, em outros estados é numa reunião de pastores que se escolhe. Eu entendi que é muito melhor permitir que o povo todo participe porque sempre quem participa da escolha, participa da eleição, é muito mais fácil. Tanto é que na última prévia que nós fizemos participaram da prévia quase 80 mil pessoas, e foram os votos que eu tive na igreja, eu tive 82 mil, (...) isso politiza o povo, é um voto de opinião politizado.

Essa ideia de “politizar o povo” aparece como central nos discursos dos parlamentares e assessores da Frente Parlamentar Evangélica, como veremos

⁶⁸ Falarei sobre essas Jornadas no capítulo seis desta tese.

⁶⁹ Mesmo guardando a devida referência ao pioneirismo da Igreja *O Brasil para Cristo* na década e 1950 e 1960, é preciso destacar que o protagonismo desse ativismo institucional pertence à *Assembleia de Deus*.

mais detalhadamente no capítulo seis, sobretudo no caso das Jornadas Nacionais em defesa da vida e da família.

Além disso, pesquisa de Oro (2003) demonstra a importância da influência da prática política da *Igreja Universal do Reino de Deus* e sua Teologia da Prosperidade para as transformações nos campos religioso e político brasileiro desde a Constituinte de 1986.

Considerando a heterogeneidade interna do segmento evangélico, é importante destacar também os pronunciamentos dos evangélicos contrários ao envolvimento do segmento na política. Pouco antes das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986, o presbiteriano Caio Fábio, à época futuro presidente da *Associação Evangélica Brasileira*, declara na edição de novembro de 1986 da revista evangélica *Ultimato*: “sinto-me enrubescido de véspera pela vergonha que alguns evangélicos nos farão passar”, deixando claro que, na sua opinião, o fato de ser evangélico não qualifica a liderança para a prática política. Além disso, essa declaração de Caio Fábio revela uma discordância em relação ao posicionamento político entre os evangélicos, como já apontado.

Independentemente dos movimentos contrários ao ativismo político evangélico, interno ou externo ao grupo, o fato é que a participação desse segmento na política do país a partir da Constituinte de 1986 mostra-se crescente e constante. Freston demonstra que

em apenas cinco anos após a eleição de 1986, haviam chegado ao Congresso quase tantos evangélicos quanto em toda história anterior. Os pentecostais, antes insignificantes, passaram a predominar, enquanto o número de históricos permaneceu estável. (Freston, 1994: 46).

Essa explosão pentecostal⁷⁰, no entanto, como já demonstrado, resulta de iniciativas bem articuladas nas suas denominações. O autor expõe que pelo menos 21 dos 27 congressistas pentecostais do mandato de 1987 a 1992 eram

⁷⁰ De 1933 a 1987, a predominância dos mandatos é de parlamentares históricos, 47 (94%) contra 3 (6%) de pentecostais. De 1987 a 1992, há 22 (45%) de históricos e 27 (55%) de pentecostais. (Freston, 1994: 46)

candidatos oficiais: 12 da *Assembleia de Deus*, 4 da Universal do Reino de Deus, 2 da Igreja do Evangelho Quadrangular e 3 de outras igrejas pentecostais ou carismáticas que tiveram o apoio oficial da *Assembleia de Deus*. Freston argumenta que somente pentecostais trabalham com esse modelo de candidaturas oficiais, ao contrário das igrejas históricas, que não o fazem. Segundo ele, “as [igrejas] pentecostais ainda reivindicam o controle das grandes áreas da vida dos membros, inclusive o direito de orientá-los sobre em quem votar.” (Freston, 1994: 46) Na medida em que os políticos pentecostais, através da atuação organizada no Congresso Nacional, reivindicam aprovação de leis que incidem diretamente na vida privada dos cidadãos brasileiros, estão de certa forma reivindicando um controle moral não somente dos seus fieis, mas do conjunto da população. E esse controle, como demonstro nos próximos capítulos estende-se por diversas esferas da vida social, como a família, a educação, a saúde e a arte/cultura.

Naquele período de redemocratização do Brasil na década de 1980, a *Assembleia de Deus* é a maior denominação evangélica e a única nacional em extensão. É também a primeira a se organizar para o lançamento de candidatos oficiais e a que mais obtém representantes. A escolha partidária, no entanto, não parece ter sido uma preocupação dessa denominação desde o início. Freston (1994: 48-60) demonstra que boa parte das suas lideranças que ingressaram na política praticam o chamado nomadismo partidário.

Após a criação do Partido Republicano Brasileiro (PRB) em 2005, diversos políticos evangélicos, especialmente os membros da *Igreja Universal do Reino de Deus*, ligados a partidos diversos, migram para esta nova sigla, que vai se consolidar, especialmente a partir do pleito de 2010, como o “partido da *Igreja Universal*”.

Com relação ao perfil dos candidatos oficiais, parece pertinente destacar que, embora caracterizada como uma igreja sobretudo de pobres, a *Assembleia de Deus* não tinha por hábito indicar como candidatos oficiais seus membros que são também líderes em sindicatos, movimentos sociais ou que tenham qualquer outro envolvimento político prévio. Ou seja, os candidatos oficiais são oriundos de uma veia política formada naquele período dentro da

própria igreja. O levantamento de Freston (1994: 55) acerca dos 49 evangélicos que chegaram ao Congresso Nacional entre 1987 e 1992, aponta que 23 tinham algum vínculo com a mídia.

Fonseca (2004) identifica cinco perfis dominantes entre os políticos evangélicos, sendo um deles, o dos parlamentares ligados aos meios de comunicação de massa. Entre estes, estariam apresentadores, radialistas, cantores e proprietários de emissoras de rádio e televisão e que transformam seu carisma religioso em potencial de votos. Entre os políticos atuais nesse perfil destacam-se os senadores Magno Malta (PR/ES), Marcelo Crivella (PRB/RJ), e os deputados federais Arolde de Oliveira (PSD/RJ) e Celso Russomano⁷¹ (PRB/SP), entre outros.

A próxima seção trata da atuação dos pentecostais eleitos durante a elaboração da nova Constituição Federal.

3.2.1 Os evangélicos pentecostais durante a elaboração da nova Constituição

Decorrente do empenho das lideranças evangélicas no período eleitoral, como já mencionado, 32 evangélicos são eleitos parlamentares para a Assembleia Nacional Constituinte em 1986. Além disso, dois suplentes assumem posteriormente. Deste total, dezoito são pentecostais, a maioria sem nenhuma experiência política. Na ocasião, a imprensa fala muito na nova “bancada evangélica” a qual, se fossem todos do mesmo partido, seria a quarta maior bancada eleita, e é bastante enfática no sentido de monitorar as ações desse grupo e, especialmente, em denunciar suas irregularidades.

O então presidente José Sarney logo percebe a força que esse grupo poderia produzir, e trata de articular já nos primeiros dias da Constituinte uma aproximação (Freston, 1994: 69-70) que seria a primeira de um presidente da república com o segmento evangélico no período redemocratizado, demonstrando o que se consolida depois como uma tendência.

⁷¹ Embora seja declaradamente católico (e não evangélico) Celso Russomano é vinculado ao PRB e bastante próximo das proposições defendidas pelo grupo religioso aqui investigado.

Apesar das divergências ideológicas (partidárias) e denominacionais, os parlamentares evangélicos estabelecem, desde o início, uma ação de trabalho conjunto especialmente restrito à defesa dos interesses institucionais evangélicos, uma atitude positiva para com o governo e a ênfase religiosa em questões comportamentais (Aborto, homossexuais, pornografia).

Importante salientar a relação que se estabelece entre a chamada bancada evangélica e o grupo que ficou conhecido como *Centrão*⁷². Este grupo conservador forma-se durante a Constituinte para opor-se a elementos considerados de esquerda e congrega parlamentares do PMDB, PFL, PTB, PDS e outros partidos menores. Com exceção de alguns parlamentares, como a deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), grande parte da conhecida bancada evangélica mostrou-se aliada ao *Centrão* em várias votações importantes. Uma delas foi em relação à emenda constitucional que permitiu a gestão de cinco anos ao então presidente José Sarney. A autoria da emenda é do deputado Matheus lensen (PMDB/PR), membro da *Assembleia de Deus* no estado do Paraná⁷³. Para defender a “má administração” de Sarney, lensen utiliza-se da tradição apocalíptica da *Assembleia de Deus*, usada em pronunciamentos públicos pelos deputados, conforme divulgou o Jornal do Brasil:

Sarney não tem culpa de fazer má administração. A crise é de todos os países e confirma o que diz a bíblia: o mundo irá de mal a pior quando estiver perto do fim. (Jornal do Brasil, 8/1/88)

Sua emenda foi aprovada com apoio de 59% dos constituintes, e 76% dos evangélicos. O Jornal do Brasil associa a aprovação dos cinco anos às concessões de rádio para os deputados João de Deus (PDT/RS), Arolde de Oliveira (PFL/RJ) e Mário de Oliveira (PMDB/MG), além do próprio lensen, e de um canal de televisão para Fausto Rocha (PFL/SP) (Pierucci, 1996). Conforme Freston,

As concessões de TV e rádio têm sido importante moeda política. A bancada evangélica ganhou pelo menos duas concessões de TV e

⁷² Para maior detalhamento, consultar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>

⁷³ Fonte: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/125630>

sete rádios. Em alguns casos, as rádios foram transferidas para as respectivas igrejas. (Freston, 1994: 80)

Outra votação que repercute na época a imagem da “bancada evangélica” diz respeito à reforma agrária a qual também resulta em benefícios para seus membros. Em reportagem de 7/8/88, o *Jornal do Brasil* elenca quinze acusações de fisiologismo e corrupção envolvendo parlamentares evangélicos:

boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios (...) A Nova Carta (...) já propiciou ao grupo comandado pelo pastor Gidel Dantas uma notável lista de ganhos, que inclui um canal de televisão, pelo menos meia dúzia de emissoras de rádio, importantes cargos no governo, benefícios dos mais variados tipos e sobretudo dinheiro, muito dinheiro. (Jornal do Brasil, 7/8/88, p. B4).

Dentro e fora do mundo evangélico, essa reportagem promove um debate sobre a questão ética e ideológica desses parlamentares, a qual é retomada uma década depois a partir do conhecido “escândalo das ambulâncias”⁷⁴. Tais eventos colocam em xeque a moralidade dos políticos evangélicos, tantas vezes apregoada por suas lideranças e gera uma série de explicações, como será apresentado posteriormente, acerca do perfil dos parlamentares religiosos.

Algumas discussões da época da Constituinte merecem destaque em razão de permanecerem relevantes para a compreensão dos debates atuais em torno dos mesmos assuntos. O primeiro desses temas diz respeito às discussões em torno da proteção legal da vida desde a concepção. Na primeira votação do texto da Constituição referente a este assunto, realizada em 1/2/88, os constituintes votam da seguinte forma: 22% do total de constituintes, 46% dos protestantes históricos, e 93% dos pentecostais votam a favor da proteção integral à vida desde a concepção, o que rejeitaria qualquer possibilidade de legalização do aborto. (Freston, 1994:77). Benedita da Silva (PT/RJ) é a única deputada federal constituinte de esquerda e da *Assembleia de Deus* que vota contra as proposições de proteção legal da vida desde a concepção. Pinheiro

⁷⁴ Para mais detalhes sobre esse evento, ver Mariano, Hoff e Dantas (2006).

(1988: 73), revela que “A CNBB quis a defesa da vida desde a concepção”. Essa frase é posteriormente incorporada em duas emendas propostas por membros da *Assembleia de Deus*: a de Matheus Iensen (PMDB/PR) e Antônio de Jesus (PMDB/GO) em 1/2/88 e a de Sotero Cunha (PDC/RJ) em 26/5/88. No entanto, esses projetos não são aprovados e essa questão é omitida do texto final da Constituição, sendo resgatada na atualidade no que diz respeito às discussões em torno do projeto de criação do Estatuto do Nascituro (PL 478/2007).

O segundo tema que merece destaque pela importância que recebe tanto no período da Constituinte quanto na atualidade refere-se às discussões em torno do tema da homossexualidade e é ainda mais controverso. Durante a fase das comissões na Constituinte, houve grande debate em torno da proposta de se incluir o termo ‘identidade sexual’ na lista de características pelas quais ninguém poderia ser discriminado. Benedita da Silva (PT/RJ) apoia emenda oriunda do movimento promovido pela organização não-governamental *Triângulo Rosa*⁷⁵, a favor da inclusão do termo ‘orientação sexual’ no texto constitucional. Segundo ela, o objetivo era garantir a livre manifestação da sexualidade sem prejuízo para a cidadania. Em razão disso, é criticada por sua igreja por ter deixado ‘as determinações partidárias’ falarem mais alto do que as convicções religiosas⁷⁶. O parlamentar evangélico José Fernandes (PDT/AM) propõe a expressão ‘desvio sexual’. A questão termina omitida do projeto final. Em última tentativa de incluí-la na fase das votações em plenário, apenas 28% dos Constituintes presentes a apoiam, sendo que somente 7% dos protestantes o fazem. (Freston, 1994: 78-79)

Ainda que no período eleitoral o movimento das igrejas evangélicas tenha sido de competição com relação à Igreja Católica, uma vez eleitos, os parlamentares católicos e evangélicos, em muitos aspectos, passam a atuar de forma conjunta durante os debates para a redação da nova constituição. As

⁷⁵.Para um histórico desse grupo, consultar: <http://triangulorosaoficial.blogspot.com.br/p/o-grupo.html>

⁷⁶ Cabe salientar a recorrência, nas entrevistas realizadas, das falas enfatizando a prioridade dos valores e princípios morais sobre os partidários.

posições da maioria da bancada evangélica sobre aborto e homossexualidade, por exemplo, coincidem com as posições oficiais católicas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Apesar do alarde dos líderes da *Assembleia de Deus* no período eleitoral, as ameaças à liberdade religiosa não se mostram concretas. Pelo contrário. Conforme Freston (1994:84), a liderança da Assembleia de Deus avalia positivamente o desempenho da bancada evangélica. O nome de Deus é incluído no preâmbulo da Carta, a liberdade religiosa ampliada, o ensino religioso mantido no currículo, sendo a única disciplina curricular cuja obrigatoriedade da oferta de matrícula é garantida constitucionalmente. São rejeitados a inclusão do termo 'orientação sexual', a pena de morte e o voto distrital. Por outro lado, os pentecostais saem derrotados nas questões de aborto, censura artística e divórcio.

A próxima seção trata da avaliação atual realizada por estudiosos e parlamentares evangélicos sobre a atuação política evangélica no período da Constituinte de 1986.

3.2.2 Avaliação atual da participação pentecostal na Constituinte

Nesta seção analiso as avaliações atuais sobre a participação pentecostal na Constituinte, a partir do depoimento de parlamentares evangélicos e de outros pesquisadores.

O parlamentar batista Arolde de Oliveira (PSD-RJ), deputado federal desde 1982 e Constituinte em 1986, explica as demandas do segmento e o seu papel na nova Constituição do Brasil redemocratizado:

Eu vejo que houve aí uma grande influência então nossa, pelo fato de nós sermos nesse caso, é havia dois blocos dentro na Constituinte, (...) um bloco à direita e outro bloco à esquerda. Em 87, 88 nós vivíamos ainda um confronto no Brasil entre ideologias de direita e de esquerda, entre o capitalismo e o comunismo, essa coisa toda, o marxismo, etc. e se refletiu na constituinte, na Constituição melhor. A Constituição ela inclusive introduziu monopólios de serviços públicos, introduziu é fechamento da economia, definindo empresa nacional como empresa que todos os sócios fossem brasileiros, nato, aquele negócio todo, o que foi um retrocesso dentro de um mundo que se globalizava, a gente já percebia naquele tempo.

Mas enfim. No ano seguinte ficou demonstrado que nós, mais à direita tínhamos razão. Mas já estava pronta a Constituição.

Então nós introduzimos lá liberdade de culto explicitamente, todas as liberdades que eu falei colocamos lá e ajudamos a colocar porque culturalmente também como falei - o Brasil é um país conservador cristão né, não pode fugir disso, não tem como né? Então a nossa contribuição grande na Constituinte foi justamente reforçar esses princípios e detalhá-los na própria Constituição. Então a gente introduziu várias coisas lá desse gênero: (...) a liberdade de culto ficou explícita, a separação da igreja do estado ficou explícito, o estado laico ficou explícito, algumas isenções de taxas e impostos para os templos, os locais né de realização de culto ficou explícito, né, enfim.⁷⁷

Na perspectiva de Arolde de Oliveira, bem como de outros parlamentares, lideranças e assessores evangélicos, a presença evangélica na constituinte foi essencial para explicitar a liberdade de culto e a laicidade do Estado brasileiro. A partir desse aspecto, reivindicam sua defesa pela laicidade do estado, reforçando a ideia de que “o estado é laico, mas a sociedade é religiosa”. Com esse pressuposto, entendem e acionam o estado laico como aquele que permite a entrada de “todas as religiões, e não a ausência de religião”.

Arolde de Oliveira assume para o segmento evangélico o mérito da garantia da liberdade religiosa na Constituição Federal de 1988. Para ele, os evangélicos também contribuíram ativamente para a redemocratização do país:

Introduzimos um capítulo da área de comunicação, né, comunicação social, onde também se explicitou mais uma vez toda a liberdade de expressão e de opinião que para nós é muito importante. Enfim, então entrou como isso tudo faz parte da sociedade, foi um reforço né, que nós colocamos.

Era um período de abertura, um período onde estavam sendo detalhados, aliás a Constituição que foi feita ela tem um valor extremo no que diz respeito à explicitação analiticamente dos direitos e garantias individuais e coletivos. Esse é o grande mote, né, da Constituição.

E declara ainda que:

Então na Constituinte nós definimos, mantivemos as liberdades todas, explicitamos a maioria delas e vivemos em um país onde há liberdade plena de religião. É claro que existe preconceito, existe, né sempre existiu, sempre vai ter.

⁷⁷ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013.

Outros deputados da Frente Parlamentar Evangélica também avaliam positivamente os resultados conquistados na Constituinte a partir da participação dos políticos evangélicos. É o caso do deputado federal da Assembleia de Deus, João Campos (PSDB/GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, que atribui a garantia constitucional da laicidade do estado aos evangélicos, em uma clara defesa das acusações que os parlamentares evangélicos muitas vezes recebem, de estarem desrespeitando o princípio constitucional da laicidade do estado brasileiro:

Antes de estar na LDB, está na Constituição Federal, a exemplo do direito fundamental como cláusula pétrea a inviabilidade da liberdade de consciência e crença, né. A proteção aos locais de culto e suas liturgias, com a proteção do estado, é cláusula pétrea. A assistência religiosa aos estabelecimentos militares, ou civis em regime de internação. Isso está na constituição como direito fundamental. Então nós temos um conjunto de direitos com assento constitucional escritos pelos constituintes originários que esses parlamentares com formação religiosa deram uma contribuição significativa. (...) A laicidade do estado: artigo 19 da constituição, inciso 1º. Ali estavam todas as leis desde a separação do estado e da igreja. Por que é que essa, vamos chamar assim, de bancada evangélica na constituinte deu uma contribuição significativa pra que a nova Constituição trouxesse de forma muito evidenciada, muito clara a laicidade do estado? porque no período colonial, no período do império, o Brasil era um estado confessional e aí a experiência foi negativa porque como é próprio dos estados confessionais, o estado tem uma religião, ele fez uma opção por uma religião e ele financia essa religião, né. O padroado que nós tínhamos depois que só foi revogado com o estabelecimento da república e com a Constituição da República se estabeleceu o estado laico. Mas isso ainda era uma coisa que não era sólido e não tinha como ser sólido. Ora, se você vem de um estágio de 300 anos, 400 anos de um estado confessional, de uma única religião, isso não muda do dia pro outro, é um processo histórico, político, social. Mas quando da constituinte em 1988 nós já tínhamos ai praticamente um século que o Brasil havia rompido com essa coisa do estado confessional. Então foi possível consolidar a laicidade do estado. Por isso que eu tenho sustentado que se há um segmento no Brasil que diferentemente do que algumas minorias apregoam, que efetivamente defende a laicidade do estado somos nós. Somos nós por razões muito conhecidas. De outro lado, por concepção política porque o estado laico ou a laicidade do estado é um dos elementos do estado democrático.(Deputado João Campos, PSDB/GO)

De maneira unânime, todos os entrevistados manifestam-se a favor do Estado laico. Mariano (2011: 253) demonstra como “grupos laicos e religiosos têm acionado e concebido divergentes sentidos de laicidade”. Alguns

parlamentares da FPE, de fato, demonstram divergências com relação à concepção de laicidade, reiterando a polissemia deste conceito. Um deles declara: “sou a favor do estado laico, não laicista”. Questionado sobre o que laicista significava, a resposta: “ateu, um estado laico sim, laicista, ateu, não”.

Machado (2014) demonstra que a defesa do princípio da laicidade, na forma como defendida pelos pentecostais atuantes na esfera política brasileira não apresenta incompatibilidade com sua atuação política.

O deputado federal Roberto de Lucena (PV/SP), líder da Igreja *O Brasil para Cristo* defende o estado laico e o distingue também do que entende como estado ateu:

eu sou absolutamente favorável ao estado laico, apenas entendo e defendo que o estado laico não um estado ateu, o estado laico não é um estado laicista. Nós somos um estado laico que não nega o reconhecimento da existência de um ser supremo. Se fossemos um estado ateu, faríamos essa negação, não negamos inclusive e não nos envergonhamos e na própria Constituição reconhecemos quando no preâmbulo iniciamos sob a proteção de Deus. Então você tem aqui sobre a minha mesa duas Constituições e uma Bíblia. A observância da Bíblia me faz submeter-me à Constituição. A minha fé absolutamente não me coloca em rota de colisão com o Estado nem com a Constituição. Agora eu sou absolutamente pró laicidade do Estado, tem que ser assim. Os evangélicos no Brasil sabem perfeitamente o que é viver sob o guarda-chuva de um Estado que se confunde com uma religião. Os primeiros missionários que aqui chegaram, presbiterianos há 150 anos atrás, ainda no reflexo de um Estado com uma religião oficial foram perseguidos, mortos. (...) Então essa igreja que vem desse tipo de marca, desse tipo de preço que foi pago, de dor, ela não pode lutar por um estado que não seja laico.⁷⁸

O deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), em coluna da revista *Carta Capital* de 2011, relata sua participação em uma reunião no início do seu mandato e afirma a laicidade do estado ao revelar a dificuldade que percebe de dialogar com os parlamentares evangélicos nos temas jurídicos e constitucionais:

Foi uma primeira reunião difícil porque fomos para ter uma conversa do século 21 e fui recebido com trechos da Bíblia. Não se pode selecionar um trecho específico, com uma leitura fundamentalista. Mas abrimos o diálogo, que é o que mais importa. Queremos que

⁷⁸ Entrevista realizada em dezembro de 2012.

todas as religiões se manifestem, mas sempre lembrando que devem se pautar pela questão da igualdade, que está na Constituição. **O Estado é laico.** Quando todos os congressistas tomaram posse, juraram legislar nestas condições.⁷⁹

De modo geral os parlamentares evangélicos defendem que um estado laico deve permitir todas as formas de manifestação religiosa, o que os legitima para, uma vez eleitos, representarem politicamente esse segmento religioso. De outro lado, assessores entrevistados críticos à FPE também defendem o estado laico e acusam os parlamentares da FPE de desrespeitá-lo, na medida em que, nas palavras de um deles, “querem impor seus valores religiosos para o conjunto da população”. Referem-se às restrições que esse grupo religioso impõe à aprovação de políticas públicas contrárias às suas crenças, como as de descriminalização do aborto, direitos civis para homossexuais e outras questões de cunho moral.

O depoimento de um assessor (Batista), crítico a muitas das ações lideradas pelos pentecostais na Câmara revela:

Eles [os pentecostais] dizem que a sociedade não é laica e que a igreja católica tem uma relação muito forte com o Estado e eu já ouvi dizer que, por exemplo, essa coisa de estado laico é coisa de protestante, e “nós não somos protestantes, nós somos pentecostais”, já teve líder que abriu a boca para dizer isso, e que como a igreja católica tem uma relação com o Estado, eles também querem uma relação com o Estado⁸⁰. Meio que, infelizmente isso é algo que está crescendo no meio pentecostal, essa visão, “não, a gente não quer um Estado laico, a gente quer uma relação também com o Estado”, privilégios também vindo do Estado, o que é um problema grande, eles [os pentecostais] estão crescendo, ao mesmo tempo estão aumentando seu poder em função do crescimento na sociedade (...) Mas apesar da cultura protestante dizer “a gente quer o Estado laico” e condenar essa relação do Estado com a igreja católica, a postura mesmo não é condenar essa postura da igreja católica, é querer também.⁸¹

O depoimento deste assessor revela uma divergência discursiva entre o que é dito para fora da comunidade evangélica e as vozes dissonantes no seu

⁷⁹ Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-estado-e-laico-e-e-por-ele-que-os-congressistas-devem-lutar-diz-jean-wyllys>. Grifo meu.

⁸⁰ Vide o projeto para a Lei Geral das Religiões (2009) que reivindica uma relação com o Estado nos moldes da Concordata entre o estado brasileiro e o Vaticano assinada pelo presidente Lula em 2008.

⁸¹ Entrevista com assessor batista, concedida em dezembro de 2012.

interior. Dentre o total de entrevistados pentecostais, nenhum deles revelou tal posicionamento a mim enquanto pesquisadora, nem mesmo naqueles momentos em que pressupuseram que eu fosse evangélica. O projeto de lei (PLC 160/2009) do deputado da Igreja Universal do Reino de Deus George Hilton (PRB-MG), conhecido como “Lei Geral das Religiões”, aprovado na Câmara dos Deputados em 2009 e tramitando desde então no Senado Federal, reforça tal entendimento. Como demonstra Giumbelli (2011), a reação evangélica ao Acordo Brasil – Santa Sé, não foi para criticar o governo, mas acima de tudo, criar uma lei que os incluísse no mesmo rol de benefícios concedidos à Igreja Católica com a sanção presidencial deste acordo.

Em época de campanha eleitoral, os discursos acerca da laicidade do Estado ecoam de dentro do Congresso Nacional e ganham espaço em igrejas, programas eleitorais, comícios, debates. Como uma grande bandeira de luta, movimentos sociais, em especial os feministas e LGBT, mais ameaçados pelas ações dos parlamentares evangélicos, procuram pautar as discussões demonstrando os riscos que o Estado laico sofre com a eleição de candidatos evangélicos. Ao mesmo tempo, candidatos buscam refugiar-se no conforto do discurso em favor da laicidade do Estado, que pode tanto ter o efeito de sentido de ser contra qualquer envolvimento de religiosos na política ou, ao contrário, pode significar a justificativa que os pentecostais usam de que o estado laico deve receber a todas as religiões, já que, nas palavras de vários deles: “o estado é laico, mas as pessoas não”.

Com relação à relação entre Estado e religião apresentada, possibilitada e concebida na Constituição Federal de 1988, Ranquetat (2012: 75-80) cita vários constitucionalistas para sustentar sua análise, entre os quais, Manuel Gonçalves Ferreira Filho (2002) para demonstrar que a Constituição de 1988 segue o modelo de “neutralidade benevolente”, no sentido de que “esta constituição segue em princípio o modelo de separação, mas a neutralidade que configura é uma ‘neutralidade’ benevolente, simpática à religião e às igrejas.” (Ferreira Filho, 2002: 89 in Ranquetat, 2012: 76)

Outro jurista citado por Ranquetat (2012: 76-77) é Aloisio Cristovam dos Santos Junior que, ao comparar a Constituição de 1891 com a de 1988, conclui

que esta última, longe de diminuir o espaço conferido ao fenômeno religioso, ao contrário, presta-se a ampliá-lo, através de diversas concessões ausentes na Carta de 1891, como a menção a Deus no preâmbulo, a colaboração de interesse mútuo entre Estado e Igreja, o ensino religioso nas escolas públicas, à possibilidade dos cidadãos serem liberados de suas obrigações desde que por motivos de crença religiosa, entre outros.

Ao discorrer sobre o que denomina como laicidade à brasileira, Ranquetat (2012: 60) demonstra como, mesmo um século após a separação Igreja/ Estado, a ideia de Brasil como um país cristão, portador de uma história católica cristã que deve ser preservada em sua Constituição está ainda presente no imaginário dos constituintes que redigiram a nova Carta Magna do país. De acordo com as entrevistas realizadas com parlamentares religiosos e mesmo seus oponentes, é possível afirmar que tal concepção ainda permanece, servindo inclusive de justificativa para a atuação política pentecostal. Segundo o deputado federal João Campos (PSDB/GO),

Veja você: o Brasil é um estado religioso, o seu povo é praticamente todo ele religioso e em sendo religioso é quase todo ele cristão. Será que uma nação religiosa (...) convocaria uma assembleia nacional constituinte e elaboraria sua carta magna, afastando os seus valores religiosos, as suas crenças, as suas tradições de forma absoluta? Claro que não faria. (...) olha, não existe estado no mundo que não seja composto por três elementos: primeiro, território, segundo, povo (...) terceiro, governo. Tudo bem, o governo é laico, o território é laico, mas o povo é religioso. E ele é um dos elementos do Estado. Não há como desassociar isso. (Deputado João Campos, PSDB/GO)

Note-se que coexistem duas demandas. Uma delas clama pelo estado laico e o entende como aquele que permite e promove a participação política de suas lideranças religiosas. Outra que reivindica que, em sendo o povo religioso, não há como afastar esse elemento do Estado.

Os parlamentares evangélicos parecem assim, reivindicar seu espaço na esfera pública. Não querem a religião relegada à esfera privada. A laicidade reivindicada por esse segmento não diz respeito à retirada da religião da esfera pública. Ao contrário, o que se solicita é a legitimação de sua inclusão. Como aponta Burity,

O vínculo entre religião e política nunca se rompeu, mas foi construído de diferentes maneiras, sem obedecer a uma lógica linear ou ao ditame de leis irresistíveis do desenvolvimento histórico. (Burity, 2001:30)

Conforme Burity (2001: 28), a lógica liberal definia três linhas normativas para as sociedades modernas no que diz respeito a relação entre religião e política: 1) a ideia de que assuntos ou convicções religiosas dizem respeito à esfera privada; 2) a neutralidade do Estado e 3) a separação entre igreja e Estado. A ideia de liberdade religiosa, de consciência e de culto acompanham essa linha de pensamento. Para o autor, esse quadro prevaleceu enquanto modelo de sociedade democrática liberal moderna. No entanto, uma série de acontecimentos em nível mundial, como a politização do catolicismo e do protestantismo histórico latino-americano nos anos 70 e 80, a explosão pentecostal e carismática nos anos 90, a revolução iraniana, a resistência da Igreja Católica na Polônia e outros movimentos religiosos no leste europeu, a disseminação de um misticismo cosmocêntrico oriental entre as camadas médias escolarizadas, entre outros, apontam para “uma configuração do religioso que opera segundo uma lógica de deslocamento de fronteiras e ressignificação ou redescrição de práticas”, cujo efeito, segundo Burity (2001: 28), consiste no fato de que o “aprofundamento da experiência religiosa como algo pessoal, individual, íntimo” aconteça junto com uma desprivatização ou publicização do religioso.

Face ao exposto, é razoável concluir que as pretensões políticas desses grupos religiosos não se restringiam à elaboração da Constituinte. Pierucci acerta quando afirma que

ao que parece eles vieram para o mundo da política para ficar. Não se trata de uma estratégia limitada à conjuntura privilegiada de elaboração da nova Carta Magna. Pretendem permanecer e ir além. (Pierucci, 1996: 177)

De fato, foram e continuam indo bem além. Nas legislaturas seguintes, a bancada evangélica amplia ainda mais sua representação política no Congresso Nacional, especialmente através de parlamentares ligados à Assembleia de Deus (AD) e à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que

em 2005 funda, inclusive, um partido próprio⁸², o Partido Republicano Brasileiro (PRB), já apresentado no capítulo anterior.

Gushee (2007) entende que os evangélicos estão tradicionalmente ligados à direita no espectro político, mas há os progressistas. O autor destaca a aliança entre católicos e evangélicos conservadores, cujo ativismo político evoca uma reação em defesa dos valores cristãos que estariam sendo atacados. Assim, no caso brasileiro, a Frente Parlamentar Evangélica, ao lado da bancada católica, dispõe de força suficiente para impedir que projetos referentes ao aborto ou aos direitos civis de homossexuais sejam aprovados no Congresso Nacional, como tenho buscado demonstrar ao longo desta tese.

O próximo capítulo demonstra a relação tensa que se estabelece no terreno político brasileiro entre os pentecostais, o movimento LGBT e o Partido dos Trabalhadores.

⁸² A legislação eleitoral brasileira é omissa no que se refere às restrições para a criação de um partido por uma instituição religiosa. O PRB não se apresenta como um partido da *Igreja Universal do Reino de Deus*, ainda que boa parte de seus parlamentares estejam vinculados a essa denominação religiosa. Em seção específica desta tese (3.1.2), detalhei o caso do PRB.

CAPÍTULO 4: PENTECOSTAIS, MOVIMENTO LGBT E O PARTIDO DOS TRABALHADORES,

Durante o período em que estive em Brasília, conversando com parlamentares, assessores e funcionários da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, destaca-se a ênfase dada pelos entrevistados, principalmente pelos opositores dos evangélicos analisados neste estudo, ao período iniciado em meados da primeira década deste século, como marcante para o fortalecimento político deste grupo religioso. Alguns relatam que antes de 2002 esse grupo era praticamente inexpressivo dentro do Congresso Nacional.

Deputado estadual do Rio Grande do Sul entre 1990 e 1998 e federal no período de 1998 a 2002, o ex-petista Marcos Rolim avalia o momento inicial da entrada dos primeiros parlamentares evangélicos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul como um momento em que esses religiosos eram periféricos dentro do sistema político, sendo em geral eleitos sem o coeficiente eleitoral, levados por outros parlamentares que recebiam votação expressiva. Para Rolim, os primeiros deputados evangélicos possuíam baixa densidade eleitoral, portanto eram frágeis politicamente:

no tempo que eu tive uma atuação mais forte na cena pública como parlamentar, não havia esse movimento ainda com tanta força. Ele estava talvez no seu início. (...) de 1990 a 1998, havia dois ou três deputados evangélicos. Todos eles da bancada do PTB, que tinham sido eleitos com uma votação muito pequena porque na verdade eles se beneficiaram de uma votação maciça que havia recebido naquelas duas oportunidades, do então deputado Sergio Zambiasi, que fazia uma votação enorme e como no nosso sistema eleitoral o

que importa é o voto de legenda, então a legenda PTB tinha direito a seis, oito deputados. E os que vinham depois vinham com votações muito baixas, puxados pela votação grande que o Zambiasi tinha, né. Então esses primeiros deputados, eu lembro dois, especialmente que eram da bancada evangélica, tinham essa característica, eram pessoas com baixa densidade eleitoral, quase nenhuma influência dentro do parlamento. Eram pessoas muito frágeis do ponto de vista político, não tinham, assim, uma formação maior. Não eram tribunos, não eram pessoas qualificadas para apresentar projetos, para disputar ideias, né. Então um papel muito marginal.

Aos poucos, essa idéia de marginalidade dos segmentos evangélicos cede lugar à imagem de grupo de interesse (Baptista, 2009) organizado e fortalecido politicamente. O assessor Jorge (sem religião) destaca o ano de 2006 e, especialmente o período das eleições municipais de 2008 como o momento marcante de influência religiosa no parlamento. Segundo ele, é nesse período que se iniciam os discursos ameaçadores contra os senadores, especialmente a partir do senador Magno Malta (PR/ES), introduzindo um “pânico”⁸³ no Congresso e nas campanhas eleitorais, no que se refere à defesa das pautas do movimento LGBT:

Explode em 2010, mas em 2008, nas eleições municipais, acende a luz amarela. Nenhuma candidatura consegue tratar das temáticas LGBT ou dos direitos reprodutivos, quem tratou não se elegeu. Muitos já não se elegeram em 2006.⁸⁴

O assessor Marcelo (candomblé), no Congresso Nacional desde 1990, também compartilha da percepção de crescimento a partir de meados dos anos 2000:

Depois eu percebo que acho que há dez anos atrás assim, de uma hora pra outra, a bancada evangélica cresce assustadoramente, passa a ser de fato identificada como tal, porque até então o que eu podia perceber e lia é que eles não se constituíam enquanto grupo, eles se constituíam enquanto bancada, então tinha a bancada do PT, a bancada dos ruralistas, a bancada da bala, a bancada da Bíblia, que não era conhecida como ela o é nos últimos 8 anos, por exemplo. A identidade não era formada enquanto grupo religioso.⁸⁵

⁸³ Utilizo-me aqui da ideia, já mencionada anteriormente nesta tese, sobre pânico moral (Miskolci, 2007 e Goode e Bem-Yehuda (2003).

⁸⁴ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013 com assessor Jorge (sem religião).

⁸⁵ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

No decorrer deste capítulo, investigo também esse processo de visibilidade e fortalecimento que o ativismo político pentecostal adquire, especialmente a partir de 2003, quando é criada a Frente Parlamentar Evangélica. É este fortalecimento que viabiliza aos políticos pentecostais, a proposição de projetos de lei que objetivam restringir direitos civis e sociais a minorias sexuais, enfatizando um domínio que discursivamente já exercem sobre seus fiéis, e propagando-o ao conjunto da população brasileira. Antes disso, no entanto, é importante compreender a relação estabelecida entre os políticos evangélicos, o movimento LGBT e o Partido dos Trabalhadores, desde a Constituinte até a eleição de Lula em 2002.

4.1 Os evangélicos, o movimento LGBT e o Partido dos Trabalhadores

Nesta seção investigo a relação dos evangélicos e do movimento LGBT com o Partido dos Trabalhadores. Intendo demonstrar como este partido, na sua tentativa de acomodação⁸⁶ de demandas divergentes, contribui para o acirramento do embate entre pentecostais e movimento LGBT.

4.1.1 Da Constituinte às eleições presidenciais de 2002

Durante a escritura da nova Carta Magna, os novos atores políticos pentecostais realizam diversas alianças e assumem majoritariamente posição à direita no espectro ideológico. Concentram grande parte do movimento e grupo que se torna conhecido como *Centrão* e que acaba responsável pelos acordos que garantem 5 anos de mandato ao presidente José Sarney (Pierucci, 1996). Este bloco conhecido como *Centrão* e aliado aos evangélicos, como já mencionado, consegue impedir que a expressão “orientação sexual” configure na redação final do texto constitucional. O Partido dos Trabalhadores concentra-se na oposição a este bloco, assim como aos evangélicos, em sua maioria parceiros do *Centrão* naquele momento. Já naquela época, o Partido

⁸⁶ Lori Beaman, em sua obra *Reasonable Accommodation* (2011 e 2012) demonstra como a ideia de *acomodação razoável* emergiu como uma das formas nas quais a negociação é enquadrada no modelo multicultural canadense, tendo inicialmente sido acionada como um mecanismo para atender demandas por flexibilidades no ambiente de trabalho e educacional em razão de práticas religiosas específicas. No entanto, foi logo ampliada para outras esferas e grupos sociais, como no caso das minorias sexuais, como demonstrado por Shipley (2012).

dos Trabalhadores é visto pelos pentecostais como aliado às minorias sexuais e feministas, portanto, um adversário político desse segmento religioso. Casos como o da deputada petista Benedita da Silva, evangélica e progressista, reforçam a regra, na medida em que esta parlamentar, apesar de evangélica, atém-se às determinações partidárias e não segue as ações conservadoras dos pentecostais ligados ao *Centrão*.

Com relação ao movimento LGBT, seguindo a argumentação feita em Trevisan (2015), embora estivesse bastante focado no combate à epidemia da AIDS durante as décadas de 1980 e 1990, também pressiona os parlamentares constituintes de 1988 pela inclusão do termo “orientação sexual” dentre as condições para proteção contra discriminação na nova Constituição. A demanda, no entanto, é rejeitada, sobretudo em razão dos argumentos dos conservadores opositores dos direitos das minorias sexuais (Marsiaj, 2006), muitos deles evangélicos que se mostram, em sua maioria, ferrenhos adversários daqueles que buscam avanços constitucionais na área dos direitos sexuais e reprodutivos.

Como demonstrou Marsiaj (2006), os principais defensores da proposição pela inclusão do termo “orientação sexual” são os parlamentares vinculados a partidos de esquerda. Deputados dos partidos de centro e de direita que votam a favor dessa demanda representam casos isolados. Além disso, a grande maioria dos evangélicos, que defende a manutenção da família tradicional e, portanto, contra todos os direitos do movimento LGBT, encontram-se ancorados nos partidos de centro e direita⁸⁷.

Por conta desse confronto, podemos afirmar que os debates durante a Assembleia Nacional Constituinte, que culmina com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, são marcados não somente como o estopim do ativismo político pentecostal (cfe. Freston, 1993), mas também como um

⁸⁷ Importante salientar a ocorrência de defensores dos direitos LGBT também nos partidos de centro e direita, assim como de parlamentares pentecostais nos partidos de esquerda, revelando a não homogeneidade dos grupos nas duas situações descritas. É assim necessário observar a diversidade interna entre os evangélicos e como eles resolvem essas divergências para dar conta de uma atuação (nem sempre) conjunta.

espaço inicial da disputa que viria a se acirrar anos mais tarde entre pentecostais, por um lado e movimento LGBT (e feministas também), por outro.

A partir de meados da década de 1990, o movimento LGBT que, em grande medida encontra espaço de acolhida sobretudo no Partido dos Trabalhadores (PT), mas também em outros partidos de esquerda, consegue ampliar suas reivindicações para a demanda por outros direitos civis indo além das políticas de combate à epidemia da AIDS, como a união homoafetiva e a criminalização da homofobia. Em 1995 é criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT). Nesse mesmo período, começam a surgir projetos de lei visando a ampliação dos direitos civis desse segmento social, apresentados especialmente por parlamentares de partidos de esquerda, como a deputada Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do estado de São Paulo.

É de sua autoria o projeto de 1995 para o reconhecimento da união civil homoafetiva, bem como da emenda constitucional para incluir o termo *orientação sexual* nos artigos 3, que trata da “promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação”, e 7, que trata “da proibição de diferença salarial, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil”, da Constituição Federal, no mesmo ano. Desde então, dezenas de projetos tramitam na Câmara dos Deputados envolvendo demandas por direitos da população LGBT (Trevisan, 2015).

Além das oposições nas proposições legislativas que defendem o movimento LGBT e outros movimentos sociais, como as lutas das feministas pela descriminalização do aborto, por exemplo, pentecostais manifestam outras restrições com relação ao Partido dos Trabalhadores. Nas primeiras eleições presidenciais diretas depois do fim do regime militar, em 1989, os pentecostais caracterizam-se como o segmento que mais rechaça a candidatura do petista Luís Ignácio Lula da Silva. Tal rejeição se dá tanto pela aproximação deste partido com setores progressistas da igreja Católica, quanto pela sua identificação ideológica de esquerda. Assim, em 1989, os pentecostais rejeitam a candidatura Lula (PT) e apoiam abertamente seu opositor Fernando Collor de

Mello (PRN), sob a justificativa de que, caso eleito, Lula privilegiaria a Igreja Católica, perseguiria as igrejas evangélicas, acabaria ou diminuiria com a liberdade religiosa conquistada e, finalmente, transformaria o Brasil em um estado comunista ateu⁸⁸ (Mariano e Pierucci, 1996).

Embora os pentecostais rompam com Collor e até auxiliem no seu processo de impeachment, sofrido em 1992 (Freston, 1993), essa ação não reverte em apoio a Lula e ao Partido dos Trabalhadores. Pelo contrário, nem mesmo com um candidato adversário declaradamente ateu como Fernando Henrique Cardoso, a candidatura petista de Lula recebe apoio pentecostal nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, já que parte deste grupo continua vendo neste candidato a própria encarnação do demônio. Durante toda a década de 1990 é ostensiva a demonização que os pentecostais fazem ao PT e seus candidatos e parlamentares (Mariano e Pierucci, 1996; Mariano, 2009).

Somam-se assim, dois aspectos cruciais para colocar PT e pentecostais em pólos políticos opostos: 1) a proposição, por muitos parlamentares petistas, de projetos de lei considerados pelos pentecostais como prejudiciais à moralidade que defendem (aborto, união homoafetiva) e 2) o temor de que um governo de esquerda, comunista e ligado a setores progressistas da Igreja Católica pudesse vir a cercear a sua liberdade religiosa, retirar direitos concedidos ou ainda dificultar a concessão de outros direitos que buscassem alcançar.

Assim, se a década de 1980 marca o início da redemocratização no Brasil e do ingresso dos pentecostais enquanto atores no cenário político nacional, pode-se dizer também que o período eleitoral de 2002 marca uma mudança na história da democracia brasileira. É nesse ano que o PT amplia sua base de apoio para concorrer às eleições presidenciais, deixa de ser demonizado pelos evangélicos e, mais do que isso, recebe apoio político de parte desse segmento religioso no segundo turno da disputa. Ao final do pleito,

⁸⁸ O temor com relação ao comunismo e ao ateísmo mantém-se ao longo dos anos. Como alguns entrevistados manifestam, "há uma filosofia humanista ateu operando na lógica da desconstrução" para a qual os evangélicos precisam estar vigilantes.

elege Luís Ignácio Lula da Silva como novo presidente da república, tendo recebido apoio explícito de várias lideranças religiosas⁸⁹. Assessora Daniela (IEQ) declara em entrevista que:

você vai ver lá atrás que havia um posicionamento ferrenho, contrário ao PT. É realmente o Lula era endemonizado, então havia um medo muito grande da igreja evangélica por causa do PT. Então havia, mas sempre, vou dizer uma coisa pra você: quando é em nível nacional, é a igreja, não é a frente parlamentar evangélica, é a igreja. Mas nós temos dentro do segmento religioso um grupo chamado Movimento Evangélico Progressista, que nós temos alguns grandes escritores como o Caio Fábio, o Robson Cavalcanti que faleceu no ano passado, nós temos alguns ícones de cristãos progressistas, que já faziam toda uma abordagem dentro da igreja, “mas peraí, será que é tão ruim mesmo isso, ou será que manter o pobre cada vez mais pobre e o rico cada vez mais rico é o ideal?” tem até um livro famoso eu acho que do Gondim chamado “Cristãos ricos em tempo de miséria”, entendeu? Então já havia, mas não da forma que aconteceu nesses dois, nesses três últimos pleitos na verdade. A primeira eleição do Lula teve uma participação ativa da igreja houve muita liderança evangélica apoiando o Lula na primeira eleição em 2002.⁹⁰

A assessora segue explicando de que forma as lideranças evangélicas foram se aproximando do candidato petista, à medida que sua possibilidade de alcançar o poder crescia. Além disso, externaliza a heterogeneidade interna do movimento evangélico, e a força crescente do chamado grupo progressista, apoiador da candidatura petista.

⁸⁹ Alguns nomes que naquele momento formalizam apoio a Lula através da assinatura de um *Manifesto de Evangélicos* incluem o pastor da *Igreja Assembleia de Deus do CIMEB (Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil)* Silas Malafaia, o pastor Nilson Fanini, à época presidente da Convenção Batista Brasileira, o bispo Robson Rodovalho - fundador da *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra*, o pastor Jabes Alencar, da *Igreja Assembleia de Deus no Bom Retiro* e à época presidente do CPESP (Conselho de Pastores do Estado de São Paulo), o apóstolo Estevan Hernandes, fundador e presidente da *Igreja Renascer em Cristo*, pastor Guilhermino Cunha, presidente da *Sociedade Bíblica do Brasil* e à época vice-presidente do *Supremo Concílio Presbiteriano*, o bispo da *Igreja Anglicana* Robinson Cavalcante, o pastor Everaldo Dias, da *Igreja Assembleia de Deus*, entre outros. Além disso, o manifesto foi assinado também por políticos evangélicos como o ex-governador do Rio de Janeiro e candidato derrotado Anthony Garotinho e sua esposa eleita governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, ambos da *Igreja Presbiteriana*, o vice-governador do Distrito Federal e membro da *Assembleia de Deus Madureira*, Benedito Domingos, os deputados federais Bispo Rodrigues (PL-RJ), da *Igreja Universal do Reino de Deus*, Almir Oliveira Moura (PL-RJ), da *Igreja Internacional da Graça de Deus*, Walter Pinheiro (PT-BA) e Gilmar Machado (PT-MG), ambos da *igreja Batista*, o deputado distrital Wasni de Raure (PT-DF), da *igreja Batista*, a então governadora do estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT), à época membro da igreja *Presbiteriana*, os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e bispo da *Igreja Universal do Reino de Deus*, Magno Malta (PL-ES), da *igreja Batista* e Marina Silva (PT-AC), da *Igreja Assembleia de Deus*, entre outros.

⁹⁰ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

O pleito de 2002 é também a primeira eleição em que um dos candidatos – Anthony Garotinho (PSB) – assume sua identidade religiosa evangélica e a utiliza na busca de votos e apoio político. Se tal esforço evangélico não é suficiente sequer para levar seu candidato ao segundo turno do pleito presidencial, é fato que contribuiu para o resultado das urnas no que se refere às eleições proporcionais para o legislativo federal e estadual (Machado, 2006). Como demonstra Machado (2006), o Estado do Rio de Janeiro elege vinte e seis deputados estaduais e quatorze deputados federais evangélicos em 2002, caracterizando-se o estado com a maior representação evangélica na Câmara dos Deputados. Situação que não causa surpresa considerando-se o Rio de Janeiro como berço das igrejas neopentecostais e, segundo dados do Censo IBGE, um dos estados com maior contingente evangélico. Além disso, o movimento LGBT considera o Rio de Janeiro como o estado com sua maior representação.

Deve-se notar, no entanto, que desde o ingresso de pentecostais na Constituinte, esse grupo passa a se fazer presente dentro do Congresso Nacional, de modo que, como já disseram Mariano (2009) e Burity (2001) não é mais possível compreender a história da redemocratização da política brasileira sem considerar o ativismo político pentecostal. Como destaca Pierucci (1996), eles vieram para ficar, não foi uma atuação pontual na Constituinte. Então permanecem durante a década de 1990 em processo de vigilância⁹¹ política. Como já haviam sido identificados lá no início, constituem uma “bancada” informal que se une em torno de alguns temas de cunho comportamental e moral quando necessário. Freston (2001: 46) destaca o período posterior a 1998 como um segundo momento marcante da atuação política pentecostal depois da Constituinte em 1986. Fonseca (2004: 3) afirma que a presença evangélica na política eleitoral brasileira tem ganhado mais destaque, especialmente no legislativo federal.

⁹¹ Anthony Giddens (1991: 63), chama a atenção para os mecanismos de vigilância como uma das principais dimensões institucionais da modernidade. No próximo capítulo investigo como essa vigilância é realizada a partir da atuação institucional da Frente Parlamentar Evangélica.

Em 2002, a crise econômica que se abate sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso facilita uma candidatura oposicionista. Lula assume um discurso mais moderado e estabelece alianças com segmentos mais conservadores da sociedade, tendo como seu vice José de Alencar do Partido Liberal. Nesse período histórico, é neste partido que se concentram grande parte dos políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. Dentre os dezessete deputados federais membros dessa denominação eleitos para a 52ª legislatura que se inicia em 2003, nove estão filiados ao Partido Liberal⁹². Além disso, o senador Marcelo Crivella, bispo da IURD, também está neste partido.

Do ponto de vista dos segmentos religiosos, a existência de uma candidatura evangélica traz novos elementos à campanha. A reivindicação pela liberdade religiosa ganha novos contornos. O pleito presidencial de 2002 traz como novidade um candidato evangélico. Anthony Garotinho, presbiteriano e então governador do Rio de Janeiro é o candidato do PSB à presidência da república e alcança a terceira colocação, em grande medida pelo apoio recebido do segmento evangélico. Garotinho fez uso da sua condição religiosa para reivindicar apoio desse segmento e as pesquisas indicam que ao final do primeiro turno este candidato teria alcançado 51% dos votos de eleitores evangélicos contra somente 6% dos católicos (Bohn, 2004 e 2007). Para além dessa reivindicação, no entanto, em que Garotinho declara sofrer discriminação por sua condição religiosa, esta eleição não trouxe as reivindicações morais desse segmento para dentro do pleito eleitoral.

Na reta final do 1º turno, com o intuito de angariar votos de evangélicos indecisos, a campanha de Lula distribuiu materiais específicos para esse segmento. A “Carta aos Evangélicos”⁹³ e adesivos “sou evangélico, boto fé e digo Lula” são alguns exemplos. O secretário nacional de mobilização do PT, Francisco Campos justifica a necessidade dessa aproximação:

⁹² Conforme pode ser verificado no Anexo E: Composição da Frente Parlamentar Evangélica na 52ª Legislatura (2003-2007)

⁹³ Disponível no Anexo C.

ainda tem gente que pensa que Lula pretende fechar igrejas. Quando essas pessoas veem que há evangélicos na campanha, começam a pensar sem preconceito.⁹⁴

Refere-se assim a esse imaginário ainda encontrado no universo evangélico, resultante de um passado em que esse temor foi disseminado e, portanto, ainda apresenta a necessidade de ser desconstruído, na medida em que essa memória discursiva permanece influenciando as decisões de lideranças no momento de manifestar apoio a um ou outro candidato.

A questão envolvendo a homossexualidade e a contestação por parte de parlamentares evangélicos, dos direitos reivindicados por esse grupo, ainda que não compartilhada por todos os evangélicos, aparece no momento da campanha eleitoral de 2002, especialmente por parte da igreja Assembleia de Deus, em duas situações principais.

A primeira delas diz respeito, ainda antes do início da campanha eleitoral, ao caso do pastor da *Assembleia de Deus* Édino Fonseca, candidato a uma vaga na Assembleia Legislativa fluminense pelo Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona). Em pregação para mais de cinco mil pastores de diferentes denominações Édino Fonseca defende⁹⁵ Garotinho como o único candidato que pode salvar o Brasil “do plano do demônio que quer transformar os gays em raça no Brasil”. Segundo ele, o plano arquitetado pelo Diabo para barrar o crescimento dos evangélicos consiste em manter o Brasil sob controle de "um grupo, uma organização mundial", que corrompe os homens e obriga o país a vender suas riquezas. Esse grupo saberia que, quando alcançando a maioria demográfica, "os crentes" acabariam assumindo o poder e a corrupção consequentemente diminuiria - porque "o povo de Deus é mais difícil de perverter".

O pastor denuncia ainda que o projeto defendido pela petista Marta Suplicy, autora do já mencionado projeto para regulamentar a união civil entre

⁹⁴ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2809200225.htm>

⁹⁵ A pregação aconteceu durante a Convenção da igreja *Tabernáculo Evangélico de Jesus*, conhecida como *Casa da Bênção*, realizada em final de julho de 2002, para um público de 5000 pastores de diversas denominações, no município de Taguatinga (DF), sendo gravada e, depois, distribuída para diversas lideranças. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2909200237.htm>

peças do mesmo sexo, em caso de tornar-se lei, abriria caminho para que os homossexuais fossem reconhecidos como uma "nova raça", situação em que os evangélicos teriam de aceitá-los sob pena de desrespeitar a Constituição, que proíbe o preconceito racial. O pastor conclui a pregação pedindo votos para Garotinho e demais candidatos evangélicos: elegendo-os, "os cristãos abortariam o plano do demônio". Essa pregação do pastor foi gravada em CD e distribuída para diversas igrejas, que passaram a reproduzi-la em seus cultos. O candidato Anthony Garotinho (PSB) admite conhecer o teor do sermão do pastor, e declara não endossar tal tese sobre a homossexualidade.⁹⁶ O tema não ganha relevância nesse momento da disputa eleitoral, mas marca uma posição que, a partir de meados dos anos 2000, ganha novos contornos ao embasar discursos contrários ao projeto de criminalização da homofobia, o PLC 122/2006, que será discutido no próximo capítulo desta tese.

O segundo evento em que a questão da homossexualidade é posta em pauta pela *Assembleia de Deus* nessa campanha ocorre com a intensificação da disputa pelo voto evangélico durante o 2º turno⁹⁷ da campanha eleitoral. A igreja *Assembleia de Deus*, por exemplo, planeja ouvir os dois candidatos antes de anunciar seu apoio⁹⁸. Entre os requisitos para o candidato receber o aval desta denominação se destacam: confiança, capacidade para administrar o país, e o desenvolvimento de programas sociais. Ronaldo Fonseca, presidente da Comissão Política Nacional da Convenção Geral das *Assembleias de Deus* à época afirma que lideranças da denominação são mais resistentes a apoiar Lula do que Serra. No entanto, segundo ele, "AD está mais flexível a apoiar Lula hoje (2002) do que no passado". Contudo, Fonseca garante que a *Assembleia de Deus* não apoiará candidato favorável à lei proposta por Marta Suplicy (PT) sobre legalização da união civil entre pessoas

⁹⁶ Fonte: idem.

⁹⁷ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u40499.shtml>

⁹⁸ Ao final, Assembleia de Deus acaba se dividindo em relação ao apoio aos dois candidatos. O Ministério Madureira, que representa 30% da AD, declara apoio a José Serra (PSDB). Ministério da Missão, após reunir-se com parlamentares eleitos, define apoio a Lula (PT).

do mesmo sexo. No caso do apoio ser direcionado a Lula, do mesmo partido de Marta, a liderança diz que a igreja não exigirá de Lula um posicionamento de que vetará a lei. Apenas quer uma garantia de que Lula deixaria a decisão para ser definida pelo Congresso Nacional.

Essa argumentação de se solicitar que o Executivo não tome iniciativas, deixando as decisões para o Legislativo, é depois retomada no pleito de 2010, com o já referido acordo firmado entre a candidata petista Dilma Rousseff e um grupo de evangélicos. É importante destacar que ao mesmo tempo em que a igreja *Assembleia de Deus* faz exigências como essa, de que o candidato ao Executivo não tome iniciativas, deixando a decisão a cargo do Legislativo, a denominação também trabalha para eleger seus representantes no Legislativo onde podem impedir que essas leis sejam aprovadas.

As transformações ocorridas na sociedade brasileira no limiar do século XXI levam também as igrejas a repensarem suas práticas e orientações. Com o crescimento demográfico dos pentecostais, esse grupo torna-se cada vez mais relevante, mesmo que seu crescimento demográfico não reverta de imediato em apoio político às suas lideranças, especialmente no caso das eleições majoritárias. Muitas vezes o apoio a determinados candidatos pode vir motivado pelo sentimento de que, se não houver como convencer o fiel, a igreja deve apoiar sua escolha. Tal movimento pode, inclusive, garantir maior legitimidade das lideranças religiosas, ao solicitarem apoio para seus candidatos ao legislativo. Segundo Fonseca (2004)

Como toda organização social, uma igreja também é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral. A liderança da IURD não pôde ignorar o desejo de grande parte da população por mudança após oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Dentro dessa percepção, a fala do deputado Marcos de Jesus (PL/CE), ao declarar a possibilidade de apoio a Lula, é cristalina: “não posso ficar contra a voz do meu povo, que está pedindo Lula para presidente”. A relação entre a Igreja e os fiéis se dá em mão-dupla e com isso por mais que haja a pretensão de um curral eleitoral evangélico, os líderes religiosos se veem obrigados a atender muito das demandas e desejos de seus seguidores. (Fonseca, 2004: 17)

Assessora Daniela (IEQ) refere semelhante estratégia argumentativa ao relatar opção do segmento por apoio à candidatura de Dilma Rousseff (PT) no segundo turno do pleito de 2010:

no 2º turno (2010) entre Serra e Dilma, os segmentos mais pobres da igreja evangélica, que foram mais beneficiados com as políticas públicas fecharam com Dilma. Como é que eu vou dizer para um crente lá do interior do Amapá que recebe o bolsa família que não vote em Dilma? O cara está sendo beneficiado.⁹⁹

Nestas situações, parece estratégico por parte das igrejas apoiarem o candidato em questão. Ao mesmo tempo, podem conquistar mais apoio e legitimidade para seus candidatos às eleições proporcionais. Além disso, o apoio político parece ser usado como moeda de troca, sendo solicitado em contrapartida, algum benefício específico.

No caso do segundo turno de 2002, a *Igreja Universal do Reino de Deus* declara apoio a Lula. Em troca, no entanto, além do compromisso de deixar para o Congresso resolver questões morais como a união homoafetiva, a igreja também solicita o apoio de Lula para dois projetos: 1) aumento de recursos para o Rio de Janeiro e 2) alteração na forma de tributação do petróleo, fazendo com que a cobrança do ICMS passe a ser feita sobre o consumo e não mais sobre o refino.

No caso específico dessa eleição presidencial, é importante destacar, além dos apoios negociados, uma mudança de postura do candidato petista Luís Ignácio Lula da Silva com relação ao que ficou conhecido como “Lulinha paz e amor¹⁰⁰”. Assessora da Frente Parlamentar Evangélica revela a importância dessa nova postura de Lula para mudar a perspectiva dos evangélicos acerca de velhas ameaças que, até então, pairavam sobre ele:

quando o *Lulinha paz e amor* aparece a gente percebe que “puxa, isso pode dar certo”, porque a igreja evangélica também estava cansada de corrupção, e o discurso do PT era o discurso da moralidade, é o nosso discurso, é o discurso de amparar o faminto. Então quando a igreja evangélica no primeiro momento senta com Lula e pensa no pobre, a igreja evangélica acerta.¹⁰¹

Com todo esse apoio de lideranças religiosas e alianças com partidos de centro e direita no espectro ideológico, Lula é eleito presidente do Brasil em

⁹⁹ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

¹⁰⁰ A ideia subjacente a esse conceito que ficou conhecido como “Lulinha Paz e Amor”, busca desconstruir a imagem de Lula como comunista e repressor das liberdades religiosas.

¹⁰¹ Depoimento retirado de entrevista concedida pela assessora Daniela (IEQ) em dezembro de 2012.

votação de 2º turno em 2002. Já em seu discurso de posse, promete governar para todos os brasileiros, e conclama o segmento evangélico para auxiliá-lo. Ao mesmo tempo, setores tradicionalmente ligados à luta pelos direitos humanos e de minorias, que encontram guarida no Partido dos Trabalhadores, também aguardam que o novo governo avance no atendimento de suas demandas.

Aliança da *IURD* com PT provoca mal-estar na Igreja Católica, que teme influências dessa denominação no governo, como no Ministério das Comunicações, aumentando sua força em rádios e TVs. Lula promete governar para todas as religiões, com o auxílio e apoio de todos os segmentos sociais.

Em discurso de posse, Lula ressalta a importância do segmento evangélico, e os convoca a participar do seu governo. A revista *Eclésia* lança edição especial onde analisa o apoio dos evangélicos e o novo momento de Lula, que do outrora satanizado “Sapo Barbudo”¹⁰² transforma-se no “Lulinha Paz e Amor”, em lua-de-mel com o Brasil e com a Igreja¹⁰³.

4.1.2 Pentecostais e movimento LGBT na gestão Lula (2003-2010)

O governo de Lula inicia em 2003 buscando ainda maior aproximação com os evangélicos. A mudança no Código Civil que garante personalidade jurídica própria às igrejas e entidades religiosas e a inserção de evangélicos em conselhos de políticas públicas, sancionado por Lula no final de 2003, é uma dessas mudanças. A cerimônia de sanção dessa lei é acompanhada por cerca de 150 lideranças religiosas e em seu discurso¹⁰⁴ Lula declara:

Durante muitos e muitos anos eu encontrava com pastores, pelo Brasil afora, que me perguntavam: Lula, é verdade que, se você ganhar as eleições, vai fechar as igrejas evangélicas'? Vocês sabem disso,

relembra Lula, conversando diretamente com os religiosos presentes na plateia. E prossegue:

¹⁰² Desde o pleito de 1989, Lula ficou conhecido por seus adversários como o Sapo Barbudo, em uma conotação negativa, animalesca (sapo) e comunista (barbudo).

¹⁰³ Fonte: Revista *Eclésia*, ano VII, número 83.

¹⁰⁴ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56689.shtml>

E quis Deus que, no primeiro ano do meu governo, a última lei que sanciono, no ano de 2003, é exatamente para dizer que aqueles que me difamaram agora vão ter que pedir desculpas, não a mim, mas a Deus e à sua própria consciência.

Em meio a gritos de "glória a Deus", o presidente Lula é aplaudido de pé. Lula ainda recorre ao ditado popular "Deus escreve certo por linhas tortas" para argumentar que a última lei do ano, sancionada por ele, garante a liberdade religiosa no Brasil.

Mas o segmento evangélico não é o único grupo que o presidente Lula pretende acolher. Ainda que as reivindicações dos movimentos sociais de minorias como o movimento LGBT e o movimento feminista não fossem prioridade dentro do Partido dos Trabalhadores, sendo vistos como secundários por muitos petistas, era nesse partido que tais movimentos tinham, de alguma forma, suas demandas recebidas e suas lutas representadas no campo político partidário. Segundo o ex-petista Marcos Rolim, embora o partido tenha de fato acolhido essas demandas, nunca as encarou como pauta prioritária de governo:

Ao longo desse processo de construção do PT, que eu acompanho, há 20 anos... O PT foi uma espécie de estuário, ele recebeu essas influências todas, recolheu no seu leito, digamos, o movimento pelos direitos humanos, a luta feminista, a luta pelos homossexuais, estava todo mundo ali em um cantinho, entendeu? Mas como partido mesmo, isso nunca se transformou em cultura, entendeu? Nunca se transformou em política pública, (...) eu acho que o PT foi solidário no sentido de receber esses grupos debaixo desse seu guarda-chuva e dizer: "vinde a mim, estou aqui.". Entendeu? "Recebo vocês todos." (...) "E vamos juntos.". Enfim... "Lutar contra o nosso inimigo comum.". Né? Mas isso não quer dizer que o partido como partido tenha se convertido a essas ideias ou tenha assumido efetivamente esses ideais. Não, nunca fez isso né. A postura do PT como partido, institucionalmente, diante dos direitos humanos, das mulheres, mesmo dos negros e, enfim, dos homossexuais; foi sempre uma postura pragmática. Vamos dizer assim, "nós estamos juntos, somos solidários à luta de vocês". Mas agora, se isso nos trouxe prejuízo eleitoral, a conversa muda. Sempre foi assim. Não há uma campanha do PT, majoritária onde esses temas tenham tido importância.¹⁰⁵

É justamente a partir da aliança com o segmento evangélico que essas pautas passam a trazer maiores dilemas para o interior do partido, que viriam a

¹⁰⁵ Depoimento retirado de entrevista concedida em outubro de 2012.

ser explicitamente notadas somente anos mais tarde. Fato é que ao tentar atender demandas de segmentos tão diversos, o governo Lula fortalecia de certa forma ambos os lados para a disputa que iria se acirrar logo adiante. Assim, a promessa de governar para todos, juntamente com a cobrança de setoriais do partido vinculados aos movimentos feministas e LGBT, à época chamada GLBT¹⁰⁶, impulsiona Lula a desenvolver ações no sentido de acomodar setores divergentes. Na realidade, muitas dessas ações até já vinham sendo iniciadas ou, pelo menos sinalizadas no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso. Ainda assim, o fato de o PT, partido dos principais propositores de projetos na área dos direitos humanos, chegar ao poder máximo da nação, trazia para esses movimentos a esperança de maiores avanços nas suas demandas.

Machado (2012a: 33), argumenta que as duas últimas décadas são marcadas por transformações culturais que resultam em uma política de aproximação do Estado brasileiro com os movimentos sociais em busca de legitimação social e ampliação dos seus direitos civis:

Nesse período, enquanto as feministas eram chamadas a ocuparem postos no aparelho do Estado, influenciando as políticas na área da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, os segmentos de gays e lésbicas se constituíram como importantes atores políticos coletivos, obrigando a sociedade a debater temas polêmicos, como: a descriminalização do aborto; a união civil entre pessoas do mesmo sexo; a adoção de crianças por casais homoafetivos; a criminalização da homofobia; a inclusão das cirurgias de readequação sexual entre os Serviços do Sistema único de Saúde; etc. Ainda que de forma desigual, esses movimentos (o feminista e o LGBTT) viram muitas de suas propostas serem encaminhadas nos governos do PSDB (1995-1998 e 1999-2002) e, mais acentuadamente, nos dois mandatos do petista Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). (Machado, 2012a: 33)

No segundo ano do primeiro governo Lula, é lançado o *Programa Brasil sem Homofobia* (2004). O programa é resultado de um diálogo e construção coletiva entre órgãos governamentais e os movimentos sociais organizados da

¹⁰⁶ Como explica Machado, Piccolo, Alves e Barros (2010: 14), o movimento social organizado passou a recomendar a mudança da sigla de GLBT para LGBT em 2008, seguindo tendências internacionais, visando projetar a atuação de lésbicas (ao invés dos gays) na superação da dominação masculina e da ideologia patriarcal.

sociedade civil. Não é uma iniciativa do governo Lula. Ainda assim, o Programa assume que

O Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa, reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais. (Programa Brasil sem Homofobia, 2004: 7)¹⁰⁷

Com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos civis e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, o Programa *Brasil sem Homofobia* marca o início de muitas conquistas para o movimento LGBT. São os seus pressupostos e diretrizes que embasam as conquistas dos anos seguintes. Naquele momento, como relatam alguns assessores entrevistados, o segmento evangélico não estava atento ao avanço dos direitos LGBT.

Além disso, desde a posse de Lula em 2003, diversas outras mobilizações, organizadas por lideranças do movimento LGBT, levantam a bandeira contra a homofobia e em favor dos direitos civis do segmento. As *Paradas do Orgulho Gay* depois chamadas de *Paradas do Orgulho LGBT*, passam a incluir essas reivindicações em suas manifestações. Algumas inclusive acrescentam, em suas chamadas, referências a retaliações que estariam sofrendo por parte dos segmentos religiosos e em defesa da laicidade do estado.

Alguns exemplos das temáticas das paradas em São Paulo incluem: *Construindo Políticas Homossexuais (2003)*; *Temos Família e Orgulho (2004)*; *Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais nem menos (2005)*; *Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos (2006)*; *Por um mundo sem Racismo, Machismo e Homofobia (2007)*; *Homofobia Mata! Por um Estado Laico de Fato (2008)*; *Sem Homofobia, Mais Cidadania – Pela Isonomia dos Direitos! (2009)*; *Vote Contra a Homofobia: Defenda a Cidadania! (2010)*; *Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia! (2011)*; *Homofobia tem cura: educação e criminalização (2012)*; *Para o armário nunca mais: União e*

¹⁰⁷ Fonte: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

conscientização na luta contra a homofobia (2013); País vencedor é país sem homolesbostranfobia: chega de mortes! criminalização já! (2014). Tais reivindicações, levantadas na maior mobilização LGBT do Brasil, deram o tom para diversas outras manifestações nas principais cidades do país, que passaram a também reproduzir chamadas com o mesmo teor reivindicatório. Em 2013, por exemplo, a *Parada Livre* em parceria com a *Marcha Lésbica*, realizada em Porto Alegre, traz como motes: *Ajoelha e reza! Liberta-te do preconceito* e, especificamente elaborado pela *Liga Brasileira de Lésbicas*, *Tirem suas doutrinas de nossas vaginas e Tirem seus rosários de nossos ovários.*¹⁰⁸

Ainda que essas reivindicações estivessem ocorrendo no âmbito dos movimentos sociais, envolvendo especialmente a sociedade civil, o primeiro mandato do presidente Lula segue sem maiores embates. Tanto os pentecostais no Congresso quanto o movimento LGBT avançam paralelamente em suas conquistas. Durante a campanha para reeleição em 2006, Lula estabelece articulações com os dois setores (LGBT e evangélicos) e esse duplo movimento não repercute significativamente na sua reeleição. Os efeitos disso, no entanto, são sentidos na campanha de 2010, como veremos adiante. Assim, Lula define novamente como uma das prioridades de sua campanha eleitoral a conquista do voto evangélico e divulga carta específica para esse segmento pedindo votos e orações. Nesse momento, conta com apoio da IURD e parte da AD, que segue dividida entre Lula (Ministério Madureira) e seu principal adversário, Geraldo Alckmin (PSDB), apoiado pelo Ministério da Missão.

Ao mesmo tempo, a Comissão Temática Cidadania LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) e a setorial nacional LGBT do PT¹⁰⁹ apresentam proposições para um eventual segundo mandato do presidente, em consonância com as propostas do programa *Brasil sem Homofobia*,

¹⁰⁸ Conforme Anexo I.

¹⁰⁹ Documento disponível em

http://www.claudionascimento.blogspot.com.br/2006/09/lanamento-no-rio-do-programa-setorial_26.html

lançado pelo governo federal dois anos antes, em 2004. Entre as reivindicações apresentadas por esse grupo estão a regularização da união civil entre homossexuais e o estímulo à participação organizada de homossexuais na discussão de políticas públicas, orçamento, programas e ações do governo. Segundo documento¹¹⁰ apresentado pelo grupo, boa parte da população LGBT teria votado em Lula em 2002 contando com a expectativa de apoio para enfrentar o conservadorismo e criar melhores condições para o debate sobre o respeito à diversidade sexual:

Foi um voto de esperança em um governo que implementasse políticas públicas para a população LGBT, visando o combate ao preconceito e à discriminação contra essa população.

De acordo com a comissão, uma agenda legislativa precisaria ser vencida para que a população LGBT tivesse os mesmos direitos e reconhecimento que o restante dos cidadãos. Eles também reivindicam a inclusão do programa no Plano Plurianual do novo governo e a ampliação e o fortalecimento da participação da comunidade LGBT na avaliação e monitoramento do programa; a diversificação das ações de apoio às manifestações da cultura LGBT e ações de capacitação de políticas culturais que valorizem a temática homossexual e a produção de material educativo sobre a livre orientação sexual.

A candidatura Lula em 2006 é a primeira a lançar um programa específico dirigido à população homossexual e transgênero no Brasil. O programa chamado *Construindo um Brasil sem Homofobia*¹¹¹ é elaborado pela comissão temática de Cidadania LGBT, coordenada por Julian Rodrigues, da setorial nacional do partido. A proposta é responsável pela institucionalização da Subsecretaria de Políticas para os LGBTs, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos. Além disso, à época da eleição de 2006, o governo do PT pretende, em caso de reeleição de Lula, dar andamento à agenda legislativa referente ao tema, o que significa agilizar a aprovação dos diversos projetos de

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Documento reproduzido no Anexo D. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/cidadania-glb-constituindo-um-brasil-sem-homofobia-por-julian-rodrigues>

lei ampliando os direitos dos LGBTs, entre os quais, a criminalização da homofobia, a união civil e a autorização para que as pessoas transexuais alterem seu registro e façam as cirurgias de readequação de sexo pelo SUS.

Nessa onda de avanços, parlamentares favoráveis à criminalização da homofobia conseguem aprovar este projeto na Câmara dos Deputados na data de 23 de novembro de 2006. Na ocasião, segundo assessor entrevistado, é realizada o que denominam como uma manobra regimental¹¹², que passa despercebida pelos evangélicos, e o projeto segue para discussão no Senado Federal com a numeração que o torna conhecido: PLC 122/2006. Esse processo de aprovação do PLC 122/2006 é descrito no próximo capítulo desta tese.

O caso em questão suscita um alerta aos parlamentares e assessores evangélicos, que reforçam a vigilância (Giddens, 1991) aos projetos por eles considerados nocivos à sociedade brasileira.

A partir do trabalho e das articulações desenvolvidas, em 2008 o governo federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, organiza a primeira Conferência Nacional LGBT com a participação de militantes LGBT de todo o país e de gestores de políticas públicas. A conferência define prioridades para o enfrentamento da discriminação e da violência, além de estabelecer metas para a ampliação da cidadania da população LGBT. Além disso, a Conferência define como ações prioritárias a criação da Coordenadoria Geral de Promoção dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e do Conselho Nacional LGBT, ambos ligados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sendo que o Conselho deve também incluir representantes de entidades da sociedade civil. Assim, a Coordenadoria é criada em 2009 e, ao final do governo Lula, é promulgado, através do Decreto nº 7388, de 9 de

¹¹² Trata-se do caso em que a votação do projeto foi acordada com algumas lideranças e levada para votação em bloco, junto com outros projetos menos controversos, em uma tarde de quinta-feira, quando contavam com quórum para aprovação, mas sem a presença de lideranças que pudessem contrapor a proposta.

dezembro de 2010, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em entrevista a mim concedida em janeiro de 2014, o então Coordenador geral de promoção dos direitos LGBT reconhece a importância do Programa *Brasil sem Homofobia* como marco para o avanço das conquistas do movimento:

Então eu acho que a partir daí é que surge a Conferência, a Coordenação, o Conselho. Antes a pauta LGBT ficava restrita à saúde. Era só saúde que tratava lá na política de Aids, que financiava a parada. A partir de 2004, com o *Brasil sem Homofobia* isso passa a ser pauta no Ministério da Cultura, no Ministério da Educação, na Secretaria de Direitos Humanos. Isso entra e começa a ser mais transversalizado, né, dentro do governo.

Em final de 2009, o governo Lula lança o 3º Programa Nacional de Direito Humanos (PNDH 3)¹¹³, que indica novas ações para o avanço das demandas LGBT. Para compreender melhor as reações dos parlamentares pentecostais, é necessário agora compreender como esse grupo se organiza em torno da Frente Parlamentar Evangélica, o que abordo a partir do próximo capítulo para, mais adiante retornar à análise dos programas aqui já mencionados.

¹¹³ Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>

CAPÍTULO 5: A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: HISTÓRIA, PROJETOS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Neste capítulo investigo inicialmente o processo histórico de formação da Frente Parlamentar no interior do Congresso Nacional. Em seguida, a composição da Frente Parlamentar Evangélica em cada uma das legislaturas. Apresento os evangélicos que se destacam, os projetos que defendem, assim como aqueles para os quais se opõem, seus aliados e seus opositores segundo as conjunturas, os acordos, as conveniências e interesses, as estratégias utilizadas, as relações com o governo federal e com os movimentos sociais e as consequentes reações aos demais projetos em discussão no Congresso, apresentadas pelo governo e/ou apoiadas pelos movimentos sociais.

5.1 Os cultos e a criação da Frente Parlamentar Evangélica

Conforme demonstrei anteriormente (Trevisan, 2013), um dos assessores entrevistados declarou que, embora a imprensa identificasse os parlamentares evangélicos enquanto bancada desde a Constituinte, muitos deles tinham vergonha de assim se assumir, em razão da assunção de que deveria haver bancadas “de partidos”, mas não religiosas. Vergonha que desaparece a partir da formação da Frente Parlamentar Evangélica (doravante FPE) em 2003. A distinção entre bancada e frente parlamentar será apontada por vários deputados entrevistados. Conforme um deles: “não há bancada evangélica, bancada é para os partidos. Somos uma frente parlamentar para a discussão de projetos comuns, o que é bem diferente.” O *Ato da Mesa nº 69*,

de 10/11/2005, da Câmara dos Deputados, caracteriza a Frente Parlamentar como uma “associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”¹¹⁴.

Assim, considerando a exigência de um terço dos deputados para a formação de uma Frente Parlamentar, é possível compreender porque a Frente Parlamentar Evangélica, com números oscilando em torno de 78 integrantes na atual legislatura, não aparece na lista de Frentes Parlamentares no site da Câmara Federal. Mesmo que não seja uma Frente oficial, é reconhecida enquanto força política e dispõe inclusive de um gabinete específico para o desenvolvimento das suas atividades, conforme será descrito a seguir.

Formada por parlamentares de confissão religiosa evangélica, a Frente Parlamentar Evangélica reúne parlamentares de diferentes denominações e convicções ideológicas. O que os une, basicamente, é a identificação como ‘evangélicos’. Em que pese as diferentes noções do que venha a ser aceito como evangélico, e sua inexorável heterogeneidade interna, o que os liga é a fé. Nesse aspecto, faz sentido a importância devotada aos cultos evangélicos que se realizam nas manhãs de quartas-feiras, antes do início dos trabalhos parlamentares.

Entrevistada durante pesquisa de campo realizada em dezembro de 2012, a advogada e pastora Daniela (IEQ) revela-se como uma assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica bastante comprometida e envolvida com os trabalhos do grupo desde antes da sua constituição. Atuando sempre como assessora de algum parlamentar evangélico¹¹⁵ no Congresso Nacional desde 1998, Daniela revela acompanhar o trabalho do grupo desde a Constituinte, quando já atuava na “base do movimento”. A assessora argumenta a favor da importância dos cultos para os parlamentares e para a própria organização dos parlamentares, no sentido de que “essa questão de

¹¹⁴ Fonte: http://www.senado.gov.br/blog/Assessoria_Imprensa/conteudo/frentes-parlamentares.asp

¹¹⁵ Revela já ter assessorado diretamente pelo menos seis parlamentares diferentes, pertencentes a diferentes partidos e a diferentes denominações pentecostais.

professar fé é uma coisa que faz parte da história dessa casa¹¹⁶, né.” Segundo ela, os cultos servem para acolher os novos integrantes e fornecer um espaço de exercício de fé, integrando os membros da Frente e outros assessores, parlamentares e funcionários da instituição. A entrevistada garante que a maior parte dos assessores, parlamentares e mesmo funcionários da Casa, não são originários de Brasília de modo que se sentem isolados e, por isso, valorizam os momentos de culto:

Essa cidade ela é muito grande e ela é uma cidade fria, todo mundo que vem pra cá de fora sente muito isso. Então eu era muito só, então pegar um carro para sair para ir a uma igreja num domingo, eu estava tão cansada e ir sozinha e não ser a minha igreja, não ser meu povo, então por uns três anos, o meu alimento espiritual era o culto da casa, eu só tinha a 4ª feira para cantar, para orar, para viver a minha experiência de fé, então tem muita gente aqui que não tem tempo de ir a igreja aqui e usa isso, especialmente parlamentares. Têm muitos parlamentares né, falam que chegam nos seus estados, ele não tem como ir à igreja, pois quando chega na igreja ele não consegue assistir o culto, porque tem uma fila de pessoas para falar com ele. Então tem muito parlamentar que tem o culto aqui como seu momento de fé.

Segundo Daniela, antes da criação da Frente Parlamentar Evangélica, os parlamentares evangélicos já se reuniam para orar, em pequenos grupos, em cultos muitas vezes caseiros. E além da necessidade de atuação mais organizada, essa proximidade na necessidade devocional que expressavam também os motivou a criar a referida Frente Parlamentar.

Baptista (2009) confirma em sua investigação, que os parlamentares afirmam a existência, anterior à criação da Frente Parlamentar Evangélica, de cultos separados por igreja. Assim, os parlamentares da *Universal* faziam seu culto, os da *Assembleia de Deus* os seus, os parlamentares das igrejas históricas os seus e assim por diante. Naquele período, tinham muitas vezes dificuldades para trazer lideranças para pregar. Segundo o autor, a oportunidade de unificar os cultos teria aberto espaço para a aproximação das

¹¹⁶ Ao caminhar pelos corredores e subterrâneos do Congresso Nacional, deparei-me não somente com o culto da Frente Parlamentar Evangélica, mas com pelo menos outros dois cultos evangélicos, um no Senado e outro na Câmara, organizado por funcionários. Um deles acontece toda segunda-feira ao meio-dia e o outro, nas quintas-feiras no final da tarde. Além disso, presenciei missas, encontros espíritas e também uma celebração *Seicho-no-iê*.

ações parlamentares também. A partir da criação do culto oficial da Frente Parlamentar Evangélica nas manhãs de quartas-feiras, os parlamentares passam a se encontrar mais, e eles próprios passam a fazer as pregações e a estabelecer as devidas relações de sua fé com os projetos em discussão dentro do Congresso Nacional. Constrói-se assim, a ideia de monitoramento e vigilância de projetos considerados nocivos e, a partir de então, da atuação integrada para combatê-los¹¹⁷.

O trabalho que já vinha sendo realizado dentro do Congresso Nacional nas legislaturas anteriores, aliado ao sucesso obtido nas urnas em 2002, possibilita aos parlamentares evangélicos, que antes costumavam organizar-se informalmente, a criação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003. Conforme assessora (IEQ) declara em entrevista:

Ela nasceu em 2003 como instituição organizada, até antes de 2003 eles se reuniam de forma mais informal e assim mais para defender alguns interesses assim do segmento, né, o que está assim afetando a questão da Bíblia, liberdade religiosa, mais corporativista ali. A partir de 2003 a bancada evangélica cresce e eles percebem que precisam influenciar em mudanças de fato, eles não têm que estar aqui só defendendo o segmento, né? E aí a bancada em 2003, ela se organiza como um grupo que sentiu a necessidade de fazer alguns enfrentamentos, que era o nosso grande sonho, aí se organiza com presidência, com coordenação e a gente em paralelo monta um grupo de assessoria pra dar esse apoio aos parlamentares evangélicos¹¹⁸.

A seguir apresento o depoimento de dois parlamentares que participaram da criação da Frente Parlamentar Evangélica e que expressa a motivação para sua criação:

nós criamos a Frente Parlamentar. (...) Fui um dos vices, né. a gente viu que tinha um bom número de deputados evangélicos, de todas as denominações, e nos reunimos né, pra tratar disso, e aqui dentro é um procedimento normal você formar as Frentes parlamentares, né. Então foi a FPE, que a gente chama a Frente Parlamentar Evangélica, assim como têm dezenas de outras. Então dentro da FPE você tem deputado da *Assembleia de Deus*, da *Igreja Batista*,

¹¹⁷ Essas pregações nos cultos, trazendo os elementos que consideram perigosos, encontrados nos projetos de lei em debate no Congresso Nacional, lembrou-me dos cultos que presenciei nos diferentes templos em Porto Alegre. Nessas ocasiões, os pastores justificavam a eleição de “homens de Deus” para combater o mal instalado dentro das casas legislativas.

¹¹⁸ Assessora da Frente Parlamentar Evangélica, em entrevista concedida em dezembro de 2012.

Quadrangular, dessas igrejas novas, *Universal do Reino de Deus*, *Poder de Deus*, né, essa nova, *Mundial do Poder de Deus*, e aí vai. diferentes partidos também, o que nós temos em comum é a fé, não é, comunhão, somos irmãos. Entendeu? e os problemas nos projetos de lei que confrontam as doutrinas bíblicas e os costumes né bíblicos, a questão moral, etc, entendeu? então é unidos pela fé, pela fraternidade irmã aqui, e pelo interesse na defesa das questões evangélicas - que aqui dentro por exemplo, têm projetos que batem de frente e a gente trabalha no sentido de segurar isso pra não avançar. (Deputado Zequinha Marinho, PSC/PA)

Se formou porque o número de parlamentares foi aumentando e aí deu para fazer uma frente supra partidária. Aquilo que era simplesmente uma reunião de grupos pequenos acabou se transformando em uma frente supra partidária. Os parlamentares que eram evangélicos já se reuniam antes disso [da formação da FPE]. (Deputado Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

Essa ideia de organizar o que já acontecia informalmente e dar-lhe um caráter coletivo com vistas a atuação conjunta de um projeto maior é recorrente durante as conversas com assessores e parlamentares, sendo também referida por Baptista (2009) e Duarte (2011), quando analisaram em seus estudos, também a formação e dinâmica de atuação desta Frente Parlamentar.

Como já mencionado, a partir de 2003, o número de evangélicos parlamentares eleitos cresce. No entanto, somente esse crescimento numérico não justificaria a criação da Frente Parlamentar Evangélica. Junto com isso, está o seu crescimento enquanto força política capaz de influenciar posicionamentos dentro do Congresso Nacional. Mariano (2006) demonstra como a reação evangélica ao Novo Código Civil une os parlamentares de diferentes denominações em 2003.

A Constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica, nesse mesmo ano, surge assim como uma oportunidade para a organização e atuação conjunta. Além disso, o próprio desejo de se distinguir das demais bancadas de partidos exerce papel importante na constituição da Frente. Desde a eleição para a Constituinte, segundo Pierucci (1996: 173), a imprensa chama a atenção para sua “vontade de atuar em conjunto, assim como para sua principal bandeira: os bons costumes”. Assessores e parlamentares, tanto da Frente Parlamentar Evangélica quanto seus opositores, concordam com o crescimento político desse grupo de parlamentares, majoritariamente a partir desse momento de formalização institucional em 2003.

A formação da Frente em 2003 é vista por seus componentes como necessária para que possam influenciar mudanças mais efetivas, ampliando sua atuação para além das igrejas, para o conjunto da sociedade. O então deputado Adelor Vieira¹¹⁹ (PMDB/SC), fundador e primeiro presidente da Frente Parlamentar Evangélica, em carta convocatória para a organização da Frente, assim justifica a sua criação:

A institucionalização deste Frente nos proporcionará maior visibilidade, opções de participação mais efetiva (...) Teremos a oportunidade de discutir importantes temas de grande interesse de nosso segmento, independente da denominação e do partido a que somos filiados: Reforma política, fidelidade partidária, eleição por lista, união civil entre pessoas do mesmo sexo, lei do som, missões, radiodifusão, dentre outros.¹²⁰

Faz-se relevante destacar que os temas referentes à reforma política, fidelidade partidária e eleição por lista entram na lista de interesses dos componentes da Frente Parlamentar Evangélica na medida em que podem implicar na sua eleição e na defesa de seus interesses religiosos. A reforma política, que pode vir a modificar o atual modo de eleição proporcional, pode trazer maior poder aos partidos em detrimento dos candidatos e seus apoiadores, em muitos casos aqui, as igrejas e seus membros. Desse modo, os parlamentares precisariam aumentar seu poder de influência no interior dos partidos políticos. Destaque-se o caso de criação do PRB como sintomático desse processo, assim como o aumento de parlamentares evangélicos no interior do PSC.

Antes de seguir apresentando detalhes da atuação da Frente Parlamentar Evangélica, seus projetos e seus oponentes, é necessário olhar para a composição da Frente Parlamentar desde o seu início, o que será realizado na próxima seção.

¹¹⁹ O deputado Adelor Vieira tem seu nome envolvido no esquema de corrupção que ficou conhecido como *Máfia das Ambulâncias* ou *Escândalo das Sanguessugas* e não se reelege na legislatura seguinte.

¹²⁰ Ofício do gabinete deputado Adelor Vieira, de 13 de agosto de 2003, cuja cópia me foi gentilmente cedida por assessora entrevistada em dezembro de 2012.

5.2 Composição e perfil da Frente Parlamentar Evangélica

O pleito de 2002 constitui a maior bancada já eleita de parlamentares evangélicos, conforme demonstram os números da tabela a seguir.

TABELA 2: Composição Frente Parlamentar Evangélica (deputados federais e senadores) na 52ª legislatura - 2003-2006.

Partido/ Denominação						
	Total	AD	IURD	Batista	IEQ	Outras
PSC	3	3	-	-	-	-
PSDB	4	1	-	-	-	3
PT	3	-	-	3	-	-
PMDB	10	3	2	1	-	4
PR	3	-	-	3	-	-
PTB	9	5	1	1	2	-
PPS	1	1	-	-	-	-
PSD	1	-	-	-	-	-
PDT	1	-	-	-	-	1
PSB	7	3	1	1	-	2
PP	5	3	-	1	-	1
PV	2	1	-	-	-	1
PST	1	-	-	-	1	-
PL	14	2	9	1	-	2
PFL	10	2	4	1	-	3
PPB	3	1	1	-	-	1
Total	77	25	18	12	2	11

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Baptista, 2009; Duarte, 2010 e consultas ao site do DIAP e Congresso Nacional

Destaco os dados referentes aos parlamentares pertencentes às principais denominações que, estrategicamente, lançam candidatos oficiais com apoio de suas igrejas - *Assembleia de Deus*, *Igreja Universal do Reino de Deus* e *Igreja do Evangelho Quadrangular* (Freston, 1994; Oro, 2003; Baptista, 2009). A *Igreja Batista*, embora não lance oficialmente seus fiéis ou lideranças enquanto candidatos, está destacada também em razão de figurar sempre, em todas as eleições, como em segundo ou terceiro lugar dentre as denominações

com maior número de parlamentares, sempre com uma razoável distribuição entre diferentes partidos. Para a legislatura de 2003-2006, elege 12 deputados, posicionados em 8 partidos diferentes, atrás somente da *Igreja Universal do Reino de Deus* com 18 parlamentares em seis partidos e da campeã *Assembleia de Deus*, com 25 parlamentares presentes em onze partidos diferentes. Com relação aos partidos, cabe destacar o PL, o PMDB, o extinto PFL e o PTB como aqueles com maior concentração de evangélicos eleitos, com 14, 10, 10 e 9 parlamentares eleitos, respectivamente, para essa legislatura. Enquanto o PMDB e o PFL têm seus evangélicos eleitos pertencentes a diversas denominações, a maior parte dos evangélicos do PL é membro da *IURD*, enquanto a maior parte dos evangélicos eleitos do PTB é membro da *Assembleia de Deus*.

Além disso, destaque-se que, mesmo que uma denominação não lance candidatos oficialmente, isso não significa que não o apóie nem que o próprio candidato, independentemente do suporte oficial de sua igreja, não se utilize de sua identidade religiosa para interpelar os fiéis de sua denominação enquanto possíveis eleitores de sua base.

Machado (2012b: 80) sugere uma preferência, por parte das igrejas, por candidatos que sejam atuantes na sua denominação enquanto liderança religiosa, para garantir o controle e o benefício a partir da atividade parlamentar. Pelo menos 11 parlamentares foram identificados como pastores, bispos ou missionários de suas igrejas à época da pesquisa de campo, mas esse número pode ser maior, na medida em que a identificação dos parlamentares obedece a critérios informais e subjetivos.

A estruturação orgânica da FPE é resultado e, ao mesmo tempo, causa de sua mobilização e fortalecimento enquanto grupo político. Ainda que muitos parlamentares evangélicos sejam efetivamente líderes de suas denominações religiosas, pastores e bispos, cresce entre alguns integrantes da Frente o discurso de que, nas palavras de assessora entrevistada (IEQ),

hoje a igreja escolhe seus representantes para enviar ao Congresso por sua qualificação profissional. Antes a igreja enviava o pastor mais santo, e isso trouxe problemas.¹²¹

Os problemas mencionados pela assessora referem-se aos escândalos de corrupção, que ficou conhecido como “Máfia das Ambulâncias” ou “Escândalo das sanguessugas”¹²². Segundo entrevista, “não foi desonestidade, mas pura burrice”. Em sua visão, os deputados envolvidos, em sua grande maioria, não estavam preparados para a administração pública, não tinham conhecimento sobre leis ordinárias, licitação. Por isso, ficavam “reféns dos partidos” e, muitas vezes, de “assessores de má fé”. Atualmente, segundo ela, isso mudou, pois a bancada está “mais qualificada”. Assim, na sua avaliação, a igreja não escolhe mais o seu melhor pastor, mas o melhor profissional dentre os crentes para representá-los, o mais qualificado, o “mais inteligente”, de modo a qualificar a bancada.

Desde as eleições de 1988, segundo Machado (2012b: 76), os partidos políticos têm demonstrado crescente interesse nos pentecostais, através do incentivo à filiação partidária de lideranças religiosas, o que termina favorecendo não somente a entrada desses religiosos na política, mas também na direção dos próprios partidos.

Estudos recentes (Machado, 2006 e 2012b; Oro, 2001 e 2004; Baptista, 2009) sugerem que grande parte dos políticos evangélicos provêm dos mesmos meios socialmente vulneráveis que os membros de suas igrejas. Além disso, seu engajamento em movimentos sociais, sindicatos ou partidos políticos são frágeis e recentes, na medida em que boa parte deles iniciou sua participação política através de ações de suas igrejas. Casos como o da deputada Rosinha da Adefal (PT do B/AL) deficiente física e evangélica que se elegeu pela sua atuação no movimento de deficientes que representa, são citados pelos parlamentares da Frente para demonstrar como a igreja apoia

¹²¹ Entrevista realizada com assessora da FPE em dezembro de 2012.

¹²² Trata-se de um escândalo de corrupção que foi descoberto em 2006 envolvendo o desvio de dinheiro público destinado à compra de ambulâncias. Sobre o envolvimento dos evangélicos nesse escândalo conhecido como Máfia das Sanguessugas, ver Mariano, Hoff e Dantas (2006).

fiéis com inserção em outros segmentos sociais. Ou seja, representantes evangélicos que são profissionais em suas áreas, advogados, dentistas, comunicadores, etc. São evangélicos, mas não são pastores nem mesmo fiéis indicados pelas igrejas. Por terem atuação em outros segmentos, conseguem uma legitimação social maior. Por serem evangélicos, defendem também esses interesses específicos.

Fonseca (2004) define cinco categorias para os políticos evangélicos. Em primeiro lugar, os religiosos apoiados ou indicados por suas igrejas, os denominados por Campos (2005a) de “políticos de Cristo”; outro grupo de pentecostais ligados aos meios de comunicação, apresentadores de televisão, radialistas, evangelistas; um terceiro grupo de religiosos que possuem recursos próprios e lançam-se candidatos. Em geral, empresários. O quarto grupo reúne os políticos que se convertem e, por último, os militantes de movimentos progressistas, em geral evangélicos históricos. Destaco que identifiquei os cinco perfis entre os evangélicos que investigo no Congresso Nacional. No entanto, nem sempre a categorização é simples, na medida em que, muitas vezes, um mesmo parlamentar carrega duas ou mais dessas características. Por exemplo, é comum as igrejas escolherem, como candidato oficial, aquele que está ligado aos meios de comunicação ou que seja empresário, que também possua recursos próprios.

Alguns parlamentares evangélicos que não são eleitos por indicação das igrejas relatam ser procurados pela FPE e aceitar sua inclusão na Frente. A cobrança para que sigam as orientações de voto da FPE, no entanto, não é igualmente bem recebida por todos esses parlamentares. É importante salientar que, embora a mídia muitas vezes coloque todos os parlamentares evangélicos como um bloco coeso, há aqueles que preferem não misturar sua fé com a política e reclamam da cobrança que recebem, não somente da Frente, como também da sociedade em geral, das igrejas.

Embora não muito numerosos, identifiquei casos de parlamentares que foram procurados pela Frente por serem evangélicos, aceitaram a inclusão de seus nomes dentre os evangélicos, mas, ao mesmo tempo, nunca ou pouco participam das reuniões do grupo e criticam a imbricação entre religião e

política no Congresso Nacional, assim como as campanhas nas igrejas. A deputada federal evangélica Andreia Zito (PSDB/RJ), por exemplo, é uma delas. Embora tenha concordado com a inclusão de seu nome na Frente Parlamentar Evangélica, diz que não participa das reuniões e critica a interferência da religião na política. Afirma sentir-se incomodada com as campanhas nas igrejas e, por isso, ter-se afastado da igreja que frequentava por ocasião de sua primeira candidatura, para que não pensassem que ela ia aos cultos para pedir votos. Justifica assim sua saída da igreja evangélica *Maranata* porque “lá faziam campanha” e ela não se sentia bem com isso. Na igreja *Nova Vida*, em que está agora, valoriza que a tratem apenas como “a Andreia” e não como “a deputada Andreia”. Ainda assim, diz que é muito cobrada por ser evangélica, para que vote conforme as diretrizes e valores esperados de uma evangélica:

Nessa questão religiosa, às vezes eu sou muito cobrada (...) E aí aconteceu uma votação [sobre aborto], eu fui contra, mas por convicção mesmo. Aí vem, por exemplo a questão da camisinha, né, que a igreja católica não concorda, mas eu acho que tem que haver camisinha, preservativo, né, a prevenção com relação a isso e não concordo que isso seja uma forma de incentivar. Eu acredito que seja realmente uma forma de prevenir, porque em uma sociedade como temos hoje, com vários adolescentes que tem aí, a gente sabe muito bem que com camisinha ou sem eles vão fazer sexo. Mas algumas pessoas me criticam. Mas quando eu falo isso dizem: “Mas poxa, você é evangélica e fala isso?” Então vem aquela questão da crítica, uma “pressãozinha”.

A partir da análise do caso da assessora Andreia, destaco a heterogeneidade dos componentes da Frente Parlamentar Evangélica ou, pelo menos, daqueles incluídos como membros. Note-se que Andreia não participa efetivamente da FPE. Ainda assim, não impede que seu nome esteja vinculado a essa Frente Parlamentar, ou seja, permite que a FPE a inclua em sua listagem, pelo simples fato de ser evangélica.

Com relação à assessoria dos parlamentares evangélicos, há relatos também de mudança no perfil dos eleitos. O discurso da qualificação, no entanto, revela que antes os parlamentares evangélicos tinham “um gabinete muito crente”, estando atualmente mais diversificado, na medida em que contam também com assessores técnicos, não necessariamente fiéis. Embora

esse discurso prepondera, a maior parte dos assessores com quem conversei ou mesmo entrevistei eram de alguma forma ligados ao segmento evangélico. Um assessor declarou-se católico, mas defendeu o mesmo discurso moral dos demais evangélicos entrevistados.

Talvez a diferença apontada revele que, como pude perceber em contato com os gabinetes, a maior parte dos assessores não são apenas evangélicos, mas possuem alguma formação técnica ou mesmo acadêmica relevante, especialmente na área do Direito, o que possibilita o domínio e a utilização desta linguagem. Esse novo perfil tem permitido, como já mencionado, que a Frente Parlamentar Evangélica adicione argumentos jurídicos, por exemplo, aos seus pareceres, de modo a reforçar a importância do estado laico e da não justificativa religiosa para suas opiniões.

5.3. A 54ª legislatura da FPE

A Frente Parlamentar Evangélica, na 54ª legislatura (2011-2014) reúne 78¹²³ parlamentares distribuídos em 18 denominações diferentes, a maioria delas pentecostais, e 16 partidos diferentes. As duas igrejas com maior representação parlamentar no Congresso Nacional nessa legislatura são a *Assembleia de Deus* (AD) e a *Batista*. Ambas contam com parlamentares de diferentes partidos, ainda que a AD tenha nove dos seus 23 parlamentares filiados ao Partido Social Cristão (PSC). Além disso, a *Batista* possui vários parlamentares com bases eleitorais em outros movimentos sociais e que foram eleitos especialmente por sua atuação nesses movimentos e não por indicação da igreja. Considerando as igrejas que apresentam candidaturas oficiais com representação na Câmara – a AD, a IURD e a *Quadrangular* – temos que todos os parlamentares da IURD estão filiados ao Partido da República Brasileira (PRB), enquanto que os parlamentares da AD e da *Quadrangular* se distribuem por diferentes partidos, oito no caso da AD e três no da *Quadrangular*.

¹²³ O número de 78 é referente à composição da Frente à época do trabalho de campo, em dezembro de 2013. O número de eleitos é 73, como explicado anteriormente. Ver Anexo G.

A característica de possuir parlamentares em diferentes partidos, ainda que possa soar como estratégia política por parte das igrejas para estar não apenas em um partido, mas em vários, na realidade é muito mais ocasional, na medida em que são os candidatos que escolhem os partidos e não as igrejas. Diversos parlamentares entrevistados relatam o momento em que a igreja os designou a ingressar na política. Dentre os parlamentares escolhidos pela igreja, todos são unânimes em relatar que a igreja os quer candidatos, mas que não interfere na sua opção partidária. É possível argumentar, no entanto, que os evangélicos lancem-se por diferentes partidos com finalidades práticas no sentido de que em partidos menores eles podem ter maior influência sobre os partidos e, eventualmente até lançar algum candidato ao Senado, ou seja, há várias razões pragmáticas para selecionar partidos que possam lhes ceder mais espaço.

Exceção a tal regra parece ser o caso da *IURD* que, desde a criação do PRB em 2005, mantém todos seus parlamentares na sigla. Ainda assim, os dois parlamentares desta denominação que consegui entrevistar, declararam que a escolha do partido se deu por questões de identificação ideológica e não religiosa. No caso da *Assembleia de Deus*, há uma maior inserção no PSC, mas não como uma regra válida para todos os parlamentares dessa denominação. Do total de dezessete parlamentares eleitos pelo PSC em 2010, onze são evangélicos e desses, oito pertencem à *Assembleia de Deus*. Contudo, se é fato que metade dos parlamentares do PSC sejam membros da *AD*, não é possível afirmar que o PSC seja escolhido na mesma proporção pelos evangélicos desta denominação. Dos vinte e um parlamentares da *AD* eleitos, somente oito estão no PSC. Os demais se distribuem em outros sete partidos: um no PRB, dois no PSDB, quatro no PR, um no PMDB, um no PSB, três no PTB e um no PV.

Assessora da Frente Parlamentar Evangélica (IEQ) reconhece não somente a intencionalidade das igrejas evangélicas em enviar seus representantes para a Câmara dos Deputados, como a importância de que esses religiosos tenham qualificações técnicas e políticas para além das religiosas. E afirma que o perfil dos parlamentares evangélicos vem mudando:

A igreja evangélica estava mandando parlamentares pra cá sem nenhum conhecimento, pastor abençoado, mas que não tinha noção do que é uma administração pública, não tinha noção do que é uma licitação, não sabe a diferença entre uma lei ordinária e uma constituição (...) Eu tive parlamentar evangélico aqui uma época que perguntava assim, 'irmã, onde é que eu assino?' Mas por que a igreja mandou? porque a igreja queria abençoar o Brasil e queria mandar o pastor mais santo que tinha, só que não é com boa vontade que se faz... teve coisas que aconteceram aqui que eu tinha vontade de chorar, de parlamentar perguntar coisas assim que estudante de 1º grau sabia. Hoje não, A bancada está mais qualificada, por exemplo o João Campos, ele é um delegado com doutorado em segurança pública, mas eu tive pastor aqui velhinho, eu tinha pastor aqui de 80 anos, que mal fizeram cursinho de teologia por correspondência, mas a igreja amava tanto que acreditava que esse homem vinha pra cá e ia transformar o Brasil, e quando eles chegavam aqui ficavam à mercê do partido, ficavam perdido, o partido é que tinha que orientar, contratava assessores de má fé.¹²⁴

Essa ideia da igreja 'abençoar o Brasil' fundamenta os pedidos por votos nos cultos, que seguem a argumentação de que o país está em risco e reforçam a necessidade de se colocar "homens e mulheres de Deus para combater o mal no interior das casas legislativas"¹²⁵. Nesses momentos, nenhuma preocupação se expressa com relação ao conhecimento técnico desses candidatos no que se refere às regras e meandros da política partidária. Dessa forma, como assegura Burity (2001: 38), a seguir, a eleição desses religiosos pode vulnerabilizar todo o processo político:

O pluralismo facilita o acesso à esfera política e isto, em circunstâncias de forte peso da religião na vida cotidiana, se expressa em termos de aumento na participação política (representação e presença na tomada de decisões) por parte de indivíduos e grupos/movimentos religiosos; tal participação, contudo, na medida em que incorpora atores com pequena ou nenhuma experiência prévia de exposição à esfera política, corre sempre o risco de importar para o campo político formas de intransigência e imposição muito difundidas no campo religioso, ou de se perder no labirinto das redes clientelistas ou corporativistas da política contemporânea.

A estrutura da Frente Parlamentar Evangélica agrega evangélicos de denominações e posições políticas diversas. Diferentemente de outras Frentes

¹²⁴ Assessora da Frente Parlamentar Evangélica, em entrevista concedida em dezembro de 2012.

¹²⁵ Observei pessoalmente essa argumentação em cultos da Igreja Universal do Reino de Deus no município de Porto Alegre no período eleitoral de 2012.

Parlamentares em que o parlamentar, quando eleito, precisa identificar-se e compor o grupo a partir de um interesse expresso seu, no caso da Frente Parlamentar Evangélica, há um grupo “de plantão”, mapeando e recrutando os recém eleitos a partir da sua identidade religiosa. A deputada federal Andreia Zito (PSDB/RJ), pertencente à igreja Nova Vida, relata o processo:

(...)só que descobriram [que eu era evangélica] e perguntaram: “Você se importa se colocar seu nome na Frente Parlamentar Evangélica?”. Eu digo: “Não, sem problemas.”. Só que quando eu fui em uma reunião, não gostei, não me senti bem e não fui mais.

Considerando a diversidade interna desse segmento religioso e suas diferentes identidades políticas, a Frente Parlamentar Evangélica constitui-se como um grupo bastante heterogêneo. Há no entanto, um grupo que se destaca por atuar de forma mais enfática em nome da Frente Parlamentar Evangélica, no que se refere às demandas do segmento dentro do Congresso Nacional. É justamente à atuação desse grupo que seus opositores referem-se como *fundamentalistas religiosos* e *nazireligiosos*. Segundo assessora (ateia),

A gente vinha avisando né que eles eram os nossos inimigos, que eles queriam nos derrotar, que eles querem exterminar, é por isso que a gente diz *nazireligiosos*, porque eles, como Hitler queria exterminar um grupo, eles querem nos exterminar. Então não é que a gente não, a gente não pode ter direitos, a gente não pode viver, a gente não pode existir. A gente tem que ser eliminado da face da terra porque isso é, entre aspas, pecado.¹²⁶

Em que pese a forte acusação dessa assessora, transexual, que sente-se diretamente agredida pelas proposições e reações desse segmento político religioso, fato é que esse grupo lidera as ações dentro da Frente Parlamentar Evangélica, e mobiliza-se para crescer tanto política quanto numericamente.

O pleito de 2014 elege, segundo dados DIAP¹²⁷, 75¹²⁸ deputados federais evangélicos que assumem seus mandatos a partir de fevereiro de

¹²⁶ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013.

¹²⁷ Disponível em:

http://www.diap.org.br/downloads/Radiografia%20do%20Novo%20Congresso/radiografia_do_novo_congresso_-_legislatura_de_2015_a_2019.pdf#view=FitV&page=68

Os dados ainda divergem. Uma assessora da Frente Parlamentar Evangélica, no dia 07/10/2014 divulgou em seu perfil público da rede Social Facebook, uma listagem preliminar com 79 deputados federais eleitos:

<https://www.facebook.com/dradamaresalves/photos/pb.151711858369838.->

2015. Esses deputados estão distribuídos entre 20 partidos e 18 denominações. A *Assembleia de Deus* continua mantendo a maior bancada, com 29 parlamentares alocados em 16 partidos. Análise de Santos, Canello e Cunha (2014) demonstra que a direita crescente no Congresso Nacional, na gestão eleita em 2014, para a legislatura de 2015 a 2018, tem como característica importante seu posicionamento à direita no campo comportamental, sem correspondência necessária no conservadorismo econômico.

A seção a seguir detalha a estrutura e organização funcional da Frente Parlamentar Evangélica.

5.3 Estrutura e Funcionamento da FPE

O estatuto da Frente Parlamentar Evangélica, promulgado em setembro de 2003, assim define suas finalidades¹²⁹:

Art. 2º – São finalidades da Frente Parlamentar Evangélica:

- I) Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;
- II) Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação;
- III) Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influyendo no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra.

Segundo Machado (2012b: 75), a criação da FPE, assim como do *Fórum Evangélico Nacional de Ação social e Política (FENASP)*¹³⁰, revela a crescente

2207520000.1414152898./294270917447264/?type=1&theater. O jornal folha de São Paulo fala em 80 parlamentares evangélicos eleitos:

<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/2014/10/1536766-deputados-eleitos-explicam-expansao-de-bancada-conservadora-veja-video.shtml>

¹²⁸ Para detalhes, ver Anexo H.

¹²⁹ Fonte: Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica, disponível em <http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/a-frente/estatuto-da-fep>

¹³⁰ Entidade sediada em Brasília que busca organizar a comunidade evangélica junto à sociedade civil para demandas políticas de seus interesses e atuação nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas em todo o país.

habilidade evangélica para mobilizar e organizar parlamentares para a defesa de interesses supradenominaçõais e suprapartidários. O deputado federal Arolde de Oliveira (PSD/RJ) revela sua percepção da Frente Parlamentar Evangélica em relação aos partidos políticos.

E hoje nós somos um segmento importante aqui dentro. Só têm dois partidos políticos que têm mais deputados do que a Frente Parlamentar Evangélica. É claro que nós como somos da Frente é suprapartidário. Politicamente nós tratamos as coisas do nosso partido mas politicamente o que interfere nas nossas questões de foro íntimo, nós somos evangélicos, trabalhamos juntos, você percebeu então? Nesse tipo de tema, que são os nossos valores, que é a vida, a família, todos os nossos valores cristãos. (Deputado federal Arolde de Oliveira, PSD/RJ)

É interessante perceber nessa fala a dimensão maior, dentro da própria política partidária, da fragilidade dos partidos políticos, de como se dissociam e como as questões denominadas de foro íntimo são trazidas para o espaço público da política nacional, de forma suprapartidária, enfatizando a importância dos seus valores religiosos.

A partir da criação da Frente Parlamentar Evangélica, o grupo, que até então tinha um caráter informal e confessional, organiza-se com estatuto, presidência, coordenação e equipe de assessoria. Além disso, conta com uma sala, onde realiza reuniões semanais para discussão de temas do seu interesse. Os parlamentares são orientados a participar das comissões definidas como estratégicas e são divididos por temáticas, pelas quais ficam responsáveis para análise de projetos específicos sempre que necessário, com a subsequente elaboração de parecer e orientação de voto para os demais membros da FPE. Nas reuniões semanais, os assessores informam sobre os projetos em tramitação, que deverão receber análise especializada, distribuem tarefas, incluindo a elaboração de pareceres, conforme declara assessora Daniela (IEQ):

Então a frente se organizou dessa forma. A partir daí, a Frente começa a mostrar um resultado maior. Aí a Frente vem e começa a falar em grupo, em bloco, em conjunto. Essa assessoria começa a municiar os parlamentares. Nós trabalharmos os próprios discursos, nós entregamos os discursos prontos para os parlamentares. Então a gente fazia uma meta. Nós somos 76 parlamentares. No mínimo, 100 discursos sobre o assunto em discussão. Então aí a gente vai municiando os parlamentares, a gente vai passando informações,

entendeu? Então eles começam a ter uma certa tranquilidade que tem um grupo apoiando eles e que a Frente está atenta.¹³¹

Essa estratégia, utilizada por bancadas de partidos ou bancadas de blocos aliados, que votam juntos, que contam com assessores buscando dados e elaborando discursos e argumentos para serem disseminados nos debates e votações a que os parlamentares estão expostos nas comissões e audiências legislativas, transfere-se para esse grupo suprapartidário, ou seja, onde os partidos políticos e suas proposições perdem força diante de interesses religiosos.

A assessoria da Frente Parlamentar Evangélica, que é voluntária, monitora os projetos em tramitação no Congresso sempre nas sextas-feiras a partir das 18h, através da busca digital¹³² por palavras-chave. Em seguida, encaminha as providências mais urgentes, que em sua avaliação não podem esperar até a reunião da terça quando, então, os projetos a serem analisados são repassados aos demais integrantes da Frente. A partir dos pareceres produzidos pelos parlamentares designados, de acordo com suas áreas de formação/especialização, a assessoria elabora discursos específicos e os distribui aos deputados participantes das comissões que os discutem para que possam justificar seus votos. Além disso, as reuniões são utilizadas para tomar decisões e fazer encaminhamentos sobre procedimentos diversos: solicitação de requerimentos de informação, audiências, votações a favor/contra projetos específicos, estratégias para interromper sessão no plenário e nas comissões¹³³. Com isso, buscam minimizar o argumento religioso que justifica muitos de seus posicionamentos com um argumento mais “técnico” ou jurídico. O deputado federal Roberto de Lucena (PV/SP), pastor da Igreja *O Brasil para Cristo* revela como lida com as duas leis que segue: a divina e a constitucional:

¹³¹ Assessora da Frente Parlamentar Evangélica, em entrevista concedida em dezembro de 2012.

¹³² À época das entrevistas, em dezembro de 2012, havia cerca de 890 propostas em acompanhamento pela Frente.

¹³³ Assessora afirma que utilizam de todas as estratégias regimentais possíveis, sempre que necessário para defender a aprovação ou rejeição de um projeto em tramitação, conforme o entendimento de seus interesses.

Então você tem aqui sobre a minha mesa duas Constituições e uma Bíblia. A observação ou a observância da Bíblia me faz me submeter-me à Constituição. A minha fé absolutamente não me coloca em rota de colisão com o Estado nem com a Constituição.¹³⁴

Utilizando a lei como um recurso linguístico para embasar seus interesses religiosos, a defesa expressa dos interesses desse grupo não estaria mais amparada na Bíblia, mas na maior lei do país, a Constituição Federal. Assim, justificam seu posicionamento contra o casamento homossexual, por exemplo, não porque a Bíblia condena, mas porque a Constituição reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar¹³⁵. O texto constitucional assim refere neste artigo que

Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Os defensores dos direitos LGBTs questionam esse argumento dos evangélicos a partir do entendimento de que a Constituição não veta a união homossexual apenas por não a mencionar. É justamente essa a justificativa para a decisão do Supremo Tribunal Federal em maio de 2011, ao aprovar a união civil entre casais do mesmo sexo, na medida em que o artigo 226, parágrafo 3 da Constituição não define que a união estável deve ser reconhecida como entidade familiar apenas quando entre homem e mulher¹³⁶. Este artigo da Constituição, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, garante o direito de que um casal em união estável tenha os mesmos direitos de um casamento, não restringindo, no entanto, à orientação sexual do casal. É basicamente na sutileza das interpretações diferenciadas que reside a essência dos embates demonstrados nesta tese.

O projeto de Lei apresentado pelo deputado federal Anderson Ferreira (PR/PE) que institui o Estatuto da Família (PL 6583/13), estabelecendo a entidade familiar como aquela formada a partir da união entre um homem e uma mulher surge também em decorrência dessa interpretação e se coloca em

¹³⁴ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

¹³⁵ Conforme artigo 226, parágrafo 3 da Constituição Federal, tantas vezes citado para justificar a inconstitucionalidade da união homossexual.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

¹³⁶Fonte: <http://jus.com.br/artigos/19086/o-stf-e-a-uniao-estavel-homoafetiva>

confronto com outra interpretação que prevê diferentes modelos familiares, ou seja, a proposta representada pelo projeto do Estatuto das Famílias (PLS 470/2013), de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB/BA). A proposta da referida senadora surge logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal, de reconhecer a união estável homoafetiva da mesma maneira que a união heterossexual, e tem por objetivo trazer a decisão para dentro da legislação. A proposta apresentada pelo deputado federal evangélico Anderson Ferreira (PR/PE) vem em direção oposta, como reação à da senadora e visa restringir na lei os direitos conquistados através das decisões judiciais.

Observa-se neste caso a mais votada enquete dentre todas as disponíveis no site da Câmara dos Deputados¹³⁷, consultando a população sobre sua concordância ou não com relação a essa definição de família, restritiva ao arranjo heterossexual de casal e seus filhos. A referida enquete foi encerrada após o período regulamentar de 60 dias, tendo recebido um total de 10.282.070 votos, sendo 51,62% (5.307.905) dos votos computados como NÃO, 48,09% (4.944.822) votos computados como SIM, e 0,29% (29.338) dos votos relativos a pessoas que se declaram sem opinião formada. No momento de escrita desta tese, o autor da proposta, deputado federal Anderson Ferreira (PR/PE) denuncia fraude no resultado da votação, alegando que pelo menos três milhões de votos estariam sob suspeita¹³⁸, devido à grande quantidade de votos em favor do NÃO que teriam saído de um mesmo computador ou de uma mesma localidade.

A estratégia de se buscar apoio em pesquisas de opinião (inclusive de realizá-las) é comparável àquela encontrada no caso da Irmandade Evangélica do Canadá¹³⁹, uma instituição naquele país que busca influenciar as políticas

¹³⁷ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/enquetes/pesquisaEnquete/>

¹³⁸ Fonte:

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/08/20/interna_politica,593561/deputado-pernambucano-diz-que-houve-fraude-em-enquete-do-estatuto-da-familia.shtml

¹³⁹ No período de janeiro a setembro de 2013, durante estágio de doutorado na Universidade de Ottawa no Canadá, tive a oportunidade de conhecer o funcionamento desta organização que possui em sua estrutura um Centro de Pesquisas e que busca sempre subsidiar suas intervenções no parlamento, com dados de pesquisa social, científica ou de opinião. Mais sobre essa organização e a relação entre evangélicos e política no Canadá em Malloy (2011)

públicas no parlamento em favor de um argumento religioso, através da utilização de pesquisas de opinião com a população em geral. De todo modo, a formação jurídica de muitos parlamentares e assessores evangélicos possibilita que busquem brechas na Lei maior do país para justificar seus posicionamentos, da mesma forma que advogados comumente fazem para defender uma determinada interpretação da lei.

Assessores e parlamentares justificam que a Frente tem como prioridade monitorar os projetos que ameaçam seus valores e interesses. Um exemplo de sua atuação refere-se ao *Programa Escola sem homofobia*, que ganhou manchetes no país como “kit anti-homofobia”. Em consonância com o *Programa Brasil sem Homofobia*, lançado em 2004, durante a primeira gestão do presidente Lula, o referido programa foi proposto em março de 2011 pelo Ministério da Educação, para ser utilizado junto aos estudantes das escolas públicas. A reação dos pentecostais da Frente Parlamentar Evangélica foi imediata. No entanto, o alerta veio do deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ) que, apesar de ter freqüentado a *igreja Batista* por dez anos, declara-se católico e tenta manter-se independente da Frente Parlamentar Evangélica.¹⁴⁰ Contudo, faz parte dos parlamentares conservadores que se alinham em grande medida com as ações da Frente Parlamentar Evangélica. Quando questionado sobre esse episódio, o deputado reage:

Olha só, certos projetos aqui, você não precisa ser evangélico, católico ou ateu pra defender. Eu descobri aquela questão do kit gay por acaso. Isso interessa pra evangélico, pra católico, pra ateu, porque nenhum pai quer que o filho seja direcionado na escola para o homossexualismo. Como eu tava, foi no dia 23 de novembro de 2010, caminhando no corredor das comissões, eu olhei dentro de uma comissão lá, um público com uma vestimenta esquisita. Eles ficam revoltado, eles querem que eu chame de normal, não são normais, é esquisito. Eu perguntei pro segurança se haveria alguma concentração pra parada gay aqui em Brasília, na minha maneira de ser. Ele sorriu e falou “não deputado, eles estão comemorando o lançamento de um material que vai chegar nas escolas pra ensinar a garotada a ser gay”. Daí eu peguei as fitas, cinco horas de fita e estudei aquilo tudo e vi aberrações na fita ali, coisas absurdas, tá. E era realmente um grupo de homossexuais apoiado pelo Chico

¹⁴⁰ No início de 2016, Jair Bolsonaro filia-se ao PSC e é batizado pelo Pastor Everaldo, ex-candidato à presidência da república pelo PSC.

Alencar, o deputado Jean Wyllys recém eleito, não tinha tomado posse ainda, e mais alguns parlamentares que nós conhecemos aqui a rotina deles aqui dentro né. Dali, por exemplo, estava presente o secretário de alfabetização do MEC, o senhor André Lazaro, que tava aí discutindo a questão de um dos filmetes pornográfico infantil pra passar na escola, que chamava-se *Beijo lésbico*, e ali rindo né, eu te dou a fita se quiser aqui, que passou três meses discutindo até onde vai a língua de uma menina entrava na boca de outra pra o filme lésbico passar na escola. (...) Daí eu entrei na briga e daí depois de cinco meses apanhando (...)Então nós conseguimos aí, depois de cinco meses a bancada evangélica entrou no circuito. Se não tivesse entrado eu acredito que não teríamos tido sucesso nesse caso, tá ok? E a Câmara depois como um todo tomou conhecimento disso e a presidenta Dilma Rousseff, tá, que estimulava isso aí, ela foi obrigada a mandar retirar esse material e ele foi retirado momentaneamente.

A investigação empreendida por Vital e Lopes (2013) detalha o episódio e demonstra a ligação de Bolsonaro com a Frente Parlamentar Evangélica. Ao que parece, a crítica de Bolsonaro e suas tentativas de se distanciar do segmento evangélico diz respeito aos apoios que alguns evangélicos deram à eleição de Dilma Rousseff em 2010 e, depois, em 2012, à candidatura do ministro da educação propositor do programa *Escola sem Homofobia*, Fernando Haddad (PT) para a prefeitura de São Paulo:

Agora isso tudo vai muito além disso, porque pra você se perpetuar no poder com a ideologia comunista e ditatorial que esse governo tem, né, você tem que destruir a família. Com a família destruída e com o título de eleitor na mão esse pessoal não sai mais do governo. E deram uma prova muito grande lá em São Paulo. Eu não gosto do Serra também, particularmente, mas os dois, tem que fazer uma opção, eu fiz o que pude, né pra que o Haddad não chegasse, assim como o Silas Malafaia fez, agora infelizmente uma tchurminha de evangélicos apoiaram o Haddad em São Paulo.

Então infelizmente também, a questão dos evangélicos na política, temos os podres também na política no meio dos evangélicos aqui, agora a grande maioria aqui trabalha corretamente nessa questão e eu credito a eles e não a mim essa vitória parcial quanto ao kit gay no momento (Jair Bolsonaro, PP/RJ).

Em entrevista concedida, assessora Daniela (IEQ) relata que a FPE reivindicou uma explicação do Ministro da Educação porque, segundo ela, este afirmou que o kit não estava pronto, mas

nós estávamos com as cartilhas na mão, e por que é que estava na nossa mão? Porque antes teve um congresso LGBT aqui, e eles exibiram e distribuíram o material no Congresso. O ministério deve ter feito um material com uma amostragem e eles no congresso distribuíram e era uma quantidade assim grande pra ser uma

amostragem, e eles já começaram a entregar em algumas escolas. Eu fui no Congresso [LGBT], eu peguei o material no Congresso. ¹⁴¹

Segundo a assessora, para fazer com que o ministro negociasse com a Frente, parlamentares evangélicos obtiveram o apoio de algumas lideranças partidárias e, assim, ameaçaram “derrubar a sessão no plenário”, impedindo que qualquer proposta fosse votada naquela sessão. Ela esclarece que esses e outros “instrumentos regimentais” são usados quando julgam necessário para garantir que os interesses da Frente não sejam ameaçados.

¹⁴¹ Assessora da Frente Parlamentar Evangélica, em entrevista concedida em dezembro de 2012.

CAPÍTULO 6 – EMBATES ENTRE EVANGÉLICOS E LGBT/FEMINISTAS NO INTERIOR DO CONGRESSO NACIONAL

O objetivo deste capítulo consiste em analisar alguns dos embates entre o segmento evangélico, através da atuação da Frente Parlamentar Evangélica no interior do Congresso Nacional e os parlamentares e movimentos sociais ligados às causas feministas e à reivindicação dos direitos da população LGBT.

Cabe destacar em especial os embates com os movimentos LGBT referentes aos projetos acerca da criminalização da homofobia, da união civil homoafetiva e do Estatuto da Família, entre outros. Além disso, o capítulo analisa a ação externa da Frente Parlamentar Evangélica, através das Jornadas em defesa da vida e da família.

6.1 Alguns embates: o controverso caso do PLC 122/2006

Diversos estudos que investigam o ativismo político pentecostal a partir da década de 1980 demonstram a reivindicação da liberdade religiosa como uma das principais justificativas para a atuação política desse grupo religioso. Passadas três décadas, essa reivindicação ainda se mantém, embora com nova roupagem, através da reivindicação pela liberdade de expressão que estaria posta em risco em caso de aprovação do PLC 122/2006, que prevê a criminalização da homofobia. Considerando esse um dos principais projetos que expõe o embate entre pentecostais e movimento LGBT no Congresso Nacional, analiso, nessa seção, os diversos momentos emblemáticos desse processo.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual institui o Brasil como um Estado de Direito, uma série de leis específicas e complementares são propostas, aprovadas e passam a vigorar no Brasil. Entre elas, o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgada em 1990, o Estatuto do idoso, proposto em 1997 e promulgado em 2003, e a Lei 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, promulgada em 1989. É sobre esta lei que o movimento LGBT propunha complementar, através do PLC 122/2006, a inclusão do crime resultante de discriminação ou preconceito por orientação sexual juntamente com aqueles *resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional*¹⁴².

6.1.1 Os primórdios do PLC 122/2006

A primeira tentativa de criminalizar a homofobia no Brasil pós Constituinte foi proposta em 2001¹⁴³ pela ex-deputada do PT/SP, Iara Bernardi, buscando instituir punições às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual dos cidadãos brasileiros.

A partir de 2003, já no governo petista de Luís Ignácio Lula da Silva, outros projetos semelhantes são propostos e, posteriormente, avaliados conjuntamente com o primeiro. É o que, na linguagem jurídica significa “apensar”. São eles: PL 05/2003, de autoria da então mesma deputada Iara Bernardi (PT/SP), e que propõe alterar os artigos 1º e 20º da Lei 7.716/89 e o § 3º do art. 140 do Código Penal, visando incluir a punição por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual; o PL 381/2003, de autoria do ex-Deputado Maurício Rabelo (PL/TO) e que propõe alterar a redação do art. 1º e do art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, que ‘Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor’, incluindo a punição por discriminação ou preconceito de “cultura”; o PL 3143/2004, de autoria da ex-Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ), o qual propõe alterar a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, incluindo a

¹⁴² Para a íntegra da Lei 7.716/89, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm

¹⁴³ PL 5003/2001, apelidado de “Lei da homofobia”.

feira, linda, não tínhamos, a bancada costuma ir embora de manhã, a gente tinha pauta, tinha número regimental, a maioria deles não estava, quem estava era ruim de estratégia política, nós colocamos em votação no plenário e aprovamos no que é uma ação absolutamente natural, ou seja, é uma estratégia regimental e que se faz com todas as matérias possíveis. Majoritariamente apoiado em nosso regimento interno. E sabíamos e eles também sabiam que na melhor hipótese nós colocaríamos em votação. E fizemos. (...) Aprovamos estrategicamente num dia em que nós tínhamos número para isso e conseguimos aprovar em plenário, sem nenhum problema. Na terça-feira foi um... pode ter os registros, os anais da Casa, deve mostrar isso, naquelas duas semanas a posteriori, tivemos várias falas dos parlamentares dizendo que isso era uma manobra política, que era inaceitável. Bom, a matéria vem pro Senado e está aí até hoje.¹⁴⁷

O caso citado ilustra o jogo de estratégias que se construía colocando evangélicos e seus opositores em permanente ação planejada para aprovar suas proposições. A partir das notas taquigráficas, disponíveis no site da Câmara dos Deputados, é possível conferir como ocorreu a referida votação:

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Projeto de Lei nº 5.003-A, de 2001, da Sra. Iara Bernardi. *Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.003, de 2001, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos PLs nº5/03, 3.143/04 e 3.770/04, apensados, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL nº 381/03 e do PL nº4.243/04, apensados. (Relator: Sr. Luciano Zica.) Apensados os Projetos de Lei nºs 5/03, 381/03, 3.143/04, 3.770/04 e 4.243/04.*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Há oradores inscritos. (...) NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação o substitutivo adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. .

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do

¹⁴⁷ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

orador.) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pela aprovação deste importante projeto que trata da discriminação. Nós, no Brasil, estamos avançando com o projeto da Deputada Iara Bernardi.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tenho certeza absoluta, nobre Líder, de que se trata de um projeto importante.

O SR. FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a maturidade desta Casa ao aprovar esta matéria, após haver negociação e convergência dos diversos partidos da Situação e da Oposição. Considero um avanço da cidadania esta votação.

O SR. PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos contrários ao Projeto de Lei nº 5.003-A. Queremos discutir esta matéria com profundidade. **Não aceitamos que este projeto seja votado hoje.**

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Deputado, **o projeto já foi votado.** Fica registrado o voto contra.

O SR. PASTOR PEDRO RIBEIRO - Foi votado quando?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Há pouco. Já foi votada a redação final. Inclusive, ele foi elogiado pelos Srs. Deputados Rodrigo Maia e Fernando Ferro.

O SR. PASTOR PEDRO RIBEIRO - Mas não aceitamos que ele seja votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - É matéria vencida, nobre Deputado.¹⁴⁸

Ao analisar as notas taquigráficas é possível perceber aquilo que o assessor Marcelo referia quando falava de quem estava presente “ser ruim de estratégia política” ou mesmo o que a assessora Daniela já havia afirmado (cfe. demonstrado no capítulo 5) sobre a baixa qualificação dos parlamentares evangélicos. De fato, o deputado Pastor Pedro Ribeiro, à época desta votação membro do PMDB do estado do Ceará, possuía baixa articulação e estratégia política para lidar com a situação colocada pela votação, não tendo sequer percebido que o projeto havia sido aprovado. Tal fato indica a pouca familiarização com os processos políticos utilizados no interior do Congresso Nacional.

¹⁴⁸ Disponível em

<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=189.4.52.O&nuQuarto=81&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:40&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=23/11/2006&txApelido=PRESIDENTE>

A partir desse momento, apesar das manifestações contrárias, o projeto vai ao Senado para análise e tramitação.

6.1.3 Embates no Senado: “Aqui o PLC 122/2006 não passa”

Ao chegar ao Senado Federal¹⁴⁹, em 2006, o projeto é designado para tramitar pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir ao Plenário para manifestações e posterior votação.

A primeira comissão o aprovou na mesma versão originária da Câmara dos Deputados ainda em março de 2007 e ele chegou a ser colocado na pauta de votação nesta Comissão em 15/03/2007. No entanto, outros senadores pressionaram para ampliar o debate, com o requerimento de audiências públicas e, apesar de a relatora do projeto nesta comissão, a ex-senadora Fátima Cleide (PT/RO) ter emitido parecer solicitando sua votação para aprovação, em outubro de 2007, quando finalmente entra na pauta da Comissão de Direitos Humanos para discussão e voto, o senador evangélico Marcelo Crivella (PRB/RJ) solicita que não seja debatido na ocasião, regimentalmente alegando baixo quórum na sessão. Desde então, diversas estratégias foram realizadas com o intuito de ampliar a discussão e colocá-lo em votação, por um lado e, por outro, de postergar seu debate e votação, além do seu encaminhamento a mais uma comissão interna (Comissão de Assuntos Sociais – CAS).

Os senadores evangélicos Magno Malta (PR/ES) e Marcelo Crivella (PRB/RJ) destacam-se como opositores do projeto dentro do Senado Federal, rejeitando e/ou propondo emendas visando sua modificação. Em outubro de 2009, após vários embates, a ex-senadora Fátima Cleide (PT/RO), no

¹⁴⁹ A tramitação dos projetos de lei, antes de serem sancionados pela presidência da república e, assim, tornarem-se efetivamente parte da legislação, passa por um longo processo que inclui a aprovação em duas ou três comissões de uma das casas (neste caso a Câmara dos Deputados), a aprovação no plenário geral com todos os deputados (caso citado) e, posteriormente, enviado à outra Casa (neste caso o Senado Federal), onde deverá tramitar também por pelo menos duas comissões antes de ir a votação em plenário e, somente depois, ir à sanção presidencial ou retornar à casa anterior caso a versão aprovada tenha sido diferente da original.

momento relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, emite novo parecer¹⁵⁰, alterando-o para a versão anterior à proposta pela senadora Marta Suplicy (PT/SP), na tentativa de findar a polêmica e levar o projeto à votação.

Durante o ano eleitoral de 2010, a tramitação do projeto não avança, e parlamentares defensores e opositores do projeto não acirram o debate, embora a sociedade civil – leia-se grupos religiosos de um lado e defensores dos direitos LGBT, de outro, cobrem posicionamentos dos candidatos aos cargos legislativos e executivos. A então candidata à presidência da república Dilma Rousseff (PT) inclui no acordo que faz com os evangélicos para obter apoio político à sua candidatura, a promessa de que, caso o Congresso aprove essa lei, sua sanção estaria condicionada aos artigos que não violem a liberdade de expressão.

Em 2011, a senadora Marta Suplicy (PT/SP) retoma a discussão em torno do projeto e assume sua relatoria, provocando novas polêmicas na medida em que propõe um acordo com a Frente Parlamentar Evangélica, alterando a redação e a nomenclatura do mesmo, que passaria a chamar-se *Lei Alexandre Ivo*¹⁵¹, em homenagem ao jovem de 14 anos assassinado vítima de homofobia em 2010.

O que causa maior polêmica nessa proposta, no entanto, não é a alteração de nomenclatura, mas a proposição de inclusão de artigo de acordo com o qual

O disposto nesta Lei não se aplica à manifestação pacífica de pensamento decorrente da fé e da moral fundada na liberdade de consciência, de crença e de religião de que trata o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.

¹⁵⁰ Parecer disponível em <http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/67401.pdf>

¹⁵¹ A ideia naquele momento era buscar um caso de sensibilização, tal como aconteceu com a Lei Maria da Penha, em que a história pessoal de uma mulher que sofreu diversas agressões e sensibilizou os parlamentares para a criação de uma legislação específica. Para maiores informações sobre a proposição Alexandre Ivo, ver <http://www.gay1.ws/2011/07/movimento-lgbt-propoe-alexandre-ivo.html>

Embora proposta juntamente com a bancada evangélica do Senado, representada pelos senadores Marcello Crivella (PRB/RJ) e Magno Malta (PR/ES), essa restrição não agradou aos evangélicos o suficiente a ponto de receber seu apoio. A tentativa de incluir tal redação justificava-se para garantir a liberdade de expressão contra a prática homossexual em cultos e pregações religiosas. O esperado consenso não é alcançado e a nova redação é rejeitada, ainda que por motivos opostos, tanto pelos religiosos como pelos homossexuais.

O artigo proposto por Marta Suplicy causou polêmicas em torno da restrição que estaria impondo às possíveis discriminações (desde que pacíficas) motivadas por orientação sexual tanto pelas acusações de que estaria institucionalizando/legitimando o discurso homofóbico, quanto porque estaria afrontando a Constituição Federal. As palavras a seguir, do rabino Michel Schesinger, da congregação Israelita Paulista (CIP), ilustram esse argumento:

A liberdade de expressão não pode ser absoluta. A liberdade de expressão pode entrar em choque com valores da sociedade. Mais uma vez esse conflito, que envolve padres, pastores, xeiques. Se podem ou não falar sobre muitos assuntos, essa liberdade não pode ser ilimitada. É preciso tomar cuidado. Sermões e pregações contra homossexuais, judeus, nordestinos... é péssimo, é terrível. É um desafio velho: fomentar a liberdade de expressão e colocar limite. Acho prudente que a senadora repense a inclusão dessa emenda.¹⁵²

Em 18 de maio de 2011, logo após as controvérsias em torno do *Programa Escola sem homofobia*, brevemente discutido no capítulo anterior, e da decisão do Supremo Tribunal Federal em favor do reconhecimento legal da união civil homoafetiva, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Trvestis e Transexuais (AGBLT) promove a 2ª Marcha contra a homofobia e em defesa da aprovação do PLC 122/2006, realizada na esplanada dos Ministérios¹⁵³.

¹⁵² Disponível em <http://frutoproibido.ligahumanista.org/2011/12/substituto-da-marta-suplicy-o-golpe.html>. Acesso em 20/02/12

¹⁵³ Ver Anexo J.

Em imediata reação, menos de duas semanas depois, em 01 de junho de 2011, lideranças católicas, evangélicas e parlamentares, em especial o pastor Silas Malafaia, da *Assembleia de Deus*, promovem uma manifestação¹⁵⁴, em frente ao Congresso Nacional, contra a aprovação do PLC 122/2006.¹⁵⁵ Manifestantes portam faixas e cartazes com dizeres “Em Favor da paz, Contra a PLC 122, Em favor da Família e Liberdade Expressão.” Os depoimentos¹⁵⁶ a seguir retratam o clima do momento:

É uma lei que privilegia os homossexuais. Nós amamos eles, mas isso os privilegia, **é algo inconstitucional** e nós estamos em protesto contra essa lei. (Danilo Teixeira, da Igreja Bola de Neve)

O projeto de lei **é inconstitucional**. Lei contra a homofobia já existe, isso é conversa para dar privilégio a uma minoria. (Pastor Silas Malafaia, da Igreja Assembleia de Deus)

O argumento de inconstitucionalidade busca apelar para o privilégio dos homossexuais em detrimento dos religiosos, que teriam sua opinião silenciada, ofendendo assim, a Constituição Federal, lei maior que garante a todos a liberdade de expressão. Além disso, outro argumento refere-se ao fato de, em se aprovando o projeto, criar-se-iam cidadãos privilegiados. Para o deputado federal Roberto de Lucena (PV/SP), pastor da igreja *O Brasil para Cristo*,

Por que eu sou totalmente contrário ao PLC 122 por exemplo? Porque na sua gênese ele propõe o quê? No movimento pela proteção do homossexual, e nós devemos proteger, ele destaca o homossexual e o transforma numa **superclasse de super cidadão com super direitos**, de forma por exemplo que uma pessoa que vai contratar uma empregada doméstica. Se essa empregada doméstica for heterossexual e essa pessoa que for contratar decidir pela não contratação porque é hetero, ela não tem nenhum problema, mas se decidir pela não contratação porque é homossexual, e é um direito dela enquanto pai de família, ou mãe de família que tem os seus filhos, os seus netos, é uma opção dela decidir as características da pessoa, do profissional que vai prestar serviço dentro da sua casa, (...) pelo PLC 122 essa pessoa seria punida, seria criminalizada,

¹⁵⁴ Marcha realizada na Esplanada dos Ministérios na data de 01/06/2011, liderada por parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica e lideranças religiosas, entre as quais o controverso pastor da *Assembleia de Deus Vitória em Cristo*, Silas Malafaia. Ver chamada no Anexo K.

¹⁵⁵ Fonte: <http://portugues.christianpost.com/news/manifestacao-contra-a-plc-122-e-inconstitucional-diz-silas-malafaia-1907/> Grifos meus

¹⁵⁶ Idem. Grifos meus

então, qual é a minha luta? O artigo 5º da Constituição garante que todos são iguais perante a lei, todos precisam ser iguais perante o Estado, e ser igual significa respeitar diferenças também. Então veja em que ponto esse meu discurso é intolerante, em que ponto esse meu discurso é homofóbico? Eu defendo o cidadão brasileiro, independentemente do credo, religião, cor, sexo, opção sexual, classe social.¹⁵⁷

Essa ideia de “super cidadãos” com “super direitos” permeia os discursos dos parlamentares evangélicos com vistas à negação da proposição do projeto. O argumento se apoia na assunção de que alguns direitos fundamentais, como o de livre escolha acerca da contratação de uma empregada doméstica, por exemplo, estaria sendo ferido por esse suposto privilégio que os homossexuais receberiam. De outro lado, os defensores do projeto argumentam que a orientação sexual não interfere nas suas práticas profissionais e que tal pensamento estaria sendo construído para discriminar a população LGBT.

A Constituição de 1988, atualmente em vigor e que contou com a participação significativa de evangélicos na sua escritura, o artigo 5, inciso 6, diz que

é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. (Constituição Federal, 1988, art.5)

É justamente este artigo que sustenta o argumento de que o PLC 122/2006 seria inconstitucional, infligindo uma “mordaca” aos religiosos na medida em que, em sua leitura, esse projeto violaria sua liberdade de consciência e de crença, impedindo o livre exercício dos cultos religiosos na pregação contra a prática homossexual.

Há também argumentos para que legislações adicionais sejam elaboradas, como o depoimento a seguir, da então deputada federal Manuela d’Ávila (PCdoB/RS),

¹⁵⁷ Depoimento concedido em entrevista realizada em Brasília em dezembro de 2012. Grifos meus.

Aos que questionam e aos que são contra a tipificação da homofobia como crime, proponho que pensem o racismo. Uma agressão contra um negro não é diferente da agressão contra um branco. O que é diferente é a motivação. Se alguém agride uma pessoa pela sua cor ou raça, isso é um agravante ao crime já previsto em lei. A intolerância não pode ser despercebida ou ignorada em nossas leis. É isso que aconteceu com a lei que tipificou o racismo. É isso que propõe a lei que tipifica a homofobia. (Deputada federal Manuela D'Ávila – PC do B/RS) ¹⁵⁸

Essa comparação com o racismo é bastante pertinente e merece um pouco mais de atenção. Diversos parlamentares evangélicos enfatizam essa comparação salientando que a cor da pele é uma condição que não pode ser mudada, ao passo que a orientação sexual seria uma “opção”, ou uma “escolha”, algo que o indivíduo poderia modificar se assim o desejasse. Desse modo, destacam que respeitam o homossexual, que não deve ser alvo de violência, mas que a lei já o protege como a qualquer outro cidadão e que não haveria, portanto, justificativas para o que entendem como privilégios.

Nos dois momentos em que estive em Brasília, pude acompanhar o desenrolar dos embates de opiniões acerca deste projeto de lei. Em setembro de 2012, a até então relatora do PLC 122/2006, Marta Suplicy assume o Ministério da Cultura e, assim, o projeto, após algumas disputas por sua relatoria, termina permanecendo tendo o então presidente da Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal, o senador petista Paulo Paim (RS) como relator. Na época, o senador Magno Malta (PR/ES), ferrenho opositor da proposição e a senadora Lídice da Mata (PSB/BA), defensora do projeto, disputavam a relatoria. A assessora Milene (homossexual e atea) relembra o momento em que o projeto não era palco de disputas, pois seu foco maior estava centrado em outro projeto de Marta Suplicy, que visava garantir a união civil homoafetiva:

não era o foco deles. Na época o foco deles era o projeto da Marta que tratava da parceria civil registrada, que o Roberto Jeferson era o relator. (...) e eu me lembro, várias vezes eles diziam NÃO, teve pastor o bispo Rodrigues que chegou a falar "não, não tem nenhum problema contra a violência, tem que criminalizar mesmo. O

¹⁵⁸ Disponível em <http://sul21.com.br/jornal/2012/02/intolerancia-ate-quando/>. Acessado em 15/02/12

problema é vocês casarem", né, era isso que ele dizia pra gente (...) na época o foco era do casamento era o outro projeto. Eu me lembro direitinho que não tinha problema, até que tramitou durante anos na Câmara e não teve nenhum problema. Foi aprovado em todas as comissões por unanimidade, ninguém entrou com recurso, ninguém, sabe, não foi apresentado nenhuma emenda, nenhum substitutivo, nada. Foi sempre, e ele foi aprovado, foi pra senado e lá no senado que começou a coisa.¹⁵⁹

Interessante perceber que esse depoimento da assessora Milene, que observava a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados difere do depoimento do assessor Marcelo, citado páginas atrás, quando descreveu a aprovação do projeto no plenário da Câmara de forma estratégica. Para Milene, que acompanha de perto as discussões e votações referentes às reivindicações do movimento LGBT, especialmente na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados desde 1999, a criminalização da violência não era vista como um problema para os parlamentares, mas sim a união homoafetiva, o casamento e a igualitária equiparação de direitos entre homossexuais e heterossexuais.

O senador Paulo Paim (PT/RS), à época presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado revela, em tom conciliador com o qual tenta, sem sucesso, conduzir a disputa:

Vamos tentar resolver [o assunto] este ano [2012]. Não devemos permitir mais que a orientação sexual seja motivo de discriminação. Mas também **devemos preservar o direito de os evangélicos e católicos manifestarem a sua visão sobre o tema, sem discriminar as pessoas** (Senador Paulo Paim - PT/RS)¹⁶⁰

Em dezembro de 2013, durante pesquisa de campo em Brasília, acompanhei diretamente a tramitação do PLC 122/2006 na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. A presidente da Comissão era a senadora Ana Rita (PT-ES) e a relatoria do projeto estava a cargo do senador Paulo Paim (PT-RS) que, após diálogo com o Conselho Nacional LGBT, construiu sua versão do projeto. O problema colocado naquele momento era que esse projeto já estava muito marcado e, segundo os seus defensores, não

¹⁵⁹ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

¹⁶⁰ Grifo meu. Disponível em <http://www.tadashihp.com/2012/plc-122-que-criminaliza-a-homofobia-sera-votado-ainda-este-ano-garante-presidente-da-cdh/>. Acessado em 22/02/12

adiantava mais nenhuma alteração no texto, uma vez que a Frente Parlamentar Evangélica havia transformado em uma questão vencida, ou seja, não importava o texto, o PLC 122/2006 estava fadado a não seguir adiante.

Assessor Miguel (sem religião) sustenta também que o substitutivo apresentado pelo senador Paulo Paim ao PLC 122/2006 é bastante razoável. No entanto, o projeto por si só já se tornou algo a ser repudiado, independentemente de qualquer alteração que sofra. Para ele o movimento LGBT deveria trazer outra proposição:

Está super razoável, é bem, é bem adequado, o problema é que o projeto já virou uma bandeira... Não tem mais esse debate, o debate é contra. Então eu sinceramente, se fosse o Movimento Gay eu abandonaria o 122 e eu lutaria com uma outra proposição pra tratar do tema.¹⁶¹

O senador Magno Malta (PR/ES) chega a afirmar que renunciaria¹⁶² ao seu mandato caso o projeto viesse a ser aprovado no Senado. Praticamente consenso entre os parlamentares evangélicos e seus assessores opositores do projeto é a idéia de imposição de uma ditadura gay¹⁶³, de uma ditadura de minoria sexual, com intuito de desconstrução da família e da sociedade. Nesse aspecto vale retomar o discurso trazido pelo pastor Silas Malafaia, através da tradução do livro “A Estratégia”, escrito pelo fundador e presidente da Coalizão dos Valores Tradicionais nos Estados Unidos. Nesse livro, Louis Sheldon (2012) argumenta em torno do que seria o plano dos homossexuais para transformar a sociedade, através da destruição da família tradicional e da desconstrução da heteronormatividade.

Nesse aspecto, o grupo aqui investigado acusa o governo federal de operar a desconstrução da heteronormatividade, conforme orienta a “ação estratégica d” do “objetivo estratégico V”, do Plano Nacional de Direitos Humanos, em sua terceira versão, promulgada pelo presidente da república Luís Ignácio Lula da Silva em 2009, conforme segue:

¹⁶¹ Depoimento concedido em entrevista realizada em Brasília em dezembro de 2013.

¹⁶² Fonte: <http://www.magnomalta.com/portal2/index.php/pl-122-mainmenu-52/2164-se-plc-122-for-aprovado-renuncio-ao-mandato-de-senador-afirma-magno-malta>

¹⁶³ Alguns materiais distribuídos pelos religiosos nesse sentido podem ser conferidos no anexo M.

Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade.

Na data de 04 de dezembro de 2013, dia da possível votação do PLC 122/2006 – ao cruzar pelos corredores do Congresso Nacional e adentrar ao Senado, fui abordada por duas senhoras que me solicitaram que as fotografassem. Contavam em torno dos 55-60 anos, vestindo camiseta louvando Jesus e seguravam um pequeno cartaz onde se podia ler: “Rejeite a pedofilia travestida de homofobia! Abaixo o PLC 122!” Infelizmente não tive acesso à foto que tirei, mas guardei na memória aquela cena e aquelas palavras. Depois as transcrevi para minhas anotações. Aqueles duas senhoras, percebi depois ao chegar à sessão na Comissão de Direitos Humanos no Senado, faziam parte de um grupo maior, organizado por assessores e parlamentares evangélicos, que havia vindo protestar e demonstrar seu descontentamento com relação ao projeto.

É interessante notar que a relação entre as proposições do projeto e a acusação de pedofilia fazem muito pouco sentido. Em nenhum momento o projeto avança a possibilidade de ser cabível como orientação sexual a relação sexual com crianças, como seus opositores acusam. Considerando que boa parte da população não possui leitura própria do projeto, uma grande parcela de fieis fica à mercê das interpretações de seus pastores e, além disso, reproduz suas certezas sem contestação. Esse episódio reforça o argumento do assessor Miguel, no sentido de que o projeto teria alcançado tal nível de rejeição que, independentemente do teor de sua redação, encontraria fortes resistências para sua aceitação.

Estávamos no final do ano de 2013 e o embate entre o movimento LGBT defensor do PLC 122/2006 e os pentecostais que se opunham, estava bastante intenso. Enquanto o movimento LGBT ansiava pela votação do parecer do senador Paulo Paim (PT/RS), relator do projeto, a Frente Parlamentar Evangélica buscava apenas evitar que a votação acontecesse. O ano legislativo estava terminando e o ano seguinte, eleitoral, traria dificuldades para a discussão do projeto. A estratégia de evitar que a votação tomasse

parte foi explicada por alguns assessores e parlamentares que asseguraram enfaticamente: “se o projeto for à votação, ele passa”. Assim, a melhor saída parecia mesmo evitar sua entrada em pauta. E foi de fato o que pude observar nesse período.

Em reunião da Comissão de Direitos Humanos no Senado, realizada no dia 20 de novembro, a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT/ES) pretendia colocar o projeto em votação. Para isso, o relator Paulo Paim (PT/RS) precisaria ler o parecer substitutivo ao projeto original que havia elaborado. O regimento do Senado prevê que, após a leitura do parecer do relator do projeto, há possibilidade de ser solicitada vistas ao relatório, o que significa um pedido formal de tempo para melhor analisar a matéria. Assim, a parte interessada em não votar, no caso, a Frente Parlamentar Evangélica, ganharia ainda pelo menos mais uma semana (ou mais) para analisar o relatório. No entanto, a pressão de deputados federais (que não possuem voto no Senado) com apoio do senador evangélico Walter Pinheiro (PT/BA), conseguiu retirar o projeto de pauta naquele dia¹⁶⁴. Isso significa que em sessão posterior, o parecer ainda teria que ser lido antes de sofrer pedido de vistas.

O assessor Maurício (sem religião) revela que dificilmente o projeto ainda poderia vir a ser votado no ano de 2014 porque

existe uma pressão muito forte sobre a base do governo partindo dos evangélicos e de alguns setores católicos de que não seja pautada, então a determinação da presidenta é deliberar, a determinação do relator é deliberar, o texto do relator ele é um texto absolutamente conciliatório com todos os evangélicos, então assim, se tem uma pessoa que não se opõe a nenhum movimento organizado, essa pessoa é o senador Paim, é o senador do diálogo, da concórdia, ele produziu um texto que expressa essa concórdia, mas a bancada evangélica tirou que o PLC 122 é uma bandeira política não importa qual redação, importa que tem que derrotar essa bandeira política e eu acho que isso faz com que o projeto não consiga avançar.¹⁶⁵

¹⁶⁴ O jornal do Senado publica matéria sobre essa reunião, com foto (Anexo L) sugerindo o protagonismo dos senadores Magno Malta (PR/ES) e Walter Pinheiro (PT/BA) nas negociações com a presidente da comissão e o relator do projeto para a retirada do projeto de pauta.

¹⁶⁵ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013.

Sobre a participação do senador petista Walter Pinheiro (BA) nessa articulação, Maurício afirma:

Eu acho que o senador Walter Pinheiro foi um dos que vocacionaram, mas era um entendimento generalizado de várias lideranças pra não votar porque se for a voto eu duvido que o projeto seja derrotado, mas é assim que a bancada evangélica atua, ela estabelece a pauta estabelecendo alianças pontuais, eu não quero que você diga não, só não decida, entendeu?

Sobre esse aspecto da não decisão, a deputada federal Érika Kokay afirma que a influência da Frente Parlamentar Evangélica não se refere apenas às suas ações, mas também ao silenciamento dos demais, que não os enfrentam:

Então assim, eles se calam. Porque eu acho que a maioria dos parlamentares aqui não são contra o casamento homoafetivo e a criminalização da homofobia, não falo aborto porque é mais polêmico. Mas essa questão do casamento homoafetivo e outras discussões (...) a maioria aqui eu penso que não é formada assim, tanto que essa casa já aprovou muito projetos, antes de eles estarem tão organizados, aprovou muitos projetos. Você tem então, portanto uma maioria silenciosa, lembrando o Martin Luter King que disse que: “não me preocupo com o grito dos maus, mas o silêncio dos inocentes”... E como você tem a maioria silenciosa, você tem, ecoa mais esse espaço... e ecoa e eles tem o poder de pressão muito maior, porque se, não tem oposição. Eles navegam de forma muito livre aqui no Congresso. (Érika Kokay, PT/DF)

Esse silenciamento ou não enfrentamento é também referido por outros assessores, que remetem ao receio que os parlamentares possuem de se posicionar com relação a esses temas polêmicos, especialmente em período eleitoral. A assessora Roberta (ateia) relata a estratégia do senador Magno Malta (PR/ES)

então se você pegar o discurso do Magno Malta que ele fez há um mês mais ou menos, 15 dias, ele fala em tom de ameaça, ele fala assim “senador Wellington, o senhor é candidato lá no Piauí, lá nós estamos mobilizados, o movimento lá de religiosos não vai permitir se acabar com a família, eles querem, o Império, né, o império homossexual” em tom de ameaça e fala um por um, o Magno é o maior representante deles aqui, o maior, porque ele tem um poder de oratória muito forte, muito forte e ele é intimidador, ele intimida, ele chega e intimida mesmo, tanto é que, quando é pautado o PLC 122,

não importa qual é o conteúdo muitos não vão, por conta dessa intimidação, muitos não vão, porque ele expõe¹⁶⁶.

Em reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal ocorrida no dia 04 de dezembro de 2013, posterior àquela anteriormente citada (20/11/13), todos os defensores do PLC 122/2006 esperavam que o senador Paulo Paim (PT/RS) efetuasse a leitura de seu parecer. De acordo com as notas taquigráficas da Comissão, analisamos sua manifestação:

Sr^a Presidenta, este PLC 122 está tramitando entre Câmara e Senado há uns 11 anos e, na Presidência desta Comissão, depois de dialogar com praticamente todos os Senadores, não houve entendimento de quem deveria ficar com a relatoria. Buscando o fim desse impasse e querendo contribuir para uma aprovação de uma redação que fosse construída com 10, 20, 30, 100, 200 mãos, nós assumimos a relatoria. A partir daí, comecei a dialogar com todos os setores na busca de um entendimento. No dia que eu ia ler o relatório aqui, nesta Comissão (20/11), a Presidenta resolveu tirá-lo de pauta mediante o apelo de líderes. E assim ela fez. (...) Qual foi a justificativa que os líderes deram naquele momento sobre o relatório que eu ia ler? Disseram os líderes... E não teve um líder, não teve um, nem do nosso Partido, nem do PT, do nosso Partido, que defendeu que a matéria fosse votada. Isso tem que ficar muito claro para todos os setores, porque tem gente que faz um discurso para fora e outro para dentro, quer ficar bem na foto, e na verdade não assume posições. Eu conheço muito bem esse jogo, estou há quase 30 anos nesta Casa. Esse jogo eu conheço. E não me tirem para bobo. Quando assumi a relatoria desse projeto, eu sabia da responsabilidade. Eu sabia muito bem o que representava esse projeto. Fiz de tudo. Construí uma linha para que se combata o ódio, a intolerância, a agressão e o desrespeito às pessoas em todos os sentidos: negro, índio, religioso, orientação sexual. Enfim, é um projeto global, que beneficia a todos. Tive a coragem que muita gente não teve. E o meu relatório está divulgado para todo o País. Não há quem não conheça o relatório. Então, se alguém está recuando na discussão não é aqui, não. Quem está recuando é o outro lado da rua. E eu disse que ia dizer aqui quando me provocaram. E cada um tem que assumir a sua responsabilidade. Pois bem, me procuraram essa semana de novo. Eu vou dar o nome aqui de um por um. Comigo não tem meio-termo. Estou tão cheio quanto o Walter Pinheiro de muita coisa que vem acontecendo e da sacanagem por baixo do pano. Tão cheio quanto o Walter Pinheiro. Talvez este projeto seja o momento de eu tomar uma decisão que talvez tenha que tomar devido à sacanagem que estão fazendo de dizer uma coisa, fazer outra e depois querer jogar depois nas costas do Relator. (...) Agora, o que aconteceu? Esta semana... Vou dar o nome aqui, de um por um. Pena que não tenha aqui. O Senador José

¹⁶⁶ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013.

Pimentel, que é Líder do Governo na Casa – não sei se mudou o Líder. Se mudou o Líder me digam –, o Líder do Congresso, do Governo, me procurou e disse o seguinte: "Paim, nós íamos ter uma reunião na terça-feira com o Gilberto Carvalho e com a Maria do Rosário para discutir esse tema, para tentar construir um ajuste ainda no tema". Eu digo: tudo bem. Chegou na terça, infelizmente morreu o nosso querido Marcelo Déda. Com a morte do Marcelo Déda, Pimentel me disse que o Gilberto Carvalho, Secretário-Geral da Presidência da República, pediu a ele: peça para o Paim... E não foi só o Pimentel. O Líder do PT também, Wellington Dias e também o Walter Pinheiro. Os três me procuraram. "Peça para o Paim porque nós queremos ter uma reunião lá na Presidência com ele e com os setores para ajustarmos a votação do projeto de forma definitiva." Esse pedido não fui eu quem fiz a ninguém. O pedido veio dessas três pessoas que aqui eu falei. ...José Pimentel, Líder do Governo, e Walter Pinheiro, Senador da República e Vice-Líder do PT. Eles me pediram: "Paim, nós queremos dar uma olhada no projeto. Que nós possamos nos sentar nesta quinta-feira. Nós sabemos que o projeto avança, mas queremos fazer uma discussão maior com outros setores de Governo. Estamos pedindo para ti, a partir desses três companheiros do Partido dos Trabalhadores, que haja essa reunião primeiro, antes da leitura do projeto e antes da votação". Os três pediram que na quinta-feira eu esteja lá no Gilberto. Estou dando o nome das pessoas, pessoal. Fofoca por fora não me interessa. Eu estou dando o nome das pessoas: Wellington Dias, Líder do PT e do Bloco, José Pimentel, Líder do Governo (...) Esse foi o pedido que eles me fizeram, Presidenta.¹⁶⁷

No dia seguinte a essa reunião que presenciei, entrevistei a assessora Roberta (homossexual e atea), que também estivera na reunião. Segundo ela,

o Paim, na minha avaliação ele devia ter lido mas eu acho que o Paim tem outras coisas, que ele está chateado com o governo também (...) e tem a força do Pinheiro, o Pinheiro é evangélico e o Wellington é católico, mas a mulher dele é evangélica, você está gravando isso?¹⁶⁸ (o gravador é desligado)

Assim que desligo o gravador, Roberta se desculpa e diz que, por ser petista, não poderia dizer certas coisas e se lamenta pelo rumo com que as políticas públicas na área dos direitos humanos vêm sendo conduzidas pelos governos petistas desde sua primeira gestão. Esclareço que sua identidade não será revelada e Roberta permite que eu retorne a ligar o gravador:

Nós temos telhado de vidro na questão dos Direitos Humanos, nosso telhado é de vidro, nós já assinamos convenções internacionais em

¹⁶⁷ Fonte: Notas taquigráficas. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/escriva/notas.asp?cr=2180>

¹⁶⁸ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013.

defesa desses povos e não conseguimos, além do que eu acho que nesses 10 anos nós avançamos muito nas políticas sociais, de Direitos Humanos, mas não foram suficientes ainda para evitar tanta violência, tanta exclusão, então essa população, principalmente a população LGBT tá fora, tá fora da escola, fora da família, vai pra onde? Entendeu? Então o índice de violência dessa população é altíssimo e (...) mas não é movimento religioso que tem que retroceder, nós temos que dar os direitos sociais, temos que garantir e aqui é o Poder Legislativo entendeu pra garantir esses direitos sociais e o Brasil não avança e aí vem esse movimento que é fundamentalista, é um movimento fundamentalista, entendeu, raivoso, cheio de preconceito, discriminatório, entendeu, usando o nome de Deus, usando o nome de Deus pra excluir, então é uma decepção o que acontece aqui, é uma decepção, é decepcionante e mais ainda, vou falar pra você, pra mim enquanto petista é mais decepcionante ainda ver na minha própria bancada parlamentares com essa posição, tá entendendo, é isso. ¹⁶⁹

Esse sentimento de lamento ou de vergonha, de sentir-se petista e pertencente a uma base vinculada a luta pelos direitos humanos e, ao mesmo tempo, indignar-se com as acomodações realizadas a partir do fortalecimento da Frente Parlamentar Evangélica é bastante recorrente entre os petistas entrevistados que demonstraram, em sua grande maioria, preocupação com a revelação de sua identidade ao conceder a entrevista.

A próxima seção investiga a acusação de membros da Frente Parlamentar Evangélica e várias lideranças religiosas, como o pastor Silas Malafaia e o ativista cristão Julio Severo, sobre uma filosofia com lógica de desconstrução social que estaria, na visão desses religiosos, cada vez mais atuante em diversas áreas da vida social. Assim, para frear a caminhada dessa ideologia, a Frente Parlamentar deveria recontar a história, sair da ofensiva e agir para “combater o mal”. Para os defensores dessa ideia, os principais representantes dessa filosofia estariam no PT e nos partidos de esquerda, ou seja, instalados no governo federal. Trata-se da filosofia de desconstrução também acusada pelo já referido livro “A estratégia” e posta em ação através do já citado Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH III).

¹⁶⁹ Idem.

6.2 Motivações e temores: desconstrução de valores?

Nesta seção investigo os processos e mecanismos de vigilância e controle realizado pela Frente Parlamentar Evangélica. Importa demonstrar a intencionalidade de vigilância com mecanismos de controle social para toda a população através das proposições legislativas em diferentes esferas, especialmente na família, educação, saúde e cultura/arte.

Importa investigar o deslocamento da discursividade em defesa da necessidade da igreja possuir seus representantes políticos. Se a entrada na política se justificou na década de 1980, muito pela premência de defender a liberdade religiosa que estaria ameaçada pela invasão comunista no campo político, passadas três décadas sem privação da liberdade religiosa, a ameaça posta agora se refere a uma ideologia maior, que estaria buscando desconstruir os valores morais da sociedade, a partir das suas instituições mais básicas como a família e a escola.

Repetida por vários parlamentares entrevistados, especialmente os que mais se aproximam do que mencionei no segundo capítulo desta tese como a “direita cristã brasileira”, ou os “evangélicos fundamentalistas” quem melhor definiu essa “ameaça” foi o deputado federal Arolde de Oliveira (PSD-RJ), que acredita haver uma *filosofia humanista ateísta*, baseada no pensamento do italiano Antônio Gramsci, afrontando os valores cristãos, contra os quais os evangélicos necessitam se organizar para a defesa de seus princípios cristãos:

Nós nos tornamos realmente uma pedra no caminho porque veja o que está acontecendo no mundo hoje. Existe um confronto entre esse ocidente cristão, EUA, Europa ocidental, nem toda a Europa, aquela que foi romana e que teve o cristianismo como base, mas no nosso ocidente cristão, que é judaico cristão, e que requer todas essas liberdades que nós falamos aqui, existe em contrapartida hoje em dia, **está se fortalecendo uma filosofia humanista ateísta que se manifesta no campo secular, temporal**. É lógico então, qual é o grande opositor dessa filosofia humanista ateísta, é justamente o Judaico cristianismo e nós os evangélicos estamos do lado de cá, como os católicos também, só que os católicos são menos atuantes, né nessa questão porque são mais fechados. Então esse confronto esse conflito aí é o que está acontecendo no Brasil e no mundo todo, no nosso mundo ocidental e como consequência disso **estabeleceram-se filosofias para desconstruir esses valores, a desconstrução desses valores, e esse é o momento que nós vivemos, é o momento de nós sermos, por essas razões que eu**

expliquei, nos reunirmos, termos contato, ocupamos sem querer não é o nosso objetivo, o lugar dos partidos políticos, entre aspas naturalmente, não é isso que eu estou dizendo, mas a gente tem essa coisa e adquirimos a consciência de que **nós temos que ter representação política**, coisa que há 40, 50 anos atrás era **pecaminoso, o crente não falava em política**. (...) Isso é uma mudança que vem do entendimento e das trocas de gerações, veja, muda esse tipo de comportamento, mas a Bíblia é a mesma, veja que ali também tem essa questão, né. Nós vivemos em uma sociedade de rápida transformação, de mudanças de paradigmas, da forma que nós vivemos, mas o nosso padrão de conduta é a Bíblia que é perene. E é aí que nós temos o **grande confronto, de preservar esses valores**. Enquanto que **essa filosofia humanista ateuista ela atropela porque quer desconstruir** e nesse período longo surgiu uma filosofia que é do Gramsci. Gramsci é um filósofo, você deve saber, comunista, italiano que percebeu, esse cara foi um gênio porque ele (...) percebeu que o comunismo não tinha vida longa não, porque ele estava sendo imposto. E que para que você ideologicamente pudesse ser perene a ideologia comunista, marxista etc, teria que decorrer das transformações interiores das pessoas, culturais, basicamente essa transformação. Então ele pregou a filosofia de que tinha que haver uma desconstrução dos valores pré existentes para a introdução dos novos valores, que são os valores marxistas, socialistas, aquela coisa toda. essa filosofia dele foi instrumentalizada por um filósofo francês chamado Louis Althusser, que pegou e instrumentalizou, operacionalizou e disso decorreu um conjunto de normas e de regras para a desconstrução desses valores ocidentais, para que então esses outros valores humanistas ateuistas ocupem esse espaço. Isso tudo no terreno político. E aí vários grupos montaram todo um conjunto sistematizado das medidas que tem que ser tomadas. E no Brasil, no governo Lula, pegou o que nós tínhamos aqui como o Plano Nacional de Direitos Humanos, que tratava desse assunto de uma forma normal, ele pegou e introduziu todas essas teses dentro do Plano Nacional de Direitos Humanos na terceira versão, o PNDH 3. A partir desse PNDH 3 todo um conjunto de propostas de legislação vem sendo colocadas dentro do congresso, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores e esse então, esse é o nosso maior ofensor e nós precisamos estar nos defendendo continuamente justamente desse ataque inteligente, talentoso, é impressionante. Essa é a nossa luta. É silencioso e vai pelo procedimento sem tempo para resolver. Tem que ser constante, contínuo, **porque é de desconstrução**. A família tradicional é o polo mais resistente porque a família é a fortaleza da própria igreja e da igreja evangélica e da sociedade evidentemente, né. E esses novos padrões de convívio na sociedade eles cada vez mais separam o pai e a mãe dos filhos, etc. E cada vez mais a escola passa a ser o polo ou o ponto de socialização da criança. Então a escola passou a ser também um dos instrumentos para que essas filosofias todas de desconstrução sejam ali aplicadas. Então a nossa luta é constante, ver as cartilhas, o que estão ensinado para as crianças. (...) Essa é a nossa vida, então politicamente é isso aí, a nossa influência aqui na Câmara hoje é grande sim, mas ela não é ofensiva, não é proativa, é defensiva.

Nós queremos preservar o que nós temos, não precisa mais do que isso que são os nossos valores.¹⁷⁰

Importa destacar alguns pontos dessa fala do parlamentar Arolde de Oliveira (PSD – RJ). Trata-se de uma pessoa altamente escolarizada e bastante posicionada enquanto pertencente ao campo político da direita. Conhece a biografia e obra de Antonio Gramsci e de Louis Althusser e produz sua interpretação baseado em seus valores políticos e religiosos. Assim, entende o judaico cristianismo como fortemente ameaçado por essa denominada *filosofia humanista ateísta*. Segundo argumenta, essa filosofia faz parte de uma grande articulação, orientada no mundo cristão desde as primeiras décadas do século XX, para desconstruir valores cristãos e familiares no interior do imaginário da população. Contra essa ameaça, que para Arolde não é brasileira, os evangélicos perceberam uma necessidade de atuação conjunta. Teria sido, segundo ele, essa a principal motivação para a busca da representação política, para a mudança de postura daquele lugar já tão referido pela literatura da área, de que *crente não se mete em política*. Foi dessa forma, segundo essa linha de raciocínio, que Arolde fala na ocupação do lugar dos partidos políticos, ou seja, admite que a Frente Parlamentar Evangélica, no que diz respeito à sua luta específica, pelos valores cristãos e familiares de acordo com sua doutrina, atua de maneira semelhante aos partidos políticos, com estratégias de orientação de voto, alinhamento de discursos e monitoramento de projetos que são por eles considerados benéficos e/ou nocivos. Com base nessa chamada *filosofia humanista ateísta*, que teria sido proposta desde Gramsci e operacionalizada por Louis Althusser, espalhando-se para todo o mundo ocidental, guiado pelo princípio secularista, o governo Lula teria implementado diversas diretrizes através da promulgação do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos em 2009. Desse modo, estaria operando essa desconstrução de valores para a introdução e sedimentação de novos. Seria para barrar essa ofensiva contra os valores cristãos familiares que a Igreja evangélica estaria reagindo no campo político.

¹⁷⁰ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013. Grifos meus.

A construção dessa argumentação precisa ser compreendida em um contexto mais amplo que envolve diversas esferas da vida social. Uma dessas esferas, relativas à educação, produz argumentos questionando os materiais didáticos distribuídos nas escolas públicas, especialmente no que se refere à disponibilização de textos e imagens que apresentem outras formas de família diferente da tradicional *mãe-pai-filhos*. Durante o já referido Encontro Nacional de lideranças Evangélicas, realizado em um dos auditórios do Congresso Nacional no período de 28 a 30 de novembro de 2013, a palestra *A educação que temos e a educação que queremos* foi proferida por um professor evangélico da rede estadual de ensino de Goiás. Nesse evento, o professor apresenta a já mencionada recomendação do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3/2009), no seu *Objetivo estratégico V, que diz respeito à Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero*:

Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na **desconstrução da heteronormatividade**.¹⁷¹

A partir dessa recomendação de desconstrução da heteronormatividade e todas as interrelações com a *filosofia humanista ateuísta* que, segundo esse entendimento, rege a lógica da desconstrução, o professor desafia uma série de argumentos acerca dos riscos que a família brasileira estaria correndo. Sua argumentação é ilustrada com um levantamento realizado a partir dos livros didáticos que estariam sendo distribuídos nas escolas com textos e imagens de casais homoafetivos, caracterizando o que considera como um *grande perigo para a família brasileira*. Desse modo, órgãos governamentais tais como Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Secretaria Especial de Direitos Humanos, entre outros, estariam propagando a denominada desconstrução de valores cristãos e da família tradicional para impor, através da formação cultural das crianças, novos valores dessa chamada *filosofia humanista ateuísta*.

De outro lado, diversos assessores e parlamentares que se opõem a essas concepções de alguns membros da Frente Parlamentar Evangélica

¹⁷¹ Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>. Grifo meu.

alertam sobre o *terrorismo* que esse grupo estaria trazendo para os debates no Congresso Nacional. Assessora Roberta (atéia), por exemplo, denuncia terrorismo intimidador feito no Senado Federal pelo senador Magno Malta, retomando, novamente, o caso do PLC 122/2006:

Magno Malta já falou que aqui não aprova não, aqui no Senado não vai ser aprovado não, ele fala com uma propriedade (...) com a acusação de que vai mexer na família. Agora estou sabendo que eles estão divulgando foto do pai, a mãe e o bebezinho dizendo que o PT vai acabar com a família que é o terrorismo que eles fazem aqui pra não aprovar o 122 que é o Império gay né, que vai acabar com os heterossexuais. São essas falas aqui que vão se reproduzindo e isso intimida político, intimida candidato, entendeu?

Considerando que essas táticas de desconstrução estariam em várias esferas da sociedade, a Frente Parlamentar Evangélica, além de apresentar e buscar a aprovação de leis que defendam os interesses de seus grupos religiosos, de monitorar os projetos nocivos à sua moralidade cristã e, assim, lutar contra eles no Congresso Nacional, também se preocupa em detectar ameaças que possam vir diretamente do poder executivo. Assessora (IEQ) jurídica da FPE garante que os parlamentares evangélicos são respeitados enquanto uma força que merece consideração e declara que o governo os testa, por isso justificam a necessidade de vigilância constante:

nós acabamos sendo aqui um instrumento de vigilância e sentinela, o executivo também sente “epa, antes de fazer alguma coisa, vamos ver qual vai ser a reação da bancada evangélica”, por exemplo, eles ensaiaram aí que iam interferir na grade de programação de rádios e televisão. A reação foi imediata, daí eles voltaram atrás, “não, não vamos mexer nisso não”, entende, eles fazem uns ensaios com a gente, entendeu? Jogam uma coisa, a gente vai lá... então eles testam.¹⁷²

Essa ideia de que o poder executivo testa a Frente Parlamentar Evangélica reforça uma força e poder para esse grupo. Da mesma forma que uma criança “testa” os pais sobre os limites nos quais pode ultrapassar, experimentar, é como se o governo, subalterno à FPE estivesse experimentando para ver até onde pode avançar.

¹⁷² Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

A partir do argumento de que representam uma massa cristã que é contra determinados projetos que atentam contra a família tradicional, a moralidade e os bons costumes, os parlamentares e assessoria da FPE trabalham monitorando, além dos projetos no Congresso Nacional, todas as iniciativas do poder Executivo, especialmente o que envolve os Ministérios da Saúde, Educação, Cultura e Direitos Humanos. O argumento implícito aqui é o de que, em razão do acordo estabelecido entre o segmento evangélico e a presidenta Dilma Rousseff ainda quando candidata, os ministros também se relacionam com os parlamentares da FPE, buscando equacionar suas ações no sentido de contar com seu apoio:

Outra coisa que tem acontecido, assim de extraordinária que tem acontecido é o diálogo dos ministros com a frente evangélica, por exemplo quando o ministro Gilberto de Carvalho falou uma besteira¹⁷³ ele pediu para vir aqui se desculpar. A ministra Maria do Rosário da Secretaria Geral de Direitos Humanos, que faz todo trabalho da homofobia e tal ela já tem conversado com a gente, então a gente tem buscado falar com o ministro da justiça, o ministro da saúde, o Alexandre Padilha, agora a Dilma lançou a MP que falava sobre Rede Cegonha, tá? Que a Rede Cegonha as feministas foram contra. (Assessora Daniela – IEQ)¹⁷⁴

Embora o argumento central contra as iniciativas do governo tenha seu fundo de moralidade cristã, a FPE utiliza outros recursos discursivos, no sentido de distanciar-se das acusações de que seria apenas um grupo de pressão religiosa. Em determinado momento da entrevista, assessora (IEQ) relata que haveria uma iniciativa do ministério da saúde de distribuir camisinhas em escolas públicas para todos os adolescentes a partir de 12 anos, destacando a ressalva desses parlamentares não apenas pela questão moral religiosa, mas por uma questão administrativa de desperdício de recursos públicos:

Aí a gente questiona, mas nós estamos questionando por causa da moral? Não. Nós estamos questionando o seguinte: se cada

¹⁷³ Referência à fala de Gilberto Carvalho durante o Fórum Social Mundial em janeiro de 2012 em Porto Alegre, quando afirmou que o governo precisava se preparar para combater os evangélicos e sua influência na mídia. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/02/1048291-evangelicos-condenam-declaracoes-de-ministro.shtml>

¹⁷⁴ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

adolescente, a partir de 12 anos, tem direito a oito camisinhas e eles não têm 8 relações, eles vão fazer bola de sopro com essas camisinhas, eles vão brincar, **é desperdício de recurso público**. Então tem esse outro lado também. Nós não somos uma bancada só moralista, que estamos preocupados só com a abstinência, nós estamos preocupados com os gastos de recursos públicos, tá? E eu acredito que isso faz uma certa apologia também à pedofilia. e eu inclusive uso isso na minha palestra de pedofilia, nossa preocupação com a literatura.¹⁷⁵

Percebe-se nessa argumentação da assessora Daniela, a intencionalidade de se caracterizar suas ações como “não somente moralistas”, mas como preocupadas com a adequada utilização dos recursos públicos, o que afastaria a argumentação religiosa em favor da responsabilidade política.

Se no caso anteriormente citado dos livros didáticos, a Frente busca atuar na esfera da escola e da família, neste caso é a esfera da saúde que está sendo contemplada. Além disso, a referência à possível apologia à pedofilia remete à esfera da arte, também alvo da vigilância da FPE.

O depoimento abaixo reflete a preocupação com o controle social acerca dos supostos incentivos que o governo estaria dando para ações que afrontem a fé. Juntamente com o argumento que questiona os gastos de recursos públicos para “patrocinar afronta à fé”, assessora relata situação que remete à blasfêmia, conforme Latour (2008), atingindo neste caso, a vigilância também sobre a esfera artística:

Outra coisa que a gente faz, tem o salão de artes em Natal, um rapaz fez uma apresentação com um recurso público, era uma apresentação sobre AIDS, ele fez uma caixa de vidro, ficou dentro da caixa de vidro, tirou a roupa, ficou de costas para o público, ficou de quatro e tirou de dentro do ânus um terço, da Igreja Católica. Aí eu pergunto: **até onde o recurso público tem que patrocinar uma afronta à fé desse jeito?** Esse é um país cristão, você tem que respeitar os símbolos cristãos e é como se ele dissesse assim “olha o que eu faço com o teu Jesus, eu tiro do cu”, você está gravando o cu? É do cu mesmo.¹⁷⁶

A perspectiva defendida por essa assessora, importante liderança deste grupo religioso no Congresso Nacional, indica a intransigência com relação a eventos que julgam inadequados para justificar a utilização de recurso público,

¹⁷⁵ Entrevista realizada com assessora da FPE em dezembro de 2012. Grifo meu.

¹⁷⁶idem

na medida em que isso traria a representação de um pensamento governista para o conjunto da população, ou a “imposição” de uma ideologia específica. A defesa da moralidade religiosa permanece, assim, subjacente.

A seção a seguir analisa o caso das estratégias que, segundo análise da Frente Parlamentar Evangélica, estariam sendo realizadas pelo movimento LGBT, justificando assim, sua necessidade de constante atenção.

6.3 Estratégias do movimento LGBT: O caso do Peixe de Tróia.

Início esta seção trazendo à luz a polêmica em torno do que a Frente Parlamentar Evangélica chamou de “Peixe de Tróia”. Trata-se de uma estratégia utilizada pelo movimento LGBT com apoio de parlamentares, com a finalidade de criar uma Coordenadoria LGBT dentro do Ministério da Pesca, ou juntamente com a lei que institui o Ministério da Pesca em 2009. Assessora da FPE relata como foram surpreendidos e justifica a importância de estarem atentos:

O governo mandou pro Congresso Nacional um projeto de lei pra criar o ministério da Pesca em 2008. Todos nós ficamos muito felizes, né? (...) “vai beneficiar os pescadores? deixa passar”. Então nós da assessoria evangélica, e da católica não nos preocupamos com esse projeto. Deixa passar, nem vamos ficar atentos, porque nós já temos tanta coisa pra cuidar. Aí num sábado eu tava dando uma palestra numa igreja aqui, parou um carro, um alto consultor da câmara, que não queria se identificar, e falou assim: “eu vi no site que a senhora vinha dar uma palestra, eu sou cristão, a senhora ficou sabendo que vai votar terça-feira o projeto de lei da pesca?” eu falei “sim, nós somos a favor, a bancada evangélica é a favor”. “a senhora leu a emenda 34 do projeto?” Eu disse “não, não estamos acompanhando”; “então a senhora leia”, daí eu peguei e fui ler o artigo 34: a deputada Iriny Lopes do PT acrescentou ao projeto a emenda 34: “cria-se o Conselho Nacional da Promoção de cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.¹⁷⁷

O Ministério da Pesca foi criado pelo presidente Lula em 29 de junho de 2009, através da lei nº 11.958, resultante de uma ação iniciada em janeiro de 2003, quando o governo federal editou a medida provisória que criava a Secretaria especial de Aquicultura e Pesca, ligada à Presidência da República. A lei aprovada, que criou o Ministério da Pesca, é a mesma que

¹⁷⁷ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

regulamentava, em artigo específico - reproduzido a seguir - a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República:

Art. 24. À Secretaria Especial dos Direitos Humanos compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quanto por organizações da sociedade, e exercer as funções de ouvidoria nacional de direitos humanos, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias.¹⁷⁸

A emenda 34, proposta pela deputada Iriny Lopes (PT/ES), propunha um parágrafo complementar a esse artigo, nos seguintes termos:

Parágrafo único. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos tem como estrutura básica o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, **o Conselho Nacional de Promoção da Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, o Gabinete, a Secretaria-Adjunta, o Departamento de Ouvidoria Nacional e até quatro Subsecretarias.”(NR)¹⁷⁹

Assessora da FPE relata a estratégia utilizada pelo movimento LGBT com proposição da deputada federal Iriny Lopes (PT/ES), na medida em que o projeto poderia passar despercebido se votado em conjunto com a proposição principal da matéria que referia-se à criação do Ministério da Pesca:

Nós chamamos isso de “Peixe de Tróia”, porque [estava] dentro do projeto do Ministério de Pesca, como ela sabia que se ela entrasse com esse projeto de lei não passava, (...) **dentro do Ministério da Pesca eles tentaram criar um Conselho Nacional da Cidadania Lésbica e gay**. Só que eu descobri no sábado e a votação era na terça. Eu tinha que achar um parlamentar no final de semana que tivesse aqui pra poder barrar. (...) Na hora da votação estavam todos

¹⁷⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11958.htm

¹⁷⁹ Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FA2BCF53ED203B6668528A1FED88E1B8.proposicoesWeb1?codteor=626917&filename=EMC+34/2008+PL396008+%3D%3E+PL+3960/2008. Grifo meu.

os homossexuais quietinhos lá dentro. Eles estavam com os fogos de artifício pronto pra jogar lá fora. Quando eles viram eu e o deputado entrar, eles botaram a mão na cabeça [e disseram]: “descobriram”. Aí o presidente disse “vamos votar o projeto?” Aí o pastor disse “não, eu quero vistas”. E o presidente: “mas deputado, não tem tempo de vistas não, o presidente Lula tem pressa de aprovar esse ministério, está todo mundo de acordo, o Brasil quer esse ministério”, ele prosseguiu “tá bom, então eu abro mão do meu direito de vistas se vocês tirarem a emenda 34”; “que emenda?”; quando os deputados da comissão foram ver, nenhum tinha lido a emenda 34. Aí foram pra cima né: “deputada, como é que a senhora faz uma coisa dessas?” Ela ia passar, então a gente chama isso de ‘surpresas regimentais’, **por isso a gente tem que estar bem atento**, tá? (Assessora Daniela – IEQ)¹⁸⁰

Cabe ressaltar aqui a referência bélica, a uma estratégia de guerra, utilizada pela assessora ao nomear tal acontecimento como “Peixe de Tróia”. Esse episódio demonstra a disposição do embate público entre os dois segmentos (pentecostais x LGBT), dispostos em trincheiras, guerreando em uma batalha contínua, diária, onde o campo minado os coloca em vigilância o tempo todo, definindo e colocando estratégias em ação. Enfatizo que ambos os grupos se percebem nesse lugar de trincheiras de guerra, e utilizam essas expressões: “tática, estratégia, guerra, batalha”. Para Gushee (2007), há uma cultura de guerra que interage com batalhas que os evangélicos travam na política.

Em 2005, o reverendo Louis Sheldon, fundador e presidente da já mencionada *Coalizão dos Valores Tradicionais* nos Estados Unidos, publica o já referido livro revelando o que denomina como “o plano dos homossexuais para transformar a sociedade”. Nesta publicação, o reverendo Sheldon acusa o movimento homossexual e, especialmente o que denomina como os “ativistas homossexuais”, de atacarem deliberadamente a família brasileira buscando a sua destruição. Em 2012, a editora Central Gospel, pertencente à *Associação Vitória em Cristo*, do Pastor Silas Malafaia, traduz o livro e o lança no Brasil. A mesma discursividade apontada no livro de Sheldon (2012), é encontrada nas falas do Pastor Silas Malafaia quando afirma que os ativistas gays querem destruir a família, ou quando acusa o PLC 122/2006 de “mordaça gay”. Essa

¹⁸⁰ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

discursividade retoma e é reforçada pela argumentação do ativista cristão Julio Severo, que mantém uma página na internet, onde publiciza suas interpretações sobre os acontecimentos na esfera pública brasileira e mundial, que estariam fortalecendo essa ideologia da desconstrução, já apontada no livro publicado por ele em 1998, denominado “O movimento homossexual”.

Nesse sentido, assessora Simone (sem religião) afirma que os parlamentares evangélicos, representantes de um grupo denominado por ela de *nazireligiosos*, elegeu o movimento LGBT como seu inimigo:

Pra você crescer na política você tem que ter um inimigo. Você tem que chegar na sua base e dizer “esse aqui é o nosso inimigo, nós vamos vencê-los, por isso vocês precisam de mim lá no congresso”. É essa lógica. E se a gente tem, eles elencaram um inimigo, não são os negros, não são as mulheres, o inimigo deles é a comunidade LGBT. E Eles usam isso pra crescer¹⁸¹.

Essa fala sobre a necessidade de derrotar o inimigo reproduz discursos que ouvi de pastores nos cultos que presenciei em 2012, justificando a necessidade de eleição de parlamentares que fossem “homens de Deus”. E reforça novamente a lógica de guerra demonstrada com o episódio do “Peixe de Tróia”.

Por último, cabe destacar a estratégia de influência a partir das bases. A assessora Daniela (IEQ) exemplifica utilizando caso comparativo à mobilização LGBT para alcançar seus objetivos:

A comunidade LGBT ela é muito forte, muito organizada, então eles tinham todos os tipos de projeto, por exemplo: dia nacional do orgulho gay, dia nacional contra a homofobia, dia nacional da marcha gay, dia nacional da visibilidade lésbica, aí esse dia nacional da visibilidade lésbica nós conseguimos derrubar na comissão de Constituição e Justiça. Os deputados disseram o seguinte: “o dia do orgulho gay nós entendemos que está tudo”, mas as lésbicas “não, nós queremos o nosso”; aí derrubou. O que elas fizeram, “ah, não passou o dia nacional”, foram pras câmaras de vereadores, e começaram a criar lá o dia municipal da visibilidade lésbica. Aí elas conseguiram mais de 800 Câmaras de Vereadores, aí elas foram para as assembleias legislativas e fizeram o dia estadual da visibilidade lésbica, agora ninguém mais segura o dia nacional. Então o que a gente começou a fazer, também o caminho inverso. “Igreja, olha, nós não conseguimos aprovar o dia nacional do nascituro, nós

¹⁸¹ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013

temos o dia da criança, o dia do idoso, dia do pai, dia da mãe, mas não tem o dia do nascituro, porque se a gente tiver o dia do nascituro, a gente chama a atenção para o bebê no útero e inibe as políticas de aborto, Então as abortistas e o PT não deixam aprovar o dia do nascituro. Então nós também fizemos o inverso. Já temos quase mil câmaras de vereadores que aprovaram o dia municipal do nascituro e já estamos aprovando nos estados, dias estaduais do nascituro. Então tu está entendendo o papel que a gente tem feito?

182

O depoimento de Daniela sugere a equiparação das estratégias realizadas pelos movimentos LGBT/ feministas e evangélico, no sentido de aprovar datas que consideram importantes como dias municipais, estaduais para, então, a data nacional se concretizar como resultado de uma construção crescente, fortalecida por apoios locais.

Na próxima seção deste capítulo, a seguir, analiso as “Jornadas em defesa da vida e da família”, empreendidas por membros da Frente Parlamentar Evangélica para fora do Congresso Nacional, desde 2007.

6.4 As Jornadas em defesa da vida e da família

Além do trabalho que realizam internamente ao Congresso Nacional, através do monitoramento e proposição de projetos, participação nas comissões, fundamentação integrada para seus posicionamentos, a Frente Parlamentar Evangélica desenvolve, desde 2007, ações externas, através das chamadas Jornadas Nacionais em defesa da Vida e da Família¹⁸³. Trata-se de

¹⁸² Entrevista realizada em dezembro de 2012.

¹⁸³ Muitas vezes, esses eventos recebem o nome de “Encontro Regional (ou estadual/nacional) de lideranças evangélicas”. Quando estive em Brasília, em novembro de 2013, tive a oportunidade de participar do Encontro Nacional de Lideranças Evangélicas, que ocorreu em um dos auditórios do Congresso Nacional. Foram dois dias (28 e 29 de novembro) de intensos debates e palestras, sempre muito acalorados e com a participação de parlamentares evangélicos. Os principais temas tratavam da liberdade religiosa, ameaçada pela “ditadura gay” que o PLC 122/2006 tentava implementar no Brasil, a desconstrução da heteronormatividade e a conseqüente destruição da família brasileira, imposta pelo PNDH III e pelo Ministério da Educação que, através dos livros didáticos que apresentam diferentes modelos de família, na visão dos evangélicos, busca impor a homossexualidade para as crianças. Além disso, também se discutiu sobre o “infanticídio indígena”, com a presença de pastoras indígenas, os programas de redução de danos do Ministério da Saúde que visam, através das suas cartilhas ensinar/estimular as crianças a usarem drogas e praticarem relações promíscuas, etc. O evento contou ainda com uma palestra especial realizada no sábado (30/11) pela manhã na igreja Sara Nossa Terra, onde vários evangélicos foram lançados pré-candidatos ao Congresso Nacional e também ao governo do Acre, finalizando com um almoço em homenagem ao dia do

um evento realizado pela Frente Parlamentar Evangélica fora do Congresso Nacional, reunindo pastores e lideranças religiosas em diferentes localidades pelo Brasil. Segundo assessores e parlamentares, a ideia surgiu como estratégia para aproximar a sociedade dos debates na Câmara dos Deputados e, na fala de um deles, para ajudar “a construir a legislação, interagindo, pressionando”.

O movimento inicia em 2007, saindo do Congresso em direção aos municípios para apresentar seus projetos, argumentos e, com isso, tentar angariar apoio da sociedade:

São as Jornadas Nacionais em defesa da vida e da família. Nós estamos em um novo momento, a Frente Parlamentar Evangélica está saindo do Congresso e está indo para as cidades falar o que acontece aqui e pedir o apoio do povo, e esse apoio tem resultado na interferência aqui no Congresso, por exemplo, saiu o relatório de que 100% das pessoas que ligaram no Congresso Nacional são a favor do Estatuto do Nascituro, porque a gente orienta as pessoas, instrui, né.¹⁸⁴

Há, portanto, um movimento para interagir politicamente com as lideranças religiosas e, essas, repassarem suas informações e argumentos aos seus fiéis os quais, por sua vez, acabam investindo seus votos em parlamentares ligados às igrejas evangélicas. Essa decisão impacta na composição que hoje temos dentro do Congresso Nacional. A assessora Daniela (IEQ) complementa explicando como funciona o processo desde o início:

Igreja Evangélica sentiu a necessidade de ter a sociedade participando dos debates na Câmara, ajudando a construir a legislação, interagindo, pressionando, é assim ó: o Congresso têm alguns canais de comunicação, um deles é o 0800, 619619 que as pessoas ligam de qualquer lugar do país, é uma ligação gratuita, e se manifesta sobre um assunto, qualquer assunto. Então a gente começou a trabalhar isso dentro da Igreja Evangélica: “se manifeste” (...) “você pode participar desse processo, você pode ligar no Congresso Nacional, você pode mandar um e-mail”, que nós também temos o 0800@camara, a gente começou a divulgar os e-mails dos parlamentares. Aí as pessoas começaram a interagir, então isso tem

Evangélico (feriado em Brasília) e com a participação de todos na gravação do Festival Promessas à noite, na Esplanada dos Ministérios.

¹⁸⁴ Depoimento retirado de entrevista com assessora Daniela (IEQ), realizada em dezembro de 2012.

surtido um efeito muito grande. Nós começamos a trabalhar isso, a bancada evangélica começou com a sua interação a partir de 2007, quando foi fundada a Frente Parlamentar da Família e a Jornada Nacional em defesa da vida e da família. O que a gente faz na jornada? A gente começou a fazer o seguinte: a gente começou a sair pelo país, a falar especificamente sobre **uma igreja mudando uma nação**, de que forma a gente pode interagir.¹⁸⁵

Os parlamentares e assessores da FPE exprimem assim um entendimento de que devem exercer também um papel de politização das igrejas, o que acontece através dessas caravanas conduzidas por parlamentares da Frente em diversas cidades do país. Nessa ocasião, em reuniões com pastores, cada parlamentar expõe um assunto específico, por exemplo, aborto, infanticídio indígena, pedofilia, casamento homossexual, etc. Dessa forma, acreditam que alimentam os pastores com os elementos necessários para o envolvimento dos fiéis nos temas em questão, seu consequente convencimento da “gravidade” de alguns pontos e da importância de se eleger parlamentares que os possam representar no Congresso lutando para que os projetos que, no seu entender, atentam contra a vida, a família e os bons costumes, não sejam aprovados.

Com esse processo de base todo realizado, em época de eleições presidenciais mas, sobretudo nas proporcionais em que têm mais influência, os pastores apresentam-se munidos de materiais que os permite demonstrar a seus fiéis os malefícios e benefícios que cada candidato pode representar, segundo as concepções cristãs da igreja.

Com a realização das Jornadas em defesa da vida e da família, iniciadas em 2007 pela FPE, os parlamentares levam discussões sobre aborto, casamento homossexual, pedofilia¹⁸⁶, educação, para dentro das igrejas. A discussão desses temas entre os fiéis parte da apresentação do ponto de vista apresentado pela FPE. Esse envolvimento promove também o aumento da

¹⁸⁵ Idem. Grifos meus.

¹⁸⁶ Cabe destacar que o senador batista Magno Malta (PR/ES) conduziu, no período de 2008 a 2010 a presidência da CPI da Pedofilia no Senado Federal, período em que também viaja pelo país para as Jornadas em defesa da Família e da Vida. As palestras sobre pedofilia ficam a seu encargo, através da sua interpretação religiosa das investigações da CPI. Para uma etnografia minuciosa das atividades dessa comissão ver Lowenkron (2012).

militância religiosa jovem. Assim, passeatas de jovens contra a maconha, marchas para Jesus e outras mobilizações são citadas como exemplos de demonstração do maior envolvimento da sociedade e, especialmente da juventude, em assuntos que estão em debate no Congresso Nacional. Ainda que tal envolvimento seja apenas de uma parte da sociedade, ou seja, dos fieis de um segmento religioso - os evangélicos, em grande maioria, pentecostais, - os parlamentares da FPE e suas respectivas igrejas ganham apoio dos fieis para suas causas, e a igreja amplia suas perspectivas de atuação na sociedade, trazendo dinamismo para os deputados e fortalecendo suas possibilidades de reeleição. Além disso, esse envolvimento estimula a candidatura de outros fieis, com bandeiras próprias e/ou de suas igrejas. Tal resultado é comemorado: “a gente começa a chegar naquilo que a gente queria, fazer a diferença, ajudar a construir uma nação diferente”.¹⁸⁷

A ideia de um projeto de “construção de uma nação diferente”, conforme defendido por parlamentares e assessores da FPE, aponta para um projeto político maior do que a simples representação de um segmento social – o dos evangélicos pentecostais. Tal feito pode ser percebido também com a criação da *Frente Parlamentar da Família*, em 2006.

De acordo com assessora da FPE, o trabalho de católicos e evangélicos no Congresso até 2006 era efetuado separadamente, ainda que muitas vezes lutassem pelos mesmos temas. Assessora relata o caso do PL 1135/91, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT em 1991), como o mais antigo projeto sobre aborto no Congresso e que, desde então, os evangélicos vêm impedindo sua aprovação. Em 2005, a diferença de um voto apenas teria levado os evangélicos a perceberem que poderiam perder a votação no ano seguinte e, para contar com o apoio dos católicos, criaram a *Frente Parlamentar da Família e apoio à vida*, atualmente presidida pela deputada federal evangélica Fátima Pelaes (PMDB/AP), unindo parlamentares evangélicos e católicos. Atuam em conjunto com a *Frente Parlamentar Mista em defesa da vida – contra o aborto*,

¹⁸⁷ Assessora da Frente Parlamentar Evangélica, em entrevista concedida em dezembro de 2012.

presidida de 2007 a 2010 pelo deputado espírita Luis Bassuma, à época filiado ao PT, depois ao PV e atualmente presidida pelo deputado católico carismático Salvador Zimbaldi (PDT/SP).

Na última seção deste capítulo, a seguir, analiso as percepções dos membros da Frente Parlamentar Evangélica e também de seus opositores com relação à sua força política enquanto grupo de vigilância e pressão.

6.5 Mobilização e força política da Frente Parlamentar Evangélica

Assessores e parlamentares garantem que o grupo que atua em torno da Frente Parlamentar Evangélica se fortaleceu¹⁸⁸ durante a legislatura 2011-2014, conquistando mais legitimidade, respeito e, conseqüentemente, espaço político. Segundo assessor Marcelo (umbanda):

De uns dez anos pra cá eles passaram de fato a fazer isso e a fazer isso enquanto bancada legalmente constituída e com espaço definido dentro do parlamento e só aumentando. A última eleição pra deputados federais teve um aumento bom, e bom do ponto de vista da incidência que eles se propuseram a ser. Isso não é segundo o que eles dizem, o que dizem nas audiências o que querem ainda, querem o maior número possível de cadeiras em todos os postos. (...) Ainda não assumiram os postos de comando das duas casas, mas é pretensão de assumir, então isso faz parte da bandeira de luta deles, inclusive governadores e até a presidência da república.¹⁸⁹

Durante o pleito eleitoral de 2014, alguns parlamentares e lideranças evangélicas chegam a prever um crescimento de 30% na eleição de evangélicos para a legislatura que inicia em 2015¹⁹⁰. Ainda que o resultado das eleições de 2014 não tenha alcançado tal intento, já que o número de evangélicos eleitos se manteve muito próximo da legislatura anterior, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)¹⁹¹ demonstra um

¹⁸⁸ Na legislatura 2003-2006 havia 75 parlamentares evangélicos. Na legislatura 2007-2010, o número caiu para 56 em razão do *escândalo das sanguessugas*. Na legislatura 2011-2014 foram eleitos 73 parlamentares e os números das eleições de 2014 indicam 78 parlamentares. Ver Anexos E, F, G, H.

¹⁸⁹ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2012.

¹⁹⁰ Fontes: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,evangelicos-projetam-aumento-de-30-da-bancada-na-eleicao-do-ano-que-vem-imp-,1112414>; <http://www.cartacapital.com.br/revista/811/alem-do-misticismo-9696.html>

¹⁹¹ Fonte:

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=finish&cid=2883&catid=41

fortalecimento, no pleito de 2014, da denominada bancada BBB¹⁹² (Boi, Bala¹⁹³ e Bíblia), o que levou o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) a definir esse congresso eleito como o mais conservador desde 1964 (DIAP, 2014). Segundo o DIAP, este Congresso é

Pulverizado partidariamente, liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais. (DIAP, 2014: 13)

Prova disso é a eleição, em fevereiro de 2015, do deputado evangélico Eduardo Cunha (PMDB/ RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados, como preconizava, dois anos antes, o assessor entrevistado.

Com relação à força política do segmento evangélico e à liderança de Cunha no PMDB, a deputada federal Maria do Rosário (PT/RS) afirma que enquanto estava à frente da Secretaria dos Direitos Humanos não percebeu uma atuação tão importante, mas que ao retornar à sua vaga de deputada federal:

eu me deparei, em abril de 2014, com um conjunto de projetos que estão obstruídos pela atuação religiosa (...) Então é um movimento mais, hoje realmente a partir das pentecostais e os exemplos que eu tive desse período, poderia citar dois. Um projeto de lei em votação, na comissão de Constituição e Justiça que trata sobre comitês de mortalidade materna e nós não conseguimos votar a matéria, pela recorrente obstrução de parlamentares identificados como da base evangélica (...) E naquele momento, o líder Eduardo Cunha do PMDB não estava presente, por alguma viagem ou um compromisso externo, mas a liderança do PMDB então me diz que a orientação do líder Eduardo Cunha era apoiar a obstrução. E aí os deputados do PMDB, alguns me dizem: “não, é que o líder Eduardo Cunha, antes de nos liberar para votar nessa matéria, precisa analisar com os líderes religiosos, se não há...”, com pastores, inclusive de fora da câmara, “se não há alguma questão por trás disso que trate do

¹⁹² O termo “BBB” começou a ser usado pela deputada petista Érika Kokay (DF). A expressão logo se difundiu entre parlamentares de partidos de esquerda e lideranças de movimentos sociais, que percebem a aliança desses três grupos como uma ameaça aos direitos humanos e das minorias.

¹⁹³ Termo usualmente utilizado pelos seus oponentes para caracterizar parte da bancada denominada pelo DIAP de “bancada da segurança pública”, que defende o maior rigor no enfrentamento à violência, inclusive com a redução da maioria penal. Formada por agente de segurança, policiais, militares delegados. O deputado federal João Campos (PSDB/GO), também delegado de polícia e ex presidente da Frente Parlamentar Evangélica é um dos seus representantes entre os evangélicos. O deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ), apesar de não ser denominado evangélico, é forte aliado da Frente Parlamentar Evangélica e também um dos principais defensores das forças armadas, liderança expoente da bancada da bala.

aborto.” (...) aí a matéria nunca era votada. Até que determinados pastores que eu não sei quem são, viessem analisar e dar o “ok” (...) Porque apesar do PMDB ser o segundo maior partido, e o líder Eduardo Cunha ser muito representativo, tanto que atualmente é candidato a presidente da câmara, ele só poderia indicar a liberação da sua bancada pra uma votação após, porque ele é evangélico, falar com as lideranças religiosas dele. Então eu me deparei com uma liderança política do segundo maior partido, que tinha a presidência da câmara dos deputados, que só autorizaria sua bancada a votar, não por motivos da bancada, não por motivos políticos, não por motivos civis, mas por uma liberação anterior de líderes religiosos. E para mim **isso é exemplo de uma submissão da liderança política à liderança religiosa** como eu nunca vi. Nunca vi. Porque não se trata de um parlamentar com sua opinião, com a sua convicção pessoal, alguém que foi eleito com determinada base. Se trata de posicionar um partido inteiro em uma votação, produzir a obstrução de uma matéria, e um grande partido do Brasil na Câmara dos Deputados, posicionado a partir das convicções religiosas de uma parcela da sociedade. Eu acho muito grave.¹⁹⁴

O depoimento da deputada Maria do Rosário (PT/RS) denuncia a submissão da esfera política à religiosa, não somente por parte dos parlamentares evangélicos, mas de todos que compõem a sua bancada partidária. Nesse aspecto, a liderança religiosa estaria impondo seu pensamento às lideranças políticas que, por sua vez, estariam permitindo que o posicionamento religioso influenciasse as votações e condutas políticas de membros partidários, inclusive dos não religiosos.

A afirmativa de que os evangélicos têm força política crescente no Congresso é bastante recorrente. O assessor Gabriel (Batista), no entanto, reage, acreditando que, ao se culpar os evangélicos pela rejeição de determinadas propostas, se está de fato atribuindo a eles mais força do que possuem e, com isso, dando-lhes efetivamente mais poder. De acordo com esse entrevistado,

a gente não pode cometer o equívoco de atribuir a eles uma força maior do que eles têm, até porque a gente estaria enchendo, aumentando essa força que eles têm, se a gente comete esse erro e a tendência desse erro é grande, “ah, não a culpa é da bancada evangélica”, quando você culpa a bancada evangélica, você está dando uma força a bancada evangélica enorme, porque a culpa não é da bancada evangélica, a maioria do congresso é conservadora, homens, brancos, machistas, entendeu... a bancada evangélica

¹⁹⁴ Depoimento retirado de entrevista concedida em Porto Alegre, em janeiro de 2015.

também... esse é um equívoco que às vezes o movimento de mulheres, o movimento homossexual comete.¹⁹⁵

Esse sentimento de receber um poder maior do que tem é compartilhado por vários entrevistados, reforçando a ideia de que a força da chamada bancada evangélica não está apenas nela própria, mas no que lhe atribuem, no medo com que a encaram, nas potencialidades que percebem envolvê-la. Além disso, destaque-se também o reconhecido conservadorismo da sociedade brasileira. No entanto, o episódio relatado pela deputada federal Maria do Rosário (PT/RS) sugere de fato um fortalecimento desse segmento para além da liderança política.

O deputado federal João Campos (PSDB/GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica também compartilha dessa opinião sobre o conservadorismo da sociedade brasileira:

De um outro lado, engana-se quem pensa que a sociedade brasileira é aquilo que a mídia coloca. A mídia coloca como se a sociedade brasileira fosse pós-moderna. A sociedade brasileira é conservadora. Não é o João Campos que é conservador, não são os evangélicos que são conservadores. A sociedade brasileira é conservadora. E aí esses candidatos podem se preparar, eles vão ter que se posicionar acerca desses temas nas eleições do ano que vem, de forma muito clara, sem entrelinhas, não há dúvida quanto a isso. (Deputado João Campos, PSDB/GO)¹⁹⁶

Baseada em pesquisa realizada pelo PEW Research Center em 2006, Machado (2012b: 75) afirma que o nível de confiança estabelecido com suas lideranças religiosas é 12 pontos percentuais mais alto entre os pentecostais do que a média geral dos brasileiros. Da mesma forma, pentecostais apresentam menores índices de credibilidade nas demais instituições oficiais, como o legislativo e o judiciário, por exemplo. Assim, a legitimidade depositada pelos fieis nas suas lideranças religiosas, no momento da eleição de parlamentares pentecostais, recebe um contorno mais significativo, já que os pentecostais tendem a aceitar mais a ligação entre religião e política do que a população em geral (Machado, 2012b: 76).

¹⁹⁵ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro/2012.

¹⁹⁶ Depoimento retirado de entrevista concedida em dezembro de 2013.

A organização da Frente Parlamentar Evangélica para suas pautas é também verificada no depoimento da deputada federal Érika Kokay (PT/DF),

E aí se tem esse crescimento, você tem uma bancada que é muito organizada, porque eles, eles vêm para a disputa de um projeto. Isso supõe o rompimento da laicidade do estado e a hierarquização dos seres humanos. Então essa bancada existe aqui, e ela tá e ali ela faz todas as alianças necessárias, elas são extremamente organizadas, eles têm pautas, eles definem qual parlamentar que vai ficar em qual comissão, pra fazer qual discussão, eles se concentram na comissão de seguridade social e família porque têm interesse em temáticas que diz respeito aos direitos da mulher, da família, da concepção de família, se concentram ali e se concentram lá na comissão de direitos humanos. (Érika Kokay, PT/DF)

A deputada federal Érika Kokay (PT/DF) acusa ainda a mobilização dos pentecostais que denomina de “fundamentalistas”, de destruição social

Então eles tem o poder destruidor muito grande, como eles uma organização social... porque veja...a direita, pode fazer o que for aqui, mas ela não tem laço social, esse é um movimento conservador, fundamentalista de direita, que tem respaldo social. Porque ele tem organização, capilaridade, tem comunicação e tem organização social. Então é um fenômeno novo, isso não tava dado há vinte anos atrás, a direita ela vai se expressando de outras formas fazendo suas alianças e eu falo isso porque tem gente do PSB que é da bancada evangélica, não to falando do pessoal do PT, porque o pessoal do PT é a Benedita, o Gilmar Machado que são da bancada evangélica e não tem esse comportamento, não é fundamentalista...

Expoentes entre os conservadores, os evangélicos “fundamentalistas” demonstram seu poder de mobilização, dentro e fora do Congresso, como dos mais eficazes. O deputado federal Arolde de Oliveira (PSD/RJ) revela que as igrejas mobilizam a população de modo que os partidos não o fazem:

na área política, os partidos políticos perderam a militância, cada vez mais vai se perdendo a militância (...) A militância é presencial, na medida em que você não tem essa militância, você precisa se relacionar de outra forma. Mas como a igreja evangélica tem essa característica, como a igreja se reúne duas a três vezes por semana pelo menos num ambiente fechado onde existe a relação direta, a relação pessoal, presencial, onde as pessoas trocam a informação do dia-a-dia da vida política, porque política é isso tudo, o que é que acontece? Esse segmento foi tomando consciência na medida em que isso foi acontecendo, de que ele pode ser mais representado no Congresso Nacional, e principalmente na Câmara dos Deputados onde há eleição proporcional, e todos podem se representar e onde os deputados representam o povo, onde está o povo é aqui na Câmara dos Deputados.

O papel da atuação política pentecostal na democracia brasileira ainda merece ser estudado de maneira mais aprofundada. Enquanto parte da imprensa e intelectuais (Blancarte, 2008b e 2003) consideram a participação de grupos religiosos como uma restrição para o desenvolvimento da democracia, Dodson (1997: 25-26) defende que ela permite a inserção de uma população que até então permanecia à margem dos processos de participação democrática. De fato, a ideia de que a democracia é um espaço que abriga e garante voz a grupos com diferentes ideologias e que, portanto, não haveria razão para rejeitar a participação de segmentos religiosos, é compartilhada por diversos estudos (Casanova, 2006; Gauchet, 2004; Ranquetat, 2012; Burity, 2011; Mouffe, 1999 e 2006; Bobbio, 1999).

É inegável que a atuação política das igrejas pentecostais tenha inserido novos atores religiosos em cena no campo político, até certo período da história brasileira povoado majoritariamente por católicos. Habermas (2007) destaca o papel da pluralização do campo religioso e da luta dos grupos religiosos minoritários pela defesa da tolerância e da liberdade religiosa como fundamentais para a “configuração das democracias baseadas no Estado de direito” na Europa ocidental. De acordo com Mouffe,

na medida em que atuem nos limites constitucionais, não há nenhuma razão por que os grupos religiosos não devam poder intervir na arena política para debaterem a favor de ou contra certas causas. (Mouffe, 1999: 37)

Na verdade, é nisto que consiste o argumento dos religiosos que justificam sua atuação no Congresso Nacional a partir do que entendem como Estado laico. Como veremos, sua atuação se pauta não na reivindicação de descumprimento das leis. Ao contrário, na modificação das leis que julgam inadequadas. Mouffe (1999) afirma também que

Certamente, em países onde a religião é central na constituição das identidades pessoais, seria antidemocrático proibir certas questões que são importantes para os crentes de entrarem na agenda democrática. (Mouffe, 1999: 38)

Blancarte (2008b: 28) destaca a necessidade de se distinguir cidadãos de crentes. Para este autor, um dos maiores riscos da democracia consiste na possível coincidência entre liderança religiosa e liderança política. No caso

brasileiro, como aponta a pesquisa de Oro (2003), a liderança religiosa, uma vez elevada à liderança política, passa a representar o crente enquanto cidadão e, muitas vezes, oportuniza a única forma de participação política de que esse conhece. Assim, embora fortemente influenciados por suas lideranças religiosas, os crentes estão experimentando um nível de participação política nunca antes registrado e em crescente expansão.

Como demonstra Bohn (2004), evangélicos, especialmente os pentecostais, estão mais expostos às lideranças religiosas e têm seus valores construídos e sedimentados a partir de tais influências, diferentemente de outros grupos religiosos, como católicos e espíritas, por exemplo, que as constroem a partir de outras referências, como a leitura de jornais e conversas com amigos.

Além disso, conforme Mariano (2011: 248), “o pentecostalismo tende a demandar laços exclusivos de seus adeptos”. Faz-se importante destacar aqui, a necessidade de se atentar para a tese da centralidade da religião na vida das pessoas, proposta por este grupo que, no âmbito político, busca no fundo, garantir que o Estado intervenha para assegurar a manutenção da moral e dos bons costumes em diversas esferas da vida cotidiana, em especial a família e a escola.

A discussão sobre a legitimidade ou pertinência da participação religiosa na esfera pública envolve opiniões diversas entre grupos religiosos e seculares. Casanova (2006: 20) acredita que não há razão plausível, nem por motivos democráticos ou mesmo liberal para banir a religião da esfera pública, na medida em que

Cercear o “livre exercício da religião” em si leva a cercear o livre exercício de direitos civis e políticos de cidadãos religiosos, o que leva a infringir a vitalidade da sociedade democrática civil. Alguns discursos religiosos particulares ou mesmo práticas religiosas particulares podem ser suscetíveis à proibição legal em alguns contextos democráticos ou liberais, mas não por serem “religiosos” em si (Casanova, 2006: 20)¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Minha tradução a partir do original em inglês: Curtailing the “free exercise of religion” per se must lead to curtailing the free exercise of the civil and political rights of religious citizens and

É importante destacar também que, mesmo em uma sociedade democrática de direitos, como coloca Leite (2008) nenhum direito é absoluto, intocável. A defesa religiosa da irrestrita liberdade de expressão no caso do PLC 122/2006 coloca em segundo plano os direitos sexuais de outro grupo. A democracia coloca inevitavelmente direitos antagônicos em disputa no espaço público.

will ultimately infringe on the vitality of a democratic civil society. Particular religious discourses or particular religious practices may be objectionable and susceptible to legal prohibition on some democratic or liberal ground, but not because they are “religious” per se.

CONCLUSÕES

Iniciei esta tese buscando investigar a atuação política pentecostal no Congresso Nacional brasileiro, especialmente no que diz respeito aos embates travados com os movimentos em defesa dos direitos da população LGBT.

Diversos estudos (Freston, 1993; Pierucci, 1996; Mariano, 1999, entre outros) nas Ciências Sociais demonstram a década de 1980 como o estopim do ativismo político pentecostal. Desde então, quando os pentecostais abandonam seu lema de que “crente não se mete em política” para adotar o novo “irmão vota em irmão” (Sylvestre, 1986), têm se mantido atuantes na política partidária brasileira. A justificativa para sua entrada na política naquele período assemelha-se à justificativa pela sua manutenção no período atual: a defesa da liberdade religiosa, a luta pela não descriminalização do aborto, pela manutenção da família tradicional, contra a união homoafetiva e a extensão dos direitos civis aos casais homoafetivos. De modo geral, a defesa do que entendem como moralidade cristã.

No entanto, há uma importante diferença quando comparamos o período atual com o período de seu ingresso na política partidária, 30 anos atrás. Trata-se da manifesta e contundente acusação, por parte de uma força expressiva dentro da Frente Parlamentar Evangélica de que haveria uma força destrutiva em ação, orquestrada pelo que denominam como “ativismo gay” para destruir a família brasileira. Esta força estaria vinculada a um movimento mais amplo, dentro da “filosofia humanista ateuista” que, para implementar o comunismo no país, precisaria destruir seus valores cristãos para que os valores dessa

ideologia pudessem ser aceitos e implementados. Contra essa destruição, que estaria sendo minada pelo governo federal em diversas esferas da vida social, é fundamentada a justificativa para os evangélicos permanecerem ativos e vigilantes.

A defesa da moralidade cristã no espaço interior dos templos e das igrejas é algo comum e esperado. De certa forma, os fiéis de uma igreja permitem-se doutrinar e ter sua vida privada controlada e guiada pelas lideranças religiosas. No entanto, os estudos de Machado (2006) demonstram que em muitos casos os fiéis das igrejas evangélicas não compartilham dos valores conservadores de suas lideranças. Ainda assim, a discursividade doutrinária moral nesse espaço é inegavelmente legítima. Afinal, como defende Taylor (2010), o processo de secularização vigente nas sociedades modernas ocidentais, caracteriza-se especialmente pela opção de escolha que os cidadãos passam a ter em relação a sua identidade religiosa que pode ser, inclusive, de não ter nenhuma identidade religiosa.

Do ponto de vista da literatura sociológica da religião, a investigação empreendida foi inspirada pelos estudos sobre a secularização das sociedades modernas ocidentais (Taylor, 2010; Casanova, 1994 e 2006; Asad, 2003; Berger, 2001 e 2003), a religião na esfera pública (Habermas, 2007; Montero, 2006 e 2011) e a laicidade do estado (Blancarte, 2003, 2008a e 2008b; Catroga, 2006, entre outros).

A teoria da secularização pressupõe basicamente três aspectos: 1) o declínio do religioso, no sentido de que a religião perde sua capacidade explicativa de dotar de sentido as ações do mundo; 2) a diferenciação das esferas e sua emancipação em relação ao âmbito religioso; 3) a privatização do religioso. (Casanova, 2006)

Peter Berger (2003), um dos precursores da teoria da secularização, definiu a religião como instância integradora, através da socialização. Nesse aspecto, a força religiosa agiria sobre os indivíduos como constituidora de comunidades.

O processo de racionalização e individualização das sociedades modernas, como bem descreve Weber (1982), promoveu a separação das esferas sociais. Nesse sentido, a religião vê diminuída sua condição de centralidade na vida social e passa a concorrer com outras esferas, retraindo-se para o âmbito privado. A confissão religiosa na sociedade moderna individualista passa a ser tratada como escolha do indivíduo e não mais necessariamente como sua tradição familiar ou comunitária. A religião passa a ocupar um lugar da esfera privada na sociedade moderna e a operar na lógica do mercado, onde os indivíduos podem escolher e trocar de religião conforme seus interesses. O indivíduo religioso é encorajado a variar suas opções religiosas, o que acaba contribuindo para a desintegração social na capacidade das religiões de aglutinar comunidades.

No entanto, o crescimento demográfico dos pentecostais e sua inserção política no Brasil podem colocar a teoria da secularização em xeque. O pentecostalismo, ao contrário do catolicismo que perde adeptos no Brasil, aglutina e agrega seus membros em torno de diferentes aspectos sociais, incluindo o político. E busca seu espaço na esfera pública. Esse recrudescimento do religioso na esfera pública promove inúmeros debates no meio acadêmico, não somente no Brasil. Beyer (2012) demonstra como o fenômeno ocorre de maneira global nas sociedades modernas ocidentais. A partir da década de 1990, esse recrudescimento do religioso, sua reinclusão na esfera pública e na política, em diversos países da América Latina e nos Estados Unidos, promovem estudos que passam a revisar o paradigma da secularização. Casanova (1994) demonstra que, dos três pilares da teoria da secularização, somente o segundo, que remete ao processo de separação das esferas religiosa e secular, seria ainda defensável, já que diversos estudos demonstram que a religião no mundo moderno não está em franco declínio, tampouco relegada ao enclave institucional da esfera privada. Montero reconhece que

Em vez de admitir como um pressuposto a privatização da prática religiosa – seu confinamento à esfera familiar – trata-se de identificar as configurações específicas que as formas religiosas assumem em cada sociedade em função de seus modos particulares de produzir

historicamente a diferenciação dessas esferas e articulá-las.
(Montero, 2006: 40)

Os estudos do ativismo político pentecostal no Brasil passam a buscar como interpretar esses novos fenômenos, ou seja, a constituição de bancadas parlamentares religiosas, como é o caso da Frente Parlamentar Evangélica, que investiguei neste estudo.

Os estudos da religião na esfera pública e da laicidade do estado deparam-se com o dilema de que, ao propor a separação entre Estado e Igreja, não se pode necessariamente pressupor o declínio da religião nem sua privatização. Afinal, o estado democrático de direitos garante a liberdade de expressão a todos os seus cidadãos, incluindo os religiosos. A liberdade religiosa e o pluralismo religioso são decorrentes desse mesmo estado democrático. Assim, a questão que se coloca é como garantir esses direitos fundamentais a todos os cidadãos e, ao mesmo tempo, como agir em casos de conflitos entre direitos e liberdades individuais, por um lado e sensibilidade religiosa, por outro, como por exemplo, no caso aqui investigado do reconhecimento jurídico dos direitos civis da população LGBT.

A defesa da moralidade cristã, legítima de ocorrer na esfera privada dos templos e igrejas, levada para a esfera pública como no interior do Congresso Nacional, traz consigo uma série de reflexões acerca do caráter laico do estado brasileiro. Diversos grupos sociais, como os movimentos feministas e os defensores dos direitos LGBT, sentindo suas conquistas sociais ameaçadas pela força política deste grupo religioso, começam a questionar suas intervenções com base na defesa do princípio constitucional do estado laico.

A investigação desenvolvida nesta tese partiu desta reflexão, buscando compreender duas reivindicações colocadas no espaço público. De um lado, os pentecostais lutando por maior influência do Estado no que se refere aos comportamentos individuais através da criação ou alteração de leis que viessem a garantir o atendimento de suas demandas; de outro lado, lideranças políticas reivindicando o direito à autonomia individual no que concerne a suas escolhas comportamentais, tais como os direitos civis de casais homoafetivos.

Busquei investigar a forma como esse segmento religioso justifica sua atuação na esfera pública, argumentando atuar na defesa da sociedade que estaria constantemente sendo atacada e ameaçada por estratégias de desconstrução social por parte do movimento LGBT. A reivindicação dessa atuação vem acompanhada da defesa de um sentido de laicidade que pressupõe a participação política de cidadãos religiosos. Em contraposição, estaria o chamado estado “laicista”, defensor de uma “filosofia humanista ateuista” que, na visão deste grupo religioso, não representaria a sociedade brasileira majoritariamente cristã. Em contrapartida, lideranças de movimentos sociais acusam a atuação de políticos pentecostais, que estariam desrespeitando o princípio republicano e constitucional da laicidade do estado brasileiro.

Durante esse estudo considerei a possibilidade de encontrar no campo político, apesar da heterogeneidade interna ao campo religioso, uma intencionalidade de empoderamento dos evangélicos como força política/grupo de pressão para a aprovação de leis do seu interesse.

É neste cenário que suas lutas confrontam-se diretamente com as de outros movimentos sociais, em especial o feminista e o LGBT. Por trás das demandas desse segmento religioso está uma ideia de controle e vigilância de costumes e comportamentos segundo determinados valores morais. Essa reivindicação se amplia para além do que seria a pregação moral para fiéis membros de suas igrejas para alcançar o conjunto da população brasileira, através da inclusão das restrições impostas por suas doutrinas na legislação brasileira.

Para dar conta deste trabalho analítico de tese, concentrei meus esforços na investigação da atuação da Frente Parlamentar Evangélica no interior do Congresso Nacional. No entanto, minha investigação não se restringiu somente ao estudo de parlamentares e lideranças religiosas. Busquei apreender também a visão de seus oponentes políticos, ou seja, os parlamentares que defendem os direitos da população LGBT. Assim, como se viu ao longo desta tese, entrevistei parlamentares e assessores de ambos os

lados, além de funcionários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

No primeiro capítulo, apresentei o trajeto metodológico que percorri no decorrer da pesquisa, as alterações no projeto inicial, as inquietações teóricas que me levaram às escolhas realizadas e que resultaram no recorte final da tese.

No segundo capítulo caracterizei os sujeitos da pesquisa, tratando de diferenciar os pentecostais dos demais evangélicos históricos ou “de missão”. A investigação revelou um grupo extremamente heterogêneo que, de maneira alguma, pode ser generalizado. Embora o grupo evangélico que se opõe politicamente às reivindicações dos movimentos LGBT seja majoritariamente de pentecostais, há diferenças significativas entre os próprios pentecostais e outros evangélicos que não são pentecostais mas se juntam ao grupo. Há também religiosos não pentecostais que se unem nesse embate com os pentecostais, católicos e espíritas. O grupo investigado, denominado por seus oponentes de “fundamentalistas”, parece compor o que chamei de “núcleo duro” da Frente Parlamentar Evangélica e se contrapõe a outro grupo, que denominei de “evangélicos progressistas”. No que tange à sua atuação política, os “fundamentalistas” equiparam-se ao que Campos (2005a) denominou de “políticos de Cristo” – em geral, candidatos oficiais indicados por suas igrejas que os consideram escolhidos “por Deus” para defender a nação dos perigos do demônio. Nesse mesmo capítulo demonstrei ainda a aproximação desse grupo de pentecostais “fundamentalistas” com a chamada “direita cristã” estadunidense. Ao adotar a discursividade importada do livro “A Estratégia” (dos homossexuais para transformar a sociedade), do reverendo estadunidense Louis Sheldon, esses pentecostais incorporam seu embate com o movimento LGBT que, segundo eles, estaria colocando em prática um projeto maior de desconstrução da sociedade através da imposição de uma “agenda gay”.

No terceiro capítulo desta tese, descrevi o sistema político eleitoral brasileiro como forma de compreender que a eleição desses religiosos só pode ser viabilizada por conta do sistema de voto representativo, adotado pelo

Código eleitoral Brasileiro. Tendo compreendido o sistema político que os permite elegerem-se, realizei a retomada de estudos relevantes na área, com o objetivo de demonstrar como esse grupo de pentecostais ingressa na política partidária no contexto político da década de 1980.

No quarto capítulo, investiguei a relação entre o Partido dos Trabalhadores tanto com o segmento pentecostal quanto com o movimento LGBT. Se nas décadas de 1980 e 1990, o PT era visto como a própria encarnação do demônio por boa parte das lideranças pentecostais, no pleito presidencial de 2002, essa relação se modifica. O ano de 2002 é marcado politicamente pela eleição do candidato do partido dos Trabalhadores à presidência da república, Luiz Ignácio Lula da Silva. Para garantir a eleição, no entanto, o PT ampliou suas alianças e recebeu apoio político de algumas lideranças pentecostais importantes. Depois de três campanhas em que Lula era rechaçado, tanto pelas lideranças, como pela comunidade pentecostal, como a própria encarnação do demônio, como aquele que limitaria a liberdade das igrejas evangélicas e privilegiaria a Igreja Católica, o petista finalmente reverte tal perspectiva no segundo turno da campanha presidencial de 2002. Além disso, cabe destacar também as alianças realizadas com partidos de centro e direita no espectro ideológico, que apoiaram Lula e com ele compuseram o governo eleito em 2002. Com essa nova configuração política, a partir de então, o novo presidente empenha-se para também acolher os evangélicos e assim desfazer qualquer imagem ameaçadora que tal segmento da população pudesse ainda nutrir contra ele.

Ao mesmo tempo, com a vitória petista, lideranças dos movimentos sociais pelos direitos humanos, feministas e LGBT alimentam expectativas de finalmente conquistar uma série de direitos, na medida em que o principal partido que os representa politicamente alcança o poder. Nesse contexto, o presidente eleito busca acomodar igualmente reivindicações opostas. Em meados dos anos 2000, com ambos os grupos fortalecidos, o embate entre eles acirra-se.

Considerando o temor das igrejas evangélicas com relação ao PT, de 1989 até 2002, quando passam a apoiar Lula, o fato é que, para além das questões morais de projetos de descriminalização do aborto, garantia de direitos civis a população LGBT, entre outros, o PT de modo geral, não representa mais uma ameaça ao povo evangélico, o demônio não se mostrou por lá, igrejas não foram fechadas, a liberdade religiosa não foi cerceada. Ao contrário, o PT, pelo menos no âmbito do executivo federal, apresentou-se como um partido disposto a fazer alianças com os evangélicos. Há conflitos resultantes do fato de que muitos dos projetos rejeitados pelos evangélicos são de autoria de parlamentares petistas, como no caso do Programa Escola sem Homofobia, lançado pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, assim como o próprio PLC 122/2006, historicamente apresentado e defendido por parlamentares petistas, entre outros.

A relação entre esse grupo de pentecostais e o governo petista aproxima-se no pleito eleitoral de 2010, através de um acordo assinado, de que a candidata Dilma Rousseff não tomaria iniciativas que pudessem ir contra os interesses do grupo. No entanto, durante o governo Dilma, algumas ações contrárias ao esperado pelos pentecostais, os levam a romper com o governo, e apresentar candidatura própria nas eleições de 2014 - o Pastor Everaldo, do PSC. Nesse contexto, o embate entre pentecostais e movimento LGBT acirra-se no pleito de 2014, levando o Partido dos Trabalhadores a posicionar-se a favor da criminalização da homofobia, ainda que episódios como o descrito no capítulo 6, acerca da votação do PLC 122/2006 tenham dividido e provocado desconforto entre os parlamentares petistas. Esse embate no pleito de 2014, entretanto, não chegou a ser analisado nesta tese.

Para a análise dos dois últimos capítulos, utilizei dados documentais coletados da imprensa jornalística, documentos oficiais, observações no Congresso e dados gerados a partir de entrevistas realizadas com assessores e parlamentares, tanto religiosos como seus opositores, em dois momentos de incursão a Brasília. No capítulo 5, analisei a formação, estrutura e funcionamento da Frente Parlamentar Evangélica, suas estratégias de atuação, o perfil dos parlamentares e os embates com seus oponentes. Apresentei os

bastidores do Congresso Nacional no intuito de clarificar o entendimento para o surgimento das pautas, cobranças, alianças e acordos que são realizados entre parlamentares e lideranças evangélicas, bem como as articulações e ações da Frente Parlamentar Evangélica para dentro e para fora do Congresso Nacional, através da realização das chamadas “Jornadas Nacionais em Defesa da Vida e da Família”, já no capítulo 6. É pertinente destacar que, através dessas Jornadas, os parlamentares evangélicos apontam a necessidade de politização das igrejas tendo em vista a participação política dos seus fiéis.

Conforme discutido no capítulo 5, desde 2003 quando foi criada, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) enfrenta escândalos de corrupção, mas continua a se fortalecer enquanto frente conservadora e defensora de uma moralidade cristã tradicionalista. Ao lado da bancada católica, dispõe de força suficiente para impedir que projetos referentes à descriminalização do aborto ou à concessão de direitos civis de homossexuais sejam aprovados no Congresso Nacional. Embora composta por partidos e denominações concorrentes, a Frente Parlamentar Evangélica, em certos momentos, apresenta uma estratégia e atuação conjunta e reflete o poder de mobilização dos pentecostais na sociedade brasileira.

Como demonstrei no último capítulo, a Frente Parlamentar Evangélica tem concentrado seu foco de atuação nos projetos que referem questões morais na sociedade, bem como na restrição de direitos civis a um grupo específico, a partir do qual sente seus valores ameaçados.

Refiro-me às conquistas de direitos civis da população LGBT, especialmente no que diz respeito ao casamento homoafetivo, à criminalização da homofobia e à adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Natividade e Oliveira (2009) revelam a persistência de um cenário religioso refratário a manifestações da sexualidade que escapam à norma heterossexual. Entre os aspectos que investiguei estão as resistências do segmento pentecostal e da Frente Parlamentar Evangélica à diretriz estabelecida no 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), referente à desconstrução da heteronormatividade, além das estratégias adotadas por esse grupo religioso para combater as ações voltadas à implementação dessa diretriz.

A conclusão geral da tese é que os parlamentares pentecostais buscam transportar suas doutrinas religiosas para o conjunto da população brasileira através da proposição de alteração na legislação referente às questões comportamentais. Com isso, terminam por instrumentalizar a política e as eleições para a garantia de suas finalidades morais e religiosos. Buscam aprovar e/ou rejeitar determinadas leis em conformidade com sua moralidade religiosa, ainda que travestida de uma institucionalidade constitucional-legal. Dessa forma, trabalham para manter a discriminação legal da população LGBT no que diz respeito à equiparação de seus direitos civis com heterossexuais.

A luta para impedir a criminalização da homofobia revelou uma bandeira importante do grupo no período investigado, especialmente com a argumentação de que a aprovação dessa lei poderia criminalizar suas pregações e condenações bíblicas contra a homossexualidade, restringindo assim sua liberdade religiosa e de expressão. Nesse sentido, a discursividade encontrada na década de 1980, período de inserção pentecostal na política, é retomada e ressemantizada assumindo o movimento LGBT como possível limitador de sua liberdade de expressão.

Por trás dessa batalha contra a criminalização da homofobia está a defesa jurídica de seu modelo cristão de família tradicional (heterossexual). É também em defesa desse modelo, que sentem ameaçado, que trabalham para interromper o que denominam de *ideologia de gênero* nas escolas etc. Importa destacar que, embora o argumento tenha fundo religioso, é introduzido através da linguagem jurídica que utiliza uma interpretação da Constituição Federal e, a partir dela, propõe novas legislações que, se aprovadas, restringem direitos conquistados por feministas e pela população LGBT, como é o caso do Estatuto da Família e do Estatuto do Nascituro. Essas duas proposições – Estatuto da Família e Estatuto do Nascituro – demonstram, respectivamente, a luta contra as principais reivindicações de LGBTs e feministas. Assim, percebemos a atuação política dos pentecostais nas diversas esferas sociais: 1) na família, através da proposição do Estatuto da Família, 2) na educação, através do combate às “ideologias de gênero” que empreenderam e que resultou em restrições a trabalhos de diversidade sexual no Plano Nacional de

Educação e nos Planos Municipais e estaduais, bem como na vigilância imposta aos livros didáticos; 3) na saúde: através da vigilância aos materiais de divulgação do ministério da saúde e projetos específicos do SUS; 4) da arte: através do controle imposto aos recursos públicos oferecidos às Paradas do Orgulho Gay, ou mesmo outras mostras de arte que julguem profanar a religiosidade cristã.

Em todas essas esferas, o fundo argumentativo se mantém: a defesa da família cristã tradicional e o combate a tudo que a ameaça. A pesquisa empreendida para essa tese concentrou esforços em mapear o modo de atuação da Frente Parlamentar Evangélica no interior do Congresso Nacional. Ainda que em grande medida a justificativa pentecostal para sua participação política seja eminentemente reativa, no sentido de que estariam reagindo a ataques contra seus valores, defendendo suas convicções, importa destacar que a atuação propositiva também é reconhecida nesse campo e, inclusive, por parte de seus membros.

Não houve a pretensão de esgotar o mapeamento de todas as atividades desse grupo. Muitas lacunas ainda permanecem para serem preenchidas por pesquisas futuras e guiar a reflexão acadêmica nessa temática. Os resultados aqui apontados buscaram contribuir com alguns dados e reflexões para esse debate. Muito já se tem pesquisado e publicado nos campos da Sociologia e Antropologia da Religião acerca da participação pentecostal na política partidária brasileira. O terreno, no entanto, permanece fértil para futuras pesquisas, considerando o momento político atual e a participação crescente desse segmento na política, assim como sua expansão demográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema Institucional brasileiro. **Dados-** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988
- AMES, B. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: bases of voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, 1995.
- _____. **The Deadlock of Democracy in Brazil**. [s.l.] University of Michigan Press, 2001.
- ASAD, Talal. **Formations of the secular: christianity, islam, modernity**. California: Stanford, 2003.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo, Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.
- BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula. **A participação política dos pentecostais nas eleições de 2002**. Dissertação de Mestrado, UFSCAR, 2004
- BAUBEROT, A favor de uma sociologia intercultural e histórica da laicidade. **Revista Civitas**: Porto Alegre, V.11 n.2, maio-agosto 2011, p. 284-302.
- BEAMAN, Lori. "It was all slightly unreal": What's wrong with tolerance and accommodation in the adjudication of religious freedom? **Canadian Journal of women and the Law**. University of Toronto Press, volume 23, number 2, 2011.
- _____. **Reasonable accommodation: managing religious diversity**. Vancouver: UBC Press. 2012.
- BERGER, Peter. **A dessecularização do mundo: uma visão global**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p.9-24, 2001.
- _____. **O Dossel Sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo Paulus, 2003
- BEYER, Peter. Socially Engaged Religion in a Post-Westphalian Global Context: Remodeling the Secular/Religious Distinction. **Sociology of Religion** 2012.

- BLANCARTE, Roberto. América Latina: Entre pluri-confessionalidad y laicidad. **Civitas**. Porto Alegre, v.11, n.2, p. 182-206, maio-ago.2011.
- _____. **El Estado laico**. México: NostraEdiciones, 2008a.
- _____. Discriminación por motivos religiosos y Estado Laico: elementos para uma discusión. **Estudios sociológicos**. Vol. XXI, n.62, 2003, PP.279-307
- _____. “O porquê de um Estado Laico”. In: Lorea, Roberto (org.) **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 19-32.
- BOBBIO, Norberto. **Cultura laica y laicismo**. Jornal El Mundo, Espanha. 1999
- BOHN, Simone. **Evangélicos no Brasil**. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 288-338
- _____. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos eleitorais. **Opinião pública**, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p.366-387
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília: Senado Federal, 2005.
- BURITY, Joanildo. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 4, p. 27-45, 2001. Disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_burity.pdf.
- _____. Religião , Política e Cultura. **Tempo social**. São Paulo, v.20, n. 2. Novembro 2008.
- _____. Republicanismo e o crescimento do papel público das religiões: comparando Brasil e Argentina. **Contemporânea**, n. 1, p. 199-227, jan-jun. 2011.
- BURITY, Joanildo e MACHADO, Maria das Dores Campos. **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.
- CAMPOS, Breno Martins. The Fundamentals: ontem, hoje e sempre. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo. v. 30 p. 124-141. jan./abr. 2013. Disponível em: < <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp>>
- CAMPOS, Leonildo. Os políticos de Cristo - uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo e MACHADO, Maria das Dores Campos. **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005a.
- _____. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro. **REVISTA USP**, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005b.

- _____. Pentecostalismo e Protestantismo Histórico no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião** (Online), v. 9, p. 504-533, 2011.
- CASANOVA, Jose. **Public Religions in the modern world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- _____. Rethinking secularization: a global comparative perspective. In: **The hedgehog review: after secularization**. Spring & summer 2006. Volume eight, numbers one and two.
- CAREY, J.; SHUGART, M. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. **Electoral studies**, 1995.
- CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Cesáres**: secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006.
- CERVEIRA, Sandro Amadeu. **Evangélicos e política no Brasil**: influências na formação democrática. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 2003.
- CONRADO, Flávio. **Cidadãos do Reino de Deus**: representações, práticas e estratégias eleitorais. Um estudo da 'Folha Universal' nas eleições de 1998. PPGSA/IFCS/UFRJ, 2000.
- DAVIE, Grace. Is Europe an exceptional case? In: **The Hedgehog Review. Critical reflections on contemporary Culture**. After secularization. V. 8, n.1/2, 2006.
- DECOL, René. Mudança religiosa no Brasil: uma visão demográfica. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, 16, n. 1/2 jan/dez. 1999.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**, 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p.219-226.
- DIAP. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019 / **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar**. -- Brasília, DF : DIAP, 2014.
- _____. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011-2014 / **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar**. -- Brasília, DF : DIAP, 2010.
- DODSON, Michael. Pentecostals, Politics, and Public Space in Latin America. In. **Power, Politics and Pentecostals in Latin America**. Boulder, Westview Press, 25-40. 1997.
- DUARTE, Tatiane dos Santos. **"A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá"**: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, 2011.
- DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Nacional. 1987.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. **Fundamentalism, sectarianism and revolution: the Jacobin Dimension of Modernity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº2, 2002.
- _____. **Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional**, FGV/Fapesp, Rio. de Janeiro: FGV/FAPESP, 1999.
- _____. “Medidas Provisórias”, in: BENEVIDES, M. V., VANNUCHI, P. e KERCHE, F. (Orgs.) **Reforma Política e Cidadania**, Benevides, M. V., Vannuchi, P. e Kerche, F. (Orgs.) , São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, SP; 2003.
- FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo. **Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FONSECA, Alexandre Brasil. Pluralismo religioso e relação religião-estado Uma análise da presença evangélica no legislativo federal. XXVIII **Encontro Anual da ANPOCS**. 2004
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**. Curitiba: Encontro Editora, 1994.
- _____. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Tese de Doutorado em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1993.
- GAUCHET, Marcel. **Un monde désenchanté?** Paris: Les Éditions de l’Atelier, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Edunesp, 1991.
- GIUMBELLI, Émerson. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar, 2002.
- _____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28 (2): 80-101, 2008.
- _____. O que é um ambiente laico? Espaços (inter)religiosos em instituições públicas. **Lume. Repositório Digital**. Vol. VII/ Nº2/ junho – diciembre. 2013a.
- _____. The problem of secularism and religious regulation: anthropological perspectives. **Religion and Society - Advances in Research**, v. 4, p. 93-108, 2013b.
- _____. Em busca de narrativas de diversidade. **Debates do NER** (UFRGS. Impreso), v. 14, p. 59-75, 2013c.

- _____. O Acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião. **Ciencias Sociales y Religión** (Online), v. 14, p. 119-143, 2011.
- GONÇALVES, Esequiel Laco. **Uma visão do pentecostalismo**: a partir das comunidades das Assembleias de Deus em Campinas. Dissertação de mestrado. Instituto Metodista Superior. São Bernardo do Campo, 1990.
- GOODE, Erich & BEN-YEHUDA, Nachman. **Moral Panics – The Social Construction of Deviance**. Malden, Blackwell Publishing, 2003.
- GORSKI, Philip; ALTINORDU, Ates. **After Secularization?** Annual Review of Sociology, n. 34, p. 55-85, 2008.
- GUSHEE, David. Evangelicals and politics: a rethinking. **Journal of Law & Religion**. 23: 1:1-14. Apr. 2007
- HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. & WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e Religião. Abordagens Clássicas**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009a.
- _____. O Estado laico e a religião. **Folha de São Paulo**, 18 de setembro, de 2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1809200908.htm>
- KEPEL, Gilles. **A revanche de Deus**: cristãos, judeus e muçulmanos na reconquista do mundo. São Paulo: Siciliano, 1991.
- LATOUR, Bruno. O que é Iconoclash? Ou, há um mundo além das Guerras de Imagem? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n.29, jan/jun.2008
- LEITE, Fabio Carvalho. **Estado e Religião no Brasil: A liberdade religiosa na Constituição de 1988**. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. IX, p. 44–67, 2003.
- LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo**. A construção social da pedofilia em múltiplos planos. Tese de doutorado. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.
- MACHADO, PICCOLO, ALVES e BARROS. Introdução. In: MACHADO, Maria das Dores e PICCOLO, Fernanda Delvalhas (orgs.) **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- MACHADO, Maria das Dores e PICCOLO, Fernanda Delvalhas (orgs.) **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7. Brasília, janeiro - abril, pp. 25-54.2012a.

- _____. Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro. In: **Religion, State & Society**, vol. 40, nº 1, March 2012b.
- _____. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Cultura y religión** v. 17, p. 48-68, 2013.
- _____. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MADEIRA, R. M. Vinhos **antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.
- MAFRA, Clara. Número e Narrativas. **Debates do NER**. Censo 2010, Laicidade e Religiosidades populares. Ano 14, n. 24. Jul/Dez 2013
- MALLOY, J. Between America and Europe: Religion, Politics and Evangelicals in Canada. **Politics, religion & Ideology**. 12, 3, 317-333. Sept. 2011
- MARIANO, R. e PIERUCCI, F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. In: PIERUCCI, A. F. e PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996
- MARIANO, Ricardo. **Noepentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, v. 2, 1999.
- _____. **Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. Efeitos da Secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**. Porto Alegre, v.3, n.1, p.111-125, jun.2003.
- _____. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. **Revista Civitas**: Porto Alegre, v. 6, n. 2, jul-dez. 2006 p. 77-99.
- _____. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: **Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea** [recurso eletrônico] / org. Hermílio Santos. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. v.1
- _____. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Revista Civitas**: Porto Alegre, V.11 n.2, maio-agosto 2011, p. 238-258.
- _____. Comentários. **Debates do NER**. Censo 2010, Laicidade e Religiosidades populares. Ano 14, n. 24. Jul/Dez 2013
- MARIANO, R.; HOFF, M e DANTAS, T. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. In: **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 7, nº 10, p. 65-78, jul-dez 2006.
- MARIZ, Cecília. Comentários. **Debates do NER**. Censo 2010, Laicidade e Religiosidades populares. Ano 14, n. 24. Jul/Dez 2013.

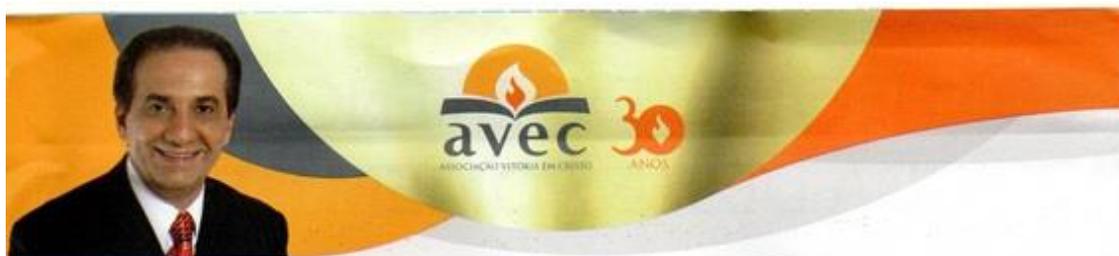
- MARSDEN, George M. **Religion and American Culture**. USA: Harcourt Brace College Publishers, 1990.
- MARSIAJ, Juan. Social movements and political parties: gays, lesbians, and travestis and the struggle for inclusion in Brazil. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**. Vol. 31. N° 62. P. 167-196. 2006.
- MARTIN, David. **A general theory of secularization**. Gregg Revivals. Vermont. USA, 1990
- MILLER, Donald. Introduction: Pentecostalism as a Global Phenomenon. In: MILLER, D., SARGEANT, K. and FLORY, R.(ed.) **Spirit and Power. The growth and global impact of Pentecostalism**. New York. Oxford University Press. 2013
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 28, p. 101-128, June 2007 .
- MOISÉS, J. **O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão**. 2011.
- MOUFFE, Chantal. Agonistic pluralism and democratic citizenship. In: SAJÓ, András e AVINERI, Schlomo (eds.) **The law of religious identity: models for post-communism**. The Haghe/ Boston/ London, Kluwer Law International Moyser, George, 1999
- _____. Religião, democracia liberal e cidadania. In: BURITY, Joanildo e MACHADO, Maria das Dores (orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Editora Massangana, 2005. p. 15-27.
- MONTERO, Paula. O campo religioso, Secularismo e a Esfera Pública no Brasil. **Boletim CEDES** – Outubro/dezembro 2011.
- _____. Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil. **Novos Estudos** 74. Março 2006.
- _____. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil, **Etnográfica** [Online], vol. 13 (1) | 2009.
- NATIVIDADE, Marcelo e OLIVEIRA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. Sexualidad, Salud y Sociedad – **Revista Latinoamericana** n. 2 – 2009.
- NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 30 (2), 2010.
- _____. Religião, homofobias e direitos LGBT. **Latitude**, v. 07, p. 31-49, 2013.
- NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006.

- NOVAES, Regina. Comentários. **Debates do NER**. Censo 2010, Laicidade e Religiosidades populares. Ano 14, n. 24. Jul/Dez 2013
- ORO, Ari; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 10, n. 16, pp. 9-34, 2010.
- ORO, Ari Pedro. Políticos e religião no Rio Grande do Sul – Brasil. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 7, nº 15, jul 2001.
- _____. A política da Igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, out. 2003
- _____. "Religious Politicians" and "Secular Politicians" in Southern Brazil. **Social Compass**, v. 54, p. 583-592, 2007.
- _____. A Laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Revista Civitas**: Porto Alegre, V.11 n.2, maio-agosto 2011a, pgs.221-237.
- _____. A Igreja Universal e a política. In: BURITY, Joanildo e MACHADO, Maria das Dores (orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Editora Massangana, 2005. p. 119-147.
- _____. Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 9, n.22, p. 383-395, jul./set. 2011b.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PACE, Enzo; STEFANI, Piero. **Fundamentalismo religioso contemporâneo**. Apelação: Paulus, 2002.
- PEREIRA, Paulo José dos Reis. A influência da religiosidade sobre as políticas públicas no governo Bush. In: SILVA, Carlos Eduardo. **Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- PIERUCCI, A. F. e PRANDI, R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. In: PIERUCCI, A. F. e PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- _____. Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. **Debates do NER**. Ano 5, n. 6, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, p. 9-34, 2004.
- _____. Religião e política no Brasil. In: ORO, Ari Pedro (Org.). **Religião e política no Cone Sul**. Argentina, Brasil e Uruguai. São Paulo: Attar Editorial, p. 75-156, 2006.
- PINHEIRO, José Ernane. A ação da CNBB na Constituinte. **Revista de Cultura Vozes**, 82, 2, julho/dezembro. 1988.
- PEREIRA, C. e RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, dez. 2007.

- PERES, P. S. **O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira**. [s.l.] Tese (Doutorado) USP- Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2005.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, A. F. e PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- PIERUCCI, A.F e PRANDI, R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. In: PIERUCCI, A. F. e PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- POWER, Timothy. O presidencialismo de coalizão na visão dos parlamentares brasileiros. In: POWER, Timothy e ZUCCO, César (org.). **O Congresso por ele mesmo**. Editora UFMG, 2011.
- PROCÓPIO, Carlos Eduardo. **Perto da religião, perto da política: A participação do catolicismo carismático através da Instituição, candidaturas e mídia nas eleições de 2010**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.
- RANQUETAT Jr, César Alberto. **Laicidade à brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.
- ROLIM, Francisco C. **Pentecostalismo: Brasil e América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- SAMUELS, D. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. United Kingdom: Cambridge Unoiversity Press. 2003
- SANCHIS, Pierre. Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas. *Jornal IHU On-Line*. 400. Ano XII. 2012. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4586&secao=400
- SANTOS, F.; CANELLO, J. e CUNHA, B. O Congresso e as eleições legislativas de 2014: perfil ideológico. Núcleo de Estudos sobre o Congresso. **NECON**, 2014.
- SANTOS, F. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Ed.UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SEVERO, Julio. **O movimento homossexual**. Venda Nova, Minas Gerais: Editora Betânia, 1998.
- SHELDON, Louis. **A estratégia**. O plano dos homossexuais para transformar a sociedade. Editora Central Gospel. Rio de Janeiro, 2012.
- SHIPLEY, Heather. One of these things is not like the other: sexual diversity and accomodation. In: BEAMAN, Lori. **Reasonable accomodation: managing religious diversity**. Vancouver: UBC Press. 2012.

- SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- _____. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- SNYDER, R.; SAMUELS, D. **Devaluing the vote in Latin America**. v. 12, n. 1, 2001.
- SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. São Paulo: Ed. Pergaminho, 1986.
- TADVALD, Marcelo. Eleitos de Deus e pelo povo. Os evangélicos e as eleições federais de 2010. In: **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 11, nº 18, p. 83-109, jul-dez.2010.
- TAILCHE, Khalid Basher Mikha. **Contrapontos no Pensamento Fundamentalista: para uma análise crítica**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2012.
- TAYLOR, Charles. **Uma Era Secular**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.
- _____. Western secularity. In: Calhoun, Craig; Juergensmeyer, Mark e Vanantwerpen, Jonathan. **Rethinking secularism**. New York: Oxford University Press, 2011. p. 31-53.
- TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. In: **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581-609. 2013
- _____. Pentecostais e movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014. **Debates do NER**. Ano 16, número 27, jan./jun. 2015
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- VITAL, Christina e LOPES, Paulo Victor. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll 2013
- WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. São Paulo: LTC, 1982. p.231-248.
- WILLAIME, Jean-Paul. A favor de uma sociologia transnacional da laicidade na ultramodernidade contemporânea. **Revista Civitas**: Porto Alegre, V.11 n.2, maio-agosto 2011, p. 303-322.

ANEXO A: CARTA DE SILAS MALAFAIA



Rio de Janeiro, 22 de abril de 2012.

TRÊS DÉCADAS DE MINISTÉRIO FRUTÍFERO

O que pode definir bem a nossa história é: **Até aqui nos ajudou o Senhor**(1Sm 7.12b). Sem Deus, não teríamos chance alguma de chegar aonde chegamos. Da mesma forma, temos a certeza absoluta de que essa história também foi escrita com a ajuda de milhares e milhares de parceiros que acreditaram em nosso ministério. Assim, podemos hoje comemorar 30 anos de trabalho frutífero.

essa celebração não é só nossa, mas sua também. Como já mencionamos em diversas cartas, a obra de Deus é de cooperação. Sozinho, ninguém vai a lugar algum. Por isso, continuamos contando com suas orações e a fidelidade de suas ofertas generosas.

Aproveito para compartilhar que tenho sofrido embates e perseguições, mas creio que maior é Aquele que está conosco. Muitas pessoas pensam que eu tenho ódio dos homossexuais e perco meu tempo combatendo o projeto de lei que eles querem aprovar. Entretanto, a maioria não sabe a real intenção do movimento gay.

Sinceramente, eu gostaria de lhe dar um livro para você ter a visão exata do que é o movimento gay, mas não posso. Então Deus me deu uma estratégia. **SE VOCÊ NOS ENVIAR UMA OFERTA ACIMA DE R\$ 50, ENVIAREMOS O LIVRO A ESTRATÉGIA – O PLANO DOS HOMOSSEXUAIS PARA TRANSFORMAR A SOCIEDADE. Só o custo dessa obra é R\$ 33,90.**

Você não tem ideia da importância de ler esse livro e emprestá-lo para outros. Só posso lhe adiantar uma coisa: o movimento gay está de olho na igreja evangélica brasileira. A sede deles é calar nossa pregação e ver pastores irem para a cadeia.

Deus abençoe você e sua família.

MUITO OBRIGADO POR TUDO.

Um forte abraço,

**Silas Malafaia
Pastor**

P.S.: SUA OFERTA POR BOLETO BANCÁRIO PODE SER EFETUADA EM QUALQUER BANCO, NÃO APENAS NO QUE EMITE O BOLETO.



Receba diariamente em seu celular mensagens de fé e notícias do Pr. Silas Malafaia. Cada mensagem custa R\$ 0,31 + impostos. Para assinar, envie gratuitamente de seu celular a palavra **VITORIA** para o número **49810**. Depois, basta responder com a palavra **SIM** quando for solicitado. Mais informações no www.vitoriaemcristo.org ou pelo telefone (21)2187-7000.

Endereço
Estrada do Guereguê, 1.851
Rio de Janeiro - RJ - Taquara
CEP: 22713-001

Telefone
(0xx21) 2187-7000 / 2598-2019
FAX
(0xx21) 3888-4823

Canal Interativo
(0xx21) 2461-2019
Horário de Funcionamento
Segunda a Sábado 08:00 às 18:00

Site e email
www.vitoriaemcristo.org
avec@vitoriaemcristo.org

ANEXO B: PANFLETO IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Pare de Sofrer!
EXISTE UMA SOLUÇÃO PARA O SEU PROBLEMA
Venha e Participe de uma corrente de oração



2ª Feira **Corrente do Crescimento Financeiro**
"O Senhor determinará que a bênção esteja nos seus celeiros, e em tudo o que puseres a tua mão: e te abençoará na terra que te dá o Senhor Deus."
7h - 10h - 12h - 15h - 19h

3ª Feira **Sessão do Descarrego - Combate a Inveja**
"Pois, onde há inveja e sentimento farracoso, aí há confusão e toda espécie de coisas ruins."
7h - 10h - 12h - 15h - 19h

4ª Feira **Reunião dos Filhos de Deus**
"Buscais o Senhor e o seu poder; buscai perpetuamente a sua presença."
7h - 10h - 12h - 15h - 19h

5ª Feira **Corrente da Sagrada Família**
"Responderam-lhe: Crê no Senhor Jesus, e serás salvo, tu e tua casa."
7h - 10h - 12h - 15h - 19h

6ª Feira **Corrente de Libertação Total**
"Se, pois o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres."
7h - 10h - 12h - 15h - 19h

Sábado **Jejum dos Impossíveis - Terapia do Amor**
"...para os homens é impossível; contudo, não para Deus, porque para Deus tudo é possível."
7h - 12h
"Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três; porém o maior deles é o amor."
19h

Domingo **Concentração de Fé e Milagres**
"Jesus, porém lhes respondeu: Em verdade vos digo que, se tiverdes fé e não duvidares... tudo quanto pedirdes em oração, crendo recebereis"
7h - 9h:30 - 15h - 18h

Cenáculo do Espírito Santo



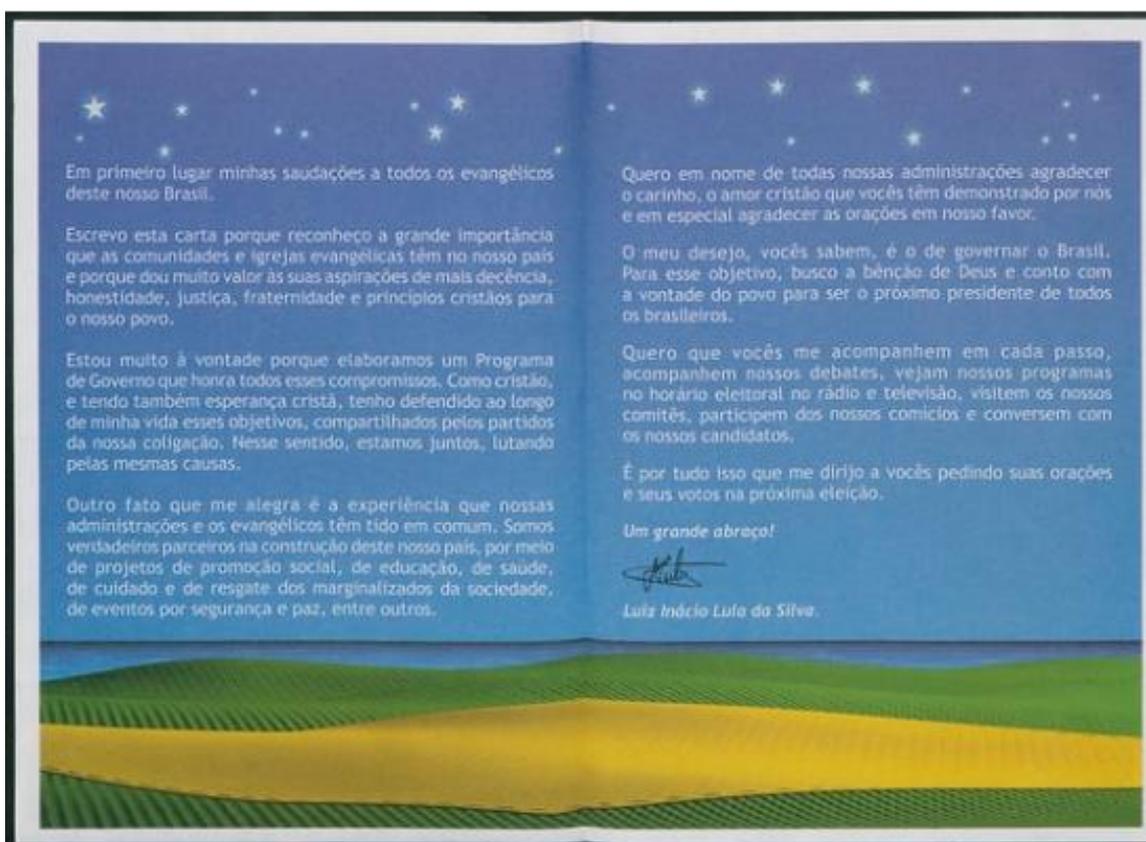
Universal
Igreja Universal do Reino de Deus

ESTAMOS DIARIAMENTE COM AS PORTAS ABERTAS PARA VOCÊ

FONTE: <http://www.iurdexpress.com/2011/09/panfleto-pare-de-sofrer.html>

ANEXO C – CARTA AOS EVANGÉLICOS – CAMPANHA DE LULA

2002



ANEXO D - Cidadania GLBT - Construindo um Brasil sem homofobia, por Julian Rodrigues

2/ago/2006

Apesar da histórica dificuldade que a esquerda tem em discutir e apoiar a livre orientação sexual, o PT já nasce incorporando a luta dos gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais (GLBT)¹. Desde os documentos de 1981, o PT sempre defendeu a livre expressão sexual e foi o primeiro partido do Brasil a organizar um setorial de gays e lésbicas e a ter, em seu estatuto, o apoio aos GLBT.

O XIII Encontro Nacional do PT avançou ainda mais ao aprovar, por unanimidade, uma resolução que determina aos parlamentares e gestores públicos petistas que incorporem, no parlamento e nos executivos, a pauta da cidadania plena para os GLBT.

Em virtude deste histórico petista de apoio à causa homossexual e da bandeira de transformação social, a comunidade GLBT e a maioria dos ativistas votou na candidatura Lula em 2002. O que buscávamos era o início de um processo consistente de conquista de direitos civis e de implementação de políticas públicas para cerca de 10% da população, que não é heterossexual.

Em parte, essa expectativa foi frustrada. Faltou ao PT e ao presidente Lula uma ação mais efetiva de apoio, por exemplo, ao projeto de união civil entre homossexuais, de Marta Suplicy, parado há onze anos na Câmara. Há uma justa cobrança do movimento, principalmente ao presidente Lula, para que receba a comunidade GLBT em audiência e para que declare seu apoio pessoal aos direitos iguais para os gays e lésbicas.

Entretanto, o balanço global é muito positivo. O grande acerto do Governo Federal foi a criação do programa *Brasil sem Homofobia (BSH)*. É um programa inédito no Brasil, lançado em maio de 2004, com 57 ações, voltadas especificamente à população não-heterossexual. É um conjunto significativo de ações e políticas que o Governo Federal deve executar para combater ao preconceito e promover a cidadania GLBT.

Hoje, já estão em andamento vários projetos importantes. O BSH é um programa intersetorial, e alguns Ministérios já avançaram bem e estão implementando diversas políticas, particularmente o Ministério da Cultura, onde merece nota o trabalho de Sergio Mamberti. Há também grupos do BSH funcionando no Ministério da Justiça, da Educação e da Saúde, além, claro, das ações de combate à homofobia da própria Secretaria Especial de Direitos Humanos, responsável pelo programa.

Agora, na construção das propostas para o segundo governo, o setorial GLBT do PT está trabalhando com duas idéias-força. A primeira é o **fortalecimento do BSH**, que precisa de mais recursos e de se

institucionalizar, ganhando eficiência e peso político. Para isso, estamos propondo a criação da Secretaria Especial de Políticas para os GLBT, ou, no mínimo, a criação de uma Subsecretaria, que seria vinculada à Secretaria de Direitos Humanos. A segunda é o reforço as políticas afirmativas e anti-discriminatórias através da realização da **I Conferência Nacional de Políticas para os GLBT**, nos moldes das várias Conferências já realizadas.

Na pauta legislativa, é preciso o compromisso claro e um efetivo esforço do PT e da coordenação do governo Lula para aprovar os projetos que mudarão o cotidiano de milhões de brasileiros e brasileiras não-heterossexuais, principalmente a criminalização da homofobia e a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Afinal, o que os GLBT querem é tão somente respeito e igualdade.

Nota(1): *A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) aprovou em seu Congresso o uso da terminologia GLBT, por entender que este termo era usado pela maioria dos ativistas e mais popularizado na mídia e no meio acadêmico. Apesar disso, algumas lideranças usam o termo LGBT (como referencia ao movimento europeu), outras GLBTT (para dissociar travesti de transexual), e até LGBTI (como o movimento argentino) incluindo intersexuais ou hermafroditas.*

***Julian Rodrigues** - Instituto Edson Neris, coordenação setorial GLBT do PT, assessor da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual no Congresso e secretário-executivo da Comissão Temática Cidadania GLBT no Programa de Governo Lula 2006.

**ANEXO E: COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA
NA 52ª LEGISLATURA (2003-2006)**

	NOME	IGREJA	UF	PARTIDO	PROFISSÃO	REELEITO EM 2006
1	Adelor Vieira	Assembléia de Deus	SC	PSDB	Professor	Não
2	Agnaldo Muniz	Assembléia de Deus	RO	PPS	Advogado	Não
3	Almeida de Jesus	IURD	CE	PL	Servidor público	Não
4	Almir Moura	Internacional da Graça	RJ	PL	Pastor	Não
5	Amarildo	Assembléia de Deus	TO	PP	Pastor	Não
6	Ana Alencar	Presbiteriana	TO	PSDB	Dentista	Não
7	Andre Zacharow	Batista	MS	PTB	Economista e advogado	Não
8	Antônio Cruz	Assembléia de Deus	MS	PP	Médico	Sim
9	Cabo Julio	Assembléia de Deus	MG	PSB	Policia Militar	Não
10	Carlos Willian	Maranata	MG	PTC	Advogado	Sim
11	Carlos Manato	Cristã Maranata	ES	PDT	Médico	Sim
12	Carlos Nader	Assembléia de Deus	RJ	PL	Advogado e empresário	Não
13	Carlos Rodrigues	Quadrangular	MG	PST	advogado	Não
14	Cleonânio Fonseca	Assembléia de Deus	SE	PPB	Agropecuaria	Não
15	Costa Ferreira	Assembléia de Deus	MA	PFL	Advogado e professor	Não
16	Edinho Montemor	Batista	SP	PSB	Advogado	Não
17	Edna Macedo	IURD	SP	PTB	Servidora pública	Não
18	Eduardo Cunha	Sara Nossa Terra	RJ	PMDB	Economista	Sim
19	Francisco Olimpio	Assembléia de Deus	PE	PSB	Pastor	Não
20	Frankemberge n	Assembléia de Deus	RR	PTB	Pastor	Não
21	Gerson Gabriele	Batista	MA	PFL	Empresário	Não
22	Gilberto Nascimento	Assembléia de Deus	SP	PMDB	Jornalista	Não
23	Gilmar Machado	Batista	MG	PT	Professor de historia	Sim
24	Heleno Silva	IURD	SE	PE	Pastor	Não
25	Henrique Afonso	Presbiteriana	AC	PV	Professor	Sim
26	Herculano Anghinetti	Batista Renovada	MG	PPB	Produtor rural	Não
27	Isaias Silvestre	Assembléia de Deus	MG	PSB	Comerciante	Não

28	Jair de Oliveira	Verdade que Liberta	ES	PMDB	Pastor	Não
29	Jefferson Campos	Quadrangular	SP	PSB	Advogado	Sim
30	João Batista	IURD	SP	PFL	Economista	Não
31	João Campos	Assembléia de Deus	GO	PMDB	Delegado	Sim
32	João Mendes de Jesus	IURD	RJ	PSB	Economista	Não
33	João Paulo Gomes da Silva	IURD	MG	PL	Advogado	Não
34	Jorge Pinheiro	IURD	DF	PL	Pastor	Não
35	José Divino	IURD	RJ	PMDB	Pastor	Não
36	Josué Bengtson	Quadrangular	PA	PTB	Pastor	Não
37	Júlio Redecker	Luterana	RS	PP	Advogado	Não
38	Lincoln Portela	Batista	MG	PR	Radialista	Sim
39	Lino Rossi	Batista	MT	PP	Radialista	Não
40	Luis Carlos Heinze	Luterano	RS	PPB	Engenheiro e produtor rural	Não
41	Marcos Abramo	IURD	SP	PFL	Técnico em telecomunicações	Não
42	Marcos de Jesus	IURD	SE	PL	Radialista	Não
43	Milton Barbosa	Assembléia de Deus	BA	PFL	Pastor	Não
44	Milton Córdias	Assembléia de Deus	RS	PTB	Pastor	Não
45	Natan Donaton	Batista	RO	PMDB	Funcionário público	Sim
46	Nilton Capixaba	Assembléia de Deus	RO	PTB	Comerciante	Não
47	Neuton Lima	Assembléia de	SP	PTB	Advogado	Não
48	Neucimar Fraga	Batista	ES	PL	Representante comercial	Sim
49	Oliveira Filho	IURD	PR	PL	Radialista	Não
50	Onyx Lorenzoni	Luterano	RS	DEM	Veterinário	Sim
51	Paulo Baltazar	Metodista	RJ	PSB	Médico	Não
52	Paulo Bauer	Luterana	SC	PFL	Administrador de empresas	Não
53	Paulo Gouvea	IURD	RS	PL	Radialista	Não
54	Pedro Ribeiro	Assembléia de Deus	CE	PMDB	Radialista	Não
55	Philemon Rodrigues	Assembléia de Deus	PB	PTB	Servidor Público	Não
56	Raimundo Santos	Assembléia de Deus	PA	PL	Advogado	Não
57	Reginaldo Germano	IURD	BA	PFL	Radialista	Não
58	Reinaldo	Quadrangular	RS	PTB	Pastor	Não

59	Sergio Carvalho	-----	RO	PSDB	Médico	Não
60	Silas Brasileiro	Presbiteriana	MG	PMDB	Empresário	Sim
61	Silas Câmara	Assembléia de Deus	AM	PSC	Empresário	Sim
62	Takayama	Assembléia de Deus	PR	PSC	Empresário	Sim
63	Valdenor Guedes	Assembléia de Deus	AP	PP	Professor e químico industrial	Não
64	Vieira Reis	IURD	RJ	PMDB	Pastor	Não
65	Walter Pinheiro	Batista	BA	PT	Tec. Em telecomunicações	Sim
66	Wanderval Santos	IURD	SP	PL	Empresário	Não
67	Wasny de Roure	Batista	DF	PR	Economista e servidor público	Não
68	Wilson Santos	Adventista	MT	PSDB	Professor	Não
69	Zelinda Novaes	IURD	BA	PFL	Economista e professora	Não
70	Zequinha Marinho	Assembléia de Deus	PA	PSC	Contador	Sim
71	Zico Bronzeado	Batista	AC	PT	Estudante	Não
SENADORES						
1	Senadora Marina Silva	Assembléia de Deus	AC	PV	Historiadora	
2	Senador Magno Malta	Batista	ES	PR	Musico e teólogo	
3	Senador Marcelo Crivella	IURD	RJ	PRB	Engenheiro	
4	Senador Francisco Pereira (suplente assumiu a vaga durante o mandato)	-----	ES	PL	-----	

Fonte: Duarte, 2011

**ANEXO F: COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA
NA 53ª LEGISLATURA (2007-2010)**

	NOME	IGREJA	UF	PARTIDO	PROFISSÃO
1	Andréia Zito	Batista	RJ	PSD B	Advogada
2	Antonio Bulhões	IURD	SP	PRB	Teólogo e Bispo
3	Antonio Carlos Chamariz	Assembléia de Deus	AL	PTB	Comerciante
4	Antônio Cruz	Assembléia de Deus	MS	PP	Médico
5	Arolde de Oliveira	Batista	RJ	DEM	Engenheiro
6	Bruno Rodrigues	Batista	PE	PSD B	Empresário
7	Capitão Assunção	Cristã Maranata	ES	PSB	Militar
8	Carlos Willian	Maranata	MG	PTC	Advogado
9	Cleber Verde	Assembléia de Deus	MA	PRB	Professor e advogado
10	Davi Alves Silva Jr.	IURD	MA	PR	-----
11	Dr. Adilson Soares	Intern. Da Graça	RJ	PR	Consultor Econômico
12	Dr Nechar	Assembléia de Deus	SP	PP	Médico
13	Eduardo Cunha	Sara Nossa Terra	RJ	PM DB	Economista
14	Fátima Pelaes	Assembléia de Deus	AP	PM DB	Socióloga
15	Geraldo Pudim	Assembléia de Deus	RJ	PSC	Administrador
16	Flavio Bezerra	IURD	CE	PRB	Empresário
17	Francisco Rossi	Comunidade Carisma	SP	PM DB	Advogado
18	George Hilton	IURD	MG	PRB	Radialista
19	Geraldo Pudim	Batista	RJ	PR	Tec. Em edificação
20	Gilmar Machado	Batista	MG	PT	Professor de história
21	Henrique Afonso	Presbiteriana	AC	PV	Professor
22	Iris de Araujo	Cristã evangélica	GO	PM DB	Admistradora pública
23	Irlei Cordeiro	Batista	AC	PPS	Empresário
24	Jefferson Campos	Quadrangula r	SP	PSB	Advogado
25	João Campos	Assembléia de Deus	GO	PMDB	Delegado
26	Jorge Thadeu Mulen	Intern. Da Graça	SP	DEM	Engenheiro
27	Jurandy Loureiro	Assembléia de Deus	ES	PSC	Empresário
28	Bispo Ge Tenuta	Renascer em Cristo	SP	DEM	Empresário
29	Léo Vivas	IURD	RJ	PRB	Ministro do evangelho
30	Leonardo Quintão	Presbiteriana	MG	PM DB	Empresário
31	Lincoln Portela	Batista	MG	PR	Radialista
32	Lindomar Garçon	Assembléia de Deus	RO	PV	Comerciante

33	Major Fábio	Batista	PB	DE M	MILITAR
34	Marcio Marinho	IURD	BA	PRB	Radialista
35	Manato	Cristã Maranata	ES	PDT	Médico
36	Manoel Ferreira	Assembléia de Deus	RJ	PTB	Bispo
37	Marco Antonio	Metodista Wesleyana	PE	PRB	Engenheiro
38	Mário de Oliveira	Quadrangula r	MG	PSC	Ministro de evangelho
39	Natan Donaton	Batista	RO	PMDB	Funcionário público
40	Neilton Mulin	Batista	RJ	PR	Professor
41	Onyx Lorenzoni	Luterano	RS	DEM	Veterinário
42	Paulo Roberto	IURD	RS	PTB	Teólogo
43	Rodovalho	Sara Nossa Terra	DF	DEM	Empresário
44	Sabino Castelo Branco	Assembléia de Deus	AM	PTB	Empresário
45	Sergio Brito	Batista	BA	PDT	Administrador
46	Silas Brasileiro	Presbiteriana	MG	PMDB	Empresário
47	Silas Camara	Assembléia de Deus	AM	PSC	Empresário
48	Sueli Vidigal	Batista	ES	PDT	Funcionaria Pública
49	Tático	Mundial do Povo de Deus	GO	PTB	Comerciante
50	Takayama	Assembléia de Deus	PR	PSC	Empresário
51	Walter Pinheiro	Batista	PT	BA	Tec. Em telecomunições
52	Zequinha Marinho	Assembléia de Deus	PA	PSC	Tec. Em contabilidade
53	Zé Vieira	Assembléia de Deus	MA	PR	Pecuarista
SENADORES					
1	Senadora Marina Silva	Assembléia de Deus	AC	PV	Historiadora
2	Senador Magno Malta	Batista	ES	PR	Musico e teólogo
3	Senador Marcelo Crivella	IURD	RJ	PRB	Engenheiro

Fonte: Duarte, 2011

**ANEXO G: COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA
NA 54ª LEGISLATURA (2011-2014)**

COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 54ª LEGISLATURA (2011-2014)

	NOME	IGREJA	PARTIDO	UF	SITUAÇÃO
1	Agnaldo Ribeiro	Batista	PP	PB	Novo
2	Anderson Ferreira	Assembleia de Deus	PR	PE	Novo
3	André Zacharow	Batista	PMDB	PR	Novo
4	Andréia Zito	Maranata	PSDB	RJ	Reeleita
5	Antônia Lúcia	Assembleia de Deus	PSC	AC	Nova
6	Antônio Bulhões	IURD	PRB	SP	Reeleito
7	Arolde de Oliveira	Batista	PSD	RJ	Reeleito
8	Aureo	Metodista	PRTB	RJ	Novo
9	Benedita da Silva	Presbiteriana Renovada	PT	RJ	Reeleita
10	Bispo Antônio Bulhões	IURD	PRB	SP	Reeleito
11	Bruna Furlan	Cristã do Brasil	PSDB	SP	Nova
12	Cleber Verde	Assembleia de Deus	PRB	MA	Reeleito
13	Delegado Francischini	Assembleia de Deus	PR	PR	Novo
14	Dona Iris Rezende	Cristã Evangélica	PMDB	GO	Reeleita
15	Dr. Adilson Soares	Batista	PR	RJ	Reeleito
16	Dr. Grilo	Igreja Internacional da Graça de Deus	PSL	MG	Novo
17	Edinho Araújo	Presbiteriana	PMDB	SP	Novo
18	Edmar Arruda	Presbiteriana	PSC	PR	Novo
19	Eduardo Cunha	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Reeleito
20	Edvaldo Holanda Junior	Batista	PTC	MA	Novo
21	Erivelton Santana	Assembleia de Deus	PSC	BA	Novo
22	Fátima Pelaes	Assembleia de Deus	PMDB	AP	Reeleita
23	Filipe Pereira	Assembleia de Deus	PSC	RJ	Reeleita
24	Garotinho	Presbiteriana	PR	RJ	Novo
25	George Hilton	IURD	PRB	MG	Reeleita
26	Gilmar Machado	Batista	PT	MG	Reeleito
27	Henrique Afonso	Presbiteriana	PV	AC	Reeleito
28	Jefferson Campos	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSB	SP	Reeleito
29	João Campos	Assembleia de Deus	PSDB	GO	Reeleito
30	Jonathan de Jesus	IURD	PRB	RR	Reeleito

31	Jorge Tadeu Mudalen	Internacional da Graça de Deus	DEM	SP	Reeleito
32	Josué Bengtson	Igreja do Evangelho Quadrangular	PTB	PA	Novo
33	Laércio Oliveira	Presbiteriana	PR	SE	Novo
34	Lauriete Rodrigues	Assembleia de Deus	PSC	ES	Nova
35	Leonardo Quintão	Presbiteriana	PMDB	MG	Reeleito
36	Liliam Sá	Presbiteriana	PR	RJ	Nova
37	Lincoln Portela	Batista	PR	MG	Reeleito
38	Lindomar Garçon	Assembleia de Deus	PV	RO	Reeleito
39	Manato	Cristã Maranata	PDT	ES	Reeleito
40	Marcelo Aguiar	Renascer	PSC	SP	Novo
41	Márcio Marinho	IURD	PRB	BA	Reeleito
42	Marco Feliciano	Assembleia de Deus	PSC	SP	Novo
43	Marcos Rogério	Assembleia de Deus	PDT	RO	Novo
44	Mário de Oliveira	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSC	MG	Reeleito
45	Missionário José Olimpio	Igreja Mundial do Poder de Deus	PP	SP	Novo
46	Neilton Mulim	Batista	PR	RJ	Reeleito
47	Nilton Capixaba	Assembleia de Deus	PTB	RO	Novo
48	Onyx Lorenzoni	Luterano	DEM	RS	Reeleito
49	Otoniel Lima	IURD	PRB	SP	Novo
50	Pastor Eurico	Assembleia de Deus	PSB	PE	Novo
51	Pastor Heleno	IURD	PRB	SE	Novo
52	Pastor Paulo Freire	Assembleia de Deus	PR	SP	Novo
53	Professor Sétimo		PMDB	MA	Reeleito
54	Roberto de Lucena	Brasil para Cristo	PV	SP	Novo
55	Romero Rodrigues		PSDB	PB	Novo
56	Ronaldo Fonseca	Assembleia de Deus	PR	DF	Novo
57	Ronaldo Nogueira	Assembleia de Deus	PTB	RS	Novo
58	Rui Carneiro		PSDB	PB	Novo
59	Sabino Castelo Branco	Assembleia de Deus	PTB	AM	Reeleito
60	Sérgio Brito	Batista	PDT	BA	Reeleito
61	Silas Câmara	Assembleia de Deus	PSC	AM	Reeleito
62	Sueli Vidigal	Batista	PDT	ES	Reeleita
63	Takayama	Assembleia de Deus	PSC	PR	Reeleito
64	Vaz de Lima	Presbiteriana	PSDB	SP	Novo

65	Vitor Paulo	IURD	PRB	RJ	Novo
66	Walney Rocha	Metodista	PMDB	RJ	Novo
67	Walter Tosta	Batista	PMN	MG	Novo
68	Washington Reis	Nova Vida	PMDB	RJ	Novo
69	Zé Vieira	Assembleia de Deus	PR	MA	Reeleito
70	Zequinha Marinho	Assembleia de Deus	PSC	PA	Reeleito

SENADORES

1	Magno Malta	Batista	PR	ES	Reeleito
2	Marcelo Crivella	IURD	PRB	RJ	Reeleito
3	Walter Pinheiro	Batista	PT	BA	Novo

Fonte: DIAP (2010)

**ANEXO H: COMPOSIÇÃO FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA
NA 55ª LEGISLATURA (2015-2018)**

	NOME	IGREJA	PARTIDO	UF	SITUAÇÃO	PROFISSÃO	VOTAÇÃO
1	Aguinaldo Ribeiro	Batista	PP	PB	Reeleito	Empresário	161.999
2	Alan Rick	Assembleia de Deus	PRB	AC	Novo	Jornalista e apresentador de TV	17.903
3	Altineu Cortes	Assembleia de Deus	PR	RJ	Novo	Produtor agropecuário	40.593
4	Anderson Ferreira	Assembleia de Deus	PR	PE	Reeleito	Empresário	150.565
5	André Abdon	Assembleia de Deus	PRB	AP	Novo	Político	13.798
6	Antônio Bulhões	IURD	PRB	SP	Reeleito	Empresário, apresentador de TV, administrador, teólogo e bispo evangélico	137.939
7	Antônio Jácome	Assembleia de Deus	PMN	RN	Novo	Médico e pastor	71.555
8	Arolde de Oliveira	Batista	PSD	RJ	Reeleito	Empresário, engenheiro, economista e professor	55.380
9	Aureo	Metodista	SD	RJ	Reeleito	Empresário	58.117
10	Benedita da Silva	Assembleia de Deus	PT	RJ	Reeleito	Assistente social	48.163
11	Bruna Furlan	Congregação Cristã	PSDB	SP	Reeleita	Bacharel em Direito e empresária	178.606
12	Cabo Daciolo	Batista	PSOL	RJ	Novo	Bombeiro militar	49.831
13	Carlos Andrade	Assembleia de Deus	PHS	Roraima	Novo	Servidor público	6.733
14	Carlos Gomes	IURD	PRB	RS	Novo	Aposentado e pastor	92.323
15	Christiane Yared	Catedral do Reino de Deus	PTN	PR	Nova	Empresária e pastora	200.144
16	Clarissa Garotinho	Presbiteriana	PR	RJ	Nova	Jornalista	335.061
17	Cleber Verde	Congregação Cristã	PRB	MA	Reeleito	Servidor público e bacharel em Direito	105.243
18	Delegado Francischini	Assembleia de Deus	SD	PR	Reeleito	Empresário e delegado de polícia	159.569
19	Edinho Araújo	Presbiteriana	PMDB	SP	Reeleito	Advogado e	112.780

						professor	
20	Edmar Arruda	Presbiteriana Independente	PSC	PR	Reeleito	Empresário e economista	85.155
21	Eduardo Bolsonaro	Batista	PSC	SP	Novo	Escrivão de polícia	82.224
22	Eduardo Cunha	Sara Nossa Terra	PMDB	RJ	Reeleito	Empresário e economista	232.708
23	Eliziane Gama	Assembleia de Deus	PPS	MA	Nova	Jornalista e comunicadora	133.575
24	Erivelton Santana	Assembleia de Deus	PSC	BA	Reeleito	Auxiliar de administração	74.836
25	Ezequiel Teixeira	Vida Nova	SD	RJ	Novo	Advogado	35.701
26	Fábio Garcia	Sara Nossa Terra	PSB	MT	Novo	Empresário	104.976
27	Fábio Sousa	Fonte da Vida	PSDB	GO	Novo	Bacharel em Gestão Pública e Teologia	82.204
28	Francisco Floriano	Mundial do Poder de Deus	PR	RJ	Reeleito	Apresentador de TV, locutor, publicitário e representante comercial	47.157
29	George Hilton	IURD	PRB	MG	Reeleito	Apresentador de TV, teólogo e animador	146.792
30	Geovania de Sá	Assembleia de Deus	PSDB	SC	Nova	Administradora	52.757
31	Gilberto Nascimento	Assembleia de Deus	PSC	SP	Novo	Advogado, delegado de polícia e graduado em Teologia	120.044
32	Hidekazu Takayama	Assembleia de Deus	PSC	PR	Reeleito	Empresário, professor e ministro evangélico	169.952
33	Irmão Lázaro	Batista	PSC	BA	Novo	Músico	161.438
34	Jefferson Campos	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSD	SP	Reeleito	Pastor, Advogado, tecnólogo, radialista e bacharel em Teologia	161.790
35	JHC	Igreja Internacional da Graça de Deus	SD	AL	Novo	Empresário	135.929
36	João Campos	Assembleia de Deus	PSDB	GO	Reeleito	Delegado de polícia e pastor	107.344
37	Johnathan de Jesus	IURD	PRB	RR	Reeleito	Empresário	20.677
38	Jorge Tadeu Mudalen	Internacional da Graça de	DEM	SP	Reeleito	Engenheiro civil e empresário	178.771

		Deus					
39	Josué Bengtson	Igreja do Evangelho Quadrangular	PTB	PA	Reeleito	Pastor	122.995
40	Júlia Marinho	Assembleia de Deus	PSC	PA	Nova	Pedagoga	86.949
41	Laércio Oliveira	Presbiteriana	SD	SE	Reeleito	Empresário e administrador de empresas	84.198
42	Leonardo Quintão	Presbiteriana	PMDB	MG	Reeleito	Empresário	118.470
43	Lincoln Portela	Batista	PR	MG	Reeleito	Radialista e comunicador	98.834
44	Lindomar Garçon	Assembleia de Deus	PMDB	RO	Novo	Comerciante	24.146
45	Luiz Lauro Filho	Igreja do Nazareno	PSB	SP	Novo	Publicitário	105.247
46	Manato	Cristã Maranata	SD	ES	Reeleito	Empresário e médico	67.631
47	Márcio Marinho	IURD	PRB	BA	Reeleito	Radialista e pastor	117.470
48	Marcos Rogério	Assembleia de Deus	PDT	RO	Reeleito	Jornalista e Advogado	60.780
49	Marcos Soares	Igreja do Evangelho Quadrangular	PR	RJ	Novo	Advogado e especialista em teologia prática	44.440
50	Max Filho	Presbiteriana	PSDB	ES	Novo	Servidor público e presbítero	91.210
51	Missionário José Olímpio	Igreja Mundial do Poder de Deus	PP	SP	Reeleito	Empresário	154.597
52	Nilton Capixaba	Assembleia de Deus	PTB	RO	Reeleito	Empresário	42.353
53	Onyx Lorenzoni	Luterana	DEM	RS	Reeleito	Empresário e médico	148.302
54	Pastor Eurico	Assembleia de Deus	PSB	PE	Reeleito	Comerciário, comunicador de rádio e pastor	233.762
55	Pastor Jony	IURD	PRB	SE	Novo	Pastor	53.455
56	Pastor Marco Feliciano	Assembleia de Deus Catedral do Avivamento	PSC	SP	Reeleito	Conferencista, empresário e pastor	398.087
57	Paulo Freire	Assembleia de Deus	PR	SP	Reeleito	Ministro do Evangelho	111.300
58	Professor Victório Galli	Assembleia de Deus	PSC	MT	Novo	Professor de ensino superior	64.691
59	Rejane Dias	Batista	PT	PI	Nova	Administradora	134.157

60	Roberto Alves	IURD	PRB	SP	Novo	Metalúrgico	130.516
61	Roberto de Lucena	O Brasil para Cristo	PV	SP	Reeleito	Conferencista, escritor e pastor	67.191
62	Roberto Sales	IURD	PRB	RJ	Novo	Administrador	124.087
63	Ronaldo Fonseca	Assembleia de Deus	PROS	DF	Reeleito	Advogado	84.583
64	Ronaldo Martins	IURD	PRB	CE	Novo	Radialista, músico, compositor e cantor	117.930
65	Ronaldo Nogueira	Assembleia de Deus	PTB	RS	Reeleito	Administrador de empresas e pastor	77.017
66	Rosângela Gomes	IURD	PRB	RJ	Nova	Bacharel em Direito	101.686
67	Sérgio Brito	Batista	PSD	BA	Reeleito	Empresário, servidor público e administrador de empresas	83.658
68	Sérgio Vidigal	Batista	PDT	ES	Novo	Médico	161.744
69	Silas Câmara	Assembleia de Deus	PSD	AM	Reeleito	Empresário	166.281
70	Sóstenes Cavalcante	Assembleia de Deus Vitória em Cristo	PSD	RJ	Novo	Sacerdote	104.697
71	Stefano Aguiar	Igreja do Evangelho Quadrangular	PSB	MG	Reeleito	Administrador de empresas	144.153
72	Tia Eron	IURD	PRB	BA	Nova	Técnica em administração	116.912
73	Toninho	Assembleia de Deus	PT	PR	Novo	Empresário	71.822
74	Vinicius Carvalho	IURD	PRB	SP	Novo	Advogado	80.643
75	Washington Reis	Nova Vida	PMDB	RJ	Reeleito	Empresário e economista	103.190
SENADORES							
76	Walter Pinheiro	Batista	PT	BA	Atual (2011-2019)	Técnico em telecomunicações	
77	Magno Malta	Batista	PR	ES	Atual (2011-2019)	Servidor público, músico e pastor	
78	Marcelo Crivella	IURD	PRB	RJ	Atual (2011-2019)	Bispo da IURD e Engenheiro Civil	

Fonte: Diap (2014)

**ANEXO I: MATERIAIS XVII PARADA LIVRE E VII MARCHA LÉSBICA –
PORTO ALEGRE 2013.**



ANEXO J:

2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia e pela Aprovação do PLC 122



18 de maio de 2011, às 9h
Esplanada dos Ministérios
Brasília-DF

ANEXO K:

MANIFESTAÇÃO
pacífica em frente ao
Congresso Nacional



01 de
JUNHO
às 15h

Em favor da Família,
Liberdade de Expressão,
Liberdade Religiosa e
ABAIXO o PL122

Deus fez macho e fêmea.
(Gênesis 1.27)

ANEXO L: Jornal do Senado: Brasília, quinta-feira, 21 de novembro de 2013



Sem consenso, projeto que criminaliza homofobia sai da pauta. Manifestações de deputados da bancada evangélica e de representantes de igrejas marcaram ontem a primeira tentativa de votação, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), do substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao projeto que torna crime a discriminação ou o preconceito pela orientação sexual e identidade de gênero (PLC 122/2006). A pedido de lideranças partidárias e de senadores da CDH, Paim pediu a retirada da matéria da pauta da comissão para buscar consenso sobre o texto. Ele, no entanto, disse já ter realizado diversas conversas para a elaboração do substitutivo, tanto com entidades religiosas quanto com grupos do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Para atender demandas dos grupos religiosos, o relator já havia, por exemplo, modificado artigo que torna crime “impedir ou restringir a manifestação de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público”, incluindo ressalva para que seja “resguardado o respeito devido aos espaços religiosos”. A medida, no entanto, ainda não foi suficiente para o entendimento. A presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), disse que a comissão buscará promover o acordo, para que o projeto seja aprovado ainda este ano. Ana Rita, presidente da CDH, e Paulo Paim, autor do substitutivo: busca de consenso para aprovar o projeto este ano

Malta aplaude mobilização de religiosos contra o PLC 122 Magno Malta (PR-ES) saudou em Plenário a mobilização de líderes católicos e evangélicos contra o projeto que criminaliza atitudes contra homossexuais. O senador saudou a retirada do termo “homofobia” do texto. Porém, criticou a nova redação por, segundo ele, igualar homossexuais a idosos, índios e pessoas com deficiência. Malta também reclamou do conceito de gênero, que ele considera negação do masculino e do feminino, e alertou os eleitores contra políticos que negam os valores da família. — Deus criou a família, e a partir da família, tudo. Será que esses novos pensadores estão acima de Deus para poder dizer: ‘Olha, vamos destruir isso, podemos ensinar as crianças que podem ser qualquer coisa e o que ele quiser’? — disse. Lopes diz que relator aperfeiçoará tema da manifestação religiosa A retirada de pauta, pela CDH, do PLC 122 foi comentada ontem por Eduardo Lopes (PRB-RJ). Segundo ele, o texto será aperfeiçoado pelo relator, Paulo Paim (PT-RS). Pelo parecer, ficam resguardadas as manifestações de cunho religioso sobre o assunto, desde que feitas em templos religiosos. Mas Lopes lembrou que tais opiniões podem ocorrer fora dos limites dos templos, como ruas, ginásios e estádios. E a livre manifestação dos religiosos também precisa ser protegida no projeto, disse. — É uma questão que traz polêmica, paixões. Sou contra qualquer tipo de violência, agressão, discriminação. Agora, impedir que quem quer que seja possa manifestar sua convicção de fé, aí não concordo — afirmou.

ANEXO M:

PL122

QUIETO!

A BÍBLIA SAGRADA

**VOCÊ PODE SER PRESO
POR PREGAR A BÍBLIA.**

IGREJA OMITIR-SE OU RESISTIR ?

NAKAMURA

Liberdade de Expressão

Não à Mordada Gay
PL122: TODOS CONTRA

**ANEXO N: PROGRAMAÇÃO ENCONTRO NACIONAL DE
LIDERANÇAS EVANGÉLICAS**



PROGRAMAÇÃO

28/11 - QUINTA FEIRA

AUDITÓRIO NEREU RAMOS -
CÂMARA DOS DEPUTADOS

13:00H - INÍCIO DO CREDENCIAMENTO

14:30H - ABERTURA OFICIAL DO ENCONTRO
(COMPOSIÇÃO DA MESA DE AUTORIDADES)

15:00H - 1º PAINEL: A EDUCAÇÃO QUE TEMOS E A
EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS

DR. MIGUEL NAGIB - PROCURADOR DO ESTADO DE
SÃO PAULO

DR. GUILHERME SHELB - PROCURADOR DA
REPÚBLICA

PROF. ORLEY JOSÉ DA SILVA - PROFESSOR

17:00H - 2º PAINEL: CRIME DE HOMOFOBIA - PLC
122/2006

SENADOR EDUARDO LOPES - RIO DE JANEIRO

DEPUTADO JOÃO CAMPOS - EX-PRESIDENTE DA FPE

18:00 - ENCERRAMENTO

30/11 - SÁBADO

IGREJA SABA NOSSA TERRA - SUDOESTE

09:00H - FÓRUM DE CULTURA GOSPEL

10:00H - TROCANDO EXPERIÊNCIAS

12:00H - ALMOÇO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO
EVANGÉLICO

PALESTRA: PARADIGMAS CRISTÃS QUE FUNDAMENTAM
UM PROJETO POLÍTICO E DESENVOLVIMENTO PARA A
SOCIEDADE BRASILEIRA.

DEP. HENRIQUE AFONSO

PALCO PRINCIPAL - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

13:00H - SHOW PROMESSAS PELA REDE GLOBO

29/11 - SEXTA FEIRA

AUDITÓRIO NEREU RAMOS - CÂMARA DOS
DEPUTADOS

09:30H - 3º PAINEL: OS DESAFIOS DOS PARLAMENTARES
EVANGÉLICOS NA SOCIEDADE

DEPUTADO ANTÔNIO DOS SANTOS - PRESIDENTE DA
APEB PSC-SE

DEPUTADO PAULO FREIRE - PRESIDENTE DA FPE

10:30H - 4º PAINEL: OS RISCOS QUE CORREM A
FAMÍLIA BRASILEIRA

RESPO. ROBSON RODRIGUEZ - VICE PRESIDENTE DO
FENASP

PADRE DEODMAR GUEDES - EDUCADOR

11:40H - 5º PAINEL: LIBERDADE RELIGIOSA

DRA. DAMARIS MOURA - CAB SÃO PAULO

12:40H - INTERVALO PARA ALMOÇO

14:00H - 6º PAINEL: A LUTA EM DEFESA DA VIDA, DA
FAMÍLIA E DA LIBERDADE RELIGIOSA

DRA. ANARISA LOBO - PSICÓLOGA E COORDENADORA

COMISSÃO ANTI DROGAS FENASP

DRA. DAMARIS ALVES - ASSESSORA JURÍDICA DA FPE

15:40H - 7º PAINEL: A IGREJA COMO INSTRUMENTO
DE TRANSFORMAÇÃO

WILTON ACOSTA - PRESIDENTE NACIONAL DO FENASP

DEPUTADO FEDERAL HENRIQUE AFONSO - VICE

PRESIDENTE DA FPE E DA FRENTE PARLAMENTAR DA

FAMÍLIA E APOIO À VIDA

17:30H - PLENÁRIA DELIBERATIVA

PALCO AUXILIAR - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

20:00H - VIGÍLIA DO ARREPENDIMENTO

MOMENTO CLAMOR DE ORAÇÃO, MOMENTO DE ÁGUAS
QUE LAVAM

22:00H - INTERVALO

23:00H - INÍCIO DA MARATONA DE CLAMOR

12 HORAS DE CLAMOR POR UM BRASIL MELHOR

MENSAGEM DA DILMA

Dirijo-me mais uma vez a vocês, com o carinho e o respeito que merecem os que sonham com um Brasil cada vez mais perto da premissa do Evangelho de desejar ao próximo o que queremos para nós mesmos. É com esta convicção que resolvi pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos espalhados por meus adversários eleitorais. Para não permitir que prevaleça a mentira como arma em busca de votos, em nome da verdade quero reafirmar:

1. Defendo a convivência entre as diferentes religiões e a liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal;
2. Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o assunto;
3. Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País.
4. O PNDH3 é uma ampla carta de intenções, que incorporou itens do programa anterior. Está sendo revisto e, se eleita, não pretendo promover nenhuma iniciativa que afronte a família;
5. Com relação ao PLC 122, caso aprovado no Senado, onde tramita atualmente, será sancionado em meu futuro governo nos artigos que não violem a liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil;
6. Se Deus quiser e o povo brasileiro me der, a oportunidade de presidir o País, pretendo editar leis e desenvolver programas que tenham a família como foco principal, a exemplo do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e tantos outros que resgatem a cidadania e a dignidade humana.

Com estes esclarecimentos, espero contar com vocês para deter a sórdida campanha de calúnias contra mim orquestrada. Não podemos permitir que a mentira se converta em fonte de benefícios eleitorais para aqueles que não têm escrúpulos de manipular a fé e a religião tão respeitada por todos nós. Minha campanha é pela vida, pela paz, pela justiça social, pelo respeito, pela prosperidade e pela convivência entre todas as pessoas.



Dilma Rousseff

APÊNDICE 1: ENTREVISTAS REALIZADAS

1) Marcos Rolim (outubro 2012)

Parlamentares, em dezembro de 2012:

2) Deputado federal Zequinha Marinho (PSC/PA), evangelista da Igreja Assembleia de Deus.

3) Deputado federal Josué Bengston (PTB/PA), pastor e presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular no estado do Pará.

4) Deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ), católico.

5) Deputado federal Roberto de Lucena (PV/SP), pastor e membro do Supremo Conselho Nacional da Igreja O Brasil para Cristo.

6) Deputada federal Andreia Zito (PSDB/RJ), membro da Igreja Evangélica Nova Vida.

7) Deputado federal Walney Rocha (PTB/RJ), membro da Comunidade Evangélica Pentecostal Sarando a Terra Ferida.

8) Deputado federal Márcio Marinho (PRB/BA), pastor da Igreja Universal do Reino de Deus.

Parlamentares, em novembro/dezembro de 2013:

9) Deputada federal Iara Bernardi (PT/SP), autora do PLC 122/2006, que visa criminalizar a homofobia.

10) Deputado federal Jonathan de Jesus (PRB/RJ), membro da Igreja Universal do Reino de Deus.

11) Deputado federal João Campos (PSDB/GO), delegado de polícia e pastor auxiliar da Igreja Assembleia de Deus de Vila Nova em Goiás.

12) Deputado federal Hidekazu Takayama (PSC/PR), pastor da Igreja Assembleia de Deus no estado do Paraná.

13) Deputado federal Padre Ton (PT/RO).

14) Deputado federal Ronaldo Nogueira (PTB/RS), pastor da Igreja Assembleia de Deus em Carazinho, no Rio Grande do Sul.

15) Deputado federal Arolde de Oliveira (PSD/RJ), membro da Igreja Batista no estado do Rio de Janeiro.

16) Senador Paulo Paim (PT/RS).

17) Deputado Federal Pastor Eurico (PSB/PE), pastor da Igreja Assembleia de Deus no Estado de Pernambuco.

Local de trabalho dos assessores entrevistados:

Gabinetes de deputados federais e senadores. (18, 19, 20, 21, 22, 23)

Bancada do PT na Câmara dos Deputados. (24, 25)

Bancada do PT no Senado Federal. (26, 27, 28)

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (29, 30, 31)

Assessores entrevistados em dezembro de 2012 e dezembro de 2013:

3 assessores de parlamentares evangélicos

2 assessores evangélicos progressistas

6 assessores de parlamentares de oposição aos evangélicos

5 assessores de bancada do partido governista

3 funcionários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Entrevistas realizadas em janeiro de 2015:

32) Deputada federal Maria do Rosário (PT/RS)

33) Luciana Genro (PSOL) - Candidata à Presidência da República em 2014.

APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PARLAMENTARES (ADAPTADOS A CADA CASO)

Perguntas abertas:

1. Comente sobre sua trajetória pessoal e religiosa. De que forma e desde quando a religião está presente na sua vida?
2. E a sua participação política, como e quando iniciou?
3. O senhor/a é deputado/a desde (retomar mandatos anteriores, dependendo de cada caso). Como surgiu a ideia de sua candidatura? Houve indicação ou envolvimento da Igreja? Como?
4. O senhor/a já teve alguma dificuldade ou facilidade para se candidatar ou mesmo para atuar politicamente por conta do seu pertencimento religioso?
5. O que significa a representação política para a sua Igreja? E para o conjunto dos evangélicos como um todo?
6. Atualmente vivemos em uma democracia no Brasil, com a convivência de diferentes valores, crenças, formas de pensar e agir. Como o senhor/a percebe a sociedade brasileira hoje? Enquanto deputado/a federal e religioso/a, como se vê nesse cenário?
7. Muitas questões defendidas pelos movimentos religiosos têm sido debatidas nas eleições majoritárias à presidência da república, como aconteceu em 2010, mas em outras anteriores também. Como analisa esses debates?
8. (Há muitas críticas em torno do envolvimento da religião com a política por conta do princípio da laicidade do Estado brasileiro. O que pensa em relação a isso? É possível separar valores parlamentares de valores religiosos?)
9. (Uma democracia pressupõe que todos os grupos sociais possam ter oportunidade de participação política.) Os evangélicos vêm atuando na política brasileira desde sua redemocratização na década de 1980. Qual o papel dessa participação na redemocratização do país e no cenário democrático atual?
10. Como analisa a atuação da Frente Parlamentar Evangélica? Há um projeto político conjunto?

11. Quais seus planos para o futuro? Continuar na política? Dedicar-se à Igreja? Ou as duas coisas?